

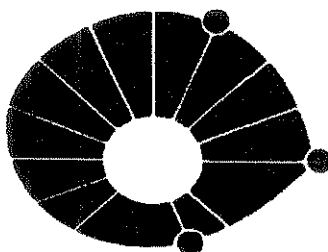
ERRATA*

“A luta contra o erro tipográfico tem algo de homérico. Durante a revisão, os erros se escondem, fazem-se positivamente invisíveis. Mas assim que o livro sai, tornam-se visibilíssimos, verdadeiros sacis a nos botar a língua em todas as páginas. Trata-se de um mistério que a ciência ainda não conseguiu decifrar...”

Monteiro Lobato.

* Idéia original de Bianca Antunes Cortes.

JOSÉ DOS SANTOS RODRIGUES



UNICAMP

O MODERNO PRÍNCIPE INDUSTRIAL:

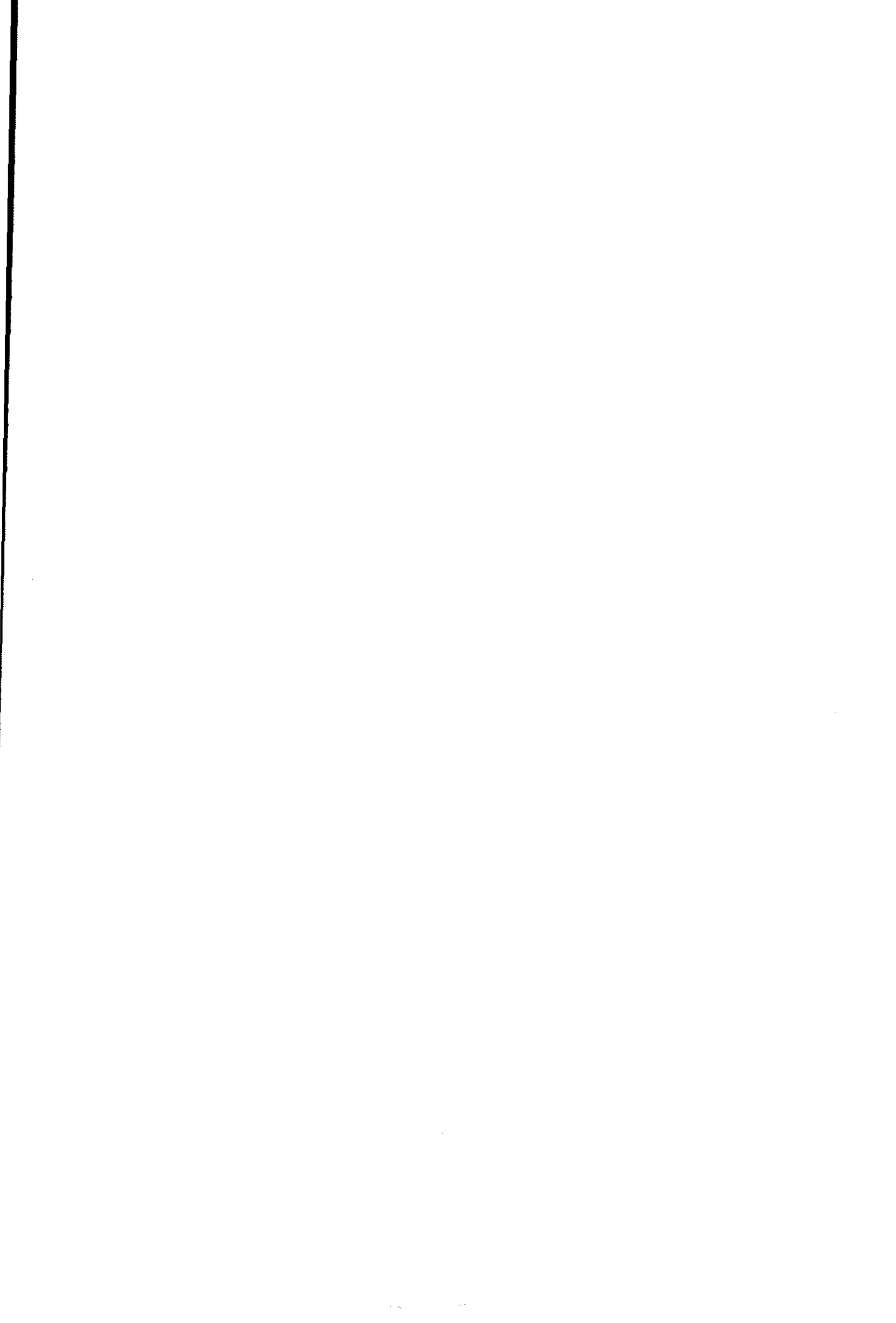
O PENSAMENTO PEDAGÓGICO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1997

9801159



JOSÉ DOS SANTOS RODRIGUES

O MODERNO PRÍNCIPE INDUSTRIAL:

O PENSAMENTO PEDAGÓGICO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

Este exemplar corresponde à redação final da
Tese defendida por José dos Santos Rodrigues e
aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 07 / 10 / 97

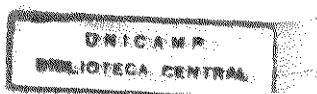
Assinatura: _____


Dr. Dermeval Saviani

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1997



UNIDADE	22		
N.º CHAMADA:	UNICAMP		
	R618m		
V.	F.		
TOMO	32584		
PROC.	395198		
C	<input type="checkbox"/>	D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00		
DATA	6/01/98		
N.º CPD			

CM-00104550-2

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

Rodrigues, José dos Santos
R618m O moderno príncipe industrial : o pensamento pedagógico da
Confederação Nacional da Indústria / José dos Santos Rodrigues.
-- Campinas, SP : [s.n.], 1997.

Orientador: Dermeval Saviani.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Educação.

1. Confederação Nacional da Indústria (Brasil). 2. Educação e trabalho. 3.
Empresários. 4. Formação profissional. 5. Educação. I. Saviani, Dermeval.
II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Tese apresentada como exigência parcial para a obtenção do Título de DOUTOR em EDUCAÇÃO na Área de Concentração Filosofia e História da Educação à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Dermeval Saviani.

Comissão Julgadora:



Marcos de Paula Reis

Francisco de Assis



Delgadinho

RESUMO

Esta tese busca identificar e analisar o pensamento pedagógico da burguesia industrial brasileira, a partir das propostas da mais importante entidade político-sindical dos empresários - a Confederação Nacional da Indústria (CNI) - ao longo de seus 60 anos de existência.

Assim, primeiramente, o estudo almeja, a partir da história da entidade, entender a CNI enquanto o *moderno príncipe industrial*, ou seja, como a mais importante fração do *partido ideológico* (segundo o conceito gramsciano) da burguesia brasileira.

Em seguida, apoiado nos conceitos de *padrão de acumulação fordista* e de *padrão de acumulação flexível*, o trabalho busca rastrear o pensamento pedagógico da CNI, a partir das categorias *Estado, trabalho, industrialização, educação e formação profissional*, em documentos produzidos por esta entidade.

Finalmente, o estudo tem como objetivo construir um quadro ordenado e articulado do pensamento pedagógico da CNI, revelando suas continuidades, suas rupturas, suas contradições e seus paradoxos.

ABSTRACT

This PhD dissertation is intended to identify and analyse the educational thinking of the Brazilian industrial bourgeoisie by looking at the proposals of the most important union organization of businessmen from the political point of view - the Brazilian Confederation of Industry (CNI are its initials in Portuguese) - during its 60 years of existence.

First, the study looks at the history of the Confederation in an attempt to understand it as the *modern industrial prince*, i.e., as the most important fraction of the *ideological party* (in accordance with the Gramscian concept) of the Brazilian bourgeoisie.

Then, on the basis of concepts such as the *Fordist accumulation* and *flexible accumulation patterns*, the work attempts to track the educational thinking as reflected in CNI's documents, using categories such *State*, *labour*, *industrialization*, *education* and *professional training*.

Finally, the study is aimed at building an orderly and articulated picture of the CNI's educational thinking, showing its continuities, breaks, contradictions and paradoxes.

A Carla, cúmplice amorosa de toda a minha vida.

*A Albertina, e à memória de Augusto, que me colocaram
na escola do mundo e no mundo da escola.*

AGRADECIMENTOS

Qualquer trabalho é uma síntese pessoal de uma produção coletiva, social e histórica. Uma infinidade de seres humanos participaram direta e indiretamente para que finalmente se concretizasse esta tese: dos autores consultados aos trabalhadores das reprografias que, violando o *copyright*, ajudam a passar o conhecimento à frente; dos funcionários da Biblioteca da CNI aos servidores da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFF e da Unicamp.

Muitos, muitos mesmos, são os co-autores (compulsórios) dessa tese. A todos, é impossível dar nome e sobrenome. Mesmo assim, sob o grande risco de (inconscientemente) esquecer alguém, gostaria de agradecer a algumas pessoas em particular:

A **Albertina**, minha mãe, e à memória de meu pai, **Augusto**, que desde sempre me ensinaram a importância da escola. Para tentar agradecer a vocês, seria preciso escrever algumas “teses”, abrangendo as três décadas de minha vida. Mãe, valeu por tudo. Valerá para sempre, Pai.

A **Carla**, companheira nessa jornada pelo espaço-tempo, *simplesmente* pelo amor e cumplicidade total. Sua presença não só está marcada idelevelmente em minha vida, mas também está impressa em todas as páginas desse, e de todos os outros trabalhos que realizei.

Aos brasileiros que, através do CNPq e da CAPES, contribuíram decisivamente para a superação dos entraves econômicos pessoais para a realização dessa pesquisa.

A todos os trabalhadores da Unicamp, que cotidianamente militam para construir uma Universidade Pública, particularmente aos professores da Faculdade de Educação com os quais aprendi diretamente: **Aquiles** von Zuben, **Márcia** Leite, e **Newton** Bryan. Aos funcionários técnico-administrativos do Programa de Pós-Graduação em Educação - especialmente a **Nadyr** e **Marina** - sem os quais seria impossível desbravar as trilhas intrincadas das regulamentações acadêmicas.

Aos meus colegas estudantes de pós-graduação, com os quais tive o privilégio de aprender e conviver, principalmente às minhas companheiras de grupo

de orientação, as jovens intelectuais **Maria Cristina e Celina**. Isso sem esquecer de **Rachel, Margarita e Marta**.

Aos meus colegas do Departamento de Sociedade, Educação e Conhecimento da Universidade Federal Fluminense, que permitiram meu afastamento por um ano das atividades docentes.

A **Nicholas Davies**, parceiro na UFF, que produziu gentil e diligentemente a versão inglesa do Resumo.

A **Bianca Antunes Cortes**, amiga sempre presente, também pelos sacis de Lobato.

A **Werner Markert**, que me abriu as portas da Escola de Frankfurt.

A **Lúcia Neves**, com quem alarguei meus horizontes em política educacional, e de quem apropriei o objeto original deste trabalho.

Ao Mestre **Gaudêncio Frigotto**, que vem contribuindo decisivamente para minha formação humana desde que ingressei na UFF como mestrando.

Finalmente, gostaria de agradecer ao Mestre **Dermeval Saviani**:

Desde *Escola e democracia*, livro em que comecei a conhecê-lo há 11 anos, ainda como estudante de matemática, sua produção acadêmica tem ajudado a mim, e a incontáveis educadores, a pensar radicalmente a Educação Brasileira.

Obrigado professor Saviani, por adiar o seu vôo, e entre um *chopp* e outro, sinalizar a pista de decolagem para o meu.

Obrigado, principalmente, pela paciência de orientar esse aprendiz de pesquisador.

A todos os meus sinceros e profundos agradecimentos.

“A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. [...] esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. [...] Tudo que é sólido e estável evapora-se, tudo que é sagrado é profanado e os homens são, finalmente, obrigados a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas.”

*Karl Marx & Friedrich Engels
Manifesto do Partido Comunista*

- SUMÁRIO -

Lista de siglas utilizadas.....	xii
Introdução:	
OS EMPRESÁRIOS E A EDUCAÇÃO:	
UM ESTUDO SOBRE A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA.....	1
I. O MODERNO PRÍNCIPE INDUSTRIAL:	
RUMO À HISTÓRIA DA CNI.....	16
I.1 A constituição da CNI	17
I.2 SENAI: “O ensino industrial em larga escala”.....	24
I.3 SESI: “A Fábrica de cidadãos”.....	34
I.3 IEL: “A ponte entre a produção e o saber acadêmico”.....	41
I.4 Sistema CNI: “A representação integrada da Indústria Brasileira”.....	53
I.5 CNI: O Moderno Príncipe Industrial.....	65
II. CNI INDUSTRIALISTA:	
O PENSAMENTO PEDAGÓGICO NA AVENTURA INDUSTRIAL.....	83
II.1 O padrão de acumulação fordista.....	85
II.2 A industrialização brasileira.....	94
II.3 O pensamento pedagógico na aventura industrial.....	105
III. CNI COMPETITIVISTA:	
O PENSAMENTO PEDAGÓGICO NA BUSCA DA COMPETITIVIDADE.....	145
III.1 O padrão de acumulação flexível.....	147
III.2 A constituição do padrão flexível no Brasil.....	161
III.3 O pensamento pedagógico na busca da competitividade.....	168
IV. O PENSAMENTO PEDAGÓGICO INDUSTRIAL:	
DO INDUSTRIALISMO À COMPETITIVIDADE.....	214
CONCLUSÕES.....	247
BIBLIOGRAFIA GERAL.....	257
Referências Bibliográficas.....	258
Fontes Primárias.....	267

- SIGLAS -

ACRJ	Associação Comercial do Rio de Janeiro
ANDE	Associação Nacional de Educação
ANDES	Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior
ANPAE	Associação Nacional de Profissionais de Administração e Educação
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
C&T	Ciência e Tecnologia
CCQ	Círculo de Controle de Qualidade
CEDES	Centro de Estudos Educação e Sociedade
CEMEP	Centro Modelo de Educação Profissional
CENATEC	Centro Nacional de Tecnologia
CFESP	Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional de São Paulo
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CIB	Centro Industrial do Brasil / Confederação Industrial do Brasil
CIET	Centro Internacional de Educação, Trabalho e Transferência de Tecnologia
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação
CPB	Confederação de Professores do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FASUBRA	Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras
FIRJAN	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SAIN	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEAF	Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas
SEBRAE	Fundação Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
STF	Supremo Tribunal Federal
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
USAID	United States Agency for International Development

Introdução

OS EMPRESÁRIOS E A EDUCAÇÃO:

UM ESTUDO SOBRE A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

O âmbito da problemática

As décadas de 80 e 90 presenciaram o empresariado brasileiro ingressar de maneira resoluta no debate educacional, participando dele através da articulação do binômio *modernização-qualificação profissional*.

Os empresários assumiram publicamente a defesa de um modelo de formação profissional mais moderno, ou seja, mais adequado ao novo momento econômico do Brasil; o conceito de globalização da economia, assim como a questão da qualidade, têm ocupado um lugar de destaque nessa defesa pública do valor da educação.

Bandeiras tradicionalmente pertencentes à classe trabalhadora e aos educadores, como a universalização da educação geral básica, vêm também sendo empunhadas pela burguesia industrial.

Seriam as concepções de formação profissional para o fim do século expressão de um compromisso das classes empresariais para com a formação de um homem integral? Teriam, de fato, as bandeiras de ensino geral e formação profissional politécnica passado para as mãos das frações da classe dominante mais “esclarecidas”?

Por um lado, a burguesia brasileira mostra sua face humana: defende o valor

(econômico) da educação, a necessidade de uma educação integral, e a inevitabilidade de uma qualificação profissional de caráter polivalente. Essas seriam necessárias características da globalização das relações humanas, da tecnificação crescente do mundo do trabalho, e do império da razão comunicativa.

Por outro lado, o empresariado industrial ataca os direitos trabalhistas e previdenciários, além das garantias sociais em geral. Tal posição chega a esboçar um desabusado ataque às férias remuneradas dos trabalhadores.

A flexibilização das conquistas sociais - sob alegação da necessária redução do *custo Brasil*¹ - seria inevitável, dada a globalização da economia e a falência do Estado do Bem-Estar Social (que de fato jamais existiu plenamente no Brasil).

Assim, diante da postura propositiva assumida pelas classes empresariais, cabem duas questões centrais.

Em primeiro lugar, cabe buscar respostas que identifiquem os motivos dessa intensa participação da burguesia nos debates educacionais - aliás, não só nos debates, mas também nas ações educativas.

E, em segundo lugar, mostra-se urgente explicitar as posições dos *homens de negócio*, ultrapassando a superfície do discurso das propostas empresariais para a educação da classe trabalhadora brasileira.

Economistas, historiadores e sociólogos vêm apontando que, desde meados da década de 70, o capitalismo internacional vem passando por rápidas, intensas e profundas modificações. Tais modificações abrangem a forma de organização da produção industrial, especialmente sua base tecnológica; as feições e funções do

¹ O capítulo I abordará o conceito de *custo Brasil*.

Estado; o perfil da força de trabalho; e as relações econômicas mundiais.

Os anos 80 são conhecidos no Brasil como “a década perdida”. Economistas de várias tendências entendem que, naquela década, o país ficou mergulhado na crise econômica - caíram os níveis de produção e de emprego, contraiu-se o nível de investimentos, houve redução do ritmo de aumento da produtividade e do nível de incorporação de desenvolvimento tecnológico, e elevaram-se as taxas inflacionárias. Em suma, os anos 80 foram palco de uma grande crise econômica e social do capital no Brasil.²

É fato, pois, que a dinâmica de acumulação do capital vem passando por profundas modificações, ou seja, o capitalismo mundial está processando uma nova metamorfose. Numa dinâmica desigual e combinada, o Brasil está solidário a esse novo movimento metamórfico do modo de produção capitalista.

Não é por acaso que existe uma relação entre as mudanças nas bases materiais da produção da vida humana e as formas de se pensar a formação humana.

Como disse Marx (1982:25-6):

A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

² Os educadores, no entanto, não têm uma avaliação negativa com relação à educação brasileira. Ver, por exemplo, o dossiê organizado pela revista **Presença Pedagógica** (nº 6, 1995), particularmente o texto de Derneval Saviani (1995) - **Os ganhos da década perdida**.

Continuando, Marx ainda afirma que:

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social.

Mesmo considerando-se que não vivemos uma época de revolução social, no sentido da contestação geral ao modo de produção capitalista, é forçoso aceitar que passamos por uma época de profundas modificações da base econômico-material de produção da vida e, por conseguinte, das formas de sociabilidade capitalista. Assim,

Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. (Marx, op.cit.)

Contudo, a mudança da superestrutura não se dá de forma automática a partir da alteração da base estrutural da sociedade. O futuro precisa lutar para emergir do passado. As classes dominantes precisam estabelecer uma visão hegemônica sobre as causas da crise, para, em seguida, proporem alternativas para a sua superação, sem que com isso rompam com as relações estruturais de produção-acumulação da mais-valia. Ou seja, é preciso construir um discurso científico, político e filosófico que dê conta do passado e que convença as classes sociais a serem partícipes na construção de um novo estágio do capitalismo.

Enfim, presenciemos um importante momento de luta pela hegemonia sobre

o passado, através da qual se busca assegurar a continuidade das regras capitalistas mais gerais de produção da vida social. É de dentro, e a partir, desse multideterminado processo social que emergem as novas formas burguesas de se pensar - e fazer - a formação humana.

É, pois, a partir desse referencial teórico-metodológico mais geral que se buscará explicitar - e explicar - as proposições dos empresários industriais para a educação da classe trabalhadora brasileira.

Os pesquisadores em educação vêm buscando entender criticamente as posições do empresariado no que se refere às relações trabalho-educação, a partir do estudo sobre entidades como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) - instituições dirigidas, respectivamente, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Confederação Nacional do Comércio (CNC). No âmbito desse esforço, destaca-se o trabalho de Frigotto (1977 e 1983), entre outros (Bryan, 1983; Bittencourt, 1991; Lacerda, 1991).

Também são bastante conhecidas as análises das práticas pedagógicas implementadas junto ao chão-de-fábrica, sejam as produzidas por educadores (Kuenzer, 1986; Zibas, 1996), sejam as desenvolvidas no campo da sociologia do trabalho (Leite, 1994a).

No entanto, a CNI não foi ainda suficientemente estudada pelas ciências humano-sociais, particularmente pelo campo educacional. Em geral, os estudos até aqui divulgados trataram o pensamento pedagógico empresarial de forma bastante

tópica, analisando um ou outro documento de maior repercussão no campo educacional.

A CNI, fundada em 1938, se constituiu como o mais importante órgão de representação da burguesia industrial brasileira, saltando do tímido Centro Industrial do Brasil (CIB), fundado em 1904, para a imponente Confederação que representa 27 federações, cobrindo todo o território nacional.³

Emblemático sinal da força social da Confederação é o *Sistema CNI*, composto pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), e pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL).

A densidade político-social da CNI também pode ser mensurada através da observação, por exemplo, das ações e pressões desenvolvidas sobre o Estado brasileiro, da sua intensa presença na mídia, pela notoriedade e influência de seus dirigentes junto aos segmentos chamados formadores de opinião.

Diante de tais elementos, pode-se afirmar que a CNI constitui-se hoje no *moderno príncipe industrial*⁴ brasileiro. Essa entidade é um complexo organismo que se constrói com o fim de corporificar uma vontade coletiva, no caso, buscar a hegemonia da visão de mundo da burguesia industrial, para, com isso, preservar e dinamizar a acumulação do capital industrial.

Apesar da grande importância das entidades de classe da burguesia no quadro da formação político-social brasileira, poucos estudos tiveram como objeto

³ Não se pode negar a existência de outros organismos de representação dos empresários, dentre esses destacam-se o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), e a Associação dos Empresários pela Cidadania (CIVES).

⁴ Toma-se aqui emprestado o conceito - modificado - gramsciano de *moderno príncipe* (Gramsci, 1991a). Para uma abordagem similar aplicada à Associação Comercial do Rio de Janeiro, ver Carvalho (1996).

esses organismos, e particularmente, a história e a ideologia da Confederação Nacional da Indústria.

Nessa direção, põem-se em relevo os trabalhos de Leme (1978) e Neves (1991). Leme aborda diversos aspectos da ação dos industriais brasileiros, entre eles o percurso de construção de suas entidades representativas, suas lutas econômicas e sua posição diante da classe operária. A autora busca explicitar a ideologia dos industriais, ou mais precisamente, o seu pensamento econômico durante o período de 1919 a 1945.

Neves, por sua vez, vem desenvolvendo seu trabalho na perspectiva de entender a educação escolar brasileira para além de seus aspectos internalistas, entendendo a instituição escolar como encruzilhada de diversas práticas sociais e propostas políticas.

Nessa linha de investigação de política educacional, a pesquisadora dedica-se, entre outras questões, a capturar as propostas educacionais de sujeitos que não pertencem ao Estado *stricto sensu*. Assim, Neves incorpora as concepções, propostas e ações de múltiplos sujeitos políticos, tais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O que se pretendeu desenvolver na presente tese foi mudar e aprofundar o foco das investigações sobre as idéias e práticas pedagógicas no âmbito do pensamento burguês.

Embora os 4S (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT) sejam entidades de

formação profissional dirigidas pela burguesia brasileira⁵, torna-se mais difícil - por serem mais mediatizadas - a apreensão do *núcleo duro* de sua concepção de formação humana.

Com a mudança do foco de análise, tentou-se também superar uma comum limitação encontrada nos estudos sobre as concepções pedagógicas da burguesia - a ausência da análise histórica do processo de construção dessas concepções.

Com efeito, a literatura em questão é profícua em analisar as *novas* propostas educativas em articulação com as *novas* tecnologias. Perde-se com isso o processo mesmo de construção - de metamorfose - das concepções pedagógicas empresariais, e prioriza-se a supervalorização das rupturas frente às continuidades contidas nas propostas.

Assim, no presente estudo, além da explicitação de sua mais recente forma buscou-se a historicização das concepções pedagógicas da CNI.

Tendo claro que a problemática educacional, embora date dos primórdios da CNI, não assume um papel central no conjunto dos documentos da entidade, mostrou-se necessária a busca dos nexos entre o pensamento educacional e as concepções mais gerais da burguesia industrial representada pela CNI.

Com efeito, a tese não se limita a explicitar e analisar o pensamento educacional - ou seja, relativo à educação e ao ensino - da CNI, mas busca, sim, dar conta do pensamento pedagógico industrial.

O conceito de pensamento pedagógico se referencia na concepção

⁵ Essas entidades de formação profissional são dirigidas, respectivamente, pela indústria, pelo comércio, pela agricultura e pelos transportes.

gramsciana de hegemonia:⁶ a capacidade de um grupo social de exercer a direção político-cultural do conjunto da sociedade. Tal direção de forma alguma, se limita à coerção, apoiando-se, sobretudo, na capacidade de um determinado grupo ou classe social convencer aos demais da identidade dos interesses particulares daquele com o interesse geral da sociedade. Cabe ressaltar que o processo de hegemonização é necessariamente permanente e inconclusivo.

Finalmente, cabe explicitar que, nesse trabalho, serão utilizados como sinônimos os conceitos de *classe burguesa*, *burguesia*, e *empresários*, entendidos enquanto conjunto daqueles que são proprietários (*stricto sensu*), que gerem ou que representam o Capital.

Por oposição a *classe burguesa*, definem-se os conceitos *classe trabalhadora* e *trabalhadores*, enquanto o conjunto daqueles que produzem sua existência necessariamente a partir da venda de sua força de trabalho.

Também será utilizada a expressão *burguesia brasileira* ao invés de *burguesia nacional*. É comum utilizar-se a expressão *burguesia nacional* quando se quer lhe atribuir um papel revolucionário; para essa visão, a *burguesia local*, particularmente aquela atuante em países periféricos, cumpriria a etapa “democrática” necessariamente antecedente à etapa “socialista” da revolução social. Por oposição a esta perspectiva, a utilização da palavra *brasileira* simplesmente quer designar aquela classe social que opera no Brasil.⁷

⁶ Sobre os conceitos de *hegemonia*, de *partido político*, de *persuasor permanente*, ver Gramsci (1989, 1991a, 1991b).

⁷ Cf. Gorender (1990).

Notas sobre o percurso de pesquisa

Delimitado o âmbito da problemática do presente trabalho, talvez caiba explicitar alguns aspectos do percurso da pesquisa, principalmente no que concerne às dificuldades inerentes à mesma.

Primeiramente, pode-se destacar a magnitude da empreitada científica, principalmente quando se busca apreender o movimento da totalidade da Confederação Nacional da Indústria, incluindo sua *tríade pedagógica* - SENAI, SESI e IEL.

A CNI, enquanto órgão superior da representação industrial, aglutina 27 federações industriais, sendo que cada uma dessas federações congrega, por sua vez, um sistema pedagógico próprio e relativamente independente. Ou seja, cada federação industrial do país possui sob sua direção a *tríade pedagógica*, cada uma dessas com corpos funcionais, estruturas administrativas, projetos próprios. O que está se querendo por em relevo é que, por exemplo, cada SENAI (estadual), embora esteja articulado ao SENAI-DN (Departamento Nacional), desenvolve projetos pedagógicos próprios, que podem, em última análise, estar defesados em relação às ações desenvolvidas no âmbito de outra região do país. O mesmo raciocínio pode ser ampliado para as demais entidades da tríade pedagógica da indústria.

Diante de tal multiplicidade de ações, e possíveis diferentes perspectivas, tornar-se-ia virtualmente impossível para um único pesquisador identificar, compulsar e analisar toda a documentação produzida no âmbito dos 27 sistemas industriais, durante os 60 anos de existência da CNI. Emerge deste fato a necessidade do pesquisador em restringir seus estudos aos documentos produzidos

na cúpula do Sistema CNI.

Essa imposição do *objeto* sobre o *observador* acaba por, necessariamente, causar uma boa dose de *deformação*, ou insuficiência, das conclusões da pesquisa.⁸ Essa limitação abre a possibilidade, e talvez a necessidade, de realização de estudos restritos aos sistemas estaduais industriais, com vistas a comparar suas atividades e perspectivas frente ao quadro mais geral das atividades e perspectivas do Sistema CNI.

Embora a pesquisa tenha ficado restrita ao topo do Sistema CNI, isso não impediu a rápida multiplicação das fontes primárias, o que por sua vez impôs novas restrições e delimitações. Assim, a análise documental não buscou abranger toda a documentação produzida no interior da estruturada CNI, dada ainda a grande magnitude de fontes disponíveis.

Além dos limites impostos pela magnitude das fontes primárias, outra faceta das dificuldades do trabalho de pesquisa se apresentou em diversos momentos do *trabalho de campo*, isto é, do levantamento dessas fontes.

A CNI possui em sua sede no Rio de Janeiro o Setor de Bibliografia e Documentação (SBD)⁹, responsável pelo arquivamento de todo o material produzido pela entidade, o que facilitou enormemente o trabalho de identificação e localização das fontes. No entanto, alguns problemas foram vivenciados.

Por um lado, importantes documentos - tais como alguns relatórios de diretoria - não foram encontrados, principalmente aqueles da aurora da entidade; por outro lado, outros documentos não estavam disponíveis ou mostravam-se de difícil

⁸ Sobre a complexa discussão epistemológica da relação sujeito-objeto, ver Schaff (1987) e Löwy (1988).

⁹ Av. Nilo Peçanha, 50 - sala 2518, Rio de Janeiro, RJ.

acesso a uma pessoa estranha à entidade. As explicações oferecidas pelos funcionários do SBD nem sempre se mostraram muito convincentes. Além disso, durante a pesquisa o SBD ficou fechado por alguns meses em função da mudança de espaço físico, dificultando a coleta de material.

Cabe talvez explicitar que, em momento algum, o pesquisador contou com qualquer auxílio especial por parte da entidade para a realização da coleta das fontes, a não ser aquele prestado pelos funcionários do SBD em suas tarefas cotidianas como bibliotecários.

Finalmente, faz necessário assinalar que o presente trabalho buscou inspiração na obra do educador italiano Mario Manacorda.¹⁰ Assim, pretende-se, por um lado, conduzir o leitor numa aproximação com o pensamento da burguesia industrial a partir da explicitação, talvez às vezes abusando das citações, do texto mesmo da CNI. Por outro lado, pretende-se não perder nunca de vista o quadro histórico-social mais geral em que as concepções pedagógicas são construídas e se movem constantemente.

Com isso, se pretendeu conduzir o leitor a uma aproximação ao pensamento pedagógico industrial menos abstrata, menos escolástica, portanto, uma apreensão mais concreta, mais articulada.¹¹

A estruturação do trabalho

Essa tese está dividida em quatro capítulos:

O capítulo I, intitulado *O moderno príncipe industrial: Rumo à história da*

¹⁰ Principalmente Manacorda (1989, 1990 e 1991).

¹¹ Para uma breve discussão do método manacordiano, ver Nosella (1992).

CNI, pretende apresentar sucintamente um panorama histórico do órgão máximo de representação da burguesia industrial desde 1938 até 1996, priorizando a constituição do *Sistema CNI*, particularmente de sua *triade pedagógica*.

Além de buscar demonstrar a pertinência da designação *moderno príncipe industrial* dada à CNI, tentar-se-á com essa “vista aérea” da história da entidade, um entrelaçamento com a história brasileira e mundial, em suas grandes mudanças econômicas e principalmente políticas.

Os capítulos II e III buscarão apresentar e analisar, principalmente, as concepções de *trabalho, educação e formação profissional* produzidas no interior da CNI, relacionando-as às grandes mudanças na base econômico-material da produção da vida humana.

Assim, o capítulo II, *CNI Industrialista: A formação humana na aventura industrial*, buscará apresentar e analisar os conceitos supracitados, articulando-os aos momentos históricos compreendidos cronologicamente entre o final da década de 30 e fins da década de 70, período marcado pela hegemonia do *padrão fordista de acumulação*.

O capítulo III dessa tese dará prosseguimento à linha de análise iniciada no capítulo anterior, desenvolvendo-a, porém, a partir do interior do *padrão flexível de acumulação*. Ou seja, o capítulo *CNI Competitivista: A formação humana na busca da competitividade* buscará explicitar os conceitos de *trabalho, educação e formação profissional* produzidos no período pós-fordista, a partir do início da década de 80.

O pensamento pedagógico industrial, capítulo IV, pretende construir uma

urdidura dos movimentos contraditórios das noções de *educação* e *formação profissional* ao longo dos quase 60 anos de existência da CNI, pondo em destaque as continuidades e as rupturas, as metamorfoses, enfim, do pensamento pedagógico da burguesia industrial brasileira.

Por fim, caberá às *Conclusões* uma recapitulação sintética dos principais resultados dessa pesquisa.

A *Bibliografia* está dividida em duas partes. A primeira - *Referências Bibliográficas* - contém apenas as obras citadas no corpo da tese, incluindo as fontes primárias. A segunda parte - *Fontes Primárias* - agrega todas as fontes coletadas no percurso da pesquisa, citadas ou não no presente trabalho.

Rio de Janeiro, inverno de 1997.

150º ano de redação do *Manifesto do Partido Comunista*.

Capítulo I

O MODERNO PRÍNCIPE INDUSTRIAL:

RUMO À HISTÓRIA DA CNI

“O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já se tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação.”

Antonio Gramsci

O presente capítulo buscará dar conta de três aspectos intimamente relacionados. Em primeiro lugar, buscar-se-á traçar um panorama geral da constituição histórica da CNI, dando destaque à criação das entidades componentes da *triade pedagógica* SENAI, SESI e IEL, relacionando esse panorama histórico da entidade às conjunturas políticas nacionais. Em segundo lugar, a partir do panorama geral supracitado, buscar-se-á caracterizar a Confederação Nacional da Indústria enquanto a mais importante fração do partido ideológica da burguesia brasileira. Finalmente, e a partir dos dois objetivos mencionados, tentar-se-á apresentar os elementos que expliquem a inegável e forte presença da burguesia industrial no debate educacional brasileiro.

I.1 A CONSTITUIÇÃO DA CNI

O empresariado industrial, em diversos momentos da história brasileira, buscou construir sua entidade representativa, primeiramente instituindo, em meados da década de 1820, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN).

A essa, se seguiu o Centro Industrial do Brasil (CIB), fundado em 1904, que, por sua vez, foi transformado em Confederação Industrial do Brasil (também CIB), em 1933.

O CIB, embora instituída com aspirações de representatividade nacional,

logrou, no máximo, representar os empresários sediados no Estado do Rio de Janeiro e no então Distrito Federal (hoje Município do Rio de Janeiro), refletindo de certa forma o caráter ainda embrionário do parque industrial.

Até 1919, só existiam cerca de 17 entidades regionais que reuniam empresários. Mas, a partir deste momento, pressionados pelo movimento operário - organizado em 368 associações espalhadas pelo país, sendo 111 apenas no Distrito Federal - as entidades patronais se fortaleceram (Leme, 1978: 10-11).

Se, por um lado, o enfrentamento com o movimento operário contribuiu para a aglutinação corporativa dos industriais, por outro, propiciou também sua episódica desunião. Diversos industriais ligados ao ramo de tecelagem romperam com o Centro Industrial do Brasil, fundando, em 1919, o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de Algodão.¹²

Em suma, o empresariado industrial ainda não era capaz de superar suas divergências setoriais a fim de construir uma entidade de ampla representatividade. No entanto, caminhava nessa direção.¹³

No final da década de 20, a culminância de complexos acontecimentos nacionais e internacionais fez estourar uma crise no interior das classes dominantes brasileiras, crise essa que marcaria a queda da hegemonia oligárquica no Brasil e, conseqüentemente, o ocaso da Velha República.

De um lado, as tradicionais oligarquias, agrupadas em torno do Partido

¹² Segundo Marisa Leme (1978:11), essa desunião se deu por posições distintas diante de um movimento grevista. O industrial Jorge Street, presidente do CIB, deseja atender às reivindicações dos operários, enquanto os dissidentes relutavam em fazê-lo.

¹³ Com a presidência sendo exercida por Jorge Street, de 1919 a 1926, o CIB foi projetado no cenário nacional. Foi a época de ascensão de grandes "capitães" da indústria: Francisco Matarazzo, José Ermírio de Moraes, Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi.

Republicano Paulista (PRP), com seu candidato à presidência da República Júlio Prestes, defendiam a manutenção do *status quo*. De outro lado, os setores agrupados na Aliança Liberal, com Getúlio Vargas como candidato, refletindo os interesses dos setores dominantes não associados à oligarquia cafeeira, defendiam a necessidade do Estado ampliar o apoio à produção nacional¹⁴.

Em plena campanha eleitoral (outubro de 1929), estourou a crise internacional de superprodução - ilustrada pelo *crack* da Bolsa de Nova York.

Apesar das diferenças no interior das oligarquias cafeeiras tradicionais, Júlio Prestes venceu as eleições presidenciais de 1º de março de 1930. Mas o assassinato, por motivos passionais, de João Pessoa, candidato à vice-presidência da República na chapa de Vargas, em julho de 1930, veio dar alento à conspiração, até então não consolidada.

Com efeito, em outubro de 1930, a vaga revolucionária partiu de Minas Gerais e Rio Grande do Sul para desaguar no Rio de Janeiro, em uma onda de três mil soldados, que acompanhou Vargas até o obelisco da Avenida Rio Branco.

Assim, Getúlio Vargas tomou posse na presidência, pondo fim à República Velha.¹⁵

Em uma dimensão mais imediata, pode-se dizer que a Aliança Liberal liderada por Vargas era por demais heterogênea para ser identificada à burguesia

¹⁴ Esses setores não lutavam contra o apoio estatal à produção cafeeira; propugnavam, sim, a ampliação do papel do Estado na economia em geral, indo além da dedicação exclusiva à cultura do café. Além desses interesses específicos e fundamentais, a Aliança Liberal propunha algumas medidas de proteção aos trabalhadores (Fausto, 1995:319). Sobre a Revolução de 30, ver também Fausto (1994).

¹⁵ A partir deste momento, Vargas permaneceu no poder por 15 anos consecutivos, inicialmente como chefe de um governo provisório, em seguida como presidente eleito indiretamente e ditador no Estado Novo. Derrubado em 1945, o mais importante político brasileiro retornaria pelo voto direto à presidência da república, em 1950. Sua história terminou em agosto de 1954 ao cometer o suicídio no Palácio do Catete.

industrial, mas, em uma dimensão mais geral, pode-se afirmar que a Aliança encarnava o moderno espírito industrialista.

Segundo Boris Fausto (1995:326), se, por um lado, a oscilação do Centro Industrial do Brasil entre a condenação do golpe da Aliança Liberal e o apoio ao novo governo descaracteriza aquelas teses que buscam mecanicamente identificar a Revolução de 30 com a tomada direta do aparelho de Estado por parte da burguesia industrial, por outro lado, contudo, o moderno espírito urbano-industrial impregnava o novo Estado pós-30. Esse Estado de tipo novo se opõe ao antigo regime oligárquico em, pelo menos, três aspectos:

- 1. a atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização;*
- 2. a atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os, a seguir, a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal;*
- 3. o papel central atribuído às Forças Armadas [...] como suporte da criação de uma indústria de base e sobretudo como fator de garantia da ordem interna. (Fausto, 1995:327).*

De uma maneira geral, pode-se, portanto, afirmar que a Revolução de 30 soprou o moderno espírito burguês-industrial no corpo social, ainda agrário, via ações de um Estado estruturante.

De fato, com a Revolução de 30, o governo federal passou a promover - a forçar - o processo de sindicalização operária, a partir da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, entregue a Lindolfo Collor.¹⁶

¹⁶ Essa sindicalização forçada das classes trabalhadoras tinha basicamente dois objetivos. Em primeiro lugar, buscava desarticular o movimento trabalhista autônomo, afastando-o da influência do PCB, e atraindo-o para um apoio difuso ao governo. Em segundo lugar, o governo de Vargas também tinha como alvo empreender uma modernização conservadora das relações trabalhistas, contribuindo, assim, para estabelecer as bases para

Os sindicatos patronais também não escaparam aos efeitos da sindicalização compulsória, organizada e centralizada, ou seja, tutelada pelo Estado. Esse enquadramento se deu através de diversos atos legislativos, dentre os quais se destacam o Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, e, mais tarde, o Decreto nº 24.694, de 12 de julho de 1934.¹⁷

Apesar do movimento constitucionalista de 32, da realização da Assembléia Nacional Constituinte com conseqüente promulgação da Carta de 1934, e da eleição indireta de Vargas à presidência (cujo mandato se estenderia até maio de 1938), o Brasil não ingressou num regime democrático.

O país foi sacudido, entre 1934 e 1937, por diversos acontecimentos políticos. Importantes movimentos grevistas, violentos choques entre integralistas e anti-fascistas acabaram por culminar numa Lei de Segurança Nacional (LSN), promulgada em abril de 1935.

Paralelamente à discussão da LSN, foi lançada, em março de 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), agrupando de Luís Carlos Prestes a Carlos Lacerda. A ANL, com um programa de conteúdo nacionalista, oscilou entre a conciliação de classes e a insurreição de 1935 - fragorosamente derrotada.¹⁸

A aventura golpista abriu caminho à escalada de medidas autoritárias e

o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil. Segundo Fausto (1995: 335) a política trabalhista constituiu-se num dos aspectos mais coerentes do governo Vargas.

¹⁷ O primeiro decreto definia os sindicatos (de trabalhadores e patronais) como órgãos consultivos, de colaboração com o poder público. Estabelecia também a unicidade sindical e a obrigatoriedade de reconhecimento do órgão de classe por parte do Ministério do Trabalho. O segundo decreto diferencia-se do primeiro basicamente pela substituição do princípio da unicidade pelo da pluralidade sindical. No entanto, esse expediente, só extinto em 1939, na prática não vigorou (Fausto, 1995: 335-6).

¹⁸ A fundação da ANL marca a virada à direita comandada pela Internacional Comunista, elegendo a tática das frentes populares com o fito de defender a União Soviética da possível agressão fascista. O programa da ANL propugnava a suspensão do pagamento da dívida externa; a nacionalização das empresas estrangeiras; a reforma agrária; a garantia das liberdades democráticas; e a da constituição de um governo popular.

repressivas, apoiadas pelo Congresso Nacional, culminando no golpe de 10 de novembro de 1937. Naquele mesmo dia, à noite, Getúlio Vargas anunciou a dissolução do Congresso e a promulgação de uma nova Carta Constitucional, elaborada por Francisco Campos. Estava assim decretado o Estado Novo.

O Estado Novo foi implantado no estilo autoritário, sem grandes mobilizações. O movimento popular e os comunistas tinham sido abatidos e não poderiam reagir; a classe dominante aceitava o golpe como coisa inevitável e até benéfica. O Congresso dissolvido submeteu-se, a ponto de oitenta de seus membros irem levarem solidariedade a Getúlio, a 13 de novembro, quando vários de seus colegas estavam presos. (Fausto, 1995:365)

Grosso modo, pode-se dizer que o Estado Novo representou a vitória da corrente autoritária no seio do poder, ou seja, da aliança entre a burocracia civil e militar e a burguesia industrial, com o objetivo de industrializar o país:

A corrente autoritária assumiu com toda conseqüência a perspectiva do que se denomina modernização conservadora, ou seja, o ponto de vista de que, em um país desarticulado como o Brasil, cabia ao Estado organizar a nação para promover dentro da ordem o desenvolvimento econômico e o bem-estar geral. O Estado autoritário poria fim aos conflitos sociais, às lutas partidárias, aos excessos da liberdade de expressão que só serviam para enfraquecer o país. (Fausto, 1995:357)

Portanto, a CNI, aliás como toda a estrutura sindical brasileira, teve seu nascimento marcado pela Era Vargas, sob uma conjuntura de modernização conservadora.

Atendidas as demandas legais¹⁹, em 12 de agosto de 1938, a Confederação Industrial do Brasil encerra suas atividades, dando lugar à Confederação Nacional da Indústria.

A CNI nasce composta por quatro federações - a Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal (hoje município do Rio de Janeiro), a Federação das Indústrias Paulistas, a Federação das Indústrias de Minas Gerais e a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul. Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen são eleitos, no próprio ato de fundação, presidente e vice-presidente, respectivamente²⁰.

A Confederação passa, assim, a integrar o sistema corporativo estabelecido pela Constituição do Estado Novo, sendo reconhecida formal e definitivamente pelo Governo Federal apenas em 30 de abril de 1943, através do Decreto nº 12.321.

De acordo com um dos porta-vozes da CNI, o senador Gabriel Hermes (Hermes & Nunes, 1994:25-6), os industriais brasileiros não desejavam constituir uma entidade representativa sob os moldes estabelecidos pela ditadura de Vargas. Entre as limitações impostas pela legislação, encontra-se a interdição à interferência das entidades em assuntos não ligados aos “assuntos profissionais”. Essa discordância é a razão da criação, e permanência, dos centros industriais regionais, com funcionamento paralelo às Federações²¹.

Embora Hermes & Nunes (1994) tenham assinalado a discordância dos industriais frente à sindicalização forçada da CIB, não se pode afirmar que havia um

¹⁹ Reconhecimento, por parte do governo federal, de um número mínimo de quatro federações regionais.

²⁰ Além desses, integram a direção da entidade os seguintes industriais: Alaor Prata Soares, A. J. Renner, Manoel Thomaz de Carvalho Britto, Américo Ludolf, Nadir Dias de Figueiredo, Raul D’Ultra e Silva, Mariano Jutahy Marcondes Ferraz, Gastão de Brito, Waldemar Freire de Mesquita e Antônio de Souza Noschese.

²¹ Por exemplo, o Centro Industrial do Rio de Janeiro e o de São Paulo. Atualmente, as direções dos Centros têm a mesma composição das Federações.

divórcio entre o Estado Novo e a burguesia industrial. Com efeito, o último relatório de diretoria do CIB, apresentado em maio de 1938, não indica uma discordância com o processo de sindicalização. Aliás, atribui a demora do processo de sindicalização a entraves legais (número mínimo de federações, já mencionado).²²

Em síntese, poder-se-ia dizer, de uma maneira geral, que a organização sindical classista era almejada pela burguesia industrial, e, de maneira mais específica, poder-se-ia dizer que não era buscada uma sindicalização tutelada por um Estado totalitário. Na verdade, existia de fato uma contradição que se espelhava na forma, mas não no conteúdo do processo de sindicalização, já que, em última instância, a Era Vargas buscou instaurar a moderna economia capitalista industrial no Brasil.

Um importante passo na modernização das relações capitalistas - ou seja, da (con)formação profissional da força de trabalho industrial - foi dado com a fundação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), analisado a seguir.

L2 SENAI: “O ENSINO INDUSTRIAL EM LARGA ESCALA”

Do ponto de vista educacional o decreto-lei de criação do SENAI se articula com uma vasta legislação promulgada entre 1942 (Estado Novo) e 1946 (já após a saída de Vargas), de iniciativa do então ministro da Educação Gustavo Capanema, conhecida como Leis Orgânicas do Ensino.²³

²² Cf. **Relatório da diretoria da CIB** de 1937.

²³ Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial); Decreto-lei 4.244, de 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário); Decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943 (Lei Orgânica do Ensino Comercial); Decreto-lei 8.529, de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Primário); Decreto-lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal); Decreto-lei 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946 (criação do SENAC); e Decreto-lei 6.613, de 20 de agosto de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Agrícola).

Segundo Luís Antônio Cunha (1982), as medidas adotadas durante a Era Vargas voltadas para a formação da força de trabalho industrial representam não só as maiores novidades, como também as mais duradouras e proficuas ações de política educacional. Com efeito,

Enquanto a estrutura e os diversos elementos da política educacional do período foram dissolvidos por políticas alternativas posteriores, o sistema de formação de operários criado em 1942, dirigido pelo SENAI, permanece em pleno vigor. Além do mais, ele serviu de modelo, ainda na década de 40, para o sistema de formação de trabalhadores que se dirigem ao setor de comércio e serviços (SENAC) e, já na década de 70, para a formação de trabalhadores agrícolas (SENAR). (Cunha, 1982:439)

Em 1938, foi enviado à recém criada CNI, e a outras entidades patronais, o primeiro anteprojeto relativo à aprendizagem industrial de adolescentes trabalhadores elaborado pelo Ministério de Educação. O anteprojeto previa a criação de escolas destinadas aos filhos de operários industriais sindicalizados. Estas seriam mantidas com recursos do imposto sindical e administradas em conjunto pelos sindicatos de trabalhadores e pelos Ministérios da Educação e do Trabalho.

A iniciativa governamental de criação de escolas de aprendizagem e pré-aprendizagem industrial se articula com o contexto econômico do acirramento do “estrangulamento externo”²⁴. Em outras palavras, a grave crise econômica de 1937 fortaleceu os setores do Estado (*stricto sensu*) que defendiam a industrialização como caminho de desenvolvimento econômico.

²⁴ Sobre o conceito de estrangulamento externo e o processo de industrialização por substituição de importações, ver Maria da Conceição Tavares (1977, 1986).

No entanto, segundo Cunha (1982:451), a CNI foi contrária à criação das escolas de aprendizagem industrial, adotando a resistência passiva ao anteprojeto. Diante da postura adotada pela Confederação, o Governo Federal promulgou, em maio de 1939, o decreto-lei nº 1.238, obrigando as empresas a manterem cursos de aperfeiçoamento profissional para adultos e adolescentes.

Mas também esse esforço legislativo não foi à frente, esbarrando no problema da sustentação financeira das escolas. Em julho de 1940, um novo decreto-lei (nº 6.029) regulamentando a aprendizagem industrial é promulgado.

Ainda segundo Luiz Antônio Cunha (1982:453), a análise dos decretos e anteprojeto revela uma clara disputa no seio do aparelho de Estado.

Com efeito, a primeira versão do primeiro decreto (de 1938) atribuía ao Ministério da Educação o controle do novo sistema de formação da força de trabalho industrial; já o segundo decreto (de 1940) desloca a tal responsabilidade para o Ministério do Trabalho.

Em janeiro de 1942, o presidente Getúlio Vargas, através do Decreto-Lei nº 4.048, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários - SENAI, que teria por finalidade “organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para industriários”, e também “ensino de continuação e de aperfeiçoamento e especialização, para trabalhadores industriários não sujeitos à aprendizagem”.

Em novembro daquele mesmo ano, foi promulgado um novo decreto-lei (4.936), alterando sutilmente a denominação do nascente órgão de ensino industrial. O então Serviço Nacional de Aprendizagem *dos Industriários* é convertido em

Serviço Nacional de Aprendizagem *Industrial*.

O motivo da conversão da denominação do nascente SENAI comporta dúvidas não completamente esclarecidas, talvez de pequena importância histórica, mas de necessário registro.

Por um lado, Luiz Antônio Cunha (1982:454) afirma, *en passant*,²⁵ que Getúlio Vargas teria coagido os industriais a assumirem a direção e o custeio do Serviço de Aprendizagem, mediante a ameaça de entregá-lo aos sindicatos operários.

Por outro lado, Roberto C. Simonsen (1973), Celso Suckow da Fonseca (1986) e a própria CNI²⁶ registram o “inegável desejo” das classes patronais de cooperarem para a formação profissional da classe proletária.

Fosse um blefe ou uma intenção real de Vargas colocar sob direção dos sindicatos operários o SENAI, o fato é que a entidade de formação da força de trabalho industrial foi entregue à CNI e a sua nova denominação identifica a quais interesses o SENAI serviria. Como escreveu Cunha (1982:454), “de um modo ou de outro, o fato é que os industriais passaram da resistência passiva para a cooperação pronta.” Tal cooperação foi registrada por Roberto C. Simonsen, então presidente da CNI:

Da conjugação de tão expressiva colaboração resultou que os decretos federais, regulando o serviço nacional de aprendizagem industrial, honram, sobretudo, a administração pública brasileira, e traduzem uma esplêndida cooperação entre os elementos da indústria, os técnicos governamentais e o grande senso político e administrativo dos mais altos responsáveis pela

²⁵ O autor apóia tais afirmações em entrevistas realizadas por ele com participantes dos eventos em questão.

²⁶ Cf. SENAI Brasil, ano 6, nº 27, 1997:4.

causa pública. (Simonsen, 1973:136)

Assim, o empresariado industrial assume o controle daquela que se tornaria a sua mais importante e massiva ação educativa no campo profissional. Como afirmam Hermes e Nunes (1994:37), “com o SENAI, foi instaurado no Brasil o ensino industrial em larga escala”.

Do ponto de vista organizacional e pedagógico, o SENAI é inspirado na experiência do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional de São Paulo - CFESP.²⁷

O CEFSP, ao lado do Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo (IDORT),²⁸ foi responsável pela introdução no Brasil dos princípios tayloristas, notadamente a elaboração das “séries metódicas de aprendizagem” e a aplicação de testes psicotécnicos para a seleção de trabalhadores e de candidatos aos cursos profissionais.²⁹

Com a instituição do SENAI, em 1942, e a conseqüente obrigatoriedade das empresas ferroviárias carream recursos para essa entidade, foi ameaçada a existência do CFESP.

A partir daí, começa a gradual absorção do CFESP pelo SENAI. Assim, em 1945, o CFESP foi extinto, sendo incorporado ao SENAI não só suas atividades, mas também seu “patrimônio material, seu acervo metodológico e intelectual

²⁷ Aliás, o próprio Roberto C. Simonsen (1973:135-6) registra tal inspiração. O CEFSP, criado em 1934, conjuntamente pelo governo estadual de São Paulo e as companhias ferroviárias que no estado atuavam é resultado direto da grande expansão da economia cafeeira, que demandou fortemente a implantação e expansão da malha ferroviária. Para um estudo mais completo do CFESP, ver Medeiros (1987).

²⁸ Ver, sobre o IDORT, além de Medeiros (1987), Vargas (1985).

²⁹ Cabe assinalar que as séries metódicas remontam a experiências bastante antigas (1868), realizadas principalmente na Rússia por Victor Della Vos (Frigotto, 1977). Ver também Frigotto (1983).

constituído de planos, projetos, estudos e conjuntos de séries metódicas elaboradas durante 15 anos” (Medeiros,1987:171).

Nos seus 55 anos de funcionamento, o SENAI ampliou e complexificou bastante sua rede física de formação profissional. Atualmente, o SENAI possui em funcionamento 231 Centros de Formação Profissional (CFP); 12 escolas técnicas (ET); 24 Centros de Tecnologia (CETEC);³⁰ unidades móveis (rodoviárias e fluviais); agências de formação no interior de empresas; e o Centro Internacional de Educação, Trabalho e Transferência de Tecnologia (CIET),³¹ perfazendo um total de 956 unidades de ensino.

Além da ampliação da rede física, o SENAI também ampliou e modernizou seus conceitos e suas metas de formação profissional, ultrapassando seus limites iniciais - a aprendizagem industrial - e alcançando a formação de tecnólogos, a nível de 3º grau, embora de forma ainda bastante incipiente.

A entidade de formação profissional da indústria atua, principalmente, em quatro níveis de formação, a saber, *aprendizagem, qualificação, treinamento e habilitação*:

Aprendizagem. Processo pelo qual jovens, na faixa etária estabelecida pela legislação (14 a 18 anos), em complementação à escolaridade regular, adquirem a prática metódica da execução de operações e tarefas de determinada ocupação e os conhecimentos e atitudes necessários para desenhá-la com eficiência.

Qualificação. Processo de formação que capacita o indivíduo para o exercício de uma ocupação, dirigindo-se para adolescentes ou adultos que, tendo ou não completado o primeiro ou segundo grau,

³⁰ Cf. SENAI. **Relatório Anual**, 1996.

³¹ O CIET será abordado mais adiante.

submetem-se a uma formação específica de médio a longo prazo.

Treinamento. Atende às necessidades específicas do indivíduo e da empresa através de cursos de pequena e média duração, estágios, seminários, etc. Tem por objetivo sanar deficiências de desempenho na execução de tarefas específicas de uma ocupação e ou carências de informações em conhecimentos ou atitudes profissionais compatíveis com sua área de atuação e objetiva eliminar dificuldades circunstanciais, superar obstáculos, inovações, visando ao aumento da produtividade e à maximização dos lucros da empresa.

Habilitação. Cursos técnicos regulares, de longa duração, a nível de 2º grau, que forma técnicos de nível médio em várias ocupações. (SENAI. Relatório Anual, 1992.)

O quadro abaixo mostra a evolução recente da distribuição dos níveis de formação profissional ministrada na entidade:

Níveis de Formação	Anos	
	1990	1995
Aprendizagem	8,83%	3,84%
Qualificação	8,80%	12,70%
Treinamento	80,93%	82,44%
Habilitação	1,44%	1,00%
Tecnólogo	-----	0,02%

(Fonte: SENAI. Relatórios Anuais, 1994, 1995.)

Por um lado, pode-se notar a queda sensível do percentual de formação no nível aprendizagem (o mais elementar) e no nível habilitação (o mais longo e complexo, excluindo-se o Tecnólogo). Por outro lado, houve, nos últimos anos o aumento nos níveis denominados *qualificação e treinamento*.

Em suma, fica claro que hoje o SENAI ultrapassou bastante os limites

originários de fornecer formação profissional apenas para os “menores pobres”. No entanto, essa formação permanece adstrita às necessidades mais imediatas das indústrias, dado que, ainda hoje, a maior parte da atuação do SENAI (cerca de 82%) é direcionada para a modalidade “treinamento”.

Além da formação profissional *stricto sensu*, o SENAI vem paulatinamente ampliando suas atividades; recentemente passou a oferecer outros serviços para as empresas industriais, tais como assistência técnica ao processo produtivo; apoio à gestão de recursos humanos; certificação ocupacional; serviços técnicos especializados de laboratórios ou oficina; desenvolvimento tecnológico; e difusão de informação tecnológica.³²

Esses serviços, que extrapolam a tradicional tarefa de formação profissional do SENAI, integra a estratégia, deflagrada em 1993, de ampliação das atividades da entidade, a partir da implantação dos CENATEC’s, dos CEMEP’s, do CIET, na busca de organização da Rede Nacional de Tecnologia.³³

Grosso modo, aos CENATEC’s cabe a prestação dos serviços elencados acima, na perspectiva de

tornar-se também um campo de geração, absorção, adequação e transferência de tecnologia, direcionada para o setor de atividade industrial na área de competência do Centro. (SENAI. Centros nacionais de tecnologia, 1993:16)

Já aos CEMEP’s cabe desenvolver, com alto grau de qualidade, as atividades de formação profissional em suas múltiplas modalidades. Segundo Lúcia

³² Cf. SENAI, *Relatório Anual*, 1995.

³³ Respectivamente, Centros Nacionais de Tecnologia, Centros Modelos de Educação Profissional e Centro Internacional de Educação, Trabalho e Transferência de Tecnologia.

Simões, chefe da Divisão de Educação Tecnológica do SENAI, em termos da educação para o trabalho, os Centros Modelos

devem desenvolver programas com metodologias de ensino flexíveis e adequadas [...], de acordo com as necessidades de mercado, com ênfase no princípio da formação integral do cidadão. (Senai Brasil, nº 27, 1997).

Já o CIET, criado a partir de convênio entre a CNI, o SENAI e a UNESCO, tem por objetivo

promover a captação, tratamento, a difusão e o uso de informações, nacionais e internacionais, que são requeridas em seu trabalho de apoio ao empresariado, às instituições públicas e privadas e à sociedade nos campos da educação, do trabalho e da tecnologia. (SENAI. Relatório Anual, 1995: 31)

Para ilustrar as atividades desenvolvidas por esse recente órgão do SENAI, pode-se apresentar a pesquisa que vem sendo conduzida pelo CIET, junto à FINEP (Programa de Acompanhamento de Macropolíticas e Modernização), com financiamento do BID.

A pesquisa mapeou as trajetórias profissionais de todos os trabalhadores da indústria demitidos no período de 1989 a 1995, buscando estabelecer critérios para a configuração de programas de “reconversão profissional” desenvolvidos pelo SENAI.³⁴ Esses programas buscam ampliar a capacidade de “empregabilidade” dos trabalhadores industriais com fito ao seu (re)ingresso no mercado de trabalho.³⁵

³⁴ A pesquisa rastreou as trajetórias profissionais dos demitidos a partir do número do PIS de cada trabalhador industrial e das informações contidas na RAIS.

³⁵ Conceitos como “empregabilidade” que compõem a matriz discursiva da concepção pedagógica da CNI serão abordados diretamente nos capítulos seguintes desse trabalho.

Enfim, a partir da transformação dos Centros de Tecnologia (CT) em Centros Nacionais de Tecnologia (CENATEC), dos Centros de Formação Profissional (CFP) em Centros Modelos de Educação Profissional (CEMEP), articulados entre si e capitaneados pelo Centro Internacional de Educação, Trabalho e Transferência de Tecnologia (CIET), o SENAI vem organizando a sua rede de tecnologia em prol da indústria nacional, diante dos novos rumos da economia mundial, ou melhor, diante da nova forma de inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho.

A criação do SENAI, em 1942, foi um passo importantíssimo na modernização da força de trabalho industrial, principalmente no que tange à sua qualificação profissional.

Hoje, essa entidade extrapolou, e muito, suas tarefas originais e abraçou para si tarefas de alto grau de sofisticação científica e tecnológica, constituindo-se na maior rede latino-americana de formação profissional.

O SENAI efetua cerca de 2,6 milhão de matrículas/ano, distribuídos em 956 unidades de ensino,³⁶ contribuindo, de maneira insofismável, para a (con)formação da força de trabalho industrial, agora em estreita relação com a perspectiva de competitividade industrial calcada no desenvolvimento tecnológico. Tal objetivo, aliás, está registrado na “Missão institucional do Sistema SENAI”:

Contribuir para o fortalecimento da indústria e o desenvolvimento pleno e sustentável do país, promovendo a educação para o trabalho e a cidadania, a assistência técnica e tecnológica, a

³⁶ Cf. Senai Brasil, nº27, 1997.

produção e disseminação de informação e a adequação, geração e difusão de tecnologia. (SENAI. Relatório Anual, 1995)

A formação profissional não é o único aspecto da (con)formação da força de trabalho industrial. Para abarcar outras facetas da formação humana da classe trabalhadora, foi criado, em 1946, o Serviço Social da Indústria (SESI), discutido na próxima seção.

L3 SESI: “FÁBRICA DE CIDADÃOS”

O Estado Novo terminara com o fim da Segunda Grande Guerra; neste momento, já não mais havia condições políticas da manutenção da ditadura varguista. Contudo, a influência de Getúlio estava longe de chegar ao fim. Por sua intervenção direta, venceu a eleição presidencial, ocorrida em fins de 1945, o general Eurico Gaspar Dutra. Vargas, por sua vez, foi eleito senador por dois estados e deputado federal em sete.

O novo Congresso Nacional funcionou primeiramente como Congresso Constituinte e, promulgada a nova Constituição (18 de setembro de 1946), assumiu os trabalhos legislativos ordinários.

Embora a nova Carta Constitucional afaste-se do modelo da Constituição do Estado Novo, num aspecto aquela se mantém próxima a essa: o sistema corporativista, originariamente inspirado na *Carta del Lavoro* italiana, é mantido pelos constituintes (Fausto, 1995:401).

A tradição repressiva também não fora superada. Enquanto o Congresso Constituinte estava reunido, Dutra baixou o decreto-lei 9.070 (março de 1946), que,

na prática, inviabilizava o exercício legal de greve.

Tal decreto foi promulgado num contexto brasileiro de greves, então incipientemente apoiadas pelo Partido Comunista, e num contexto internacional de fortalecimento da União Soviética, muito prestigiada pela vitória final sobre as forças nazistas em Berlim.

Dutra também não deixou de reprimir o Partido Comunista, repressão essa, aliás, iniciada na presidência interina exercida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, após a saída de Vargas. Em maio de 1947, o STF cassou o registro do PC:

No mesmo dia do fechamento do PCB, o Ministério do Trabalho ordenou a intervenção em catorze sindicatos e fechou uma central sindical controlada pelos comunistas. Seguiram-se nos meses novas ações repressivas, a ponto de haver mais de duzentos sindicatos sob intervenção no último ano do governo Dutra. (Fausto, 1995:402)

Entretanto, para Bóris Fausto, não era o PCB o alvo prioritário e específico do general Dutra:

Embora fosse real a influência dos comunistas em muitos sindicatos, era evidente que, em nome do combate ao comunismo, o governo tratava de quebrar a espinha das organizações de trabalhadores contrários a sua orientação (Fausto, 1995:403).

É, portanto, num contexto mundial de prestígio da URSS, de início da Guerra Fria, de relativo acirramento da luta de classes no Brasil, e de repressão ao movimento dos trabalhadores, conhecido como “período democrático”, que o Serviço Social da Indústria (SESI) foi criado. A caracterização de tal contexto foi,

aliás, contemporaneamente reconhecida pelo órgão de divulgação da CNI:

Os diagnósticos, naquela década recheada de promessas de progresso e também pela incerteza de acirrada luta de classes incentivada pela guerra fria, pareciam demonstrar que os empresários precisavam ir mais além da simples oferta de empregos, salários e qualificação profissional. Era indispensável ganhar a luta ideológica no chão da fábrica, demonstrando a superioridade do capitalismo no dia-a-dia. (CNI Indústria & Produtividade, n° 295, 1996:7. Grifos nossos.)

Como fazer isso sem aumentar o salário direto do trabalhador?

Isto sugeria mudanças radicais na qualidade de vida do trabalhador, com oferta de novas opções de lazer, educação e assistência médica para ele e sua família. (Idem, ibidem).

Assim, no rastro de conferências organizadas pela burguesia em 1945 e 1946, a *Carta da Paz Social*, documento fruto da Conferência de Teresópolis, recomendava uma série de ações com o fito de se alcançar a conciliação das classes sociais: cuidados com a saúde pública; verbas para educação e organização da assistência social; instituição de cursos intensivos de visitantes sociais (“para a reintegração de elementos humanos desajustados ou revoltados); e ampliação e aperfeiçoamento das escolas industriais.

De uma maneira geral, os industriais declararam pretender: (i) o combate ao pauperismo; (ii) o aumento da renda nacional; (iii) o desenvolvimento das forças econômicas; (iv) a democracia econômica e (v) a justiça social (Hermes & Nunes, 1994:31 *passim*).

Em junho de 1946, simultaneamente no rastro da Carta da Paz Social e da

repressão aos sindicatos, o presidente da república Eurico Gaspar Dutra baixou o decreto-lei 9.043, instituindo o Serviço Social da Indústria e entregando-o à CNI:

Art.1º: Fica atribuído à Confederação Nacional da Indústria o encargo de criar o Serviço Social da Indústria (SESI), com a finalidade de estudar, planejar e executar, direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas concorrendo para a melhoria do padrão geral de vida no país, e bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico e o desenvolvimento do espírito de solidariedade entre as classes. (Grifos nossos.)

Se o SENAI busca atender aos interesses industriais ao formar profissionalmente o trabalhador, o SESI tem como objetivo conformar “moral e civicamente” a força de trabalho, funcionando como indutor da “solidariedade de classes”. Ambos são objetivos bastantes articulados com os princípios do Estado de Bem-Estar Social que então montado nos Estados Unidos e na Europa, logo após à Segunda Guerra Mundial. Com efeito, o Regulamento do SESI determina:³⁷

Art. 4º: Constitui finalidade geral do SESI auxiliar o trabalhador da indústria [...] e resolver os seus problemas básicos de existência (saúde, alimentação, habitação, instrução, trabalho, economia, recreação, convivência social, consciência sócio-política.).

O modelo adotado para a criação e funcionamento do SESI é assumidamente o SENAI, como fica claro no preâmbulo do decreto-lei:

Considerando que os resultados das experiências já realizadas com o aproveitamento da cooperação das entidades de classe em

³⁷ Aprovado pelo decreto nº 57.375, de 2 de dezembro de 1965.

empreendimentos de interêsse coletivo, em outro campo de atividade, como o Serviço de Aprendizagem Industrial, são de molde a recomendar a atribuição à Confederação Nacional da Indústria dos encargos referidos;

Portanto, o SESI se espelha no SENAI, em três aspectos básicos. Primeiramente, ambos são criados por decreto-lei e entregue a uma entidade corporativa da burguesia, a CNI. Em segundo lugar, suas fontes prioritárias e primárias de recursos são o recolhimento compulsório de contribuições das empresas industriais aos cofres públicos. Em terceiro lugar, tanto o SESI quanto o SENAI buscam contribuir para a formação, em sentido bastante amplo, da força de trabalho industrial.

Para Betânia Figueiredo (1991:40), a nova entidade não só é criada nos moldes do SENAI como é o seu próprio prolongamento:

Estes serviços sociais [SESI e SESC³⁸] seguem a mesma estrutura organizacional dos serviços de aprendizagem. Para formar uma mão-de-obra jovem, cada vez mais requisitada pelo desenvolvimento industrial, seria necessário ir além da formação técnica propriamente dita, ou a própria formação técnica deveria ser fundamentada em novas bases e comportamentos: hábitos e costumes que se adaptassem mais e melhor ao tempo e espaço industriais.

A referida entidade pretende dar assistência aos trabalhadores industriais, buscando preencher suas “carências” em diversos aspectos: transporte; alimentação; habitação; higiene e saúde, problemas econômicos e domésticos provenientes das

³⁸ O Serviço Social do Comércio (SESC), um duplo do SESI, foi criado em setembro de 1946.

relações no mundo do trabalho; conhecimento dos “deveres sociais e cívicos”; e a “defesa dos salários reais”. Concisamente, o SESI atua nas áreas de educação, saúde, lazer e serviço social. Com efeito, pode-se ler em seu Regulamento:

Art. 5º. São objetivos principais do SESI: (a) alfabetização do trabalhador e seus dependentes; (b) educação de base; (c) educação para a economia; (d) educação para a saúde (física, mental e emocional); (e) educação moral e cívica; (f) educação comunitária.

Se essa atuação, por um lado, articula-se com a construção, em outros países, do *Welfare State*, como foi dito mais acima, ela, por outro lado, se diferencia deste em pelo menos um fundamental aspecto.

Ao invés de políticas sociais públicas coordenadas pelo Estado e destinadas ao conjunto da sociedade, o governo brasileiro cria o SESI e entrega-o à CNI com o fito de atingir (pequenas) parcelas da classe operária.

Torna-se absolutamente clara a pretensão *pedagógica* da burguesia industrial - ou pelo menos de sua fração mais resoluta³⁹ - frente à classe trabalhadora.

A montagem do aparelho SENAI-SESI busca abarcar todas as facetas da formação humana da classe trabalhadora: da formação profissional à formação moral e cívica, da higiene à cultura, da “defesa do salário real” ao lazer, da educação pré-escolar à resolução dos problemas domésticos.

Cabe destacar que os “destinatários” dos serviços oferecidos pelo SESI não

³⁹ Figueiredo (1991: 37 *passim*) admite que houve dissensões em torno da criação e manutenção das entidades de serviço social. A constituição do SESI, sob os auspícios de uma legislação federal, com recolhimento compulsório de taxas para sua manutenção (2% sobre a folha de pagamentos das empresas), permite tal conclusão.

permaneceram passivos diante do nascente projeto.

Em primeiro lugar, a imprensa operária da década de 1940 expressou ataques diretos aos projetos de serviço social da burguesia industrial e comercial, além de organizar atividades culturais que “sem dúvida se apresentavam como alternativas para o tempo fora do trabalho” e para as “programações rígidas e controladas pelos Serviços Sociais patronais”.

Em segundo lugar, esses próprios serviços sociais admitiam a baixa demanda por parte dos “destinatários” dos serviços (Figueiredo, 1991:45). Passados 50 anos de sua instituição, o SESI espalhou-se por todo o país, atingindo um número cada vez maior de trabalhadores (embora ainda reconheça que a demanda ainda está bem aquém da clientela potencial⁴⁰), diversificando e modernizando suas ações.

Na década de 90, o SESI apresenta um orçamento anual em torno de 500 milhões de dólares, possui 27 departamentos estaduais, atua em 710 municípios, emprega 35 mil funcionários e atende a cerca de 70 milhões de pessoas. No ano de 1995, segundo dados próprios, o SESI prestou serviço a 640 mil pessoas no campo da educação, 28,5 milhões no campo da saúde e 30,3 milhões no campo do lazer (CNI Indústria & Produtividade, nº 295, 1996: 11-3).

A rede física é composta por 830 escolas, 764 creches e 5.216 salas de aula (com 710 mil matrículas anuais), 62 clubes de trabalhadores, 75 estádios, 106 cozinhas industriais ou semi-industriais, 187 supermercados, 129 farmácias, 2 mil consultórios médico-odontológicos, 185 ambulatórios, 75 laboratórios de análises

⁴⁰ Em 1996, foi firmado convênio com o Ministério Extraordinário dos Esportes para utilização das instalações esportivas do SESI nos estados do Ceará, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, além do Distrito Federal. A previsão é de atendimento de cerca de 3 mil crianças. (CNI Indústria & Produtividade, nº 295, 1996:8).

clínicas, entre outras unidades de serviço. (CNI. *op. cit.*)

Em 1996, com a posse do atual presidente da CNI, o senador Fernando Bezerra, o SESI está em busca de um novo perfil, mais “condizente com o novo perfil do capitalismo”.⁴¹

I.4 IEL: “A PONTE ENTRE A PRODUÇÃO E O SABER ACADÊMICO”

O Brasil, saído do Estado Novo varguista, ingressou no chamado “período democrático”,⁴² através da eleição de Eurico Gaspar Dutra. As eleições seguintes, de 1950, reconduziram Getúlio Vargas ao cargo de presidente da república. Em 1954, as crises políticas abalam o Palácio do Catete, culminando com o suicídio de Vargas, em 24 de agosto.

Com uma plataforma desenvolvimentista, em outubro de 1955, foi eleito pelo PSD, com apoio do PTB, Juscelino Kubitschek.

O governo JK foi marcado pela estabilidade política, pelo ingresso das montadoras de automóveis, pela construção da nova capital federal, enfim, pelo seu Plano de Metas - “50 anos em cinco”.

Apoiado sobre uma plataforma moralizante, Jânio Quadros venceu, pela UDN, a eleição presidencial seguinte, com 48% dos votos. Para a vice-presidência, haja vista a não vinculação do voto, foi (re)eleito João Goulart, pela legenda do PTB. Menos de sete meses duraria essa inesperada combinação.

A base política de Jânio se desmanchou rapidamente; até mesmo Carlos

⁴¹ Ver entrevista com Fernando Bezerra (*CNI Indústria & Produtividade*, nº 295, 1996).

⁴² Como já foi assinalado anteriormente o período democrático foi marcado em seu início pela perseguição ao PCB e ao movimento sindical.

Lacerda, um histórico antigetulista, retirou seu apoio ao governo central. Na noite de 24 de agosto de 1961, Jânio Quadros surpreende a nação renunciando à presidência da república. A vacância do cargo abriu a luta pelo poder central.

Após inúmeros problemas político-institucionais, João Goulart assumiu a presidência sem poderes; Tancredo Neves foi escolhido o primeiro-ministro de um parlamentarismo improvisado. Essa solução institucional da crise política foi encerrada em 1963, por um plebiscito. No entanto, ao tornar-se plenipotenciário, Jango não desvencilhou-se da crise política e econômica. Muito pelo contrário, estas se aprofundaram.

Assim, em meados de 1963, as posições políticas se radicalizam, até culminarem no Golpe Militar de 1º de abril de 1964.

Na visão de Bóris Fausto,

A tragédia dos últimos meses do governo Goulart pode ser apreendida pelo fato de que a resolução dos conflitos pela via democrática foi sendo descartada como impossível ou desprezível por todos os atores políticos. A direita ganhou os conservadores moderados para sua tese: só uma revolução purificaria a democracia, pondo fim à luta de classes, ao poder dos sindicatos e aos perigos do comunismo. (Fausto, 1995:458)

Assim, a partir de 1964, o Brasil entra em seu período do Regime Militar, que perduraria até 1985.

Era o fim da experiência democrática do período 1945-1964. Pela primeira vez na história do país, os militares assumiam o poder com a perspectiva de aí permanecer, começando a instaurar um regime autoritário. (Fausto, 1995:461)

No rastro do golpe militar, a CNI sofreu uma intervenção, assumindo uma “Junta Governativa” integrada pelos industriais Hyaty Leal, Eurico Amado e Orlando Lavielo Ferraiuolo.

“*CNI será recuperada e restituída a líderes autênticos*”. Com essa manchete o órgão de divulgação da entidade - **CNI Notícias** - dava voz à Junta Governativa. Discursando na sede da CNI, por ocasião da comemoração da Semana da Indústria,⁴³ Eurico Amado, industrial interventor, representando a Junta Governativa da CNI, afirmou:

Uma legislação sindical paternalista impediu a representação autêntica das classes. Dessa circunstâncias aproveitaram-se, largamente, os comunistas. (CNI Notícias, nº 2, jul., 1964:10)

Prosseguindo, o interventor ataca o ramo obreiro do sindicalismo corporativo brasileiro:

Na área operária, apossaram-se [os comunistas] da liderança e fizeram com que os “pelegos” se charfurdassem na lama do Fundo Sindical, enquanto êles pressionavam as forças políticas nacionais, através de greves sucessivas e absurdas, para uma verdadeira orgia salarial, responsável pelo estrangulamento de muitos canais da economia. (Idem, ibidem)

A seguir, continuando os ataque à estrutura e às práticas sindicais, o interventor volta-se para o setor das classes produtoras. Para Eurico Amado, a legislação corporativa também afetou a CNI, que, após a morte dos “grandes condutores do pensamento industrial” - Roberto C. Simonsen, Morvam Dias de

⁴³ O decreto 40.983 de 18 de fevereiro de 1957 institui tal dia como Dia da Indústria, data de nascimento de Roberto C. Simonsen.

Figueiredo e Euvaldo Lodi -, teria perdido importância, sendo ocupada pelos “profissionais do sindicalismo”. Esses,

Aliados aos eventuais detentores do poder político, passaram a manipular a Confederação Nacional da Indústria. Fizeram-na omissa. Desperdiçaram vultosos recursos do SESI, impediram o desenvolvimento do SENAI na sua tarefa, altamente patriótica, de preparação da mão de obra. (CNI Notícias, nº 2, jul., 1964:10.)

Para Eurico Amado, as atuações dos “profissionais do sindicalismo” no seio da CNI acabou por afastar os “grandes industriais” da vida confederativa, causando, assim, uma dupla distorção nos objetivos da entidade - a falta representatividade e a ausência do diálogo entre as classes. Tal afastamento, nas palavras do interventor, abriu espaço à “a voz monocórdia do partido comunista”.

Enfim, ainda segundo o industrial-interventor, o pensamento da indústria caíra num “longo e negro túnel”, do qual só após a Revolução poderá sair:

Com a ajuda inestimável de Sua Excelência, o Ministro do Trabalho, a Junta Governativa haverá de restituir esta casa totalmente recuperada a autênticos líderes industriais. (CNI Notícias, nº 2, jul., 1964:11)

Em agosto de 1964, após a reestruturação da entidade, o Conselho de Representantes elegeu o industrial-general Edmundo Macedo Soares e Silva⁴⁴ para a presidência da nova CNI. Mais tarde, em 1967, Macedo Soares foi conduzido ao posto de Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, sendo substituído, primeiro interinamente e mais tarde definitivamente, por Thomas Pompeu de Souza Brasil

⁴⁴ O general exercia então a presidência da Mercedes Benz do Brasil.

Netto, que dirigiu o órgão até 1977.

Em dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) fechou (temporariamente) o Congresso Nacional, revogou o direito de *habeas corpus*, cassou mandatos, suspendeu direitos políticos, demitiu e aposentou funcionários públicos, principalmente professores universitários.⁴⁵

No entanto, ao lado do terror implantado na vida social pelo Estado brasileiro, o país vivia a euforia econômica:

Em 1968 e 1969, o país cresceu em ritmo impressionante, registrando a variação respectivamente de 11,2% e 10,0% do PIB [...]. Começava assim o período do chamado “milagre econômico” (Fausto, 1995:482)

Com as medidas de recuperação econômica adotada pelo governo militar, em conjunto com as medidas de repressão, houve uma aceleração do ritmo de crescimento da demanda social por educação, o que acabou por agravar a crise do sistema educacional (Romanelli, 1989:196).

Essa situação de crise serviu como pretexto à celebração, a partir de 1964, de acordos entre os governos brasileiro e norte-americano, conhecidos como “Acordos MEC-USAID”,⁴⁶ cujas finalidades seriam a de prover “assistência técnica” para a reformulação completa do sistema educacional brasileiro, principalmente o ensino superior, adequando-o à nova ordem estabelecida pelo Golpe Militar:

⁴⁵ O AI-5 só foi revogado em 1979.

⁴⁶ USAID - United States Agency for International Development. Os acordos abrangeram estudos para a reforma do ensino primário (1964, 1965 e 1966), e médio (1965 e 1968), o treinamento de técnicos rurais (1966 e 1967), o aperfeiçoamento de professores de nível médio, a reformulação das faculdades de filosofia (1966), a modernização da administração universitária (1966), e a publicação de livros-textos (1967).

Delineia-se, assim, uma política educacional bem definida. Através da reestruturação do sistema educativo, segundo os princípios da organização das empresas, busca-se maior adequação do modelo da educação ao modelo econômico, para atingir os objetivos desse último. (Romanelli, 1989:223).

De fato, a partir de 1968, toda a educação brasileira foi reestruturada, da reformulação do ensino superior à criação do 1º grau (através da fusão do primário e do 1º ciclo do ensino médio), do nascimento da pós-graduação à política de formação profissional compulsória a nível de 2º grau, da instituição dos exames vestibulares unificados à extinção das cátedras universitárias.⁴⁷

É, portanto, no contexto do regime militar, talvez em seu momento mais autoritário, e no início do “milagre econômico” que, em 1969, a CNI fundou uma terceira entidade, o Instituto Euvaldo Lodi - IEL.

Diferentemente das entidades que o precederam - SENAI e SESI -, o IEL não foi criado por força de lei. Se aquelas instituições figuram nas “prerrogativas da CNI”,⁴⁸ ao Instituto não cabe nenhuma menção explícita. Tal ausência estatutária não significa, porém, pouco interesse por parte da Confederação em seu novo órgão, como será demonstrado a seguir.

Como os demais entes da tríade pedagógica - SENAI e SESI -, também o IEL é marcado por uma aparente imposição, ou, no caso específico, uma “sugestão governamental”. Embora não tenha sido criado diretamente por legislação federal, como os outros dois organismos supracitados, o IEL nasce sob a marca da política

⁴⁷ Os pilares da reforma foram a Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 (normas para organização e funcionamento do ensino superior); e a 5.692/71 (lei de diretrizes e bases do ensino de 1º e 2º graus), mais tarde reformulada pela lei 7.044 de 1982.

⁴⁸ Cf. CNI. *Estatutos*, 1991, art. 3º e 66º.

educacional autoritária, “voltada para a preparação de mão de obra especializada e ajustada às necessidades do mercado de trabalho”.⁴⁹

O Instituto Euvaldo Lodi, que leva o nome de um dos fundadores da CNI, tem por objetivo promover a integração universidade-indústria através de estudos e pesquisas. Foi criado a partir das recomendações do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, recomendações essas, aliás, propostas pela própria Confederação, conforme indica o referido Grupo de Trabalho:

*Tendo em vista a necessidade de maior integração entre a Universidade e os programas de desenvolvimento, recomenda-se a aprovação das sugestões formuladas através da CNI, para efeito das principais formas de cooperação a ser prestada pelo empresariado nacional. (In: IEL. **O Instituto Euvaldo Lodi**, 1984:12. Grifos nossos)*

Enfim, o IEL foi criado como um indutor dos interesses da burguesia industrial nas universidades brasileiras, seja através da formulação do perfil técnico-profissional (aspecto curricular), seja através do desenvolvimento das pesquisas científicas e tecnológicas. Tais objetivos estão plenamente articulados com as proposições estabelecidas pela CNI, através do GT da Reforma Universitária, a saber:

- I - Cooperar em programas de pesquisas científicas e tecnológicas das Universidades;*
- II - Promover o estágio de estudantes em empresas [...]*
- III - Colaborar em pesquisa de mão-de-obra, com o objetivo de: a) acompanhar a evolução da demanda de pessoal de nível superior; b) informar às Universidades das modificações ocorridas e da*

⁴⁹ Cf. IEL. **Relatório Anual**, 1976:6.

tendência a curto e longo prazos; c) servir de elo de ligação entre a demanda (por parte da indústria) e a oferta (por parte das Universidades);

IV - Promover a cooperação financeira de Empresas com Universidades para a manutenção e ampliação de cursos de interesses das mesmas Empresas.

V - Promover a realização de cursos em forma cooperativa [empresas-universidades] [...].

VI - Mediante entendimento utilizar ou empenhar-se em que Empresas utilizem, como consultores, membros do corpo docente das Universidades, em que nestas trabalhem em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

*VII - Empenhar-se em que Empresas utilizem serviços de laboratórios e equipes universitárias em análise e ensaios de qualidade, de matérias-primas e de produtos, assim como verificação de especificação e emissões de certificados nos casos indicados. (In: IEL. **O Instituto Euvaldo Lodi**, 1984:12-3. Grifos nossos)*

A longa, a transcrição serve para, por um lado, demonstrar cabalmente a estreita ligação entre a política educacional e os interesses dos empresários industriais, e para, por outro lado, indicar de maneira muito clara os objetivos traçados para o IEL pela CNI.

Para lograr tais aspirações, empreendeu inicialmente dois programas de ação sobre as universidades - **Treinamento Profissional e Promoção de Pesquisa e Intercâmbio**.

O programa de Treinamento Profissional era composto por três sub-projetos, a saber, o projeto de estágio supervisionado, o curso integrado e o estágio fundamental.

Grosso modo, esses sub-projetos visavam atingir os estudantes universitários em três níveis: ainda no ciclo básico, através de pré-estágios com a finalidade de estimular “vocações” para determinadas especialidades do curso de graduação em questão; na fase de conclusão do curso superior, através do estágio obrigatório; e, finalmente, ao longo de todo o curso, desde o ingresso do aluno no mesmo até a inserção do formando no mercado de trabalho, integrando completamente o curso universitário e as empresas através da divisão de tarefas educativas entre estas últimas e a universidade.

Cabe destacar que as atividades do IEL não se restringiram, desde a sua criação, aos cursos direta e imediatamente ligadas ao campo industrial, isto é, o IEL não se limitou a promover estágios para alunos de cursos tecnológicos, como mostra o quadro abaixo (para um total de 5.011 estágios realizados):

Áreas de Ensino	Promoção de Estágios
Tecnológica	35,31%
Biomédica	16,62%
Humanidades I (Ciências econômicas, administrativas e sociais)	42,45%
Humanidades II (Educação)	4,70%
Humanidades III (Artes)	0,92%

(Fonte: IEL. **Relatório Anual**, 1976.)

Pode-se dizer que o IEL pretendeu, a partir desses programas de treinamento profissional, cooptar quadros de nível superior em formação, em variadas áreas do conhecimento, para o campo dos interesses da indústria.

O segundo programa - **Promoção de Pesquisa e Intercâmbio** - buscava

induzir a produção de conhecimentos tecnológicos e científicos a partir do financiamento direto das pesquisas e dos pesquisadores, e da co-utilização de instalações físicas e equipamentos.

Esse segundo programa visava, portanto, induzir pesquisas acadêmicas de forma a serem funcionais às demandas científicas e tecnológicas do parque industrial brasileiro, haja vista que, sob o capitalismo, desde a difusão do sistema de máquinas no século XIX, a ciência tornou-se potência material.

Em fins da década de 80 e início da década de 90, seguindo as diversas alterações no perfil de atuação do Sistema CNI, o IEL também passou a empreender mudanças, com o fito de superar os limites de suas atividades prioritárias - o oferecimento e a supervisão de estágios. Esses foram avaliados como insuficientes para atender aos interesses mais gerais da indústria, já que funcionavam prioritariamente como instrumento de recrutamento de força de trabalho de nível superior.⁵⁰

Grosso modo, essa mudança de rumo do IEL pode ser identificada a partir de três momentos em sua história.

O primeiro período, compreendido entre 1969 e 1986, entendido pelo próprio Instituto como “período pioneiro”, ficou na prática muito restrito às atividades de estágio.

O segundo período, de 1986 a 1989, pode ser visto como um ponto de inflexão na trajetória do IEL, já que, durante esses anos, o Instituto priorizou a auto-

⁵⁰ Cf. IEL. **Relatório Anual**, 1990.

avaliação das atividades desenvolvidas, conseqüente estabelecimento de novas rotas para sua consolidação enquanto membro do nascente Sistema CNI, e a necessária ampliação das atividades e do escopo de funcionamento.

Finalmente, os anos 90 presenciaram a emergência dos novos rumos do Euvaldo Lodi. Participando ativamente das mudanças promovidas na economia brasileira promovidas pelo Governo Collor de Mello, o IEL passou a atuar prioritariamente em projetos de desenvolvimento tecnológico e gerencial do parque industrial brasileiro.

Para dar concretude a essa nova faceta, o IEL enceta esforços em três programas: o Programa Oficina de Produção (POP), o Programa IEL de Competitividade Industrial, e o Programa Educação pela Qualidade (com o apoio do governo federal). Com relação ao primeiro programa, Neves aponta que

Coube ao POP realizar, no período Collor, um trabalho de duplo convencimento. Numa direção, procurou convencer os empresários industriais [...] a priorizarem as estratégias de melhoria da qualidade industrial, utilizando-se para tal, dos serviços oferecidos pela universidade brasileira. (Neves (coord.), 1995: 84-5).

O Programa também atuou na outra ponta do binômio empresa-universidade, estabelecendo protocolos, debates e comissões com setores universitários, particularmente com o Conselho de Reitores das Universidade Brasileiras - CRUB. O POP foi parcialmente feliz em suas ações, pois, por um lado,

Na avaliação do Protocolo da Interação CNI/CRUB [...] os reitores reafirmaram a importância do desenvolvimento industrial para o desenvolvimento econômico e social do País. (Neves (coord.), 1995:85)

Por outro lado, o Conselho de Reitores, adotando a interação indústria-universidade, reafirmou o princípio de não-submissão aos interesses dos industriais.

Mesmo assim, o IEL vem progressivamente ganhando terreno no cotidiano universitário através do oferecimento de bolsas de iniciação científica, do engajamento de pesquisadores em projetos de desenvolvimento tecnológico, e da sustentação de atividades produtivas, como, por exemplo, a criação das “incubadoras de empresas”⁵¹.

Os diversos tipos de estágios proporcionados pelo IEL não foram abandonados, mas buscaram se enquadrar nas novas diretrizes. Como foi apontado mais acima, a atividade de estágio precisava superar a tarefa de recrutamento. Para tal, o IEL estabeleceu o Programa de Bolsas de Iniciação Tecnológica destinadas tanto a estudantes quanto a professores-pesquisadores, sempre articuladas a algum projeto específico de P&D industrial, ou afim.⁵²

Assim, a burguesia industrial passou a dar atenção privilegiada à atuação “molecular” nos departamentos das universidades brasileiras.

Mas a atuação do IEL ainda vem sendo questionada e será, portanto, objeto de reformulações. O novo presidente da CNI, o senador Fernando Luiz Gonçalves Bezerra, empossado em outubro de 1995, declarou que:

Determinados objetivos de algumas instituições do Sistema [CNI] serão alterados profundamente. [...] Pretendo rever toda ação e objetivos do Instituto Euvaldo Lodi. (CNI - Indústria & Produtividade, n° 291, 1995:10)

⁵¹ Geralmente essas iniciativas são realizadas em associação com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresas), entidade também mantida com contribuições compulsórias, e em cujo conselho diretor a CNI tem assento privilegiado.

⁵² Cf. IEL. *Relatório Anual*, 1990.

Com a ampliação das atribuições do Sistema SENAI, principalmente a partir da implantação da Rede Nacional de Tecnologia do SENAI, com o crescimento, ainda tímido, dos cursos superiores de formação de tecnólogos, enfim, com a crescente preocupação por parte do SENAI em desenvolver estudos, pesquisas, seminários e publicações no campo do trabalho, educação e desenvolvimento tecnológico, o papel do IEL no conjunto do Sistema CNI precisa ser reforçado, ou reformulado, para não se restringir, como nos seus primórdios, a uma grande central de estágios.

1.5 SISTEMA CNI: “A REPRESENTAÇÃO INTEGRADA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA”

A massiva campanha *Diretas já*, na década de 80, não atingiu seu objetivo; o Colégio Eleitoral indicou Tancredo Neves e José Sarney para os cargos de presidente e vice-presidente da república, respectivamente. Tancredo adoeceu e morreu antes mesmo de assumir o cargo. Sarney assumiu plenipotenciário.

Para a superação completa do regime autoritário, inaugurado em 1964, a transição democrática caminhou no sentido de um nova ordem institucional, instaurada a partir da redação de uma nova Carta Constitucional.

O Congresso Constituinte - composto inclusive por senadores “biônicos” - iniciou seus trabalhos em 1º de fevereiro de 1987, tendo-os concluído apenas em 5 de outubro de 1988, com a promulgação da nova Carta.⁵³

Foi no contexto da disputa política explícita, em torno do papel do Estado brasileiro, dado o caráter reformador da ordem institucional do Congresso

⁵³ Apesar dos ventos neoliberais já estarem soprando no cenário internacional, de fato a Constituição plasmou uma série de avanços no campo social que vinham sendo construídos, principalmente, a partir de 1978.

Constituinte, que se operou a maior mutação na estrutura da CNI.

No chamado campo democrático, principalmente entre os educadores, foi-se consolidando a proposta de democratização e controle social desse mega-sistema de formação profissional composto pelo SENAI e SENAC, prioritariamente, e pelo SESI e SESC, secundariamente.

Concretamente, o *Fórum da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito*⁵⁴ encaminhou uma proposta popular, para a seção sobre educação, abrindo caminho para a democratização daquelas entidades:

*Art.12 - Serão criados mecanismos de controle democrático da arrecadação e utilização dos recursos destinados à Educação*⁵⁵, assegurada a participação de estudantes, professores, funcionários, pais de alunos e representantes da comunidade científica e entidades da classe trabalhadora. (Fórum... In: Brito, 1988)

Após décadas de soberania sobre a maior parte da formação profissional da força de trabalho industrial através do SENAI, a CNI precisou lutar para manter-se enquanto único órgão dirigente desse megasistema de formação profissional. Expressão dessa luta foi a instituição, durante a gestão de Albano Franco, do *Sistema CNI*.

Com efeito, o Sistema CNI é entendido como um complexo, articulado e indissociável organismo capaz de responder aos “novos desafios”, ou seja, “atuar na

⁵⁴ O Fórum, que recolheu 279.013 assinaturas para a sua proposta, foi integrado pelas seguintes entidades: ANDE, ANDES, ANPAE, ANPEd, CPB, CEDES, CGT, CUT, FASUBRA, OAB, SBPC, SEAF, UBES e UNE. Já os empresários, mostrando grande esforço hegemônico-mobilizador, conseguiram 1.659.130 assinaturas para as suas propostas (Neves, 1997:66). Sobre o tema educação na Constituição de 1988, ver também GARRIDO & GOMES (1987, 1988).

⁵⁵ Incluída a “preparação para o trabalho” (art.1º).

modernização institucional do país e liderar os empresários como agentes da transformação” (CNI. **Sistema CNI: Novo perfil**, 1994).

Esse Sistema, encabeçado pela CNI, é formado pela íntima articulação da *triade pedagógica* - o SENAI, o SESI e o IEL.

Assim, durante os embates políticos durante a Constituinte, os empresários industriais conseguiram manter não só o controle absoluto sobre o SENAI e o SESI, mas a gestão da principal fonte de recursos - a arrecadação compulsória de taxas sobre a renda das empresas industriais -, além, é claro, dos convênios firmados entre o governo federal e aqueles órgãos.⁵⁶

Após a promulgação da nova Carta Constitucional, e o fim do Governo Sarney, assumiu a presidência da República, em janeiro de 1990, Fernando Collor de Melo, após derrotar em eleição direta Luís Inácio Lula da Silva, candidato pela Frente Brasil Popular.

Collor de Melo lançou imediatamente seu controvertido plano de combate à inflação aliado a um profundo projeto de reestruturação do Estado brasileiro:

Collor adotou [...] um conjunto de medidas de destruição do Estado, caracterizado pela dispensa maciça e indiscriminada de funcionários, pelo fechamento de órgãos públicos sem nenhum critério e pela privatização irresponsável e até dolosa de empresas públicas. (Santos, 1994: 287)

O conjunto das políticas desencadeadas colocou o país na rota da modernização conservadora das relações econômico-sociais. Essas políticas, de

⁵⁶ Analogamente, os empresários comerciais, organizados através da CNC, também mantiveram o controle sobre o SESC e o SESI.

forma alguma, foram modificadas pelo processo de *impeachment*, pelo governo Itamar Franco, pelas medidas econômicas do ministro Fernando Henrique Cardoso, ou mesmo pelo Plano de Governo desse ao assumir a presidência da República em 1995.

Em 1º de janeiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso, no rastro do Plano Real, assumiu a presidência da república. Com essa vitória, abre-se no Congresso Nacional um período de revisão constitucional, portanto, de novas disputas político-institucionais.

Naquele mesmo ano, em 25 de maio, dia comemorativo à indústria, a CNI lança em Brasília o documento/“cartilha” *Custo Brasil*. Nesse documento, os industriais brasileiros buscam sensibilizar principalmente o Congresso Nacional, por ocasião do período destinado à reforma constitucional, para a superação dos obstáculos que impediriam os “investimentos, empregos e uma sociedade com elevada qualidade de vida”. Ou seja, os industriais buscam, através do documento, consolidar a modernização conservadora das relações econômico-sociais iniciadas por Collor de Melo.

A economia brasileira acumulou ao longo de muitos anos um conjunto de ineficiências e distorções que prejudica a competitividade do seu setor produtivo. Tais ineficiências, que se tornaram patentes com o avanço da abertura da economia, dizem respeito às relações entre Estado e setor privado, e estão expressas basicamente em uma legislação inadequada e em graves deficiências no provimento de bens públicos. (CNI, 1995b:2).

Assim, o documento elenca alguns elementos (“por definição externos às empresas”) que compõem o Custo Brasil, a saber, as distorções do sistema

tributário; a legislação trabalhista; a precariedade dos sistemas de educação e de saúde; a obsolescência da infra-estrutura de transportes (rodovias e portos), comunicações e matriz energética; os altos custos de financiamento da produção; e, por fim, a excessiva regulamentação das atividades econômicas.

Com relação à legislação trabalhista, a CNI entende que os custos da mão-de-obra - distingüidos do custo salarial - são muito elevados, se comparados com os custos vigentes em outros países, como o Chile. O custo trabalhista se materializaria através da

incidência de uma carga elevada de impostos e contribuições para financiar a seguridade social, e também pela existência de uma série de benefícios indiretos para os trabalhadores, que tomam forma de dias pagos mas não trabalhados e adicionais pecuniários. (CNI, 1995b:3)

O documento afirma que os encargos trabalhistas oneram o custo da mão-de-obra em 100%, em relação ao salário efetivamente recebido pelo trabalhador. Além disso, a legislação trabalhista - a CLT - mostrar-se-ia por demais rígida, o que inviabilizaria a criação de novos postos de trabalho.

A CNI entende que a queda pronunciada de *gastos públicos* em infra-estrutura pode criar proximamente um estrangimento interno na economia brasileira, além de já ter reduzido a competitividade das empresas. As principais críticas se dirigem à malha rodoviária e ao sistema portuário.

O Estado brasileiro também seria responsável, dada a “tradição de forte intervenção estatal e a instabilidade macroeconômica dos últimos anos”, pela regulamentação excessiva das atividades econômicas (CNI, 1995b:7).

O documento *Custo Brasil* também dá atenção às deficiências da “infra-estrutura social”, ou seja, aos sistemas de saúde e educação públicos. Para a CNI, a ausência do poder público em suprir, em quantidade e qualidade adequadas às empresas, os serviços de educação e saúde vem aumentando significativamente os custos internos de produção, já que “as empresas modernas têm devotado recursos significativos para suprir estas carências” (CNI, 1995b:7)

Em síntese, até aqui, pode-se notar que o chamado Custo Brasil refere-se à suposta ineficiência do Estado brasileiro em suprir algumas das demandas do parque produtivo, notadamente no que tange à infra-estrutura. Essa ineficiência estaria transferindo custos para o interior da estrutura de custos das empresas, diminuindo, assim sua lucratividade. Aliás, como disse Francisco de Oliveira,

a transferência para o financiamento público de parcelas da reprodução da força de trabalho é uma tendência histórica de longo prazo no sistema capitalista; a expulsão desses custos do “custo interno de produção” e sua transformação em socialização dos custos foi mesmo, em algumas sociedades nacionais, uma parte do percurso necessário para a constituição do trabalho abstrato (Oliveira, 1988:10)

Apesar do documento apontar a pequena inversão de recursos do fundo público nos elementos supracitados, inclusive saúde e educação, os industriais propõe como peça-chave para a redução do Custo Brasil a redução da carga tributária. Assim, assumem importância fundamental as teses sobre o sistema tributário:

O Custo Brasil está embutido nas distorções do nosso sistema tributário desigual, com sobretaxação do setor industrial, redundando

em uma inaceitável tributação sobre as exportações e sobre os investimentos e implica altos custos administrativos. (CNI, 1995b:2.)

Como se pôde notar claramente, os empresários industriais estão, por um lado, defendendo a ampliação das ações do poder público e, por outro lado, a redução da carga fiscal que financiaria tal ampliação das ações estatais.

No entanto, no rastro da discussão até hoje em curso, a CNI não admitiu incluir como distorção fiscal a tributação com finalidade de subsidiar as entidades do Sistema CNI, assim como as entidades similares da CNC.

Em matéria paga⁵⁷, o presidente da FIRJAN, Eduardo Gouveia Vieira, defende a manutenção da lei que obriga o recolhimento da referida contribuição. O presidente da Federação parece, assim, admitir que só por força de lei (ou seja, através do poder coercitivo do Estado brasileiro) uma parcela da burguesia industrial se “comprometeria” com a manutenção do Sistema CNI.

Nesse artigo, Eduardo Vieira defende a “conscientização” do empresariado industrial para a manutenção do Sistema CNI, alegando que “verdadeiros encargos para as empresas estão justamente na mão-de-obra desqualificada e sem assistência”.

Desde sua origem até a década de 80, o estatuto jurídico do SENAI e do SESI tem se mostrado bastante controverso. Por um lado, aquelas entidades possuem caráter privado, estando sob direção plena da CNI e sendo custeadas pelas próprias empresas industriais; por outro lado, tais entidades privadas foram criadas por decretos-lei, que estabeleceram a cobrança compulsória de impostos às empresas

⁵⁷ Jornal do Brasil, 2 de agosto de 1995.

industriais, impostos esses arrecadados através da máquina administrativa federal,⁵⁸ além dos recursos vindos diretamente do Tesouro Nacional. Pode-se dizer também que, como todos os demais impostos, esse também é “repassado” aos consumidores, ou seja, ao restante da sociedade.

Enfim, podemos afirmar que, na verdade, o fundo que mantém o Sistema CNI faz parte do fundo público. Aliás, o atual presidente da CNI, senador Fernando Bezerra, admitiu a polêmica:

Há pessoas do governo que consideram que as contribuições ao Sesi e ao Senai são, em última análise, da sociedade e do Estado. Na verdade, prestamos contas à sociedade através do Tribunal de Contas da União. Mas a análise a fazer é a seguinte: o Senai e o Sesi servem à sociedade brasileira? Seus recursos são bem aplicados? Seus resultados são bons?” (CNI - Indústria & Produtividade, n° 291, 1995:12).

Fica clara, através da leitura da *Trajetória da Confederação Nacional da Indústria* (Hermes & Nunes, 1994), a preocupação por parte da direção da entidade em manter a administração do Sesi e do SENAI.

Essa luta, tanto durante a Assembléia Constituinte, quanto nos diversos períodos de revisão constitucional, revela a importância do projeto da burguesia industrial:

Com esses órgãos [SESI e SENAI], os industriais tiveram a possibilidade de atender necessidades básicas de suas empresas, como sejam a mão-de-obra adequada às tarefas requeridas e as do

⁵⁸ O referido fundo é formado a partir de contribuições das empresas industriais, de transportes, de telecomunicações, de pesca, de construção civil, que recolhem entre um e 2% sobre o total da folha de pagamentos.

lazer e cuidados assistenciais aos seus trabalhadores, dentro dos conceitos de formação profissional e estímulo ao trabalhador como indivíduo - de valorização do homem (Hermes & Nunes, 1994:64-5).

Na opinião dos autores, tamanha importância só poderia se traduzir na

dedicação com que [os industriais] se entregam à administração dessas entidades [...] cada vez que surgem movimentos no sentido de estatizar ou afetar a vinculação ou a orientação dos programas das entidades (Idem:65)

Para Hermes & Nunes, a CNI busca entrelaçar-se com sua *tríade pedagógica* - SENAI-SESI-IEL -, compondo um Sistema capaz de “assegurar o desenvolvimento econômico e social do Brasil”. Assim, na visão da entidade,

Estes órgãos [SESI e SENAI], são, hoje, e deverão constituir para o futuro parte da existência da CNI, em seu desdobramento junto às indústrias e aos trabalhadores. (Hermes & Nunes. 1994:64)

O debate pela manutenção do pleno controle sobre o SENAI/SESI, e da manutenção, e da tributação compulsória para a sustentação desse sistema põe em tela a questão do acesso e controle do fundo público.

Para Oliveira (1988), uma das características fundamentais do *Welfare State* é a sistematização de uma esfera pública, em geral, e do fundo público, em particular. O fundo público tornou-se fundamental - um pressuposto mesmo - para o

financiamento da acumulação de capital, de um lado, e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais. (Oliveira, 1988:8)

Assim, para Francisco de Oliveira,

A estruturação da esfera pública, mesmo nos limites do Estado classista, nega à burguesia a propriedade do Estado e sua dominação exclusiva. Ela permite, dentro dos limites das “incertezas previsíveis”, avanços sobre terrenos antes santuários sagrados de outras classes ou interesses, à condição de que isto se passe através de uma re-estruturação da própria esfera pública, nunca de sua destruição. [...] É uma negação dos automatismos do mercado e de sua perversa tendência à concentração e à exclusão. (Oliveira, 1988:22).

Enfim, o controle do financiamento, da administração e do projeto pedagógico do SENAI/SESI pela CNI se insere na luta mais ampla da burguesia industrial, e da burguesia em geral, pelo controle do fundo público.

Em fevereiro de 1997, o *Nosso Jornal*, órgão informativo do Sistema CNI⁵⁹, noticiou com destaque a consecução do mais recente passo em direção à consolidação final do Sistema CNI: a incorporação definitiva do mega-sistema de formação humana da força de trabalho industrial composto pelo SENAI-SESI-IEL.

O Sistema CNI passa por transformações profundas - já possui oficialmente um novo modelo organizacional e um novo Plano de Cargos e Salários. [Por exemplo,] A Unidade Jurídica Integrada passa a concentrar num só organismo as atividades jurídicas antes desenvolvidas em separado pela CNI, Senai e Sesi. (Nosso Jornal, nº 30, fev., 1997. Grifos nossos.)

Baseada explicitamente nas “modernas técnicas de gerência via qualidade total” e “na globalização”, a Resolução de Diretoria da CNI nº 2/97, de 29 de

⁵⁹ *Nosso jornal*, nº 30, fev., 1997.

fevereiro de 1997, estabeleceu oficialmente a nova realidade organizacional e gerencial do Sistema CNI.

A reformulação organizacional promoveu a fusão dos órgãos específicos das entidades componentes do Sistema CNI, criando, a partir daí, as Unidades de Negócio, Unidades de Conhecimento, Unidades de Apoio e Unidades de Gestão. Essas unidades, capitaneadas pelas respectivas Unidades de Negócio, passaram a ser responsáveis pelo desenvolvimento de “processos permanentes ou projetos”.

Do ponto de vista dos funcionários do Sistema CNI, essa reformulação organizacional já implicou instantaneamente o enxugamento dos seus quadros⁶⁰ e a sua transferência paulatina do Rio de Janeiro para Brasília, além da mudança e integração dos planos de cargos e salários, com a extinção das promoções por tempo de serviços.

Enfim, os funcionários diretos da estrutura corporativa da indústria brasileira estão sofrendo os mesmos efeitos da onda de flexibilização do trabalho que avança sobre o conjunto da sociedade.

O informativo da CNI também põe em destaque a *missão institucional* da Confederação que deve nortear todas as ações do Sistema:

Exercer a representação da Indústria Brasileira de forma integrada com as Federações e articulada com as associações de âmbito nacional, promovendo e apoiando o desenvolvimento do país de forma sustentada e equilibrada nas suas dimensões econômico-social e espacial. (Missão CNI).⁶¹

⁶⁰ Para efeito de exemplificação a equipe jurídica do Sistema, com 76 funcionários originariamente, foi condensada em apenas 40 pessoas.

⁶¹ A *missão CNI*, assim como sua *visão estratégica*, aprovadas pelo Conselho de Representantes da instituição

Coroando tecnologicamente o movimento de busca de integração e dinamização do novo Sistema CNI, o Conselho de Representantes, reunido em fevereiro de 1997, definiu os planos de implantação da *Infovia-CNI*.⁶²

A Infovia-CNI deverá constituir-se, nos próximos dois anos, numa rede integrada de comunicação digital de dados, áudio e vídeo, interligando todos os órgãos do Sistema CNI:

Essa rede dará suporte às atividades do Sistema CNI e será de grande utilidade para o avanço dos programas de formação profissional. Servirá, também, para disseminar mensagens do Sistema junto ao empresariado. (Senai Brasil, nº 27, 1997:7)

Finalmente, o agressivo dinamismo demonstrado pela Confederação Nacional da Indústria em implementar seu projeto hegemônico penetrou na mídia televisiva, extrapolando os programas do Telecurso 2000.

Em 10 de março de 1997, é lançada a TV *Futura*. A Futura, primeira TV educativa privada do Brasil, mantida por um consórcio de 11 grupos entre eles a CNI, CNC, Rede Globo e a Turner Communications, iniciou suas atividades com cerca de 16 horas de programação diária.

Voltando às considerações de Francisco de Oliveira, o controle sobre o fundo público, ou a manutenção da não-alteridade em sua gestão, ameaça as bases da democracia contemporânea, em geral, e da ordem institucional brasileira, em particular, porque

O sistema representativo corre o risco de ser transformado numa

em março de 1996, estão afixada em praticamente todos os ambientes funcionais da Confederação.
⁶² Esse projeto será desenvolvido pelo CIET.

democracia de interesses, com mandato imperativo. [...] Levado à sua expressão ultramontana, o Estado pode se converter, realmente, num Estado completamente subordinado ao capital [...] que se transformaria na mais brutal imagem-espelho do banquete dos ricos e do despojo de todos os não-proprietários (Oliveira, 1988:27)

De maneira análoga ao raciocínio desse autor, pode-se afirmar que a consolidação do Sistema CNI, com a incorporação definitiva da tríade pedagógica SENAI-SESI-IEL à estrutura jurídico-organizacional da Confederação, representa a manutenção e consolidação da não-alteridade na direção daquele mega-sistema de formação humana.

Conseqüentemente, a incorporação definitiva dessa tríade pedagógica ao Sistema CNI representa, também, a consolidação e ampliação do projeto pedagógico da burguesia industrial sobre o conjunto da sociedade brasileira nesse fim de século.

I.6 CNI: O MODERNO PRÍNCIPE INDUSTRIAL

“Exercer a liderança do setor industrial, como agente de transformação econômica e social do país, reconhecido pela sociedade, com atuação voltada para a harmonia das relações do trabalho, fortalecimento do mercado interno, apoio à competitividade e maior inserção internacional da indústria.”

Visão Estratégica da CNI, 1996.

A ciência política brasileira vem abordando, há algum tempo, o papel do empresariado, particularmente o industrial, face ao Estado e ao capital estrangeiro,

principalmente no que tange ao processo de industrialização brasileira.

Compõem o quadro das relações Estado/burguesia industrial questões como a debilidade propositiva da burguesia brasileira, a autonomia da fração industrial frente às demais frações da burguesia, e a associação subordinada ao capital transnacional.

Para Luciano Martins (1967), inexistiria uma burguesia brasileira empreendedora, capaz de desenvolver os grandes projetos para o desenvolvimento econômico, principalmente os de consolidação da economia industrial.

Essa incapacidade empreendedora teria levado os capitalistas a ficarem a reboque dos projetos desenvolvidos na tecnoburocracia estatal, principalmente durante a Era Vargas.

Os estudos de Fernando Henrique Cardoso (1964, 1973 e 1970, esse em co-autoria com Falleto) também assinalam em suas obras a fragilidade da burguesia industrial - enquanto classe - traduzindo-se na restrita influência dessa classe sobre o aparelho estatal.

Assim, a inexistência de um projeto global de sociedade, aliada à fragilidade organizativa, restringiu a influência sobre o Estado à atuação de algumas personalidades, tais como Roberto C. Simonsen, baseada em “favores” e “vantagens políticas”.

No entanto, alguns outros trabalhos, principalmente os desenvolvidos por Eli Diniz, propõem uma leitura, pelo menos, mais matizada sobre a questão Estado/burguesia brasileira.⁶³

⁶³ Destacam-se os trabalhos Diniz & Boschi (1978) no qual os autores estudam os temas em questão em duas conjunturas de governos autoritários (períodos 1930-45 e 1964-1976); e, o mais recente, Diniz (1997), que

Diniz & Boschi (1978) assinalam que aqueles estudos clássicos, em síntese, concordam com a fragilidade da burguesia:

No caso do Brasil, como, aliás, nos demais casos de industrialização tardia, a transição da ordem agrário-exportadora para a ordem urbano-industrial não foi conduzida por uma burguesia ideologicamente hegemônica, o que se traduz por uma tendência predominante na literatura política brasileira de visualizá-la como um grupo passivo, oscilando ao sabor das prerrogativas do Estado. (Diniz & Boschi, 1978:17).

Ao longo da referida obra, os autores, concordando em parte com a síntese acima, buscam qualificar aquela conclusão, demonstrando que

o papel político da burguesia foi fundamental, não apenas na definição dos rumos da sociedade brasileira na constituição do capitalismo industrial, como também na conquista de um espaço político no novo esquema de poder instaurado a partir de 1930. (Diniz & Boschi, 1978:17).

Com relação a esse possível paradoxo, sinteticamente, os autores entendem que a caracterização da incapacidade hegemônica da burguesia industrial não aponta para um “excessivo grau de passividade nas suas formas de atuação política” (Diniz & Boschi, 1978:154).

Para os autores, os estudos que apontam a fragilidade da burguesia frente ao Estado partem do pressuposto que a política é um “jogo de soma zero”, ou seja, se o Estado é forte, se o regime é autoritário, então os demais atores políticos são necessariamente fracos. Esses estudos não teriam conseguido captar, assim, o

rearranjo das forças políticas promovido pelo ingresso de novos atores no cenário do poder.⁶⁴ Para os referidos autores, portanto,

a lógica da atuação do empresário, em termos de suas mediações com o Estado, é o que poderíamos denominar de uma lógica da eficácia condicionada. Em outros termos, o controle exercido pelo Estado não destituiu a classe de sua identidade e dinâmica próprias (Diniz & Boschi, 1978:183)

Essa capacidade de manter sua própria identidade permitiu que a burguesia fosse paulatinamente construindo e reconstruindo seus aparelhos de hegemonia, embora, talvez ela própria não percebesse seu caráter hegemônico.

Essa auto-percepção como classe não-hegemônica teria sido propiciada pelas condições históricas de construção do capitalismo no Brasil: a burguesia brasileira não precisou destruir um modo de produção pré-existente antagônico à expansão do capitalismo industrial (Diniz & Boschi, 1978:196).

Mais uma vez, cabe ressaltar que essa auto-percepção burguesa enquanto classe não-hegemônica não impediu a burguesia de concretamente participar, como importante ator, na

constituição de um modelo crescentemente caracterizado pela expansão e diversificação das responsabilidades e áreas do Estado sobre diversas esferas, como sejam, por exemplo, o controle da classe operária, previdência social, mecanismos de captação de recursos e normatização da economia. (Diniz & Boschi,

⁶⁴ Essa incapacidade se revela ao abordar-se a política pós-30. Grosso modo, se aponta a fraqueza dos industriais dado o apoio governamental aos cafeicultores, desprezando-se, portanto, uma correlação de forças mais bem complexa do que o “jogo de soma zero”. O mesmo ocorre com relação à questão burguesia brasileira x capital estrangeiro. Diniz & Boschi (1978) mostram que a burguesia brasileira nunca foi contrária ao ingresso de capital estrangeiro na economia nacional, muito pelo contrário, aquela sempre apontou o caráter imprescindível desse capital para o desenvolvimento do parque industrial.

1978:197)⁶⁵

Ou seja,

Pensar na burguesia como um grupo politicamente desarticulado e fraco, corresponde a uma mistificação em termos do seu real papel político. (Diniz & Boschi, 1978:199)

Atrás de cada ato ou sugestão governamental, estavam presentes não só o desejo, mas também as ações políticas da burguesia industrial em constituir organismos e políticas de defesa de seus interesses históricos e imediatos.

Antonio Gramsci, do interior do cárcere fascista, buscou desenvolver notas nas quais abordou a questão da formação do partido político revolucionário - suas tarefas, seus métodos de ação, suas formas organizativas.

Para desenvolver suas reflexões, elaborou um roteiro de estudos baseado no clássico *O Príncipe*, de Maquiavel. A partir daí, Gramsci pensou um organismo coletivo capaz de encarnar, na sociedade contemporânea, o papel desempenhado pelo príncipe maquiavélico:

O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já se tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. (Gramsci, 1991a:6)

⁶⁵ Giovanni Arrighi (1996) estrutura seu estudo, a partir da proposição de F. Braudel, onde esse afirma “o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado”, para mostrar como duas lógicas distintas (a lógica territorialista e a lógica do capital) se articulam historicamente para produzir ondas longas de acumulação capitalista.

O presente trabalho buscou mostrar, nesse capítulo I, como a Confederação Nacional da Indústria vem se construindo enquanto o mais importante órgão coletivo de representação da burguesia industrial brasileira - saltando do tímido Centro Industrial do Brasil para a imponente Confederação que agrupa 27 federações e cerca de 1000 sindicatos; tornando-se interlocutora tanto do Poder Executivo quanto do Legislativo; e assumindo tanto a formação profissional quanto a saúde e o lazer de milhões de trabalhadores brasileiros.

Como parte fundamental na construção da entidade, destaca-se a montagem do mega-aparelho de (con)formação da classe trabalhadora às necessidades econômico-políticas do projeto burguês de sociedade urbano-industrial - o *Sistema CNI*.

Isto não quer dizer, no entanto, que a construção do Sistema CNI foi fruto de uma onisciência burguesa, de um programa societário pré-estabelecido há 50 ou 60 anos atrás, o qual foi sendo cuidadosa e “maquiavelicamente” montado. É sim, fruto das disputas e correlações de forças entre as classes sociais e entre segmentos da própria burguesia.

O papel hegemônico desempenhado pela CNI não significa, tampouco, que essa entidade seja o único órgão de representação dos interesses da burguesia industrial no Brasil, nem que ela substituiu os partidos políticos (*stricto sensu*) legalmente instituídos.⁶⁶ Como assinala Gramsci,

⁶⁶ É impossível não notar o papel desempenhado pelo PFL em defesa dos interesses imediatos e históricos da burguesia, mas também não é correto excluir essa tarefa de outros partidos. Aliás, cabe assinalar que Albano Franco deixou a cadeira de senador e a presidência da CNI a qual exerceu por 15 anos, para ser governador de Sergipe, eleito pelo PSDB. O atual presidente da entidade, Fernando Bezerra assumiu recentemente a vaga de senador eleito (sem votos) pelo PMDB-RN, aberta pela renúncia do titular da cadeira.

Observa-se que no mundo moderno, em muitos países, os partidos orgânicos e fundamentais se dividiram, por necessidade de luta ou por qualquer outra razão, em frações que assumiram o nome de “partido” e, inclusive, de partido independente. Por isso, muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma das frações, mas opera como se fosse uma força dirigente superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. Esta função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas), são também eles “partidos”, “frações de partido” ou “funções de um determinado partido”. (Gramsci, 1991a: 22-3).

Prosseguindo, Gramsci discute a existência de duas formas de partido: um que parece fazer abstração da ação política mais imediata, ou seja,

o partido constituído por uma elite de homens de cultura, que têm a função de dirigir do ponto de vista da cultura, da ideologia geral, um grande movimento de partidos afins (na realidade, frações de um mesmo partido orgânico)

E outro, de caráter mais recente, definido como

o partido de não-élite, mas de massas, que como massas não têm outra função política que a de uma fidelidade genérica, de tipo militar, a um centro político visível ou invisível (freqüentemente o centro visível é o mecanismo de comando de forças que não desejam mostrar-se a plena luz, mas apenas operar indiretamente por interposta pessoa e por “interposta ideologia”).

Enfim, se está afirmando, baseado na ‘anatomia’ da CNI até aqui desenhada, que a Confederação é uma “fração de um mesmo partido orgânico”. Não se constitui num partido parlamentar, ou num partido de massas, mas sim num

Estado-Maior intelectual da burguesia, capaz de aglutinar em torno de si os germes de vontade coletiva dos industriais, a qual pretendem tornar universal. Com efeito, os estatutos da Confederação indicam que a CNI é criada com o objetivo de

promover o desenvolvimento e a prosperidade de todas as atividades industriais atuando em prol dos seus interesses e, de um modo geral, dos do País; representar e defender os interesses das federações filiadas perante os poderes públicos e colaborar com estes no estudo e solução dos assuntos que, diretamente ou indiretamente, possam interessar à indústria brasileira e à expansão da economia nacional; estudar e promover soluções para as questões e os problemas relativos ao trabalho industrial.
(Hermes & Nunes, 1994:27)⁶⁷

Já no nascimento, portanto, a CNI se põe como tarefa enfeixar em suas mãos a formação humana da classe operária. Com efeito, a Confederação tem, entre os seus demais objetivos, o de

promover, de acôrdo com as possibilidades da indústria, a adoção de regras e normas que visem beneficiar e aperfeiçoar os sistemas de fabricação, os métodos comerciais, assim como o bem estar físico, moral, higiênico e cultural dos empregados; (CNI. Estatutos. art. 2º, alínea d, 1938; grifos nossos.)

Como se pôde observar, tanto o escopo quanto o leque de ações do Sistema CNI são bastante abrangentes. Revelam, sem dúvida, um projeto que extrapola a defesa passiva dos interesses imediatistas da burguesia industrial.

Tal projeto busca alcançar quase todos os setores da vida social: do lazer à qualificação profissional; do treinamento em serviço aos *lobbies* no Congresso

⁶⁷ Esses objetivos estão inscritos nos artigos 1º e 2º dos Estatutos da CNI.

Nacional; da alfabetização de adultos à derrota da estabilidade no emprego na Constituinte; das pesquisas científicas de ponta no campo da mecatrônica ao tratamento odontológico; do teatro à mídia televisiva.

De fato, as palavras de Euvaldo Lodi, no discurso de recondução ao posto de presidente da CNI⁶⁸, parecem parafrasear o texto gramsciano, sobre o moderno príncipe:

Com a Confederação Nacional da Indústria aglutinam-se as vontades industriais dispersas, ganham consciência de sua própria força, da sua origem comum e encontram um instrumento através do qual formulam e exprimem à comunidade e ao poder público uma interpretação autêntica do processo de industrialização. (Lodi, 1954: 10)

Em seguida, Lodi completa a auto-compreensão da vocação hegemônica da entidade máxima da burguesia industrial brasileira:

Cometimento de tal envergadura só pode caber a um órgão de classe que forme a cúpula de um sistema, de cujos membros possa, por autoridade legal, ser o legítimo intérprete captando, através de um processo seletivo em que se apura o interesse mais amplo, o sentimento, o pensamento e a vontade do conjunto. (Lodi, 1954:10)

Mais uma vez, as palavras do mais ilustre presidente da Confederação ilustram a busca da construção de um discurso e uma ação que aglutinem e organizem os interesses das classes produtoras industriais. O discurso tem como objetivo identificar os interesses dos industriais aos próprios interesses da nação, colocando os primeiros, assim, acima dos antagônicos interesses das classes em luta.

⁶⁸ Lodi foi o primeiro presidente da CNI, exercendo o cargo entre 1938 e 1954.

Enfim, busca-se transmutar os efetivos interesses privados da burguesia industrial em “verdadeiro interesse público”:

O terreno para onde se encaminha o debate é o da harmonia entre as reivindicações dos produtores e das áreas de produção, ou seja, no nível mais alto do interesse nacional. Neste ponto, a escala dos motivos privados cedeu todo ou quasi todo o espaço ao interesse público. Exercem, dêste modo, os órgãos de classe função formadora de mentalidade pública nos homens da produção. (Lodi, 1954:11)

Enfim, a CNI constitui-se hoje no *moderno príncipe industrial* brasileiro, um complexo organismo que se constrói com o fim de corporificar uma vontade coletiva, no caso, a hegemonia da visão de mundo da burguesia industrial, para, com isso, preservar e dinamizar a acumulação do capital *em geral*⁶⁹ e do capital industrial, em particular.

Um pouco acima, assinalou-se a perspectiva hegemônica da CNI desde o seu nascimento. Com isso, tentou-se realçar aspectos de *continuidade* do projeto burguês. Ou seja, a CNI ao assumir o SENAI e o SESI, e, mais tarde, ao criar o IEL, mostra desde cedo preocupações quanto à formação da força de trabalho industrial, de caráter não só pragmático, mas também hegemônico-pedagógico. Isto é, vem de longe o projeto de (con)formação da classe trabalhadora.⁷⁰

Cabe, no entanto, explicitar as *descontinuidades* também presentes na

⁶⁹ Sobre o conceito de *capital em geral*, ver Oliveira (1988).

⁷⁰ Cabe registrar que a SAIN fundou, em 1871, a Escola Noturna de Adultos, que tinha como finalidade “dar instrução primária aos homens livres que tivessem pelo menos 14 anos e que mais tarde teriam que frequentar a escola industrial” (CNI, 1988a: 19)

construção da Confederação enquanto uma fração do partido ideológico da burguesia industrial. Tais descontinuidades não se identificam plenamente com a idéia de *ruptura*, de cisão, mas sim registram zonas de transição no papel desempenhado pela CNI, em particular, e pela própria burguesia, em geral, no cenário político brasileiro.

O período compreendido, grosso modo, entre as décadas de 1930 e 1980 pode ser caracterizado pelo papel - vigorosamente explicitado - do Estado como indutor de crescimento econômico e como reparador, ou amenizador, das desigualdades sociais provenientes do modo de produção capitalista. Essa foi a era do *Estado estruturante*.⁷¹

Se, por um lado, em terras brasileiras nunca foi, de fato, conformado um Estado de tipo *welfare*, por outro lado, não se pode negar que o Estado desempenhou o papel de protagonista no cenário econômico-político-social, inclusive ocultando o papel hegemônico da burguesia enquanto classe. Na verdade, esse protagonismo esteve, principalmente na década de 30, de mãos dadas com o pensamento autoritário.⁷²

Na visão de Diniz (1997), foi através dessa estrutura corporativa que foram incorporados os novos atores sociais - os trabalhadores urbanos e a burguesia industrial.

Com efeito, a CNI representa tipicamente as instituições para-estatais, vértice de uma estrutura vertical, hierárquica e centralizada, criada pelo Estado

⁷¹ Essa discussão será retomada nos capítulos seguintes dessa tese.

⁷² São expoentes brasileiros dessa concepção Oliveira Vianna e Azevedo Amaral (Cf. Diniz & Boschi, 1978:52 *passim*).

Novo com o fito de incorporar a burguesia industrial.

Cabe ressaltar, concordando com a autora supracitada, os distintos efeitos da nova estrutura corporativa sobre as estruturas sindicais trabalhistas e patronais pré-existentes. Em outras palavras, as organizações operárias construídas ao longo das décadas iniciais do século XX foram destruídas, mas o mesmo não ocorreu com as organizações da burguesia. Essas

tiveram de se adaptar ao novo formato imposto pelo governo Vargas, mas puderam manter parte considerável da estrutura montada previamente. (Diniz, 1997:21)

Ou seja,

os industriais preservaram as associações setoriais existentes, que funcionariam ao lado da estrutura corporativa oficial formada pelos sindicatos, federações e confederações. Instaurou-se, a partir de então, o sistema dual de representação que o empresariado industrial mantém até hoje em vigor. (Idem, ibidem).

Com efeito, a CNI foi instituída oficialmente em 1938, passando apenas a ocupar legalmente o *locus* da antiga CIB. Com relação às federações, também foram mantidos os Centros Industriais, paralelos às novas Federações Industriais. De fato, como já assinalamos no início do capítulo, as direções dos Centros e das Federações são compostas pelos mesmos indivíduos.⁷³

Cabe também ressaltar que se pelo lado dos empresários esses foram incorporados como atores importantes na estrutura de poder, o mesmo não ocorreu com os trabalhadores - virtualmente excluídos das negociações corporativas (Diniz,

⁷³ Ver nota 21.

1997:22).

Diante de tudo isso, pode-se reafirmar que a CNI, embora adaptada às estruturas corporativas vigentes, não representou uma entidade alheia e estranha à burguesia industrial, nem tampouco simboliza a *fraqueza* da classe empresarial brasileira frente à *força* de um Estado todo poderoso.

Na verdade, a existência do Estado estruturante corporativo garantia para a CNI e demais entidades patronais (e sindicais),⁷⁴ sem grande esforço, as vultosas receitas do imposto sindical e demais “contribuições”.

A presença forte do Estado garantiu e ainda garante, portanto, a criação e a manutenção material da estrutura sindical-corporativa e de entidades como o SENAI, o SESI, e o IEL.

Contudo, não foi a estrutura corporativa, por si só, que produziu a manutenção e o crescimento físico-material e político-hegemônico daquelas entidades. A burguesia industrial brasileira percebeu logo a importância capital da existência de instrumentos de (con)formação da força de trabalho industrial.

Até mais recentemente, os industriais não precisaram disputar no território da sociedade civil a hegemonia ideológica de seus projetos educativo-profissionais, já que estes estavam relativamente garantidos pelo controle administrativo das entidades que os implementam.

Deluiz (1996), concordando com ocupação “do espaço público” por parte dos empresários e também pelos trabalhadores no debate da formação profissional,

⁷⁴ Ainda hoje os sindicatos de trabalhadores se debatem entre o *discurso* contrário ao imposto sindical, e outras contribuições compulsórias, e a prática de manutenção de seu recebimento. Cabe lembrar também as contradições da burguesia industrial nesse aspecto, como aliás foi apontado na página 59 dessa tese.

afirma:

os motivos dos atores não são suficientes para explicar as ações e os resultados destas, tornando-se necessário contextualizar os processos de natureza social e política que fundamentam a dinâmica dos interesses em jogo. (Deleuz, 1996:1).

Continuando, a autora acrescenta:

Trata-se, portanto, de compreender a materialidade das relações sociais capitalistas no Brasil nas últimas décadas e o processo de construção de atores sociais que se reconhecem como interlocutores legítimos e que, no âmbito da esfera pública, disputam a hegemonia de projetos educacionais, articulando as concepções, processos, conteúdos educativo, administração / gestão de recursos e financiamento da formação profissional, aos respectivos interesses de classe. (Deleuz, 1996:1)

Sem dúvida, para a superação da visão impressionista e fetichizada da realidade, é preciso compreender a materialidade das relações sociais e o processo de construção dos atores sociais.

Para tal, faz-se necessário incorporar à análise a disputa em torno do papel do Estado brasileiro nos anos 80 e 90.

A partir, principalmente, da segunda metade da década de 1980, existiu uma inflexão do perfil do Estado no Brasil e em outros países latino-americanos.

A via de modernização industrial, deslanchada e conduzida pelo Estado entre os anos 30 e 70, legitimada pela matriz ideológica estatista-desenvolvimentista, com o predomínio de um ou outro desses elementos ao longo do tempo, perderia condições de viabilidade. Paralelamente, observaram-se o revigoramento dos princípios do mercado e a reafirmação dos valores neoliberais.

(Diniz, 1997:11-2)

Essa descontinuidade acabou por mudar a postura de importantes setores da sociedade para com o Estado:

Generalizou-se a postura antiestatista, verificando-se, no mesmo movimento, a ruptura com a idéia de nacionalismo, percebida crescentemente como anacrônica, símbolo de uma época que se esgotara. (Diniz, 1997:12)

O Congresso Constituinte, e as diversas revisões e emendas constitucionais subseqüentes, representa - do ponto de vista político - uma zona crítica de transição, da mesma forma que também representam as eleições de Fernando Collor e Fernando Henrique.

A discussão em torno da nova Constituição - tomada enquanto ente instituidor da ordem democrática nascente - renunciava a possível retirada do Estado enquanto mantenedor do aparato da burguesia industrial para a (con)formação da força de trabalho, cedendo à sociedade civil tal tarefa.

A burguesia industrial, através de seu *Príncipe*, elaborou então sua resposta à possível *destruição* das entidades SENAI-SESI-IEL, ou à introdução da *alteridade* nas mesmas: a criação do *Sistema CNI*.

A instituição do *Sistema CNI* representou, portanto, a explicitação pública da importância daquelas entidades para a burguesia industrial, expressa pela manutenção das fontes de *financiamento* - via fundo público - do Sistema, e pela manutenção de seu *projeto pedagógico* de (con)formação da classe trabalhadora.

Portanto, a luta da burguesia industrial, no espaço público, pela manutenção

do controle administrativo das entidades explicitou o caráter hegemônico de seu projeto pedagógico; isso, por sua vez, impôs aos empresários também a luta pela manutenção desse projeto, através do refinamento da matriz discursiva sobre a formação humana.

Essa explicitação ocorreu justamente no momento em que, por um lado, o próprio discurso (neo)liberal assumia um caráter *antiestatal*, e, por outro lado, diversas outras entidades da sociedade civil buscavam a democratização, a introdução da alteridade, naquelas entidades dirigidas pelos empresários.

Assim, a criação do Sistema CNI foi a resposta da burguesia industrial brasileira aos novos contornos incipientemente assumidos pelo Estado brasileiro.

O ano de 1997 marca um novo patamar na luta da burguesia industrial por e continuar seu discurso antiestatal e aprofundar sua posse do maior sistema de formação e conformação dos trabalhadores.

Esse novo patamar pode, portanto, ser ilustrado pela fusão legal, administrativa e organizacional das diversas instâncias das entidades do Sistema CNI, excluindo de forma inequívoca as demais entidades da sociedade civil da disputa dos projetos, da administração e da gestão dos recursos das entidades que compõem o mega-sistema de formação educativo-profissional da classe trabalhadora industrial.

Para finalizar, talvez seja necessário reafirmar que a CNI não é o único ator do jogo político brasileiro a encarnar os interesses da burguesia no Brasil. O cenário político recente incorporou diversos atores - sejam oficiais-corporativos, tais como sindicatos, sejam não-oficiais, tais como associações de ramos econômicos ou ainda

entidades de caráter mais nitidamente ideológico.

No entanto, é impossível negar o papel hegemônico construído pela CNI ao longo dos seus 60 anos de existência. Nenhum sujeito coletivo da sociedade civil detém o controle de uma rede da magnitude do Sistema CNI, magnitude que pode ser aferida pelo volume de recursos envolvidos, pelo número de trabalhadores atingidos, enfim, pelo seu grande espraiamento e grau de capilaridade no tecido social brasileiro.

Teria, assim, a CNI completado seu movimento de construção enquanto partido ideológico da burguesia industrial brasileira?

Na verdade, pode-se dizer que um partido jamais se completa e se forma, no sentido de que cada desenvolvimento cria novas missões e encargos e no sentido de que, para determinados partidos, é verdadeiro o paradoxo de que eles só se completam e se formam quando deixam de existir, isto é, quando sua existência se tornou historicamente inútil. (Gramsci, 1991a :25)

O papel pedagógico exercido pela CNI, através de seu Sistema, envolvendo enormes parcelas da população brasileira, é inegável e até agora insuperável.

No entanto, contraditoriamente, o crescimento e fortalecimento do Sistema CNI acaba por explicitar a luta hegemônica que se vem se travando há muito tempo em torno dos projetos de (con)formação da classe trabalhadora e de toda a sociedade:

A transformação da inteligência burguesa inativa e inerte em força criadora e com capacidade de luta é um dos grandes esforços efetuados pela organização que tomou a si a rude tarefa de levar adiante o programa de defesa do Brasil e a da estruturação, nas

massas, do sentimento nacionalista. Este trabalho se vem desenvolvendo. Tem encontrado percalços, mas, indiscutivelmente seguirá seu curso, porque pela primeira vez na vida brasileira, se estrutura a inteligência de forma ativa, para enfrentar, em defesa do espírito nacional, uma campanha da qual depende todo o futuro e bem estar de nossa Pátria. (Lodi, 1954:31)

Daí impõe-se a urgente tarefa para a classe trabalhadora, através de seus intelectuais orgânicos: *decifrar* o pensamento pedagógico da burguesia industrial ou (continuar a) ser *devorado* por ele.

Capítulo II

CNI INDUSTRIALISTA:

O Pensamento Pedagógico na Aventura Industrial

“No geral, pode-se dizer que o americanismo e o fordismo derivam da necessidade imanente de organizar uma economia programática.”

Antonio Gramsci

Desde a Revolução Industrial, nascida na Inglaterra em fins do século XVIII e maturada entre as décadas de 1820 e 1830, até a atual revolução industrial e tecnológica, houve diferentes processos de industrialização, em particular, e de desenvolvimento econômico, em geral.

Cada formação social capitalista específica, na arena histórica da luta de classe, constituiu formas também específicas, e mesmo singulares, de produzir a vida humana e de organizar a produção social.

No entanto, mesmo considerando-se as singularidades construídas em cada formação social, pode-se traçar quadros gerais nos quais se inscrevem as múltiplas particularidades do desenvolvimento econômico-industrial.

Esse capítulo tem como objetivo principal explicitar as concepções da CNI sobre trabalho, educação e formação profissional construídas no marco mais geral do *padrão de acumulação fordista*, e do ponto de vista mais restrito na industrialização substitutiva.

Assim, primeiramente se fará uma breve apreciação do conceito fordista de acumulação, seguida da apresentação do processo de industrialização brasileira. Por fim, o presente capítulo procederá a análise do pensamento pedagógico da CNI desenvolvido no período fordista.

II.1 O PADRÃO DE ACUMULAÇÃO FORDISTA¹

Em 1934, Antonio Gramsci, do interior de seu cárcere fascista, escreveu em seus célebres Cadernos as notas **Sobre o americanismo e fordismo** (Gramsci, 1991a), cunhando assim a expressão e o conceito *fordismo*:

No geral, pode-se dizer que o americanismo e o fordismo derivam da necessidade imanente de organizar uma economia programática. (Gramsci, 1991a: 375)

Gramsci aborda nas notas desde a questão dos “altos salários” pagos pela indústria fordista até aspectos de ética sexual², passando pela interpretação do fordismo como um mecanismo contra-tendencial à queda da taxa de lucro, e pelo novo papel assumido pelo Estado.

Mas em que consiste fundamentalmente o conceito contemporâneo aqui denominado de *padrão de acumulação de tipo fordista*?

Com relação ao aspecto tecnológico mais geral (padrão industrial), o fordismo se coloca no interior da segunda onda de transformações industriais:

Esses anos assistiram à vigorosa infância, senão o nascimento, da energia e dos motores elétricos; da química orgânica e dos sintéticos; do motor de combustão interna e dos dispositivos automotores; da indústria de precisão e da produção em linhas de montagem - um feixe de inovações que recebeu o nome de Segunda Revolução Industrial. (Landes, 1994:243)

¹ Cabe alertar que nesse texto não serão abordadas, de maneira exaustiva, todas as características desse padrão. Aliás, será utilizado o conceito de padrão de acumulação, como uma variante dos conceitos de *regime e modo de regulação* estabelecidos primordialmente pela Escola de Regulação francesa.

² Gramsci discute, por exemplo, a suposta superioridade funcional da monogamia para a nova sociedade urbano-industrial.

Do ponto de vista da gestão da força de trabalho, Taylor - e a sua *gerência científica* - desempenhou um papel importante na constituição do padrão fordista de acumulação. Taylor estabeleceu, em fins do século XIX, três princípios os quais deveriam nortear a gerência científica (ou racional) do trabalho: (i) princípio da dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores; (ii) princípio da separação entre concepção e execução; e (iii) princípio da utilização do monopólio do conhecimento sobre o processo de trabalho e sua execução (Braverman, 1987).

De uma maneira geral, pode-se afirmar que os princípios da gerência científica de Taylor preconizam a apropriação do saber especializado do trabalhador, com a conseqüente concentração desse saber na gerência e a sua utilização com fins de reduzir drasticamente a porosidade do trabalho humano - ou seja, aumentar a produtividade, ampliando a taxa de mais-valia relativa.

Do ponto de vista tecnológico - que não pode ser segregado do aspecto organizacional, como será mostrado mais a frente -, coube, na verdade, a Ford o papel de revolucionar a produção industrial, já que as proposições de Taylor não abarcavam os aspectos tecnológicos do trabalho.

Em 1908, com a produção do legendário Modelo T, Ford começou a estabelecer os pilares da moderna produção em massa. Geralmente, é atribuída à linha de montagem em movimento contínuo, ou seja, à esteira transportadora o papel de peça chave da produção em massa.

Mas, para Womack et al. (1992:14), a produção contínua só pôde ser estabelecida pela “completa e consistente intercambialidade das peças e na

facilidade de ajustá-las entre si”. Ou seja, a possibilidade real de um carro, ou qualquer outro produto industrial, ser montado em uma cadeia de produção de fluxo contínuo está diretamente ligada à existência de peças que se encaixem perfeitamente sem grandes necessidades de ajuste³.

Tendo Ford alcançado a perfeita intercambialidade das peças, idealizou paulatinamente o trabalhador intercambiável.

Primeiramente, este seria um operário especializado em desempenhar uma única e simples tarefa de montagem deslocando-se de veículo para veículo, a fim de realizar sua tarefa. Evidentemente, a focalização no desempenho de tarefas simples propiciou um grande aumento da produtividade, dada a grande velocidade com que operário passou a realizá-la, já que, além da grande familiaridade adquirida com a tarefa, “os trabalhadores simplesmente posicionavam partes que automaticamente ajustavam sempre” (Womack et al., 1992:16).

Em seguida, Ford percebeu que o operário poderia permanecer parado realizando sua tarefa enquanto os automóveis, estes sim, deslocar-se-iam até o trabalhador. Nasce, assim, em 1913, a linha de montagem de fluxo contínuo⁴.

Ford levou às últimas conseqüências a idéia da divisão do trabalho já esboçadas por Adam Smith: qualquer homem poderia realizar as simples tarefas de encaixe de peças.

³ A qualidade de intercambialidade das peças está diretamente ligada a uma série de inovações técnicas colimadas por Ford. Dentre elas, Womack et al (1992:15) destacam a unificação dos padrões de metrologia e a utilização de máquinas-ferramentas capazes de trabalhar metais pré-endurecidos, o que possibilitou a fusão de diversas peças em uma só (o bloco do motor de Ford consistia em uma única e complexa peça fundida, enquanto que a dos demais fabricantes consistia em cilindros independentes ajustados posteriormente).

⁴ A linha de montagem de Ford consistia em duas tiras de lâmina de metal que transportava os chassis dos automóveis ao longo de toda a fábrica. No final da linha de montagem, as tiras de metal montadas sobre uma esteira transportadora rolavam para baixo do assoalho, retornando ao início da linha. Para movimentar tal mecanismo, necessitava-se apenas um motor elétrico (Womack et al. 1992: 17).

O montador qualificado da fábrica de produção artesanal de Ford de 1908 juntava todas as peças necessárias, apanhava as ferramentas na sala de ferramentas, reparava-as se necessário, executava a complexa tarefa de ajuste e montagem de todo o veículo e verificava seu trabalho antes de despachar o veículo pronto para a expedição. (Womack et al., 1992:19)

Depois de 1913, o operário da Ford resumia-se a um montador; sua tarefa consistia apenas em ajustar “duas porcas em dois parafusos”:

Não tinha ele de solicitar peças, ir atrás das ferramentas, reparar seu equipamento, inspecionar a qualidade ou mesmo entender o que os operários ao seu redor estavam fazendo. Pelo contrário, mantinha baixa sua cabeça, pensando em outras coisas. O fato de talvez sequer falar ele a mesma língua de seus colegas de montagem ou do supervisor era irrelevante para o sucesso do sistema Ford. (Womack et al., 1992:19)

A magnitude da fragmentação-simplificação das tarefas na fábrica fordista produziu, em contraponto, outros postos de trabalho responsáveis pela rearticulação do esfacelado processo de trabalho.⁵

De uma maneira geral, dado o alto grau de especialização e simplificação dos postos de trabalho, a qualificação profissional dos operários montadores reduziu-se a alguns minutos de treinamento na linha de montagem.

A intercambialidade das peças e dos trabalhadores foi sustentada pela ultra-especialização das ferramentas de produção. As máquinas-ferramentas de Henry Ford eram altamente precisas, em grande parte automatizadas, e altamente

⁵ O processo fordista de trabalho criou, por exemplo, o engenheiro de produção, responsável pela projeto da linha de produção e o supervisor, espécie de capataz fabril.

'dedicadas', ou seja, especializadas em produzir, em massa, um único item, sem nenhuma variação de tamanho ou desenho. Ford introduziu a indústria na era da automação rígida.

A produção de carácter fordista consegue, portanto, reduzir drasticamente o esforço físico humano na produção; simplificar e ultra-especializar as tarefas dos operários, destruindo, conseqüentemente, as qualificações ligadas ao modelo produtivo anterior; expandir vigorosamente a produção, alavancando de maneira surpreendente a acumulação de capital calcada nos fantásticos ganhos de produtividade.

Cabe ainda observar que o padrão fordista não ficou preso à indústria automobilística, nem mesmo à indústria em geral; ultrapassou os muros das fábricas, atingiu (com graus diferenciados) a todos os setores da vida humana e a todos os países de economia industrial.

Aliás, para a sustentação e expansão do padrão fordista de produção industrial foi necessária a criação de todo um complexo societário articulado e integrado à produção em massa. Foi necessário reformular-se o papel dos sindicatos e do Estado; foi preciso conformar os corpos, os paladares; foi preciso conformar a escola e a cultura.

Todas as conformações sociais foram ao encontro das necessidades de acumulação de capital nessa fase da evolução do modo de produção capitalista. É nesse sentido que se pode falar num padrão de acumulação de tipo fordista.

O padrão de acumulação fordista - que pode ter como data de nascimento a década de 10 do século XX, atingindo a maturidade na década de 50 - não pode ser

reduzido a uma lógica onisciente dos capitães de indústria, dos Estados nacionais, ou de uma suposta cúpula internacional capitalista.

Na verdade, o padrão fordista foi forjado no cadinho da luta de classe, envolvendo decisões políticas, econômicas, empresariais, estatais e sindicais, em complicada história de quase 50 anos.

Um ator social fundamental no processo de generalização dos conceitos fordistas foi o Estado⁶. A situação propícia desencadeadora da onda fordista foi a monumental crise de superprodução que se abateu sobre o ocidente a partir do *crack* da Bolsa de Nova York, em 1929, e, posteriormente, o maior empreendimento humano de destruição - a II Guerra Mundial.⁷

Com efeito, o papel do Estado precisava ser reformulado, reconstruído à imagem do novo estágio da acumulação, para que pudesse contribuir para a nova etapa metamórfica do capitalismo.

Uma nova forma de gestão tomou a seu cargo a reprodução da força de trabalho social e articulou com os sindicatos a compatibilização da gestão da força de trabalho aos ritmos e modalidades da acumulação, favorecendo, então, que os níveis salariais e de consumo se tornassem compatíveis com o novo padrão tecnológico e de produção industrial de massa. (Mattoso, 1995:27)

Enfim, por diversos caminhos foi sendo consolidada e legitimada a idéia, e a

⁶ Nos EUA, o *New Deal* de F. Roosevelt desempenhou um papel extraordinário na consolidação do padrão fordista de acumulação; no Brasil, Getúlio Vargas talvez tenha desempenhado papel semelhante.

⁷ Eric Hobsbawm (1994:51-54) chama a atenção para o papel do Estado na coordenação da economia de guerra, com suas gigantescas demandas de vestuário, alimentos, armas, morte: “a guerra em massa exigia produção em massa”. A produção em grande escala exigia organização e administração, mesmo que fosse a “destruição racionalizada de vidas humanas”, processo em que os campos de extermínio nazistas são apenas os casos mais notórios.

prática, da concertação societária conduzida pelo Estado.

Com relação às questões trabalhistas, a era fordista viu nascer novas formas jurídico-legais de contratação da força de trabalho. O velho modelo de contratação individual, de caráter liberal, foi paulatinamente sendo substituído por formas padronizadas de contratação coletiva. Os sindicatos também participaram na definição do perfil da seguridade social, e na elaboração e implementação das nascentes políticas sociais (saúde, educação, habitação).⁸

Os ganhos de produtividade advindos da indústria fordizada, de certa maneira, alcançaram o conjunto da sociedade - sem prejuízo, é claro, da capacidade de acumulação do capital.

Os desempregados, as donas de casa, os doentes, os pobres, todos foram alvos de políticas públicas. Tais políticas sociais, se foram fruto da luta da classe trabalhadora, também se constituíram em eficazes mecanismos econômicos:

Esta forma de salários indiretos não era mais concebida como um simples sistema de ajuda aos mais despossuídos, mas como meio de assegurar a incorporação e controle da força de trabalho em reserva para a produção capitalista e de se constituir uma política anti-cíclica capaz de erigir, nos períodos de redução da atividade produtiva, um dique ao aprofundamento recessivo. (Mattoso, 1995:46.)

Apesar dos razoáveis ganhos salariais - aliás, pequenos, se comparados com os gigantescos ganhos de produtividade -, os trabalhadores não podiam adquirir, no ritmo e na quantidade necessários à manutenção da acumulação capitalista, os novos

⁸ Mattoso (1995:37-47) mostra com precisão as diferentes formas de contratação coletiva assumidas por formações econômico-sociais específicas. O autor mostra, por exemplo, as diferenças entre países europeus e o EUA, onde, em geral, o Estado do Bem-Estar avançou bem menos do que naqueles.

produtos industriais.

O *american way of life* - uma cozinha repleta de modernos aparelhos eletrodomésticos, o aparelho de televisão entronizado na sala de estar, os rádios e as vitrolas, e o maior símbolo da era fordista - o automóvel na garagem - custa caro, acima das possibilidades salariais (mensais) da classe produtora desses bens. A saída para o escoamento da produção em massa foi criada através da generalização do financiamento ao consumo direto.

A ampliação da estabilidade no emprego e dos benefícios do *welfare state*, a elevação dos salários reais, a generalização do crediário e a criação da nova cesta de consumo moderno converteu os trabalhadores em consumidores.

Para Hobsbawm, o impressionante desenvolvimento tecnológico do período parecia indicar que a Ciência era o demiurgo do gigantesco surto econômico de prosperidade. No entanto, para o historiador inglês, o que a Era de Ouro viu foi, na verdade, uma profunda reestruturação do capitalismo, que baniu da economia o *laissez-faire* irrestrito:

Em suma, por diversos motivos, os políticos, autoridades e mesmo muitos dos homens de negócio do Ocidente do pós-guerra se achavam convencidos de que um retorno ao laissez-faire e ao livre mercado original estava fora de questão. (Hobsbawm, 1995:267)

A busca pelo pleno emprego, o reerguimento de economias atrasadas, a contenção do comunismo soviético e as diversas políticas públicas tinham absoluta prioridade sobre a 'liberdade de mercado' e justificavam a presença forte de um

governo forte, de um Estado estruturante.⁹

Enfim, o que fica claro é que a Era de Ouro do capital não foi meramente o produto da Ciência Moderna, ou mesmo das inovações tecnológicas e organizacionais empreendidas por Henry Ford.

Na verdade, a Era de Ouro foi produzida num delicado, e instável, equilíbrio de relações econômico-sociais, culturais, políticas, e também tecnológicas, que mantiveram, dinamicamente, a acumulação capitalista mundial durante cerca de três décadas.

Esse delicado equilíbrio - baseado na produção em massa padronizada, no trabalho parcelado e altamente simplificado, no consumo em massa de produtos padronizados, salários compatíveis com a necessidade de escoamento da produção massiva, nas políticas sociais adequadoras da força de trabalho (seja do ponto de vista educacional, profissional, de sua saúde) ao novo momento econômico; na manutenção (enquanto consumidor) do trabalhador desempregado, doente; e em outras ações coordenadas pelo Estado, incluindo os maciços investimentos públicos - será denominado de *padrão de acumulação fordista*.

A industrialização brasileira, até a década de 80, se deu, grosso modo, sob o padrão fordista. Ideologicamente, o fordismo-taylorismo bateu às portas da sociedade brasileira no fim da década de 20, com a fundação do Instituto de Organização e Racionalização do Trabalho - IDORT (Vargas, 1985). No entanto, no mundo da produção real, o modelo fordista só foi plenamente implantado durante as

⁹ Esse “consenso” não foi pleno, como se sabe. Pensadores como F. Hayek, M. Friedman e K. Popper já em meados da década de 40 lançavam seus veementes protestos contra a regulação empreendida pelo Estado estruturante. Ver Perry Anderson (1995) e o próprio Hobsbawm (1995: 266).

décadas de 60 e 70, a partir da instalação no país, em meados da década de 50, das montadoras estrangeiras. A partir dessa época,

o Taylorismo [- fordismo] foi “mudamente” introduzido em nossas fábricas, sem o alarde e a propaganda da décadas anteriores: a prática industrial substituiu o discurso. (Vargas, 1985:182)

Embora, nas primeiras décadas (1930-1950), provavelmente tenham estado presentes métodos mais próximos ao padrão tecnológico e gestor anterior, pode-se afirmar que o Brasil desenvolveu basicamente seu processo de industrialização sob o padrão fordista-taylorista de produção industrial.

II.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

O processo de industrialização brasileira comporta diversas interpretações e, conseqüentemente, diversas periodizações. Suzigan (1986) identifica quatro principais interpretações - não necessariamente excludentes - sobre o processo de industrialização brasileira, instalado a partir de uma economia de base primário-exportadora:

1. a “teoria dos choques adversos”;
2. a industrialização liderada pela expansão das exportações;
3. o “capitalismo tardio”; e
4. a industrialização promovida pelo governo.

A primeira interpretação - teoria dos choques adversos - afirma ter o processo de industrialização no Brasil começado como uma resposta ao estrangulamento externo da economia interna.

Esse estrangulamento teria se dado a partir de uma dupla restrição, por um lado à exportação de bens primários (particularmente o café), e, por outro lado, à importação de bens industrializados.

As principais causas desse estrangulamento teriam sido a Primeira Guerra Mundial, a Grande Depressão da década de 30 e a Segunda Guerra Mundial.

A segunda perspectiva - industrialização liderada pela expansão das exportações - pressupõe uma relação direta entre a expansão do setor primário-exportador (novamente, o café) e a industrialização. Ou seja, a exportação cafeeira produziria altas rendas que eram, por sua vez, invertidas no setor secundário da economia.

Nessa visão, a industrialização avançava com a ampliação da renda do café, e se estagnava com as crises desse, provocadas pelo “estrangulamento externo”.

A terceira interpretação - “capitalismo tardio” - entende que o crescimento industrial se deu dentro do desenvolvimento normal do capitalismo no Brasil. Propõe uma articulação contraditória entre a expansão do setor primário-exportador e a do secundário interno, se aproximando da primeira interpretação. Difere dessa última na medida em que principaliza os fatores internos, em detrimento dos externos, como impulsionadores do processo de industrialização.

Essa terceira teoria entende que, se por um lado a industrialização se desenvolvia *pari passu* ao crescimento da exportação de café, por outro lado também ficava limitada por sua subordinação à produção cafeeira, haja vista os conflitos de interesses dos diversos setores da burguesia (especialmente a oposição entre a burguesia agrária e a burguesia industrial).

Finalmente, segundo a quarta interpretação - a industrialização promovida pelo governo - a origem da indústria brasileira está diretamente articulada a um plano governamental de fomento industrial, promovido pela proteção aduaneira, pelos incentivos fiscais e pelos subsídios ao setor secundário.

Para cada uma das visões elencadas, Suzigan desenvolve críticas e aponta insuficiências. Também identifica períodos históricos, no processo de industrialização, de interpretação mais controvertida. No entanto, de uma maneira geral, o autor entende que as análises produzidas no interior da ótica da “teoria dos choques adversos”, cujos maiores expoentes são Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, são “essencialmente corretas”, embora “algumas qualificações possam ser feitas” (Suzigan, 1986:27)¹⁰.

Dentre as “qualificações” postas por Suzigan, destaca-se um aspecto importante para a questão da periodização da economia brasileira. Na opinião desse autor,

embora retendo a crise do café e da Grande Depressão da década de 1930 como um ponto de inflexão na transição para uma economia industrial, é claro que essa transição começou antes da década de 1930. (Suzigan, 1986:28)

Ora, os marcos temporais são apenas pontos de referência na complexa evolução do processo histórico. Os fenômenos sócio-históricos não se iniciam ou se completam em data específica. Os períodos históricos vão sendo gestados lentamente, atingem um ponto culminante, e continuam progressivamente

¹⁰ Além das críticas desenvolvidas por Suzigan (1986), podem-se encontrar outras, em Oliveira (1976) e Mantega (1984), além de autocríticas em Tavares (1986).

produzindo um novo ciclo ou fenômeno.

Apreendendo as ponderações de Suzigan sobre a “teoria dos choques adversos”, pode-se encará-la como a mais completa compreensão do processo de industrialização brasileira.

Assim, será exposto em linhas gerais, na seção a seguir, o processo de industrialização brasileira, com base nos trabalhos desenvolvidos por Maria da Conceição Tavares (1977), reunidos no clássico *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*.

O Modelo Primário-Exportador e a sua quebra

A América Latina, e particularmente o Brasil, possuía uma economia praticamente não-industrializada até meados da década de 1930. As exportações de produtos primários representavam o único centro dinâmico e gerador de renda de toda a economia. As vozes políticas da época apregoavam a “natural vocação rural” do Brasil.

O modelo econômico primário-exportador, apoiado fortemente na cultura cafeeira, impunha ao país a ausência de uma dinâmica própria, colocando a economia brasileira completamente dependente da demanda externa por produtos primários.

As flutuações da demanda internacional e/ou da oferta de produtos industrializados por parte dos países capitalistas centrais causavam enormes *deficits* no balanço de pagamentos.

Essa dinâmica econômica, no entanto, não impediu a existência de

pequenas indústrias, tais como as produtoras de tecido, calçados, vestuários e móveis.¹¹ Mas a existência de pequenos núcleos industriais não pode esconder a característica central do modelo agrário-exportador, qual seja, a ausência de uma dinâmica interna própria.

Outra característica importante do modelo em questão é a conseqüente dualidade na estrutura econômica, isto é, a divisão social do trabalho entre os setores externo e interno: de um lado, um setor dinâmico gerador de riqueza, com altos índices de rentabilidade e especialização, destinado, prioritariamente, à exportação - a produção agrária; de outro lado, um setor voltado para o consumo interno, pouco rentável, de baixíssima produtividade, direcionado às necessidades de alimentação, vestuário e habitação da parcela da população incorporada ao mercado consumidor (Tavares, 1977:31-2).

A partir de 1914, o mundo viveu uma era de catástrofes, marcada por duas grandes guerras mundiais. Esses conflitos internacionais abalaram profundamente as economias da periferia do capitalismo, particularmente as latino-americanas, produzindo conjunturas de “estrangulamento externo” da economia primário-exportadora. O estrangulamento se deu pela redução simultânea da demanda por produtos primários e da oferta de produtos industrializados, já que as economias dos países centrais foram convertidas para uma industrialização de guerra.

Dentro desse longo período de três décadas, a crise dos anos 30, no entanto, pode ser encarada como um ponto crítico da ruptura do funcionamento do modelo primário-exportador.

¹¹ Aliás, são as indústrias têxteis a base inicial do Centro Industrial do Brasil, entidade que antecedeu a CNI.

A crise reduziu rápida e profundamente as rendas com a exportação, desequilibrando fortemente o balanço de pagamentos. Para recompor o equilíbrio perdido, os governos dos países periféricos adotaram, inicialmente, medidas restritivas de importação, especialmente desvalorização da moeda nacional e controle direto das importações, além da compra de excedentes e do financiamento de estoques internos. Com essas últimas medidas, o Estado promoveu a manutenção das altas rendas auferidas pelo setor agrário-exportador.

A manutenção da renda e, conseqüentemente, da demanda interna, associada às restrições (diretas e indiretas) das importações, permitiu, ou forçou, o deslocamento dos capitais excedentes para a produção dos bens, até então adquiridos via comércio internacional. A esse processo, a literatura econômica denominou de modelo de industrialização por substituição de importações¹².

Assim, o conceito de processo de industrialização por substituição de importações será aqui utilizado em um sentido lato, para caracterizar um processo de desenvolvimento interno que tem lugar e se orienta sob o impulso de restrições externas, e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial (Tavares, 1977:41 e 74).

¹² Tavares (1977:38-9) alerta, no entanto, que a expressão “substituição de importações” possibilita algumas interpretações errôneas sobre o seu significado real, principalmente se lhe é feita uma interpretação literal. Ou seja, pode-se interpretar que o processo constituiu-se em uma “simples” operação de retirar uma série de bens da pauta de importações e “substituí-los” por produtos nacionais. Visto assim, poder-se-ia supor que esse modelo de industrialização pretendia substituir *tout court* a pauta de importação por produtos manufaturados no Brasil. Pelo contrário, o processo de substituição não pretende sequer diminuir o *quantum* global de importação. Aliás, o processo de industrialização por substituição de importações tendeu a aumentar a demanda de importações de bens de capital, ampliando, em certo sentido, a dependência em relação aos países capitalistas centrais.

As etapas da industrialização substitutiva

A industrialização brasileira desenvolveu-se, assim, entre 1929 e 1961 sob o modelo substitutivo de importações. Nesse processo são identificados três períodos principais:

1º Período (1929-1945) - Substituição dos bens não-duráveis de consumo final;

2º Período (1945-1954) - Substituição dos bens de consumo duráveis; e

3º Período (1954 - 1961) - Substituição de bens de capital e da indústria de base.

O processo de industrialização por substituição de importações não se deu da base para o vértice da “pirâmide industrial”, ou seja, não se iniciou na instalação de indústrias de bens de capital e de base e foi subindo, paulatinamente, até chegar às de bens de consumo final. No entanto, o contrário também não ocorreu; de fato, houve uma concentração da substituição em determinados períodos de tempo, o que possibilita a identificação dos períodos característicos supracitados. Assim, no segundo período, apesar de este ser caracterizado como substitutivo dos bens de consumo duráveis, foram iniciadas as atividades da Usina Siderúrgica de Volta Redonda (Tavares, 1977:46 e 71).

O primeiro período (1929-1945) se deu em uma realidade econômica de drásticas reduções globais da capacidade brasileira e latino-americana de importar. Assim, dado o caráter praticamente absoluto de restrições, esse período exigiu um esforço muito grande na substituição dos produtos importados. A substituição dessa faixa de produtos foi, em grande parte, possível pelo aproveitamento do parque

produtivo pré-instalado.

O segundo período da industrialização brasileira (1945-1955) transcorreu em condições menos adversas, no que tange às importações. Nessa etapa, se conjugou a dinâmica exportadora - incrementada com o final da Segunda Guerra Mundial - com a expansão interna da industrialização. Essa sinergia entre as faces externa e interna da economia foi bem aproveitada pelo Brasil, possibilitando um grande avanço industrial e englobando as faixas produtoras de bens de consumo duráveis e de bens de capital.

A partir de 1954, as condições externas tornaram a ser, novamente, bastante restritivas, exceção feita aos países exportadores de petróleo. Ou seja, a capacidade de importação tendeu novamente à estagnação.

No entanto, o Brasil conseguiu manter seu processo de industrialização ao custo de um grave desequilíbrio de seu balanço de pagamentos, que culminou, economicamente, em inflação e, politicamente, no Golpe Militar de 64.

Assim, segundo Tavares (1977:72), especificamente de 1956 até 1961, a economia brasileira ingressou numa terceira fase de desenvolvimento. Essa fase se caracterizou principalmente pelo aumento da participação, direta e indireta, do Estado nos investimentos. Para a economista, neste terceiro período

teve lugar a instalação de algumas indústrias dinâmicas como a automobilística, de construção naval, de material elétrico pesado e outras indústrias mecânicas de bens de capital. Expandiram-se também várias indústrias básicas como a siderúrgica, petrolífera, metalúrgica dos não-ferrosos, celulose e papel, química pesada etc. (Tavares, 1977:72)

Com esse surto industrializante, o processo substitutivo de importações praticamente se esgotou e começou a entrar em crise, dando mostras de que um novo ciclo se iniciava.

A crise do modelo substitutivo

O esgotamento do modelo substitutivo de importações não implicou, no entanto, a superação do modelo dual da economia, mas sim a transferência da dualidade para o interior do setor industrial.

No modelo primário-exportador, a dualidade consistia na separação entre um setor dinâmico exportador e um setor industrial de baixa produtividade-rentabilidade, destinado ao mercado interno.

No novo perfil econômico brasileiro, essa dualidade se deu no interior do próprio setor secundário:

Essa dualidade pode ser caracterizada [...] pela existência de um “setor” capitalista dinâmico que cresce rapidamente empregando relativamente pouca gente, com alto nível comparativo de produtividade, e de um “setor” subdesenvolvido no qual se concentra a maior parte da população que se mantém praticamente à margem do processo de desenvolvimento. (Tavares, 1977:110)

Ou seja, se por um lado o Brasil alcançou um grau razoável de industrialização, através do processo substitutivo, por outro lado, não logrou alcançar um desenvolvimento global equilibrado, seja no aspecto regional, seja no social, ou mesmo no industrial. Justamente as desigualdades no perfil econômico-social brasileiro levaram ao esgotamento do modelo substitutivo.

Para Tavares (1977:168-9), as baixas taxas de expansão econômica não se deram por limitações da capacidade produtiva “real”, já suficientemente desenvolvida em alguns ramos do setor produtor de meios de produção, como metal-mecânica, equipamentos elétricos, máquinas, ferramentas e materiais de construção. O problema teria ocorrido na estrutura de demanda e nos mecanismos de financiamento.

Na nova fase de industrialização, o volume de capital necessário amplia-se muito em relação à taxa de lucro marginal, desestimulando assim os investimentos. Daí a necessidade de se estabelecer uma estrutura capaz de financiar, a longo prazo, esses investimentos.

A manutenção da rentabilidade do grande capital foi realizada artificialmente através do mecanismo inflacionário. Esse mecanismo tinha sua funcionalidade na medida em que transferia parte da renda dos setores menos dinâmicos para aqueles mais desenvolvidos, e também, das camadas proletárias para as médias, propiciando a manutenção da acumulação e do desenvolvimento econômico.

No entanto, a inflação acelerou de tal forma, que acabou por perder a sua funcionalidade, já que a indexação relativa dificultava a transferência intersetorial dos custos e estrangulava financeiramente as empresas.

Esse processo culminou numa crise econômico-política durante o governo de João Goulart, que tentou redistribuir a renda em favor dos assalariados. No entanto, a política de salários e preços, a contenção do gasto público, a redução da liquidez do sistema monetário, o ataque direto ao capital estrangeiro (lei de restrição

e controle de remessas de lucro) conduziu o país à depressão. (Tavares, 1977:169-70).

A passagem para a segunda fase da crise (1964-1966) se deu pela mudança política instituída pelo Golpe Militar. Essa ruptura institucional, no entanto, só acentuou a depressão, aliás, de caráter funcional para a mudança a um novo padrão de desenvolvimento econômico.

Implantado o padrão *fordista periférico*¹³ e alcançada - mesmo que de forma desequilibrada - a industrialização em sua etapa superior, o Brasil parecia finalmente equiparar-se aos países industrializados centrais.

Estabelecido o quadro mais geral da industrialização brasileira realizada dentro do padrão fordista de acumulação, a próxima seção apresentará o pensamento pedagógico da CNI nesse contexto.

¹³ A literatura denominou “fordismo periférico” à forma que o fordismo foi construído nos países periféricos. Entre as características específicas destaca-se a não-existência (pelo menos, plena) de um Estado do Bem-Estar Social, assim como, a inexistência de um mercado consumidor de massa.

II.3 O PENSAMENTO PEDAGÓGICO NA AVENTURA INDUSTRIAL

“Até agora nos deixamos embalar pelo sonho das riquezas inesgotáveis de nossa terra e pela doentia miragem do nosso território, sem acreditar em nós mesmos. É natural, assim, que em nós não acreditem todos os que nos entorpecem com o canto das maravilhas do solo e do sub-solo, desprezando o valor e os direitos do homem. O valor do homem é o seu trabalho: e o seu principal direito é o uso da inteligência. O uso da inteligência no trabalho é ‘indústria’.”

Euvaldo Lodi (1954:60)

É no contexto econômico-social mundial de construção do padrão de acumulação fordista e no cenário brasileiro de industrialização substitutiva de importações, abordado nas seções anteriores desse capítulo, que a concepção pedagógica da Confederação Nacional da Indústria se desenvolveu.

Para a explicitação e análise do pensamento industrial, serão rastreados exaustivamente os pronunciamentos dos presidentes da CNI, notadamente aqueles proferidos por Euvaldo Lodi e Thomás Pompeu de Souza Brasil Netto, respectivamente nos períodos de 1938-1954 e 1967-1977¹⁴.

As figuras de Lodi e Thomás Pompeu tomam vulto pela magnitude e organicidade de suas contribuições ao pensamento pedagógico da Confederação.

¹⁴ Formalmente, Thomás Pompeu só assumiu a condição de presidente da CNI em outubro de 1968, mas desde o ano anterior ele já exercia o cargo. Isso se deveu ao afastamento do general Macedo Soares, então presidente da CNI, eleito em 1964, ao assumir o Ministério da Indústria e do Comércio.

Cabe destacar ainda que, durante a gestão de Lodi, foram criados o SENAI e o SESI, e, na administração de Thomás Pompeu, o IEL iniciou suas atividades.

Lodi teve seus pronunciamentos organizados em 1954 pela própria CNI na obra *Discursos e conferências*. Além dessa obra, podem ser destacados a conferência *Economia e educação*, proferida na Faculdade Nacional de Filosofia, assim como o discurso de posse na presidência da Confederação, ambos em 1952. Já Thomas Pompeu teve em 1971 seus discursos e trabalhos compilados na obra *Brasil e iniciativa privada*.

Como poderá ser explicitado ao longo do texto, o período inicial da CNI é marcado por duas balizas fundamentais. Por um lado, luta-se contra a mentalidade pré-capitalista, isto é, pré-industrial, a qual atribuía ao Brasil sua “natural vocação agrícola”. Por outro lado, busca-se a superação da improvisação da qualificação profissional, que no artesanato era possível, mas na produção moderna torna-se completamente inviável.

Em busca da industrialização

Sem dúvida alguma, todo pensamento de Euvaldo Lodi é marcado pela luta em defesa do processo de industrialização brasileira, e pela ideologia do desenvolvimentismo.¹⁵

Lodi, portanto, se posiciona firmemente em contraposição às visões que

¹⁵ O desenvolvimentismo pode ser sintetizado através de quatro características: (a) a industrialização é a via de superação da pobreza; (b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado planeje a economia; (c) o planejamento deve definir a expansão dos setores econômicos, além dos instrumentos da mesma; e (d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente (Bielschowsky, 1996:7).

defendiam a “circunstancialidade da industrialização brasileira” e a “vocação de país essencialmente agrícola”. É de se entender, portanto, porque Lodi se vê empreendendo uma verdadeira aventura:

Nesse quadro, dominado por uma interpretação falsa do papel da indústria, desajudada e incompreendido, o industrial sente-se o protagonista de uma aventura. (Lodi, 1952b:9)

Para o líder industrial, a constituição da Confederação foi, assim, caracterizada pela luta pela construção de uma civilização urbano-industrial:

Na realidade, até 1938, predominava a idéia e a interpretação, traduzida nas atitudes do público, tanto quanto na política estatal e mesmo refletida no comportamento do empresário, de que a indústria e, em geral, todas as atividades substitutivas de importações era, antes um produto da circunstância do que resposta a uma necessidade permanente; mais um resultado de uma conjuntura do que um imperativo do progresso econômico. (Lodi, 1952b:3)

Ou seja, para o dirigente industrial, toda a sociedade - o Estado, os empresários, “o público” - estava atravessada pelo preconceito contra as atividades industriais em geral. Para Lodi, esse “preconceito” presente em todo tecido social, condizente com os “interesses poderosos”, consubstanciou-se numa verdadeira “ideologia da circunstancialidade da indústria”.

Ora, como sabeis, e confirmam essa concepção, estudos e análises insuspeitos, embora a indústria tenha alcançado os surtos principais em circunstâncias críticas do comércio internacional, nos quais não se pôde saciar o apetite importador do país, corresponde, de fato, à manifestação de uma tendência que nos

impõe o dilema da diversificação econômica ou da degradação material, da industrialização ou do pauperismo. (Lodi, 1952b:4)

Por um lado, Lodi admite que a industrialização brasileira se dera a partir de estrangulamentos externos sucessivos, mais tarde consubstanciada na teoria dos choques adversos. Mas, por outro lado, o industrial recusa-se terminantemente a sucumbir ao caminho da suposta vocação agrícola brasileira, negando-se a deixar ao sabor da economia internacional os destinos da economia interna. Enfim, Lodi recusava-se a admitir como natural, para o Brasil, o *locus* de produtor primário na divisão internacional do trabalho então vigorante.

Para o presidente da CNI, de uma maneira geral, a sociedade - influenciada por uma “deliberada propaganda” e também “pela educação das elites” - não acreditava na capacidade do industrial brasileiro. Nas palavras de Lodi:

Na comunidade, influenciada pelos hábitos, pelas preferências, pela educação das elites, e por uma deliberada propaganda adversa, encarou-se com suspeição a manufatura nacional. Antes de tudo, pela falta de confiança na capacidade técnica e do trabalho nacional para tarefas reputadas complexas, reclamando qualificações que só a longa formação dos grandes países ocidentais podia possuir. (Lodi, 1952b:4-5)

A ideologia da circunstancialidade, portanto, se materializava em cinco aspectos interrelacionados: a não-qualificação do trabalho nacional; a vocação agrícola do país; o trabalho escravo; o alto custo final das mercadorias; e a baixa qualidade das mesmas.

Já que a sociedade encarava a capacidade técnica da indústria como deficitária, logicamente também haveria de avaliar que o produto dessa técnica

ineficiente fosse, necessariamente, mercadorias de baixa qualidade, se comparadas com aquelas produzidas em países mais desenvolvidos.

Lodi, embora implicitamente aceitasse tal crítica, entende que a qualidade das mercadorias brasileiras seria fruto de um longo processo de aperfeiçoamento técnico, dada a natural expansão da economia e ausência de concorrência externa. De forma análoga, Lodi entende que também o barateamento dos preços das mercadorias brasileiras só poderia se dar após um longo processo de desenvolvimento industrial.

O presidente da CNI, enfim, critica as “elites mais sofisticadas”, por não estarem imbuídas do “orgulho genuíno de consumir o produto do trabalho nacional”.

Além de combater tenazmente a idéia anti-industrialista calcada na suposta vocação brasileira de um país “essencialmente agrícola”, Lodi expunha ainda outro sustentáculo da ideologia anti-industrialista:

a aversão de uma sociedade, por tão longo tempo baseada no labor escravo, ao trabalho material, às habilidades manuais e à técnica. (Lodi, 1952b:5)

Assim, segundo Lodi, a combinação de um passado econômico baseado exclusivamente na produção primária e no trabalho escravo, e as dificuldades técnicas da incipiente produção secundária contribuíram definitivamente para deter a expansão da indústria.

Na verdade, para Lodi, a ideologia da circunstancialidade da industrialização brasileira representava

não apenas o reflexo de um comportamento incôngruo com o progresso industrial, mas a sobrevivência de concepções, institutos e formas de ação próprias de uma estrutura econômica pré-capitalista e, portanto, pré-industrial. (Lodi, 1952b:6)

Além de criticar as “elites sofisticadas”, o presidente da CNI ataca firmemente os responsáveis pelas políticas econômicas, que, ao invés de combaterem aquela mentalidade pré-capitalista, “acolhiam e refletiam” a ideologia da circunstancialidade da indústria brasileira.

Para Lodi, embora o processo de industrialização tenha se dado pelo estrangulamento externo, ou seja, pelos “azares da conjuntura”, o governo não mais poderia ser conivente com a atitude até então vigente da “ideologia da artificialidade da indústria”:

Os instrumentos institucionais e as normas de ação prática, em que se traduzem as diretrizes econômicas, assumiam, em consequência, um caráter perverso, no sentido de que, por indiferentes, eram estimulatórias nas fases de crises de importação e altamente estimulatórias nos períodos de folga cambial, quando se saciava, sem controle, a concupiscência importadora em detrimento da produção nacional. (Lodi, 1952b:7)

Defende-se assim, claramente, a participação ativa do Estado em diversos setores da vida social - “na política comercial, na política monetária, na política fiscal, na organização do mercado de trabalho, na educação e na tecnologia” - com vistas à manutenção e diversificação do processo de industrialização.

Enfim, solidária ao padrão de acumulação fordista então vigente no mundo ocidental, a CNI defende veementemente a construção de um *Estado estruturante*,

capaz de planejar e implementar políticas *anticíclicas* e pró-desenvolvimentistas:

a história econômica recente parece ter demonstrado à farta que a orientação providencial da “mão invisível” não promoveu os reajustamentos automáticos que teriam evitado aos sistemas econômicos o longo e penoso paradeiro dos anos 30. Mais do que nos problemas das flutuações a curto prazo, cumpre uma ação intencional para acelerar o ritmo de crescimento das economias subdesenvolvidas. Na solução desses problemas, temos de abandonar o mecanismo inconsciente do “laissez faire” pela técnica racional e consciente do planejamento. (Lodi, 1954:136)

O Estado também deveria, na opinião do presidente da CNI, implementar políticas aduaneiras que assegurassem um mercado interno estável, com o fito de oferecer “garantia e estímulo aos produtores industriais e agrícolas” e de ampliar a oferta de empregos:

Ingênuos liberais indígenas e porta-vozes conscientes ou inconscientes de grupos de interesses centralizados no estrangeiro, empreenderam ruidosa campanha no Brasil para inocular na opinião pública a idéia de que nossas tarifas devem ser reduzidas. (Lodi, 1954:38)

No entanto, não se deve depreender do excerto acima uma xenofobia para com os capitais externos, muito pelo contrário:

Penso mesmo que essa reforma [aduaneira] será também de considerável importância para atrair capitais estrangeiros e imigrantes, visto que eles com a tarifa atual, preferem em regra exportar para o Brasil em vez de virem para cá utilizar nossas matérias primas, dar emprêgo a nossos trabalhadores e instruí-los, finalmente: produzir no Brasil. (Lodi, 1954:40)

Da mesma forma, não se pode, diante da feroz crítica às estruturas sociais pré-industriais (o patriarcado rural), depreender um conflito inconciliável entre a agricultura e a indústria: é “inteiramente vão, senão nefasto aos interesses nacionais, supôr que existe algum conflito de interesses entre a indústria e a agricultura” (Lodi, 1954:33).

Na verdade, Lodi destaca a complementaridade entre os interesses dos dois setores da economia, tal como a interdependência produção-consumo. Ou seja, a indústria é consumidora dos produtos primários, utilizados como matéria-prima no processo industrial, e, ao mesmo tempo, é produtora de insumos básicos para a agricultura, tais como tratores e fertilizantes:

Para a indústria, o desenvolvimento da agricultura representa o suprimento regular, crescente e aperfeiçoado, de matérias primas de toda sorte, e uma parte considerável do mercado para suas manufaturas. O interesse, portanto, não pode ser mais vital. (Lodi, 1954:33)

O presidente da CNI ainda destaca dois outros aspectos da intercomplementaridade indústria-agricultura: o aumento da produtividade das atividades agrícolas através de sua mecanização e o papel de criação da “mentalidade técnica”:

A indústria é ainda essencial à agricultura porque cria, prepara a mentalidade técnica e os trabalhadores capazes de desenvolver os processos agrícolas pela mecanização. Como poderemos ter mecanização sem mecânicos? (Lodi, 1954:33)

Enfim, Lodi e a CNI lutaram para a superação da mentalidade pré-industrial,

expressa na ideologia da circunstancialidade ou artificialidade da indústria. Para tal, buscavam colocar em seu lugar o *télos* da sociedade urbano-industrial - único modelo societário capaz de superar a “degradação material” e o “pauperismo” que assolavam o país.

A construção do trinômio desenvolvimento-industrialização-civilização visou operar, dessa forma, a identificação entre os interesses da burguesia industrial e os interesses de toda a sociedade brasileira:

Desejo e preciso acentuar o fato de não ser a indústria uma classe que pretende impôr predomínio sobre as outras. [...] Indústria [...] é a utilização da inteligência para multiplicar a eficiência da atividade. Indústria é cooperação social, é a consequência dos meios de produção ao alcance do homem e da sua utilização técnica para o bem-estar coletivo. (Lodi, 1954:64)

Ou seja, ainda nas palavras de Lodi, “o interesse industrial identifica-se com o interesse geral do país” (Lodi, 1952b:13).

A educação conciliadora

Num país assumidamente subdesenvolvido, que é marcado por gigantesca concentração de renda e que expõe, de maneira inelutável, a cisão da sociedade em classes antagônicas, a questão do custo do trabalho, isto é, os salários, precisava ser abordada pelo pensamento pedagógico da entidade máxima da burguesia industrial: “Podemos resumir numa palavra o problema atual do Brasil: elevar os níveis de vida”.¹⁶

¹⁶ Cf. Lodi (1954:25).

No entanto, Lodi deixa claro seu desacordo com teses “distributivistas”, que apenas trariam profundas decepções às classes trabalhadoras, podendo causar enormes desastres na economia, caso houvesse uma majoração geral dos salários. “Devemos, portanto, desembaraçarmo-nos de ilusões”, afirma o líder, sem margens para dúvida sobre sua posição. Primeiramente,

a maior contribuição que se pode oferecer para a melhoria real e persistente dos níveis de vida é a de procurar crescer a produtividade direta do trabalhador, ou seja, sua capacidade de ganhar o maior salário por sua maior produção. (Lodi, 1954:26)

Em seguida, Lodi apela, dentro do espírito industrialista, aos homens que “dispõem de capital”, que dilatam as possibilidades de emprego mediante o aumento global da produção.

Assim, a solução proposta por Lodi para “elevar os níveis de vida” pode ser resumida em dois pináculos clássicos articulados: elevação global dos níveis de produção e da produtividade do trabalho.

Por que os níveis de produção e produtividade não seriam suficientes para garantir um padrão de vida adequado às demandas do povo brasileiro? Para Lodi, também nesse campo, os problemas brasileiros vêm de longe marcando a cultura nacional desde a carta de Pero Vaz de Caminha, nomeadamente o descaso para com o homem sustentado na ilusão das riquezas naturais:

Talvez [...] embalado no “berço esplêndido” de falazes riquezas naturais, o Brasil descuidou-se do homem, confiando em extrair ou apanhar na terra as riquezas que o levantariam. (Lodi, 1954:28)

Para o líder da CNI, em ininterrupto combate pela industrialização, a

imagem das riquezas naturais não resiste ao olhar objetivo da análise científica. O Brasil, embora possua alguma variedade de recursos naturais, não dispõe das imensas reservas que outros países possuem. Lodi alerta que é preciso partir do “preparo do homem”, seja para um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, seja para a descoberta de novos mananciais naturais. Para argumentar, utiliza-se do exemplo de outros países, que teriam implementado a equação econômica de investir nos recursos humanos na razão inversa da abundância das riquezas naturais - Japão e Suíça.

Segundo Lodi, os industriais brasileiros, na verdade, já estariam trilhando, mesmo que de forma incipiente, a direção apontada acima. Esteios dessa política de elevação da produtividade, isto é, do “apoio ao trabalhador”, seriam o SENAI e o SESI, cujos

serviços acrescentam, sem dúvida alguma o valor dos salários reais dos trabalhadores, proporcionando-lhes, e às suas famílias, vantagens de toda sorte e de importância inegável para seus níveis de vida. (Lodi, 1954:26-7)

Não se resumem à elevação do nível de vida da classe trabalhador os serviços prestados por essas entidades. Continua Lodi:

Seu maior alcance, entretanto, não é êste, direto, mas o indireto, de alargar a capacidade do homem , já no vigor físico, já nas condições morais e no preparo técnico, para produzir mais e ganhar maiores salários. (Idem:27)

Assim, segundo Lodi, o caminho para a elevação do nível de vida do trabalhador passa necessariamente por sua capacidade de produzir mais. Essa

capacidade, por sua vez, se apóia em dois pilares básicos: preparo educacional-profissional e preparo *moral*.

A economia, hoje, só pode ser estudada na base da psicologia social. O elemento qualitativo da produção, tanto quanto o quantitativo, muito dependem do estado de espírito do trabalhador. (Lodi, 1954:30)

Como já foi dito em outro ponto, a criação do SESI representou uma estratégia em busca da conciliação das classes, por estar profundamente articulada, no plano internacional, com o nascimento do Estado de Bem-Estar Social. Conciliação (de classes) é, portanto, uma idéia-chave no discurso industrial:

Todos precisamos uns dos outros e todos devemos ter a consciência de que a vida não se tece de atritos e discórdias, e, sim, de colaboração, para se evitar o desperdício de energias. [...] Os reflexos do problema psicológico e a pressão do fenômeno social são elementos perturbadores da prosperidade geral. (Lodi, 1954:31)

No binômio conciliação-productividade, pode-se entender a posição da burguesia industrial, retratada nas palavras de Lodi: “a indústria brasileira se colocou na vanguarda da evolução espiritual. Renovou seu espírito para ser digna de sua missão”.

Economia e educação

Também no que tange à educação, o pensamento de Euvaldo Lodi se entrelaça estreitamente com a defesa da inevitabilidade da industrialização brasileira, com a busca da superação da mentalidade anti-industrialista, e com o

combate à vocação agrícola e à mentalidade escravocrata do trabalho.

Na conferência *Economia e educação*, Lodi busca traçar as mútuas relações entre os dois termos desse binômio, além de indicar os caminhos para que a educação seja indutora do desenvolvimento econômico.

Com efeito, o líder da CNI entende que o crescimento econômico implica e pressupõe alterações nas condições sociais e institucionais,

A educação, como técnica, processo, modo sistemático de influir no comportamento humano, transmitindo a experiência acumulada e habilitando a resolver os problemas que a realidade física e social propõe, é uma dessas implicações e um desses pressupostos.
(Lodi, 1952a:4)

A partir desse pressuposto, Lodi desenha superficialmente a evolução da economia brasileira, a qual busca relacionar às funções do sistema educacional. O industrial guia sua análise pela idéia-força da “inadequação funcional entre a educação intencional que se dispensa no país e a realidade material” (Lodi, 1952a:5).¹⁷

Para Lodi, o Brasil percorreu em sua história econômica três etapas distintas, a saber, a fase pré-industrial (1808-1890), dominada pela produção primária, a fase de transição (1890-1939), caracterizada pela expansão da produção para o abastecimento interno, e a fase industrial propriamente dita (a partir de 1939), definida pelo predomínio do mercado interno (Lodi, 1952a:6).

Na fase pré-industrial, a “unidade produtora” por excelência é a fazenda.

¹⁷ Como se poderá observar no próximo capítulo, a idéia-força mencionada acima possui um lugar de destaque no pensamento pedagógico da CNI.

Essa pode ser caracterizada por quatro aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, essas unidades produtoras eram de caráter latifundiário; em segundo lugar, baseavam-se, até o fim do século XIX, no trabalho escravo; em terceiro lugar, utilizavam-se de técnicas produtivas extremamente simples; e, por último, poderiam ser consideradas unidades econômicas fechadas, por possuírem subsistência própria (Lodi, 1952a:7).

O predomínio da produção primária, cuja consecução era tecnicamente simples e sustentado no trabalho escravo, não produzia qualificações muito variadas (Lodi, 1952a:8).

Para o presidente da CNI, àquele tipo de estrutura econômica correspondia uma determinada organização social - o patriarcado rural. Organização social que só comportava duas classes sociais: o proprietário rural e o escravo.

Para Lodi, a “classe intermediária”, composta por alguns profissionais liberais e escassos artífices, era por demais minoritária, não impedindo, portanto, a caracterização da sociedade patriarcal rural como extremamente “rígida”:

Por mais que um escravo suba, jamais se tornará um senhor patriarcal; êste, por mais que desça, em posição e fortuna, nunca virá a ser um escravo. (Lodi, 1952a:8)

Com relação à fase de transição para a industrialização, Lodi entende que a economia brasileira começou a adquirir lentamente maior complexidade, desenvolvendo algumas atividades secundárias e terciárias. As primeiras podem ser identificadas às indústrias leves de bens de consumo, em geral de pequeno porte, demandando, portanto, capitais de reduzida monta, originários da poupança

individual ou familiar.

Nessa estrutura econômico-industrial, os métodos de produção, embora ainda simples, superavam bastante em complexidade aqueles presentes na fase anterior, já reclamando, assim, maiores qualificações profissionais.

Lodi assinala que essa mudanças na estrutura econômica da sociedade brasileira acabaram por alterar profundamente a “paisagem social”:

Corresponde a essa estrutura social diferenciada, com várias escalas intermediárias, do ponto de vista da posição social, da posição econômica e da posição política, progressiva mobilidade vertical, que se contrapõe ao quietismo do patriarcado rural e à pequena circulação social de sua fase decadente, o patriarcado urbano. (Lodi, 1952a: 16)

Por um lado, a nova ordem republicana estabeleceu, para o líder industrial, as bases jurídicas para a ascensão social dos indivíduos, “sem distinção de procedência étnica ou social”; por outro lado, a diversificação e o crescimento da estrutura econômica estabeleceram as base materiais para a ascensão dos indivíduos ou dos grupos sociais a posições hierárquicas sócio-econômicas mais elevadas (Lodi, 1952a:16).

Finalmente, a fase industrial, fruto do processo não-intencional de substituição de importações, se caracteriza pela incipiente superação da etapa das pequenas unidades produtoras, em direção à concentração fabril, à diversificação e à difusão geográfica do parque industrial, inclusive com a implantação da indústria de base.

Nessa fase, as unidades fabris já não podem ser erguidas e mantidas pelas

poupanças individuais ou mesmo familiares, demandando, assim, a constituição de um mercado de capitais, que opere a separação das funções de capitalistas e empreendedores (Lodi, 1952a:19-20).

A essa complexificação econômica, o líder industrial vincula uma diversificação social, com o nascimento, por exemplo, dos sindicatos de operários - “possibilitando-lhe, assim, acesso à liderança, atribuindo-lhe, assim, função de prestígio social” - e uma diversificação da estrutura do Estado:

As funções públicas adquirem considerável importância e complexidade, exigindo não só um quadro muito ampliado de servidores, como sobretudo, maiores qualificações técnicas e qualidades de comando. (Lodi, 1952a:22)

Ao traçar esse panorama evolutivo da economia brasileira, Lodi preparou o terreno para lançar a sua tese educacional básica: a educação nacional foi adequada às estruturas econômicas pré-industrial e transitória, agora (1950) já não mais são.

A educação e a formação profissional, portanto, precisam ser rapidamente modificadas sob pena de obstar irremediavelmente o crescimento econômico-industrial brasileiro.

Lodi apóia explicitamente suas concepções sobre educação nas proposições de Émile Durkheim; esse entende o fenômeno educativo como composto por dois momentos complementares: a educação homogeneizadora e a educação diferenciadora.

A solidariedade mecânica se articula a uma necessária homogeneidade entre os seres humanos, sem a qual a “sociedade não pode sobreviver” (Lodi, 1952a:23). Essa necessidade primária da sociedade humana corresponderia no sistema escolar à

educação básica (educação homogeneizadora). Esse nível de ensino, portanto, deve

proceder à assimilação do imaturo à comunidade, inculcando-lhe, independentemente da classe social a que pertence ou da carreira profissional que mais tarde abraça, o mínimo de informações, idéias, interesses, preferências, hábitos e atitudes essenciais à persistência e à continuidade da cultura social (Lodi, 1952a:23)

Com isso, estaria garantida, para Durkheim e Lodi, a “homogeneidade indispensável à convivência efetiva entre os membros da sociedade”. No entanto, o líder industrial, curiosamente, entende a generalização da educação básica a toda sociedade brasileira como uma “utopia nefasta”, como será mostrado um pouco mais adiante.

Garantida a solidariedade mecânica - *homogeneidade* - entre os seres humanos implementada pela educação básica, restaria ainda para o funcionamento da sociedade um certo grau de *diferenciação*, promovida pela educação profissional *lato sensu*, ou seja, pela “educação diferenciadora”.

Apoiando-se na exposição das três fases da economia brasileira (pré-industrial, transitória e industrial), Lodi busca relacioná-las à educação, tomando como eixo a idéia-força mencionada mais acima - a “inadequação funcional entre a educação intencional e a realidade material”:

Não creio correr o risco de afirmar um paradoxo asseverando que, no sentido vital do terreno, houve mais educação, isto é, formava-se melhor o homem, ao tempo da sociedade patriarcal do que nas fases posteriores. (Lodi, 1952a:25)

Para o presidente da CNI, na sociedade pré-industrial brasileira, o complexo

cultural indispensável “à persistência da comunidade” era transmitido adequadamente aos imaturos de forma “espontânea”, já que as “vivências eram simples”:

Comunicava-se a tradição ideológica vigente, por meio de contatos diretos no ambiente da família, no grupo de jogo, na vizinhança, nas atividades rotineiras de trabalho. (Lodi, 1952a: 25-6)

Em outras palavras, na sociedade pré-industrial, as relações sociais acabavam por si mesmas inculcando nos indivíduos a “ideologia vigente” e os saberes necessários à reprodução dessas mesmas relações sociais. Conseqüentemente, à educação escolar pouca responsabilidade cabia no processo global de hegemonia das classes aristocráticas rurais sobre os demais grupos sociais, ou mesmo na formação profissional dos trabalhadores (ou escravos). Com efeito, para Lodi,

Nêsse período, a educação elementar, ou seja, a aprendizagem da leitura, da escrita e dos rudimentos de cálculo, pode-se considerar, não como parte do ensino básico, e sim como instrumento de diferenciação. (Lodi, 1952a:26)

A educação básica, o ensino médio e mesmo o ensino superior, no período brasileiro pré-industrial, eram apenas distintivos de classe, não passando apenas de “superfetação”.¹⁸

Assim, no período referido uma educação formal marcada pelo ensino de “humanidades”, desprovida de função econômica, aliada à realidade escravocrata

¹⁸ Superfetação é, segundo o *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*, “concepção de um feto quando já outro se acha em gestação”, isto é, “coisa que se acrescenta inutilmente a outra”.

acabou por produzir uma “falsa antinomia entre o trabalho físico e o trabalho intelectual”. Essas características sócio-econômico-culturais acabaram por se constituir em grandes obstáculos à industrialização, ao desenvolvimento econômico (Lodi, 1952a:27-8).

Ou seja, para Lodi a educação no período primário-exportador possui um caráter contraditório. Por um lado, tomada a sociedade pré-industrial em si mesma, a educação era plenamente funcional na medida em que contribuía para a cisão cultural entre a classe aristocrática e os demais grupos sociais subalternos. Por outro lado, considerada a sociedade urbano-industrial como *télos* de um processo civilizatório, a educação foi profundamente reacionária, na medida em que contribuiu para estabelecer freios mentais ao “trabalho inteligente”, à técnica, à tecnologia, isto é, à própria indústria.

Essas contradições, segundo o presidente da Confederação, agravaram-se durante o período de transição entre a sociedade agrário-rural e a urbano-industrial, conforme a sociedade patriarcal vai se desintegrando, a fazenda latifundiária vai perdendo seu caráter central na organização societária, os grupos sociais fundamentais vão perdendo sua capacidade de “exercer sua ação integrativa ou homogeneizadora” (Lodi, 1952a:28).

A escola, que não colaborara nesse processo hegemônico, não poderia passar a exercê-lo automaticamente. A instituição escolar não estava preparada nem qualitativamente (conteúdo pedagógico) nem quantitativamente¹⁹ para contribuir na manutenção da “solidariedade mecânica”, ora em processo de desintegração;

¹⁹ O industrial afirma que, segundo o Censo de 1920, a escola básica abrangia de maneira regular apenas 18% da população em idade adequada (Lodi, 1952a:29).

tampouco poderia ajudar na construção da nova hegemonia, pois

o espírito de iniciativa, a disciplina, a diligência, a ordem, o “esprit de corps”, requeridos numa sociedade que se industrializa, mas dispensáveis numa sociedade patriarcal, baseada no trabalho escravo e em processos de coerção ou compulsão, não foram, no período de transição, inculcados nas gerações submetidas à experiência escolar. (Lodi, 1952a:30)

Com relação ao ensino diferenciado, ou seja, o ensino profissional, particularmente o praticado em nível superior, Lodi entende que aquele também pouco ajudou ao processo de industrialização, haja vista não ter contribuído para a formação de uma “genuína cultura nacional”, tampouco para a resolução dos problemas práticos. Ou seja, para Lodi, faltou ao ensino diferenciado brasileiro uma verdadeira “orientação pragmática” (Lodi, 1952a:33):

Em resumo, a educação sistemática administrada pela organização escolar mal acompanhou o surto do progresso material do país, que não pôde contar assim com a orientação e a força propulsora de que se poderia ter beneficiado. (Lodi, 1952a:33)

Os problemas na relação economia-educação que despontaram na fase de transição só poderiam, portanto, aprofundar na fase propriamente industrial.

Para o presidente da CNI, era chegado o momento histórico de superação do processo de industrialização calcado num movimento não-intencional, em função das restrições ao comércio internacional. Assim, o planejamento estatal do desenvolvimento econômico brasileiro não deveria se restringir às políticas econômicas *stricto sensu*, mas deveria, sim, abranger a educação:

Temos de preparar o homem para a nova paisagem física e social emergente no Brasil, que não será apenas o resultado de tendências incoercíveis, a soma dos fatos consumados, mas resultante de um propósito racional, a consequência de um plano inteligente. Formar homens que o Brasil necessita, eis a tarefa da educação. (Lodi, 1952a:34)

Ou seja, até então, a “industrialização pouco se beneficiou da escolaridade, fazendo-se mesmo independentemente dela” (Lodi, 1952a:31); entretanto, isso precisava mudar profundamente.

Formar os homens que o Brasil necessita

Euvaldo Lodi lançou-se na tarefa de propor uma formação humana funcional aos novos tempos da economia brasileira. Incumbiu-se de examinar o “tríplice aspecto do fenômeno educacional”, ou seja, a filosofia, a didática, e a administração, em seu íntimo relacionamento com a economia.

Com relação à administração da educação, Lodi alicerça seu raciocínio no seguinte ponto:

A educação é ao mesmo tempo, um investimento e um consumo; no primeiro sentido, a capacitação dos homens é uma das pedras angulares do desenvolvimento econômico; no segundo, é um dos elementos importantes do bem-estar, indispensável para a fruição plena da vida, e, assim, é o resultado, um fruto do progresso. (Lodi, 1952a:34)

Como em um país subdesenvolvido os recursos econômicos são necessariamente reduzidos, é necessário fazer-se uma opção preliminar entre “educação como consumo” e “educação como investimento”.

Lodi faz sua escolha:

“nas condições atuais da economia brasileira, é uma utopia, e utopia nefasta, imaginar que todos possam ter a educação básica necessária” (Lodi, 1952a:36. Grifos nossos.)

Na verdade, para Lodi, se fossem negligenciadas as “outras alternativas para investimento”, essa situação acabaria por impedir, no futuro, os investimentos para a “educação das massas”. Ou seja, em nome do futuro da educação básica da classe trabalhadora, o presidente da CNI condena a educação básica, *necessária*, das massas a uma nefasta utopia.

Operada a transmutação da *necessidade* em *utopia nefasta*, Lodi considera imprescindível obter-se a maior rentabilidade possível sobre os recursos aplicados à educação, dadas as condições subdesenvolvidas da nação. Para tal, esboça uma filosofia e uma didática adequadas à premência econômica e à consecução do projeto industrialista:

No ensino básico faz-se preliminarmente, indispensável uma revisão de sua tábua de valores, de sorte a ajustá-la às necessidades de uma sociedade que se industrializa e deve industrializar-se, que se torna cada vez mais urbana. (Lodi, 1952a:36)

Ou seja, a filosofia da educação - sua tábua de valores - em tempos de industrialização deve pautar o ensino básico no valor da atividade produtiva:

Isto significa elaborar um currículo em que o imaturo adquira a consciência vital da importância da atividade produtiva, isto é, da criação de utilidades, ou seja, do alcance e dignidade do trabalho e qualquer de suas formas, materiais ou espirituais, e assim, dos

hábitos, atitudes e preferências que esse valor implica. (Lodi, 1952a:37)

Hábitos, atitudes e preferências, aliás, bastante pragmáticas e conectadas ao novo padrão de acumulação:

Relaciona-se com êsse aspecto o objetivo, por demais ponderável para uma economia subdesenvolvida, de modificar racionalmente, através da transformação do educando, os hábitos de consumo, engendrando um comportamento mais compatível com o processo acumulatório imprescindível. (Lodi, 1952a:37)

O princípio da produtividade dos recursos aplicados à educação também deveria repercutir nos procedimentos didáticos utilizados nas escolas brasileiras.

Com efeito, a “didática brasileira” não pode se pautar nos mesmos princípios da “didática americana”, muito mais dispendiosa, já que apoiada no processo de “individualização”.

Como a conferência em questão tem como cenário a Faculdade Nacional de Filosofia, instituição que abrigava o curso de pedagogia, Lodi conclama à “capacidade inventiva de nossos pedagogos” que criem métodos capazes de abranger grupos mais numerosos de discentes.

Para o líder industrial, o “princípio da economicidade” não poderia ficar restrito à educação básica, mas deveria ser estendido também ao ensino diferenciado, fosse de nível médio ou superior. Para Lodi, em qualquer nível escolar caberia “imprimir-lhe caráter eminentemente utilitário ou pragmático”:

Isso não significa dispensar o conteúdo propriamente cultural dos currículos profissionais, mas que a primeira preocupação deve ser a de formar um profissional competente, apto, mal egresso das

escolas, a contribuir com utilidade e serviços à comunidade. (Lodi, 1952a: 38)

A essa preocupação “cultural” dos currículos dos cursos de formação profissionalizante, Lodi articula a capacidade técnica de enfrentar os “genuínos” problemas nacionais. Além disso, ao princípio da economicidade, o líder industrial articula também a preocupação com a *flexibilidade*:

O princípio que impele a buscar o mais alto rendimento por unidade de capital obriga, num país subdesenvolvido e em expansão, que requer cada dia mais especialização, a orientar o ensino vocacional correspondentemente, sem perder de vista que um mínimo de conhecimentos comuns nos setores profissionais é indispensável para assegurar a flexibilidade convenientes a uma economia em que o mercado de trabalho se caracteriza ainda por grande instabilidade. (Lodi, 1952a:38-9)

Enfim, Euvaldo Lodi constrói seu pensamento pedagógico buscando articular intimamente economia e educação, seja no momento de formação geral e básica, seja na direção da formação profissional.

A formação profissional e a improvisação impossível

A preocupação central do presidente da CNI é com um plano de industrialização para a sociedade brasileira, plano esse que não só deveria abranger as políticas fiscais, tecnológicas, e industriais propriamente ditas, mas também se espraiaria necessariamente pelo terreno da política educacional.

Portanto, é tarefa da educação preparar o novo homem, habitante e construtor da nova paisagem física e social emergente no Brasil, rompendo

definitivamente com a ideologia da artificialidade da indústria.

Essa nova paisagem social, para Lodi, expulsa toda e qualquer possibilidade de improvisação da força de trabalho industrial. As novas técnicas de produção industrial são inacessíveis aos operários sem escolaridade básica (já posta, cabe lembrar, como uma “utopia nefasta”) e sem qualificação profissional adequada:

Não me refiro tão só às escolas técnicas, mas à adequada escola primária, que é a base da disciplina social e da habilitação intelectual, sem as quais não há operariado satisfatório. (Lodi, 1954:29)

Continuando, Lodi defende veementemente a escolaridade básica como um elemento fundamental para a superação da improvisação e a ampliação da produtividade, como já apontada acima:

Por vezes pensamos poder resolver os problemas brasileiros do trabalho industrial pela improvisação. As grandes massas trabalhadoras não poderão oferecer índice apreciável de rendimento sem a escolaridade primária, longa e adequada. (Lodi, 1954:29)

Logo a seguir, no texto do qual foi retirado o excerto acima - ***Fatores técnicos e políticos da economia nacional*** -, Euvaldo Lodi explicita ainda mais claramente sua compreensão de escola básica. Esta pode ser traduzida como uma escola com duração de 6 a 8 horas diárias, na qual o processo educativo deverá assegurar um conjunto de qualidades indispensáveis ao trabalho industrial em grandes unidades fabris: “de cooperação, de disciplina, de pertinácia, de ordem, de asseio, de compreensão”.

Para Lodi, se a improvisação na formação dos operários não-qualificados²⁰, cerca de 80% da força de trabalho fabril, traduz-se em grande redução de rendimentos e “danos de toda a espécie”, a improvisação da parcela qualificada da força de trabalho é “quase impossível”.

A aprendizagem, aí, assenta, em primeiro lugar, em conhecimentos gerais, imprescindíveis à compreensão dos processos técnicos e aos cálculos, ainda que elementares, dos aparelhos, dos instrumentos ou dos sistemas de trabalho. (Lodi, 1954:30)

A passagem acima afasta a idéia de que, para a CNI, à escola básica cumpre única e exclusivamente a educação atitudinal do trabalhador, apenas ensinando-lhe a ser ordeiro, obediente, cooperativo e ciente de sua posição no grande concerto sócio-fabril. À escola também cabe fornecer, aos futuros operários, os conhecimentos sobre os quais se assentarão a formação profissional propriamente dita:

Não é possível pretender-se a formação de um mecânico ou de um eletricista sem um mínimo de conhecimento de matemática elementar ou de desenho. Tão pouco se habilita o homem a manusear ferramentas, ou a construir peças de máquinas, ou a montá-las, ou a ajustá-las, sem uma lenta e sistemática aprendizagem de operações técnicas. (Lodi, 1954:30)

Na medida em que, por um lado, Lodi considera a improvisação formativa do trabalhador incompatível com a “era altamente mecanizada e técnica da produção dos nossos dias”, e que, por outro lado, a escola brasileira não fora ainda capaz de

²⁰ “Operadores de máquinas, transportadores, condutores de matérias primas, auxiliares de serviços braçais de toda a ordem” (Lodi, 1954:29).

fornecer quadros profissionais à altura daquelas demandas, nada mais compreensível do que a solicitação feita ao presidente Getúlio Vargas por uma política integrada.²¹

Para Lodi (1954:123), a elevação do nível técnico da indústria brasileira só poderia ser bem sucedida mediante uma política que integrasse o incentivo à imigração de estrangeiros “portadores de conhecimentos e de prática de processos mais avançados de produção”; à importação de equipamentos; à transferência de plantas industriais; à ampliação do ensino técnico-profissional em todos os graus de ensino.

A felicidade no trabalho

No início da década de 1960, surge nos discursos do presidente da CNI, Lídio Lunardi, referência à construção de uma *nova* política industrial. Embora o processo substitutivo de importações estivesse praticamente completado, a defesa da industrialização ainda é a tônica no pensamento da indústria brasileira:

Os países, como o nosso, de fraca estrutura econômica, esforçam-se por sair da fase da economia primária para entrar na era da industrialização. (Lunardi, 1960:4. Grifos nossos.)

A ideologia do desenvolvimentismo, enquanto único caminho para a superação do “pauperismo” e para uma relação não-antagônica com agricultura, ainda permanece. A industrialização - inalcançada - mantém-se como panacéia para toda sorte de problemas:

²¹ Tal solicitação foi verificada em Lodi (1954:117), por ocasião da instalação da Comissão de desenvolvimento industrial.

a industrialização do Brasil se impõe, para que possam resolver-se os problemas de ordem econômica, social e política. (Lunardi, 1960:5)

O discurso que coloca o “homem” como destinatário final da industrialização, e mesmo da ação da CNI, tão presente no discurso lodiano, também se mantém na década de 60:

A “nova política” parte do princípio de que o homem não é instrumento, mas a própria razão de qualquer atividade. O trabalho e a produção não constituem fins a serem atingidos, mas apenas meios para se atingir o verdadeiro fim: proporcionar condições condignas de vida, compatíveis com a dignidade da pessoa humana. (Lunardi, 1960:7)

Na década em questão, um novo elemento é incorporado à matriz discursiva da CNI: a administração como fator fundamental à produção. Para Lunardi, a *nova* equação definidora da produção, entendida como o instrumento societário para responder aos “anseios básicos da pessoa humana”²², pode ser sintetizada na seguinte expressão: Capital + Trabalho + Administração = Produção. Estando a “pessoa humana” presente em todos os termos da nova equação, Lunardi apresenta uma nova formulação: Esforços dos Investidores + Esforços dos Trabalhadores + Esforços dos Gerentes = Produção (Lunardi, 1960:7).

Essa argumentação algébrica sobre a natureza e a estrutura da produção material tem dois objetivos muito claros. Primeiramente, busca transformar a

²² A saber, dinheiro, prestígio e situação, segurança, sentimento de integração, aprovação e anseio criador. Esses “anseios básicos”, mencionados por Lunardi, foram retirados da obra *Higiene mental e relações humanas na indústria*, de autoria do “eminente especialista inglês em Medicina do Trabalho”, Thomaz M. Ling (Cf. Lunardi, 1960: 9-10).

produção capitalista, fruto da violência expropriatória do capital sobre o trabalho, em conjugação de esforços de pessoas na busca da dignificação da espécie humana, em busca da “felicidade”. Além disso, e aí justamente encontra-se a novidade discursiva, a equação almeja incorporar é incorporado ao ideário a gestão da força de trabalho, numa estratégia pretensamente includente:

Ao administrador moderno esclarecido e dinâmico, cabe a tarefa de integrar o trabalhador na empresa, fazendo-o ciente de que sua colaboração é importante e vital, e, assim sendo, nela merece tratamento condizente com o serviço que presta. (Lunardi, 1960:11)

Lunardi, fazendo coro com os discursos de Lodi, discorre sobre as necessidades do trabalhador externas ao local de trabalho, apontando-as como fundamentais ao seu bom desempenho nesse espaço. Assim, a “felicidade do trabalhador” depende diretamente da satisfação das seguintes necessidades: moradia, alimentação, vestuário, saúde e educação dos filhos.

É acentuado, pelo presidente da CNI, o papel já desempenhado pela indústria através de suas entidades de serviço social - o SESI - e de formação profissional - o SENAI.

Enfim, Lunardi não rompe a matriz discursiva até então posta no ideário da CNI; incorpora sim, de forma bastante incipiente, a administração de recursos humanos como estratégia de incorporação dos trabalhadores aos objetivos empresariais.

O caráter incipiente da administração de recursos humanos pode ser visualizada na medida em que as preocupações ainda incidem preponderantemente

nos aspectos externos ao processo de trabalho. A “felicidade no trabalho” e, portanto, sua produtividade estão ligadas diretamente às “preocupações para com a família”.

Em busca do desenvolvimento

A presidência de Thomás Pompeu de Souza Brasil Netto, exercida entre 1967 e 1977, serve como marco no pensamento da Confederação.

Através dos discursos do presidente da CNI, pode-se automaticamente depreender que, para os industriais, a luta pela industrialização, e por uma civilização urbano-industrial, tão cara a Euvaldo Lodi, fora vencida. O Brasil se tornara um país industrializado; as concepções que propugnavam seu caráter eminentemente agrícola foram relegadas a “curiosidades históricas”.

Hoje já não se discute que a industrialização do Brasil representava o único caminho compatível com a construção de um processo duradouro de desenvolvimento econômico e, apenas como curiosidade histórica, podem ser lembrados os debates que há decênios se travaram sobre a conveniência ou não de desenvolvermos um sólido parque manufatureiro. (Brasil Netto, 1971:89)

Para a CNI, a história provara o importante papel da industrialização para praticamente todos os setores da vida nacional, principalmente seu caráter pedagógico, já que o processo de industrialização foi identificada com o progresso social:

a industrialização valeu, não apenas como instrumento direto da criação de riquezas, mas também pelo seu papel educativo,

disseminando a tecnologia e criando um mercado nacional para a mão-de-obra qualificada nos mais variados graus. Valeu ainda pelo seu papel social, mostrando, pelas iniciativas espontaneamente tomadas, o caminho da dignificação do trabalhador e da melhoria direta de seu padrão de vida, através do SESI e do SENAI. (Brasil Netto, 1971:90)

Com efeito, a totalidade dos discursos de Thomás Pompeu apresentam como completo, e irremediavelmente superado, o processo de industrialização por substituição de importações. Seus pronunciamentos, no entanto, não deixam de admitir que, apesar do processo de industrialização estar praticamente completo, o Brasil não alcançou o *status* de país desenvolvido:

Desafogadas as tensões de curto prazo, entretanto, cumpre-nos alargar os horizontes e pensar num futuro mais distante, para o qual ambicionamos o posto de nação desenvolvida. (Brasil Netto, 1971:22)

A superação das baixas condições de vida dos trabalhadores, dos desequilíbrios regionais, dos altos índices de analfabetismo, não mais podem ser atribuídos ao padrão primário-exportador da economia brasileira.

A partir da constatação do Brasil como uma economia industrial subdesenvolvida e do diálogo com a conjuntura econômico-política, o presidente da CNI busca identificar seus estrangulamentos, a fim de estabelecer, a partir daí, os parâmetros necessários para o Brasil prosseguir em sua escalada industrial rumo ao desenvolvimento. Agora, a questão a ser atacada é o aprimoramento do parque industrial:

Em matéria de estrutura industrial, devemos reconhecer que o

Brasil conseguiu erguer, com extrema rapidez, seu parque manufatureiro, mas agora precisa aprimorá-lo no sentido da produtividade. (Brasil Netto, 1971:23)

Assim, na medida em que a heróica luta pela industrialização estava vencida, o processo substitutivo transformou-se em entrave ao novo *télos* industrial: *nação desenvolvida*. Para alcançar esse *status*, é preciso aumentar a produtividade e buscar a competitividade no mercado internacional. Para tal, é preciso romper com a “filosofia” construída ao longo das quatro décadas anteriores:

Numa época em que a tônica do desenvolvimento consistia essencialmente na industrialização substitutiva de importações, era compreensível que o setor secundário tentasse aprofundar-se em direção à auto-suficiência e à celeridade dos índices de nacionalização. (Brasil Netto, 1971:23)

No entanto, para Thomás Pompeu, esse período histórico estava irremediavelmente superado:

No momento em que o desenvolvimento econômico passa a depender, em muito maior escala, do crescimento das exportações e da ampliação do mercado interno, temos que rever essa filosofia, adaptando-a às metas da baixa de custos e do enquadramento nos moldes internacionais de competitividade, o que só pode ser obtido pela assimilação da tecnologia mais avançada. (Brasil Netto, 1971:23. Grifos nossos.)

O excerto acima deixa claro que o caminho para o desenvolvimento, já não mais identificado à mera industrialização, também não se insere em um modelo autônomo de conhecimento tecnológico, e tampouco prioriza o mercado interno. A meta é, de fato, a integração ao mercado internacional:

Em realidade, o que se poupa de divisas, pelo excesso do protecionismo aduaneiro, é amiúde muito menos do que aquilo que se deixa de ganhar, pela desclassificação no mercado internacional de um substantivo potencial de oportunidades de exportação. (Brasil Netto, 1971:23)

Ainda pode-se destacar, através do próximo trecho, a busca da integração ao mercado internacional, não só como exportador, mas também como importador:

Nos últimos quarenta anos, o Brasil se desenvolveu com acentuado sentido de introversão, por meio da industrialização substitutiva de importações. Essa fórmula, todavia, não parece extrapolável para o futuro, tudo indica que, daqui por diante, o crescimento do nosso produto real está estreitamente vinculado ao aumento de nossa capacidade de importar. (Brasil Netto, 1971:47. Grifos nossos)

Postas as metas do “desenvolvimento” e da integração ao mercado internacional, inclusive com uma união aduaneira latino-americana²³, a CNI estabeleceu dois vetores para alcançá-las: “o fortalecimento da empresa privada” e “a melhoria da produtividade industrial” (Brasil Netto, 1971:117).

O caminho do futuro: a primazia da iniciativa privada

O Brasil completara seu processo de industrialização de maneira rápida e eficiente; no entanto, a década de 60 foi o palco do derradeiro ato do contraditório modelo populista-desenvolvimentista:

Entre 1961 e março de 1964, não havia como pensar a longo prazo, pois que o Governo edificava pela engenharia do caos,

²³ Cf. Brasil Netto (1971), particularmente o texto “Ampliação de mercados”, proferido em 1967 no Ministério das Relações Exteriores.

acelerando a hiperinflação. (Brasil Netto, 1971:94)

Para Thomás Pompeu, esse momento crítico, caótico, teve um desfecho feliz:

Com o Brasil, a Indústria foi salva pela Revolução de 31 de Março, restauradora da ordem política, econômica e social. (Idem, ibidem.)

No entanto, nos anos seguintes ao restabelecimento da “ordem”, a economia acabou por trilhar um caminho econômico indesejado, até mesmo contraditório, com os objetivos da Revolução de 64 - a estatização de grandes parcelas da economia brasileira:

De um lado, a pressão do setor público avançou em passo acelerado, situando-nos entre os países mais estatizados do mundo ocidental. (Brasil Netto, 1971:283)

De outro lado, para a CNI, houve uma profunda descapitalização das empresas industriais, dado o processo inflacionário (aliás, aprofundado pelo Governo Militar), as altas taxas de juros e os impostos.

Enfim, na visão da indústria, teria havido uma excessiva transferência da renda dos diversos setores da economia brasileira, particularmente do setor industrial, em favor do Estado e do mercado financeiro²⁴.

Tomado, obviamente, o capitalismo como modo de produção desejado - “a livre iniciativa é fonte primária de todo o progresso humano”²⁵ -, foi inevitável a crítica aos governos militares em sua ação estatizante:

²⁴ Cf. Brasil Netto (1971:283).

²⁵ Cf. Brasil Netto (1971:66). Os excertos aqui apresentados integram um discurso proferido em 1969.

Realmente assistimos a um surto estatizante em múltiplos setores da produção, muitas vezes, e infelizmente, com argumentos distorcidos à falta de fundadas justificativas. E é preciso a coragem de proclamar que a experiência do Brasil, nesse sentido, não tem sido feliz. (Brasil Netto, 1971:66)

Na visão da CNI, o Estado não consegue - por não ser “bom empresário” - substituir a empresa privada em sua função de promover o “progresso humano” e “construir uma nação”.²⁶

A Confederação Nacional da Indústria, através de repetidos pronunciamentos, tem proclamado que a ação do Estado, em face da livre empresa, deve ser simplesmente de complementação e de incentivos. (Brasil Netto, 1971:66)

Enfim, diante de tal situação econômico-política, a CNI atuou no sentido de identificar estreitamente a noção de desenvolvimento com a defesa da livre iniciativa. Ou seja, se o Brasil quisesse trilhar o caminho que leva ao posto de país desenvolvido, era preciso reverter rápida e profundamente as diretrizes que propugnavam a ação empresarial do Estado brasileiro.

Contudo, para se caminhar em direção ao novo *télos* civilizatório, não seria suficiente o fortalecimento da iniciativa privada industrial.

O grau de maturidade atingido pela economia brasileira já não permitia mais improvisações, como, aliás, já havia vaticinado Euvaldo Lodi, anos antes. A partir de então, aprofunda-se a necessidade de uma “política industrial bem mais refinada”. Essa nova fase de crescimento na qual o Brasil ingressava implicava, como única trilha, o “aprimoramento qualitativo através da melhoria de

²⁶ Cf. Brasil Netto (1971:66).

produtividade”.²⁷

Para Thomás Pompeu, o aumento da produtividade industrial seria resultante da ação de dois vetores, um de caráter tecnológico e outro de caráter humano.

O vetor tecnológico pode ser sintetizado no reequipamento industrial obtido através da importação de maquinaria, tal qual já foi apontado, ao abordar-se acima a questão da abertura comercial e da integração ao mercado internacional. A principal reivindicação da burguesia industrial ao Estado brasileiro é a suspensão das barreiras aduaneiras e o financiamento para a aquisição de máquinas no exterior.²⁸

Mais uma vez, cabe assinalar que, nos discursos do presidente da CNI, não se encontra alusão à defesa de um desenvolvimento científico e tecnológico autônomo, mas sim à “assimilação da tecnologia mais avançada”.

O caminho do futuro: educar para o trabalho

O vetor humano, no entanto, não é de fácil ou rápida solução, já que esse problema está por muito tempo “adormecido entre nós”, embora a CNI venha dando sua “quota de contribuição para a educação com as realizações pioneiras do SENAI e do SESP”.²⁹

Durante o processo de industrialização, as empresas industriais brasileiras vinham se aproveitando dos “dotes naturais dos trabalhadores”, ou seja, de sua

²⁷ Cf. Brasil Netto (1971:118 e 119).

²⁸ Cf. Brasil Netto (1971:171). Ver também, principalmente, o discurso “Reequipamento de indústrias tradicionais” (pp.106-115), proferido em 1968 na Comissão Consultiva de Política Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio.

²⁹ Cf. Brasil Netto (1971:23).

“capacidade imaginadora e faculdade criadora”. No entanto, no novo estágio a ser trilhado

Não se pode, nem mesmo a duras penas, improvisar a formação de especialistas. O processo educativo, implicando inclusive numa mudança de mentalidade, só obtém êxito a longo prazo. (Brasil Netto, 1971:148)

Diante da necessidade de integração ao mercado internacional, mediante o binômio qualidade-produtividade, a CNI, mais uma vez, chama a atenção da sociedade para o valor econômico da educação:

Realmente, preparar o homem para as grandes metas que perseguimos é, talvez, mais importante do que a acumulação física de capital. (Brasil Netto, 1971:154)

O Brasil só poderá, na visão do empresariado, ingressar no novo estágio de industrialização através da formação de trabalhadores, de todos os níveis, dentro de uma “nova mentalidade”. Essa nova mentalidade, “conformada a longo prazo”, pode ser sintetizada na seguinte fórmula: “*educar para o trabalho é precisamente o lema desta hora de mudança*”.³⁰

A seguir, Thomás Pompeu faz uma análise dos três níveis de ensino (primário, médio e superior), além da “educação popular”. Ele critica a política pública para a educação popular por manter-se limitada à alfabetização de massas adultas. Superar o analfabetismo - essa “chaga social” - é necessário; porém, mostra-se insuficiente para incorporar essas “reservas demográficas ao processo de desenvolvimento”:

³⁰ Cf. Brasil Netto (1971:148).

Com efeito, ensinar a ler e escrever a toda uma população marginalizada representa avanço considerável. Mas não é tudo. A faculdade de ler e escrever é um bem potencial. Impõe-se fazer valer essa conquista, dando ao homem, qualquer que seja sua condição, o hábito do estudo e a vontade latente de contínuo aperfeiçoamento. (Brasil Netto, 1971:148. Grifos nossos).

As críticas às políticas públicas de educação se estendem ao ensino primário; para o presidente da CNI,

no ensino primário assiste-se às agruras do binômio repetência-evasão, sobretudo na primeira série, onde cêrca de metade dos alunos são reprovados, gerando congestionamento das disponibilidades de vagas e o estímulo à interrupção dos estudos. (Brasil Netto, 1971:155)

Com relação ao ensino secundário, Thomás Pompeu entende que esse é

geralmente oneroso, em contraposição com a universidade gratuita, exorbita na pretensão acadêmica, raramente servindo como capacitação racional para os que se dirigem ao mercado. (Brasil Netto, 1971:155)³¹

Por fim, o presidente da Confederação lança críticas ao ensino superior brasileiro: este também não estaria adequado às necessidades do mercado, por oferecer muitas vagas nas faculdades de direito, economia e filosofia, e por descuidar das área de medicina, engenharia, agronomia e administração. A CNI propõe ainda a flexibilização dos cursos superiores, os quais também deveriam oferecer carreiras curtas, como a de engenheiro de operação.

³¹ É interessante destacar que esse discurso é de 1969, portanto, anterior à Lei 5.692, que introduziu a profissionalização como objetivo central do ensino médio.

Enfim, a CNI, em fins da década de 60, esboçara - sob o lema *educação para o trabalho* - um programa integral para a *educação em tempos de mudança*.

Para a educação popular, a CNI defende, além da alfabetização de toda a população, a sua capacitação para *aprender a aprender*. Quanto ao ensino primário, a CNI propõe a elevação qualitativa do mesmo, eliminando a repetência e a evasão escolar. No tocante ao nível médio, a entidade propugna um ensino voltado prioritariamente para a formação de técnicos. Finalmente, para o ensino superior, a CNI aponta como meta a flexibilidade, com prioridade voltada para o campo tecnológico e, como o ensino técnico, em sintonia fina com o mercado de trabalho e estreita colaboração com as empresas.

Coerente com a lógica da *improvisação impossível*, com a estreita articulação com as empresas, com o novo papel da administração (aliás, já apontada durante a gestão de Lídio Lunardi), a Confederação Nacional da Indústria, durante a gestão de Thomás Pompeu, desenvolveu duas ações importantes: a criação do IEL e a revitalização do Centro Nacional de Produtividade (CENPI).³²

Uma das atividades comentadas pelo presidente da Confederação é o Programa de Formação de Assessores e Executivos. Articulado ao binômio qualidade-produtividade, aquele visava formar profissionais para atuarem na área de administração estratégica de alto nível, priorizando, como alunado, os profissionais oriundos das áreas de engenharia, direito, economia ou contabilidade, que já possuíssem experiência prática no campo industrial.

A administração das médias e grandes emprêsas não é hoje tarefa

³² Como já foi dito no item I.3 dessa tese, ao IEL cabe a articulação indústria-universidade.

que se possa enfrentar com base no entusiasmo e no amadorismo. A complexidade dos problemas envolvidos é tal que se torna impossível resolvê-los pelo simples apêlo à intuição. (Brasil Netto, 1971:172)

Portanto, o líder da Indústria admite e valoriza explicitamente as qualidades do *empresário schumpeteriano* - visão do futuro, arrojo e capacidade de inovação. Ele entende que tais qualidades precisam, dadas as demandas do novo estágio de desenvolvimento, estar firmemente alicerçadas numa ampla “infra-estrutura técnica”.

Capítulo III

CNI COMPETITIVISTA:

O Pensamento Pedagógico na Busca da Competitividade

“O movimento mais flexível do capital acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo.”

David Harvey

Em *CNI industrialista*, capítulo anterior deste trabalho, foi destacado que o padrão de acumulação fordista se colocava no interior da segunda onda de transformações industriais. Esse segundo feixe de inovações tecnológicas foi caracterizado pela utilização dos motores elétricos e de combustão interna, da química orgânica e dos produtos sintéticos, e pela linha de montagem.

Mas, a partir de meados da década de 70, o capitalismo mundial passou a dar sinais de mudanças, hoje vistos como inequívocos. Ou seja, o capitalismo mais uma vez expunha suas contradições internas de forma explosiva. O modo de produção capitalista precisava empreender mais uma metamorfose para perdurar.

Essa nova etapa metamórfica do capitalismo, cuja conceituação ainda é objeto de disputa político-científica, será aqui denominada *padrão de acumulação flexível*.

Assim, nesse capítulo, buscar-se-á explicitar, e analisar, as concepções da CNI sobre trabalho, educação e formação profissional construídas dentro dos marcos do *padrão de acumulação flexível*. Para tal, primeiramente será desenhado esse quadro econômico-político-social dentro do qual a CNI vem produzindo, nas últimas duas décadas, seu pensamento pedagógico.

III.1 O PADRÃO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL¹

Da mesma forma que o padrão de acumulação fordista se apoiou num pilar organizacional - o taylorismo - e num pilar tecnológico - o fordismo, também o padrão de acumulação flexível se apóia sobre dois pilares. O incipiente padrão, portanto, se sustenta em uma nova dinâmica de gestão do processo produtivo e em um novo padrão tecnológico. Em ambos os aspectos, como será melhor explicitado, o conceito-chave é *flexibilidade*.

Tal qual no fordismo, foi a indústria automobilística que liderou as mudanças no mundo da produção, só que dessa vez trocando os EUA (e a fábrica Ford) pelo Japão (e a fábrica Toyota). Por isso, alguns autores costumam denominar as novas formas de organização industrial de *toyotismo* ou *ohnismo*².

O Japão dos anos 40/50 era um país destruído pela guerra, vítima de duas bombas nucleares, e ocupado por uma potência estrangeira.

Naquela época difícil, a empresa Toyada (mais tarde, Toyota) resolveu ingressar no mercado de fabricação de automóveis. No entanto, dada a situação em que vivia o país, a referida empresa encontrou uma série de dificuldades à sua atuação.

¹ Cabe alertar que, nesse texto, não serão abordados, de maneira exaustiva, todas as características desse padrão. Cabe ainda ressaltar que, dado o caráter ainda bastante indefinido e talvez incipiente das mudanças no padrão de acumulação, a própria denominação do mesmo permanece provisória. A dificuldade em traçar uma panorama geral desse novo padrão de acumulação reside também justamente no seu caráter flexível, às vezes singular, de aplicação, variando de país para país, de setor para setor industrial e, até mesmo, de empresa para empresa. O conceito *acumulação flexível* aqui utilizado foi inicialmente cunhado, segundo Antunes (1995), por Harvey (1992), que, por sua vez, teria aproveitado da tese da *especialização flexível* construída por Piore e Sabel em seu famoso *The second industrial divide*, de 1984.

² Para um exame completo do toyotismo, ver Coriat (1994).

As circunstâncias constrangedoras à produção industrial podem ser resumidas nos seguintes aspectos: um mercado doméstico limitado, porém com uma demanda de veículos bastante diversificada; uma força de trabalho, por um lado, fortemente marcada por padrões culturais rurais e, por outro lado, regulada por uma novíssima legislação trabalhista imposta pelo Exército americano de ocupação; uma economia devastada, e ainda bastante limitada à aquisição de tecnologias estrangeiras; e uma ameaça de ingresso no país das grandes montadoras americanas.³

Esse conjunto de dificuldades levou Taiichi Ohno, engenheiro da empresa Toyota, a buscar um método de produção industrial que fosse adequado àquela situação econômico-social.

Ohno foi paulatinamente construindo um método de trabalho e gerência industrial adequado àquela situação econômico-social, ao qual, mais tarde, ele denominou de *Espírito Toyota*. Ohno foi obrigado, pelas circunstâncias, a “pensar pelo avesso” a produção fordista:

Dada sua origem, este sistema é particularmente bom na diversificação. Enquanto o sistema clássico de produção de massa planejado é relativamente refratário à mudança, o sistema Toyota, ao contrário, revela-se muito plástico; ele adapta-se bem às condições de diversificação mais difíceis. É porque ele foi concebido para isso. (Ohno apud Coriat, 1994:30).

O método proposto por Ohno é o avesso do sistema concebido, no início do século, por Taylor e Ford. Em síntese, o modelo Toyota contrapõe, aos grandes lotes

³ Cf. Womack et al. (1992) e Coriat (1994).

padronizados da produção fordista, a produção de séries restritas de produtos diferenciados. Esta característica define, sucinta e fundamentalmente, a oposição entre o espírito toyotista e o fordista, e, portanto, define o coração do método ohnista.⁴

Como o próprio fordismo, o toyotismo também foi o resultado de um lento e gradual processo de fusão e inovações de outros métodos, conceitos e tecnologias, que, de início, não formavam um sistema coeso de organização do trabalho produtivo.

Segundo o próprio Taiichi Ohno (Coriat, 1994: 29 *passim*), o seu método se assenta sobre dois pilares: o *just in time* e a *autonomação*.

O método de produção *just in time* consiste em “produzir exatamente as quantidades vendidas e produzi-las no tempo exatamente necessário” (Coriat, 1994:44). Do ponto de vista prático, esse objetivo é alcançado em grande parte pela técnica *Kan-Ban* (fichas).

O kan-ban - técnica adaptada dos supermercados americanos -, grosso modo, se constitui em uma relação interna à empresa, na qual os setores finais da produção vão demandando, apenas quando necessário, pequenos lotes de peças a serem utilizadas na montagem do produto.

Assim, cada setor, ou posto de trabalho, *encomenda* ao anterior (*cliente*) as quantidades mínimas necessárias ao ótimo funcionamento da produção do seu próprio setor ou posto de trabalho, estabelecendo-se, assim, uma cadeia de demanda do fim ao início da produção. Esse método introduz, paralelamente e em sentido

⁴ Cf. Coriat (1994:31).

inverso ao fluxo real de produção, uma cadeia de informações sobre o andamento da produção.⁵

A técnica kan-ban, na medida em que reduz drasticamente os estoques intermediários e o final, é também conhecida como *estoque zero* ou ainda *fábrica mínima*.

A busca de um estoque zero acaba por converter-se também numa forma de gestão da força de trabalho, pela qual é perseguida uma produção com um mínimo de trabalhadores:

Há duas maneiras de aumentar a produtividade. Uma é a de aumentar as quantidades produzidas, a outra é a de reduzir o pessoal de produção. A primeira maneira é, evidentemente, a mais popular. Ela é também a mais fácil. A outra, com efeito, implica repensar, em todos os seus detalhes, a organização do trabalho. (Ohno apud Coriat, 1994:33)

Foi o que realizou notavelmente o engenheiro japonês.

A *automação* - neologismo obtido da fusão das palavras “autonomia” e “automação” - consiste na introdução, em máquinas automáticas, de determinados mecanismos que permitem a paralisação automática, no caso da produção de peças defeituosas. Tal inovação tecnológica empresta, assim, autonomia à maquinaria.

Essa tecnologia, construída por Kiichiro Toyada, fundador da empresa homônima, a partir de sua experiência em fabricação de têxteis, buscava impedir, ou pelo menos reduzir, o montante de produtos defeituosos.

⁵ Note-se que esse método não traz consigo nenhuma revolução tecnológica, atendo-se, basicamente, ao aspecto organizacional da produção. Obviamente essa técnica demanda alguns aparatos tecnológicos, mas de caráter bastante simples, como, por exemplo, carrinhos especiais para carregar os pequenos lotes de peças, ou as próprias fichas de encomenda (kan-ban).

Mais tarde, a tecnologia foi alçada à condição de um princípio, sendo, então, estendido a trabalhos simples que não utilizavam máquinas automáticas. Esse princípio consiste, portanto, em reduzir drasticamente o número de peças com defeito.

A inovação técnica e organizacional, promovida pela automação permitia à fábrica encarregar um único trabalhador da supervisão de um número grande de máquinas automáticas, além da checagem da qualidade das peças produzidas por essas máquinas.

A mudança nos processos de trabalho também produziu efeitos sobre o perfil da força de trabalho. O *espírito Toyota*, também nesse aspecto, pensou pelo avesso a produção fordista: produziu a desespecialização dos operários qualificados, transformando-os em trabalhadores polivalentes.

Da mesma forma que Taylor enfrentou os trabalhadores e seus sindicatos, Ohno também precisou enfrentar - e efetivamente derrotar - as organizações sindicais industriais japonesas para introduzir seus métodos de racionalização do trabalho vivo.

Após uma série de enfrentamentos na década de 50, as seções sindicais japonesas são transformadas em sindicato de empresa. A partir daí, o sindicato interno é absorvido pela própria direção empresarial. As greves desapareceram da Toyota; a atividade sindical passou a fazer parte da necessária trajetória dos dirigentes e da formação das elites da empresa; a palavra de ordem em 1954 passou a ser “Proteger nossa empresa para defender a vida!”⁶

⁶ Coriat (1994:46).

Para Coriat (1994), na verdade, o que houve foi um conjunto de contrapartidas entre os trabalhadores e a própria empresa. A troca se deu entre um engajamento completo à produção e à empresa, e a obtenção do “emprego vitalício” e do “salário por antiguidade”.⁷

Além de todas essas inovações, Ohno também banuiu a linha de produção tal qual fora concebida por Ford. O *lay out* linear da cadeia produtiva foi substituído por outras disposições espaciais, como, por exemplo, as ilhas de produção, onde se dá uma pequena cadeia de produção, às vezes conduzida por um único trabalhador ou um pequeno grupo de operários polivalentes.⁸

Mas o método de produção toyotista não se resume ao aspecto organizacional.

Para viabilizar plenamente o princípio *just in time*, ou seja, para poder produzir pequenos lotes de mercadorias bastante diversificados entre si, foi necessário avançar - mais uma vez, pelo avesso - sobre as máquinas-ferramentas desenhadas para produzir em grande escala.

Para ilustrar a questão, pode-se utilizar o setor de estamparia, um dos mais complexos e resistentes à flexibilização da produção automobilística (ver Womack et al., 1992:42-3).

O processo de estampagem consiste, grosso modo, em dar formato tridimensional às chapas de aço originariamente planas. Essas chapas podem ser moldadas na forma de paralamas ou portas; para tal, dependiam de imensas prensas

⁷ Coriat (1994) trabalha essas questões de forma pormenorizada, no capítulo III de sua obra.

⁸ Coriat (1994) e Womack et al. (1992) elencam uma série de procedimentos de produção, controle de qualidade, etc. que ajudam a desenhar o perfil dos métodos japoneses de produção; mas, para efeito do presente trabalho, acredita-se não ser necessário apresentar tais procedimentos *ad nauseum*.

dotadas de moldes a elas adaptados. Esses moldes podiam ser trocados, de forma a uma mesma prensa poder estampar peças distintas. No entanto, a troca e o ajuste dos moldes demorava pelo menos um dia inteiro.

Uma solução parcial para esse problema, ainda sob o paradigma fordista de produção, consistia na utilização de prensas dedicadas, ou seja, equipamentos que não eram sujeitos à troca de moldes. Assim, tais prensas produziam as mesmas peças durante meses ou mesmo anos.

Para Ohno, essa não era uma solução adequada às condições japonesas. Assim, a partir de um pequeno número de prensas americanas e de inúmeros experimentos, conseguiu desenvolver, em fins da década de 50, após cerca de dez anos de pesquisas, um sistema técnico com o qual viabilizou a rápida troca - cerca de três minutos - dos moldes de estamparia. Com isso, também eliminou a necessidade de especialistas em troca e ajustamento de moldes, passando, assim, tal tarefa para qualquer operário de sua fábrica. Essa nova tecnologia barateou o custo unitário das peças produzidas, apesar do volume de produção bastante reduzido.

Segundo Womack et al. (1992:43-4), havia duas razões fundamentais para a redução do custo unitário das peças: produzir em pequenos lotes eliminava os encargos financeiros de manutenção dos grandes estoques; e, além disso, a imediata utilização das peças na montagem do automóvel possibilitava a rápida identificação de eventuais defeitos de estamparia, com a conseqüente eliminação de suas causas. Assim, o custo de reparação, ou retrabalho, em geral bastante elevado, caía praticamente a zero. Enfim, esse método viabilizou tecnologicamente e economicamente a produção de pequenos lotes de peças diferenciadas.

Mas o pilar tecnológico do novo padrão de acumulação sofreu uma verdadeira revolução quando do ingresso da microeletrônica no processo produtivo:

Os processos industriais típicos do paradigma tecnológico dominante no século XX, de base eletromecânica, através da automação dedicada, repetitiva e não programável, foram objeto de intensa transformação (desde a segunda metade dos anos 70 e notadamente nos anos 80) por meio da difusão acelerada de mecanismos digitalizados (ou dirigidos por computadores) capazes de programar o processo de automação. (Coutinho, 1992:72)

Ou seja, a microeletrônica vem substituindo a eletromecânica como base da automação, ajustando-se perfeitamente aos métodos toyotistas de produção, haja vista que, com a automação de base microeletrônica, as máquinas-ferramentas adquirem uma flexibilidade antes inimaginável. Tal flexibilidade possibilitou a produção automatizada de produtos encomendados, aproximando-se assintoticamente de processos de produção de tipo manufactureiro-artesanal. Com efeito, os anos 90 assistem à emergência de sistemas integrados de automação flexível (Coutinho, 1992: 73).

Por outro lado, a adoção em larga escala de redes internacionais de computadores lançou as bases para o fenômeno da *globalização* - entendido como um radical aprofundamento da internacionalização da economia.

Diante do fantástico progresso das telecomunicações via satélite e fibra ótica, e da vertiginosa velocidade de processamento, armazenamento e transmissão de dados via sistemas de computação, qualquer pequeno operador do mercado financeiro pode deslocar rapidamente gigantescos fluxos de capital (“fictício”) de Paris para Tóquio, daí para Nova York, e mais tarde para São Paulo.

As possibilidades tecnológicas dessa livre flutuação de capitais veio alicerçada pela “desregulamentação” dos sistemas financeiros por todo o globo terrestre.

Aliás, essa capacidade de deslocamento do capital fictício e o alto grau de autonomia deste capital em relação à produção real chegaram a um limite sem precedentes na história econômica mundial, acarretando riscos financeiros também sem precedentes.⁹

Um dos resultados mais importantes desse processo - além da perda de capacidade, por parte dos Estados nacionais, de controle dos fluxos rápidos de capitais - foi um intenso

processo de interpenetração patrimonial entre as grandes burguesias industriais e financeiras das principais economias capitalistas. (Coutinho, 1992:81)

Além dessa forte interconexão global dos mercados financeiros e de capitais, a globalização também vem se dando no capital produtivo real. Embora não seja novidade absoluta, vem se dando com velocidade espantosa a formação de oligopólios globais, entre os quais o caso mais notório é o da indústria automobilística, sem esquecer da indústria farmacêutica e de informática.

Esse processo de oligopolização global vem se dando, inclusive, no aspecto da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico em determinados campos do conhecimento humano.

Em síntese:

⁹ Cabe lembrar as recentes crises financeiras mexicanas, e as reuniões do FMI que vêm discutindo mecanismos de reduzir a velocidade de deslocamento dos capitais fictícios.

Os três pontos acima descritos (interpenetração patrimonial, com a conexão on-line dos mercados financeiros e de capitais, formação de um número expressivo de oligopólios mundiais e a estruturação de redes telemáticas globais por grandes empresas) caracterizam avanços genuínos do processo de internacionalização em direção a formas “globais” de interação, em grande medida viabilizadas pelo notável avanço da telemática. (Coutinho, 1992:84)

Ficam assim demonstradas a completa participação da microeletrônica na globalização e a de ambas na composição dessa nova fase metamórfica do capitalismo - o *padrão de acumulação flexível*.

No entanto, cabe ressaltar que um padrão de acumulação, seja ele fordista ou flexível, não se constitui reflexo mecânico de inovações tecnológicas implantadas na produção industrial. Um padrão de acumulação é, em última instância, resultado do cadinho da História, cadinho esse onde são realizadas opções políticas e econômicas, e que, de forma alguma, cabe numa (suposta) onisciência capitalista.

Além disso, um método ou paradigma produtivo não é capaz, por si só, de definir um padrão de acumulação. Assim, como foi necessário que determinados padrões econômico-sociais fossem produzidos e lentamente conformados para comporem o padrão fordista de acumulação, o mesmo vem ocorrendo em torno dos novos paradigmas produtivos (aqui exemplificados pelo método de Ohno).

Ou seja, para que efetivamente o paradigma flexível de produção fosse alçado a pilar de um novo padrão de acumulação, seria necessário que se produzisse uma nova e profunda crise no modo de produção.

Com efeito, para David Harvey (1994:135):

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo.

Para Harvey, a rigidez fordista se espalhou muito além das fábricas, tomando o próprio tecido social:

Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor “monopolista”). [...] A rigidez dos compromissos do Estado foi se intensificando à medida que programas de assistência [...] aumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos. (Harvey, 1994:135-6)

Aparentemente, o único instrumento flexível disponível encontrava-se na política monetária, ou seja, na capacidade do Estado emitir moeda para saldar seus gastos crescentes. Com isso, sobreveio a onda inflacionária internacional que pôs fim à Era de Ouro do capitalismo, iniciada no pós-guerra.

A rigidez da produção; a rigidez dos mercados; a rigidez dos contratos e direitos trabalhistas; a rigidez do papel e dos gastos do Estado, que durante décadas sustentou a acumulação capitalista, passaram rapidamente a solapá-la. A crise do petróleo da década de 70 alavancou a crise capitalista. Mas, para Hobsbawm,

a natureza global da crise não foi reconhecida e muito menos admitida nas regiões não comunistas desenvolvidas, até depois que uma das partes do mundo [...] desabou inteiramente. (Hobsbawm, 1995:393).

Para o historiador inglês, ainda será necessário esperar alguns anos para que

os economistas utilizem-se da “última arma dos historiadores” - a visão retrospectiva - a fim de encontrar uma explicação convincente para as duas últimas décadas de profunda crise do capitalismo internacional.

O fato é que a década de 80 presenciou o crescimento da pobreza e da miséria em países que pareciam caminhar para a supressão das desigualdades sociais, isso sem falar naqueles - tais quais o Brasil - cuja magnífica concentração de renda escancara a existência de uma sociedade cindida em classes.

O feiticeiro perdera o controle do feitiço; não se possuía mais os instrumentos para dominar, ou mesmo administrar, os caprichos da economia mundial:

O grande instrumento para fazer isso na Era de Ouro, a política de governo, coordenada nacional ou internacionalmente, não funcionava mais. As Décadas de Crise foram a era em que os Estados nacionais perderam seus poderes econômicos. (Hobsbawm, 1995: 398)

A alternativa proposta ao Estado do Bem-Estar Social, posta por Friedrich Hayek, Milton Friedman e Karl Popper, foi o neoliberalismo.

Na verdade, já em 1944, Hayek escrevera **O Caminho da Servidão**, onde apaixonadamente, atacara o então nascente *Welfare state* - um dos pilares do padrão de acumulação fordista.

Hayek afirmava que a (suposta) promoção da igualdade implementada pelo Estado do Bem-Estar conduziria a humanidade à servidão, tal qual o nazismo e o comunismo soviético havia, na opinião dele, realizado.

Durante três décadas, Hayek, Friedman e Popper pregaram no deserto

político-econômico da Era de Ouro do capital. A enorme vitalidade do capital não produzia ainda almas atormentadas a serem conduzidas à nova terra prometida.

A nova grande crise do padrão de acumulação capitalista do pós-guerra, em 1973, colocou todo o mundo capitalista avançado numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação - a chamada estagflação). A partir daí, as idéias neoliberais passaram a ser ouvidas.

Para Hayek, Friedman e Popper, as raízes da nova crise estavam localizadas no poder excessivo dos sindicatos e, de maneira mais geral, nos movimentos dos trabalhadores, que teriam corroído as bases da acumulação capitalista.

O acrido remédio é claro: manter um Estado forte em sua capacidade de romper com o poder dos sindicatos e de controlar os gastos sociais, e supostamente fraco nas intervenções no mercado, que, mais uma vez, deveria ser 'livre'. A estabilidade monetária deveria ser a nova meta suprema dos governos.

Para realizar tal programa, seriam necessárias duas medidas: uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar; e uma restauração da taxa 'natural' de desemprego, ou seja, uma ampliação do exército de reserva de trabalhadores para quebrar o poder sindical e fazer despencar o salário real.

Além disso, as reformas fiscais eram imprescindíveis para incentivar os agentes econômicos à inversão de capitais. Em outras palavras, isso significava a redução de impostos sobre os rendimentos mais altos, particularmente sobre os ganhos de capital. Dessa forma, uma nova e 'saudável' desigualdade iria voltar a dinamizar as economias capitalistas tão combalidas.

A hegemonia do programa neoliberal não se realizou do dia para a noite. Levou mais ou menos uma década. Começou com a experiência chilena do ditador Augusto Pinochet (1973), passou pelo governo Margaret Thatcher (1979) na Inglaterra (primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal), pelo governo Ronald Reagan (1980) nos EUA, pelo de Helmut Kohl (1982) na Alemanha, e assim sucessivamente.¹⁰

O capitalismo mundial rompeu o casulo do Estado do Bem-Estar e caminha para completar sua mais nova metamorfose - o *padrão de acumulação flexível*.

Com efeito, as décadas de 70 e 80 constituíram um conturbado período de reestruturação - em realidade, ainda em processo - econômica, social e política. No tecido social, constantemente em movimento, marcado por rápidas oscilações e incertezas, experiências produtivas e organizacionais, e rearranjos políticos e macroeconômicos começam a produzir esse novo estágio do capitalismo:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (Harvey, 1994:140)

Os tempos de mudança são momentos críticos, ou seja, tempos de crise. E crise é sinônimo de risco, incertezas, indeterminações.

¹⁰ Para uma análise mais detalhada ver, além de Hobsbawn (1995: 398 ss), Perry Anderson (1995).

III.2 A CONSTITUIÇÃO DO PADRÃO FLEXÍVEL NO BRASIL

A economia brasileira, como não poderia deixar de ser, está interrelacionada à economia mundial. No entanto, na medida em que o Brasil não pode ser caracterizado enquanto país pertencente ao centro dinâmico da economia mundial, algumas das mutações ocorridas nos países centrais tendem a se materializar na economia brasileira com certa defasagem temporal, por um lado, e certa ‘adaptação’ à realidade brasileira, por outro lado.

Assim, somente na década de 1980, o Brasil completou definitivamente sua industrialização sob o padrão de acumulação fordista, praticamente quando esse já estava superado nos países centrais. Com efeito, a industrialização brasileira foi iniciada

entre 1933-1955 de forma restringida e incipiente e de forma mais decisiva nos períodos 1956-1962 e 1968-1980, quando concluiu-se a instalação dos setores produtores de bens de consumo durável, de bens intermediários e de capital. (Cano, 1995:23) ¹¹

Além disso, o padrão fordista não se completou plenamente nessas plagas. O Estado de bem-estar social não foi implantado integralmente; o mercado consumidor até hoje não se constituiu plenamente como mercado de massas, excluindo dezenas de milhões de brasileiros.

Assim, em relação ao Brasil, podemos dizer que, além do padrão tecnológico fordista ter sido tardiamente implantado, as políticas sociais, o pleno

¹¹ O PIB brasileiro cresceu, entre 1945 e 1980, a uma taxa média anual de 7%, índice superior, inclusive, ao de muitas economias desenvolvidas, alcançando o país ao posto de 8ª economia do mundo (ver Serra, 1982).

emprego, os padrões de consumo ficaram muito aquém do que poderia ser considerado como razoável. Enfim, no Brasil foi implantado um *fordismo periférico*:

se houve uma intensificação do processo de modernização da sociedade, com a expansão e o fortalecimento da classe operária e das classes médias, houve também um aumento do pauperismo e do subemprego, dos desequilíbrios regionais e dos níveis de desigualdade social, com a ampliação sistemática da desigualdade na distribuição dos rendimentos do trabalho e na distribuição da renda nacional brasileira. (Mattoso, 1995:124)

A década de 1980 no Brasil registrou a superação do Regime Militar, a ampliação dos espaços democráticos, a fundação de centrais sindicais, dos efetivos avanços sociais na Constituição de 1988. Contudo, o país não conseguiu, mesmo assim, completar plenamente o padrão de acumulação fordista.

É nesse cenário que o país é colhido pela terceira onda de “destruição criativa”:

No Brasil, a elevação da inflação aliada à ruptura do padrão de desenvolvimento brasileiro favoreceram a estagnação da esfera produtiva, tornando os ciclos de crescimento, anteriormente intensos, embora curtos e instáveis, praticamente inexistentes e interrompendo o processo de assalariamento e de formalização das relações de trabalho e, conseqüentemente ampliando a pobreza, a exclusão e a heterogeneidade da estrutura do mercado de trabalho (emprego e salários). (Mattoso, 1995:126)

No entanto, a crise da década de 80 não produziu a desindustrialização da economia, tal como ocorreu na Argentina, no Chile e no México. Ou seja, apesar de

órgãos internacionais, como o FMI, denominarem os anos 80 como a “década perdida”, o Brasil obteve o maior crescimento dos PIB’s latino-americanos, mantendo-se como a maior economia industrial do chamado Terceiro Mundo.¹²

Assim, no país de Macunaíma, velho e novo, novo e novíssimo se debatem, se misturando, às vezes, de maneira trágica.

De uma maneira geral, o padrão de desenvolvimento brasileiro em tempos de flexibilização está sendo marcado por ciclos curtos da atividade econômica. Com efeito, pode-se identificar três períodos marcantes para a economia do Brasil: de 1980 a 1983, de 1984 a 1986, e de 1987 a 1990 (Mattoso, 1995:138).

O primeiro período, iniciado ainda durante o Regime Militar, foi marcado por uma intensa submissão da economia às demandas do “ajustamento externo”. Houve profundas restrições às importações e ao consumo interno de produtos exportáveis. As relações de trabalho se deterioraram, o trabalho informal aumentou, o salário real caiu.

Esse arrocho econômico sobre a classe trabalhadora produziu os primeiros movimentos grevistas vitoriosos, ainda sob o Regime Militar (1978-79), que, por sua vez, também produziram a reação repressiva às greves. Em 1980, o país entrou em recessão. A subordinação aos ditames dos organismos internacionais aliada à inflação aprofundaram a deterioração do nível de emprego e do salário. Apesar da proibição legal, em 1983, a classe trabalhadora responde com a fundação da Central Única dos Trabalhadores - CUT.

No segundo período (1984-86), marcado politicamente pelo movimento

¹² Sobre a “década perdida” na educação ver Saviani (1995).

Diretas já, a economia mostrou certa recuperação, a partir do incremento das exportações *vis à vis* os gigantescos deficits comerciais dos EUA.¹³ O aumento da atividade industrial refletiu-se no incremento do nível de emprego industrial, promovendo a recuperação do mercado de trabalho, com a elevação do salário mínimo e do salário médio real (entre 1984 e 1986).¹⁴ No entanto, a inflação recrudescceu.

Nesse contexto, em 1986, foi deflagrado um dos mais audaciosos planos macroeconômicos brasileiros - o Plano Cruzado. Contudo,

a ausência de discussão e negociação de um projeto nacional, as pressões externas [...] e internas [...] resultaram na ausência de reformas estruturais coerentes que enfrentassem os desequilíbrios básicos da economia brasileira e terminaram por comprometer definitivamente o Plano Cruzado. (Mattoso, 1995:140)

Esse autor assinala ainda que, no período em tela, houve a ampliação do raio de ação sindical, incorporando setores médios, como professores, funcionários públicos e profissionais liberais.

O terceiro período recente da economia brasileira (1987-90) pode ser caracterizado pela estagnação econômica, pelo retorno de políticas econômicas de caráter ortodoxo, pelo crescimento dos índices inflacionários,¹⁵ e pelo agravamento da crise cambial. Esses fatores levam o Brasil a decretar moratórias internacionais.

A crise econômica que perdurava¹⁶ foi reflexo do esgotamento do padrão de

¹³ O PIB brasileiro cresceu 4,9% em 1984 e 8,3% em 1985.

¹⁴ Cf. Mattoso (1995:139).

¹⁵ A inflação anual alcançou o índice de 685% em 1988, e 1320% em 1989.

¹⁶ A partir do governo Itamar Franco, com a decretação do Plano Real, e eleição de Fernando Cardoso, as análises ainda estão bastante impregnadas pelos desejos políticos e pelo ufanismo econômico, enfim, ainda estão no caldeirão quente da conjuntura.

acumulação fordista e à emergência internacional do novo padrão de acumulação, ainda não hegemônico.

Esse choque de padrões de desenvolvimento vem “acentuando a desestruturação da ordem econômica internacional e favorecendo a desordem do mundo do trabalho”.¹⁷

A ascensão de Fernando Collor, no início da década de 1990, e, em nossa opinião, também a eleição de Fernando Henrique Cardoso, serviram como indicadores de busca do ajustamento subordinado da economia brasileira aos “novos ventos da economia mundial”. Essa subordinação parece, inclusive, abandonar de vez a estratégia de criação de um mercado interno de consumo em massa.

Com relação ao novo padrão industrial-tecnológico, também os resultados analíticos são bastante incipientes. No entanto, Márcia Leite (1994b) busca estabelecer uma periodização de sua implantação, a partir de três etapas:

- A difusão dos CCQ's (final da década de 70 - início da década de 80);
- A inovação tecnológica e organizacional (1984 - 1990); e
- A modernização sistêmica (a partir de 1990).

A primeira etapa refere-se ao ingresso restrito de “propostas inovadoras”, particularmente com a utilização dos círculos de controle de qualidade - CCQ's.

Essa inovação incipiente se deu fundamentalmente sobre a base tecnológica anterior, ou seja, sem a utilização significativa de automação de base microeletrônica. Portanto, a indústria buscou implementar novas formas de gestão

¹⁷Cf. Mattoso (1995:142).

da força de trabalho sem alterar o padrão tecnológico instalado.¹⁸

Outra característica importante da etapa de implantação da reestruturação produtiva brasileira, é apontada por Leite (1994b:566):

os CCQs foram introduzidos em muitas empresas a partir da preocupação gerencial em desviar o ímpeto participativo dos trabalhadores para formas alternativas de organização que contassem com maior controle gerencial.

A modernização começou a tomar feições conservadoras, autoritárias, tão comuns às fábricas, à cultura, à política brasileira.

A segunda etapa - *inovação tecnológica e organizacional* - iniciada em 1984-85, se dá no interior de uma retomada econômica, a partir da profunda recessão dos anos 80. Tal etapa é caracterizada, diferentemente da anterior, por uma rápida difusão dos equipamentos de base microeletrônica. Embora tenham existido experiências de inovação organizacional do trabalho industrial, a ênfase realmente se deu na implantação da nova base tecnológica.¹⁹

Nesse período foi, mais uma vez, identificada uma *brasilianização* das técnicas japonesas, refletida na dificuldade empresarial de modificar suas políticas de gestão da força de trabalho.

Finalmente, o terceiro período - a *modernização sistêmica* - tem início sob a égide de dois fatores. O primeiro é o aprofundamento da crise econômica, com a brutal concentração de renda e a conseqüente diminuição do mercado interno. O

¹⁸ Percebe-se, claramente, como as novas concepções de trabalho-produção precedem a sua real implantação. Foi assim com o fordismo (Vargas, 1985) e também com o “pós-fordismo” (Leite, 1994b).

¹⁹ O agente introdutor das novas técnicas foi o mesmo do fordismo: as montadoras de automóveis (cf. Vargas, 1985:179; e Leite, 1994b:567).

segundo constitui-se na política de abertura à economia externa - globalização - promovida pelo governo Collor de Mello e aprofundada por Fernando Henrique Cardoso.

O período da *modernização sistêmica*, embora ainda incipiente, parece se delinear enquanto um período de real reestruturação produtiva, ou seja, de adoção de estratégias de caráter mais global. A modernização sistêmica se caracterizaria, portanto, pela implantação articulada de novas tecnologias e novas formas de gestão da força de trabalho em todo âmbito da empresa.²⁰

Leite (1994b:574) aponta ainda algumas outras importantes características dessa nova etapa da reestruturação industrial; dentre elas, a “focalização da produção”.

O processo de focalização caracteriza-se pela concentração/especialização da empresa na produção dos itens mais sofisticados (com maior valor agregado, ou em íntima relação com os fins da empresa), e pela subcontratação de outras empresas (terceiros) para efetuar as demais tarefas da produção ou do campo dos serviços. É o também chamado processo de terceirização da produção.

Assim, a focalização implica na diminuição das unidades produtivas, na especialização das tarefas, no gerenciamento mais preciso, e na diminuição e precarização do emprego.²¹

Enfim, seriam esses alguns dos elementos econômico-sociais capazes de

²⁰ Nos períodos anteriores, a modernização - seja do ponto de vista organizacional, seja no plano tecnológico - teria se caracterizado por uma implementação localizada - a *modernização defensiva*.

²¹ O grau de impacto de todas essas mudanças - sem dúvida - põe por terra a lógica que apregoa o fim do trabalho. Mas, por outro lado, os processos em curso parecem endossar que a economia rumo decididamente para a “destruição do emprego” - segundo alguns, a “agenda do século XXI”.

iniciar uma composição do padrão de acumulação flexível de tipo brasileiro, dentro do qual a CNI vem construindo seu pensamento pedagógico.

III.3 O PENSAMENTO PEDAGÓGICO NA BUSCA DA COMPETITIVIDADE

“Não há como superestimar a importância de uma política educacional orientada para o desenvolvimento tecnológico. Os recursos assim gerados criam a capacidade de se fazer opções. Sua escassez condena à uma letargia fatal.”

CNI (1988b)

As concepções pedagógicas da Confederação Nacional da Indústria, no período delimitado entre o final da década de 30 e o final dos anos 70, foram marcadas pelo quadro mais geral do padrão de acumulação fordista, como foi mostrado no capítulo anterior.

Analogamente, a partir do década de 1980, o pensamento da burguesia industrial vai ser construído num contexto econômico-social mundial e brasileiro diferente do período anterior. Com efeito, conforme será mostrado no presente capítulo, as concepções da CNI estão sendo marcadas pelo nascimento do padrão de acumulação flexível.

Nesse período histórico, toma vulto, ocupando a presidência da CNI, o ex-senador e atual governador de estado, Albano Franco, que exerceu o referido cargo durante cerca de 15 anos, entre 1980 e 1995.

As múltiplas gestões de Franco à frente da CNI demarcam mudanças no ideário da entidade no tocante a uma série de questões, articuladas ao contexto

econômico-social mais geral.

No entanto, no período em foco os discursos e pronunciamentos dos presidentes²² da entidade não assumem a mesma relevância e organicidade daqueles proferidos no período anterior (abordados no capítulo II).

Na verdade, a partir da gestão de Thomás Pompeu de Souza Brasil Netto (1967-1977), a CNI passou por uma modernização interna, representada principalmente pela profissionalização de seus quadros técnicos.²³ Com essa atitude, iniciou-se um processo de deslocamento na elaboração e na divulgação das concepções e propostas da Confederação.

Houve, portanto, uma migração da centralidade elaboradora-divulgadora da figura do presidente para as comissões e os departamentos da entidade. Logo, os discursos e pronunciamentos presidenciais perdem relativa importância, transferindo seu papel para os documentos técnicos, que têm como interlocutores não só o governo, mas também a sociedade em geral, além, é claro, dos próprios industriais.

Assim, no período iniciado em 1980, a “arqueologia” das concepções produzidas no interior da CNI não se dirigirá aos pronunciamentos presidenciais, e sim aos chamados documentos técnicos.

Com efeito, o presente item trabalhará detidamente os documentos *Competitividade industrial - Uma estratégia para o Brasil* (1988), *Educação básica e formação profissional* (1993), *SENAI, desafios e oportunidades* (1994), e

²² A saber, Albano Franco (1980-1994), Mário Amato (1994-1995) e Fernando Bezerra (a partir de 1995).

²³ As propostas e diretrizes de modernização administrativa, empreendidas por Thomás Pompeu, podem ser conferidas em Brasil Netto (1971:269-274).

Modernização das relações trabalhistas (1995),²⁴ com o fito de identificar, explicitar e analisar o pensamento pedagógico industrial produzido no período aberto pela década de 1980.

Em busca de mercados externos²⁵

Conforme discutido no capítulo anterior, desde o início da década de 70, os industriais brasileiros já assinalavam o esgotamento do processo de industrialização por substituição de importação e, conseqüentemente, apontavam a abertura de uma nova etapa para a economia:

Em matéria de estrutura industrial, devemos reconhecer que o Brasil conseguiu erguer, com extrema rapidez, seu parque manufatureiro, mas agora precisa aprimorá-lo (Brasil Netto, 1971:23)

Os documentos da CNI, do período pós-fordista, partem do diagnóstico supra, aprofundando-o e qualificando-o em busca de uma política industrial condizente com o estágio da indústria brasileira:

O consenso para o estabelecimento de uma nova política industrial já está há muito maduro. [...] há o reconhecimento do esgotamento do modelo substituidor de importações (CI:11)

A existência inequívoca de um parque industrial complexo marca novos desafios para os líderes industriais. Não mais era necessário lutar pela defesa de uma civilização urbano-industrial: a luta sobre a mentalidade primário-exportadora já

²⁴ Para simplificar as referências, utilizaremos, respectivamente, os seguintes índices: CI para CNI (1988b), EBFP para CNI (1993), SDO para SENAI (1994) e MRT para CNI (1995a).

²⁵ Sobre a necessidade da economia capitalista buscar mercados externos, ver Luxemburg (1976).

fora há muito vencida. A indústria brasileira não era mais um sonho distante; o *télos* da *nação industrializada*, sem dúvida, fora alcançado.

Ora, para a construção de um novo *télos*, era necessário estabelecer que o presente não está completo, que problemas existem - novos surgiram, velhos persistem. Mas esses problemas não podem ser reduzidos ao seu aspecto quantitativo, é preciso que se constituam num problema de ordem qualitativa, tal que justifiquem uma nova jornada heróica ao futuro. Enfim, é preciso que uma profunda crise interpole-se entre o passado e o futuro:

A vida social é uma permanente tensão entre os valores e instituições associadas ao passado e os objetivos e instrumentos à disposição do presente. É nessa tensão que ocorre o processo econômico. Em alguns instantes este conflito é agudizado. O Brasil atravessa um destes momentos. (CI:11. Grifos nossos.)

Tudo precisa ser repensado, todas as estruturas sociais precisam ser (re)conformadas aos novos desafios. Assim, os autores do documento entendem que

A tarefa que se impõe é a elaboração de uma estratégia que permita recriar a institucionalidade, incluindo o papel do Estado como agente produtivo e normativo, e a viabilização de novos instrumentos que reconheçam o esgotamento do modelo substituidor de importações e a existência de um parque produtor complexo. (CI:11)

Quais seriam os novos desafios? Quais seriam os novos papéis a serem desempenhados pelo Estado, pela educação, pela formação profissional? Enfim, qual seria o novo *télos* industrial? A passagem a seguir é bastante eloqüente:

Os novos instrumentos [de política industrial] devem possibilitar

uma rápida incorporação do progresso técnico: o aumento da produtividade decorrente poderá garantir uma participação crescente do Brasil nos mercados mundiais, bem como a expansão do mercado interno. (CI:11)

Assim, o documento *Competitividade Industrial - Uma estratégia para o Brasil*, e também os seguintes, se pautam definitivamente na busca dos mercados externos - essa é nova meta estratégica industrial. A busca da competitividade internacional da indústria brasileira, portanto, está modelando as propostas para a reestruturação do Estado (*stricto sensu*), da educação e da formação profissional.

O documento ainda aprofunda sua visão pessimista sobre o futuro, caso as medidas necessárias para a inserção da indústria brasileira nos mercados internacionais não sejam implementadas com presteza:

A economia mundial se encontra em rápida transformação, acentuando o risco de alijar países como o Brasil dos frutos das novas fronteiras de expansão. (CI:11)

Assim, para a busca de competitividade, o documento traça diretrizes para uma política industrial que integre políticas tecnológica, comercial e a questão do financiamento a longo prazo.²⁶

Em busca da competitividade

Para a CNI, a política brasileira de desenvolvimento tecnológico industrial deve ser direcionada, fundamentalmente, a garantir o crescimento quantitativo e qualitativo do parque produtivo. A integração ao mercado internacional conjuga-se,

²⁶ Para efeitos do presente estudo, daremos prioridade à política tecnológica, já que essa se articula diretamente com as propostas educacionais.

assim, com a busca do progresso tecnológico, numa simbiose perfeita:

Esta maior integração à economia internacional deve estar orientada para explorar os mercados externos como fonte de expansão da produção industrial e para possibilitar mais intensidade no fluxos de introdução das inovações tecnológicas. (CI:17)

Dentro do objetivo central da entidade de inserir competitivamente a economia brasileira no mercado internacional, a “rápida incorporação de progresso técnico” revela-se ponto nodal, não só para as indústrias que operam nos setores de ponta, mas também para as ligadas aos ramos tradicionais:

Cabe tanto promover a renovação tecnológica da indústria tradicional para garantir a sua eficiência e competitividade quanto assegurar que na estrutura industrial brasileira se farão presentes os setores mais intensivos em tecnologia, cujo dinamismo há de prevalecer em sua evolução futura. (CI:17)

Portanto, o trinômio *integração-tecnologia-competitividade*, ou simplesmente, *competitividade*²⁷, será a nova panacéia para os problemas econômico-sociais brasileiros, incluindo, os baixos salários da classe trabalhadora. Com efeito:

Um aumento de produção com elevação da eficiência permite o crescimento do salário real, o que numa economia como a brasileira, de baixa renda per capita, resulta em expansão de demanda, imprimindo um processo de desenvolvimento auto-sustentado. (CI:11)

²⁷ Entendida pela CNI como “promoção de maior eficiência e produtividade”, sendo verificada através do grau de “inserção no mercado mundial”.(CI:13)

Continuando, o documento ratifica as potencialidades da estratégia da busca pela competitividade:

A busca de maior eficiência da indústria brasileira é uma opção consistente com a expansão do mercado interno e um perfil de renda pessoal e espacial distribuído. (CI:11)

O crescimento dos salários reais só poderá, portanto, ser alcançado através do aumento da exploração da classe trabalhadora, ou seja, da ampliação da produção da mais-valia relativa.

Em suma, o Brasil agrário desaparecera; a nação industrializada já fora há algum tempo construída; o mercado externo constitui-se no novo objetivo a ser perseguido; o único caminho a ser trilhado é ampliação da competitividade da indústria brasileira. Para a CNI, a competitividade introduzirá a economia brasileira no cenário internacional, resolvendo, com isso, os graves problemas internos.

Barreiras à competitividade: O Estado

O documento *Competitividade industrial* traça, de forma exaustiva, os estrangulamentos da economia rumo aos mercados externos. O Estado brasileiro se mostrou, na visão da CNI, incapaz de conduzir a economia na conquista de novos mercados externos. Essa incapacidade é fruto de sua crise fiscal e desarticulação administrativa. Enfim, o Brasil possui um Estado anacrônico - já que fora moldado às exigências da etapa de industrialização - que precisa ser modernizado:

O compromisso de se alcançar uma economia internacional competitiva requer a adaptação dos instrumentos das agências governamentais a este novo objetivo. (CI:13)

As tarefas apresentadas pela CNI para o Estado são de elevada monta, pois, como se verá, comportam objetivos contraditórios e até mesmo paradoxais.

À crise fiscal, a CNI empresta um papel fundamental enquanto elemento constrangedor do investimento público e privado. No entanto, percorrendo o documento em tela, pode-se observar as inúmeras indicações para subsídios e renúncias fiscais.

Neste sentido, a CNI entende que os investimentos governamentais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) são insuficientes para as exigências da competitividade internacional:

Em que pese a existência de inúmeras agências associadas ao fomento de P&D no Brasil, o resultado final é insatisfatório. Muitas são as razões e entre elas, naturalmente, se destaca o volume e instabilidade dos recursos envolvidos. (CI:18)

A Confederação propõe, em contrapartida, que a política tecnológica assegure aos investimentos privados em P&D um tratamento fiscal voltado para a isenção. Com efeito, a CNI propõe “tratamento fiscal especial para gastos correntes em P&D”, de maneira que essas “despesas” sejam abatidas em dobro do imposto de renda devido, da mesma forma que também sejam abatidos dos impostos os “gastos de capital”, ou seja, o investimento em “absorção de tecnologia implícita”²⁸. A CNI também propõe apoio à criação de agências privadas de P&D, através da isenção destas de qualquer tributação.²⁹

Os industriais brasileiros não entendem, portanto, que o Estado deve

²⁸ Mais adiante, trataremos da questão “absorção de tecnologia”.

²⁹ Cf. CI:20.

abandonar o campo do desenvolvimento científico-tecnológico. Muito pelo contrário, a CNI propõe ao governo que amplie e mantenha estáveis os investimentos públicos em C&T. Contudo, exige renúncia fiscal para seus “gastos” com tecnologia, reduzindo, por conseqüência, no fundo público, o ingresso de recursos provenientes de impostos.

A isenção de impostos proposta pela CNI não se limita ao campo da política tecnológica. Essa estratégia também é apontada para o campo da política comercial: “o primeiro passo para uma racionalização da política comercial é a implantação de uma ampla reforma tarifária” (CI:24).

Uma das características da reforma tarifária proposta é a isenção completa de impostos, não só sobre os produtos exportados, mas também sobre todos os seus insumos.

Enfim, para a CNI, o Estado brasileiro precisa ser reformado drasticamente para adaptar-se às novas exigências de um mercado internacional extremamente competitivo. Um dos problemas fundamentais do Estado consiste na crise fiscal; no entanto, a solução é a destaxação da atividade industrial. Cabe esclarecer que o documento não propõe elevar a taxa sobre as pessoas físicas, nem tampouco propõe o desvio dos recursos provenientes do fundo público de políticas sociais (como educação, por exemplo) para outros fins.

Para a CNI, o alto grau de isolacionismo da economia brasileira, conduzido pelo Estado através da imposição de barreiras tarifárias e não-tarifárias, características do período substitutivo,³⁰ acabou por provocar a obsolescência

³⁰ Cabe recolocar, no entanto, que, os discursos de Eivaldo Lodi (ver item II.3) são fortemente marcados pela defesa da reserva de mercados para o desenvolvimento da indústria brasileira.

tecnológica de parte significativa do parque industrial.

A inovação do parque industrial, assim, foi constrangida pela inviabilização da importação de tecnologia explícita e implícita. A política tecnológica deve, portanto, contribuir para a redução das barreiras à importação de tecnologia.

Mais elementos poder-se-iam apresentar, mas o que deve ter ficado claro é o aspecto contraditório das proposições empresariais sobre o papel do Estado naquele ponto nodal da busca da competitividade, ou seja, do desenvolvimento tecnológico. Em síntese, a CNI propõe a ampliação das tarefas estatais em C&T, e, simultaneamente, propõe a redução dos mecanismos fiscais capazes de instrumentalizar o Estado nas ações requeridas.

A reforma do Estado, proposta em 1988, não se limita, contudo, à redução de impostos sobre o capital, incorporando também as privatizações a essa discussão:

A agenda de privatização é fundamental em uma estratégia de maior eficiência para a economia brasileira. A conversão da dívida externa abre [...] a possibilidade de [...] se aprofundar a redução da participação do Estado. (CI:39).

A CNI propõe aprofundar a redução do papel do Estado a partir do deslocamento deste da posição de produtor de bens e serviços para a de agente de “investimentos sociais e de infra-estrutura”.

Além disso, propugna a eliminação das regulamentações da economia que, em sua visão, dificultam a implantação de projetos industriais:

O tempo de implantação de um projeto industrial no Brasil é consideravelmente superior ao exigido normalmente nos países desenvolvidos em face da infinidade de aprovações institucionais a

obter. (CI:39)

Essa demanda institucional acaba, na visão dos industriais, por elevar os custos dos investimentos, desestimulando, portanto, a ampliação do parque industrial e o crescimento da economia em geral.

Enfim, o Estado deve cobrar menos impostos ao capital, aumentar seus investimentos no setor produtivo, desregulamentar a economia, além de transformar o Ministério do Exterior, através das embaixadas, num agente fomentador da integração da economia brasileira aos mercados externos.³¹

Barreiras à competitividade: Os recursos humanos

O documento *Competitividade industrial* entende que uma política cujo fito seja a elevação do nível da produtividade deve, com certeza, considerar o problema da obsolescência das máquinas e equipamentos. Além dessa questão, o documento aponta também outros aspectos que propiciam o aumento da produtividade industrial: os métodos e processos de produção, o *design* dos produtos, a normalização técnica e a “disponibilidade e a qualidade dos recursos humanos”:

O País, por conta das falhas do sistema educacional, não é capaz de maximizar a utilização de sua força de trabalho. A persistência de um elevado percentual de iletrados, assim como a formação muito rudimentar que é oferecida a parcela expressiva da população estudante impõe um limite estreito no seu aproveitamento. (CI:19. Grifos nossos.)

Ou seja, a CNI elenca o sistema educacional brasileiro - em seus três níveis

³¹ Cf. CI:28. Cabe também ressaltar que, como foi apontado no item III.1, *O padrão de acumulação flexível*, a mudança no perfil do Estado é um traço característico desse incipiente padrão de acumulação.

- entre os pontos de estrangulamento interno na busca da competitividade. Para os empresários industriais, a permanência do analfabetismo, a baixa cobertura da população escolarizável (tanto a nível secundário quanto superior)³², e a reduzida integração universidade-empresa são problemas que persistem. Enfim,

Não há como superestimar a importância de uma política educacional orientada para o desenvolvimento tecnológico. Os recursos assim gerados criam a capacidade de se fazer opções. Sua escassez condena a uma letargia fatal. (CI:12)

Mas não é uma educação ‘qualquer’ o instrumento capaz de livrar o país da “letargia fatal”. O maior problema para formação de recursos humanos - capazes de alavancar a produtividade e a competitividade da indústria brasileira - encontra-se no fato do sistema de ensino estar “*afastado das verdadeiras necessidades geradas nas atividades econômicas*” (CI:19).

Assim, condizente com o diagnóstico supra, a burguesia industrial brasileira, através do referido documento, sugere ao governo que atue para colocar em fase educação e economia.

Para tanto, deve atuar na formação de mão-de-obra de nível superior buscando uma maior integração universidade-empresa que possibilite a redefinição do sistema de ensino, de modo a atender à Pesquisa Básica e às necessidades geradas nas atividades econômicas. (CI:20)

Além disso, o documento também propõe que se dê real importância ao

³² O documento, apoiando-se no Relatório do Banco Mundial de 1987, compara as taxas brasileiras de matrículas no ensino secundário e no ensino superior com taxas de países de industrialização recente, tais como o México, a Coréia e a Espanha, além dos considerados desenvolvidos como os EUA e o Japão.

“treinamento da mão-de-obra segundo as demandas operacionais das empresas”.

Ou seja, por um lado, a CNI aponta problemas em todos os níveis de ensino, inclusive com a constatação antediluviana da persistência dos altos índices de analfabetismo e a crítica à não universalização do ensino fundamental. Por outro lado, a preocupação fundamental da entidade, nesse documento, é dirigida para a universidade. Seu objetivo é, com isso, subordinar completamente a pesquisa e o ensino, ou seja, a universidade, às “necessidades econômicas”.

Para tal implementação, os industriais propõem cinco ações articuladas.

Em primeiro lugar, a CNI aponta a necessidade de um maior rigor na transferência de recursos para as universidades. Tal transferência deve ser condicionada à avaliação da qualidade dos centros de ensino, em processo análogo ao desenvolvido para os programas de pós-graduação.

Em segundo lugar, diretamente relacionado à proposta anterior, propugna-se a identificação e a divulgação dos centros de excelência, a nível de graduação e pós-graduação, a partir dos “exames de avaliação” supra.³³

Em terceiro lugar, a CNI pretende a criação de incentivos fiscais para promover a canalização de recursos privados para o sistema público de ensino, desde que garantida a participação direta das empresas na decisão sobre a destinação desses recursos.

O documento também indica, como quarta ação, a implementação de programas especiais de alfabetização - português e aritmética - voltados para a força

³³ Cabe ressaltar que, a partir de 1996, o MEC inaugurou o processo de avaliação dos cursos de graduação, cuja face mais visível, e criticável, é a do Exame Nacional de Cursos, mais conhecido como *provão*. Além disso, naquele ano, o MCT passou a implementar o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX), projetado ainda durante o governo Collor de Mello.

de trabalho industrial efetivamente empregada.

Finalmente, a CNI indica uma flexibilização no regime de dedicação exclusiva dos docentes-pesquisadores, na medida em que propõe a ampliação da “liberdade” para participação daqueles em consultorias externas.³⁴

A Confederação Nacional da Indústria, através do documento *Competitividade industrial*, também propõe ações para uma maior integração entre as empresas e as universidades (ou centros de pesquisa). A busca da integração é calcada na compreensão de que a mera existência de infra-estrutura científico-tecnológica não garante a “aferição de benefícios”.

Assim, a CNI propõe, nos moldes do que já propora às escolas públicas, a criação, nos centros de pesquisa e nas universidades, de conselhos definidores de linhas estratégicas de pesquisa com a participação efetiva dos empresários. Os empresários também devem, na visão da entidade, participar dos órgãos governamentais responsáveis pela formulação da política tecnológica.

Além das duas ações anteriores, a Confederação indica também a necessidade de implantar, naqueles espaços científicos, uma “atitude empresarial” com a finalidade de redefinir as suas funções e objetivos. Essa “atitude empresarial” inclui a meta de venda de serviços e a desburocratização das contratações de serviços externos.³⁵

Cabe ainda ressaltar um ponto que diz respeito à qualidade ou natureza da produção científica e tecnológica proveniente das universidades e dos centros de pesquisa brasileiros:

³⁴ Cf. CI:21

³⁵ Cf. CI:21.

A política tecnológica tem um papel especial; deve facilitar a absorção do progresso técnico, inclusive via maior acesso à importação de tecnologia explícita e implícita (na forma de bens de capital). (CI:12)

Em diversos pontos do documento, fica clara a intenção de “absorção” de tecnologias, seja ela explícita - isto é, através da compra de pacotes tecnológicos -, seja ela implícita - isto é, pela compra indireta das tecnologias embutidas nas maquinarias. Em outras palavras, o documento da CNI não propõe uma política de desenvolvimento científico voltada para a “geração” de conhecimento, mas sim para a mera aquisição no mercado internacional do direito de utilização dos conhecimentos privadamente condensados na forma de patentes.

Em síntese, a CNI propõe a valorização da educação e da pesquisa científica, mas uma valorização *interessada*, como diria Gramsci. Isto é, a Confederação pretende valorizar a educação e a ciência que atendam aos interesses do parque industrial, em particular, e aos interesses do capital, em geral; enfim, a educação que lhe convém.

Barreiras à competitividade: A cultura empresarial

Como deve ter ficado claro, a CNI pretende, com todas as medidas listadas acima, subordinar a lógica e o funcionamento não só do sistema educacional, mas também dos centros públicos de produção científica e tecnológica às “necessidades econômicas”. Essa subordinação pode ser, portanto, resumida na fórmula “busca por uma atitude empresarial”.

No entanto, a CNI elenca entre os pontos de estrangulamentos da

produtividade e competitividade a “cultura empresarial”.

Com efeito, o documento *Competitividade industrial* entende que o protecionismo, característico da etapa substitutiva, marcou profundamente a cultura empresarial brasileira. Daí a necessidade de se instituir programaticamente um ambiente econômico que conduza à inovação:

Sem um ambiente competitivo favorável e estimulador da eficiência as empresas industriais não buscarão racionalmente o desenvolvimento tecnológico. (CI:18. Grifos nossos.)

Diante da constatação de que, por si sós, os empresários industriais não caminharão em direção à modernização tecnológica, à busca da qualidade de seus produtos, enfim, à competitividade, a CNI entende que deve ser realizada uma “mudança cultural”, rumo a “novas atitudes empresariais”.³⁶ Parece que, também nesse campo, a *mão invisível* do mercado não consegue agir sozinha.

Com efeito, o documento recomenda às entidades empresariais que busquem

conscientizar a sociedade e o meio empresarial da importância de dispêndios em educação (pós-graduação, graduação, ensino técnico e básico) como instrumento de elevação da capacitação tecnológica. (CI:19. Grifos nossos)

Pode-se dizer que o documento em tela busca justamente caminhar na direção da “conscientização do meio empresarial”. Aliás, em vários pontos do texto, é sugerida a divulgação de “casos de sucesso”, com o fito de estimular os empresários a buscar a inserção no mercado internacional.

³⁶ Cf. CI:27.

O documento *Competitividade industrial* tem como objetivo explícito definir uma “agenda de transformação industrial do País em seu encontro com o novo milênio”³⁷. Com efeito, o texto desenvolve uma análise da realidade econômica brasileira, buscando captar os pontos de estrangulamento, particularmente no processo de progresso industrial, e, a partir daí, propor uma política industrial integrada. Assim, dentro desse quadro, o documento entende que

É necessário enfatizar que qualquer que seja a política tecnológica a ser implantada, seu insumo básico será o capital humano. Uma especial atenção à formação de quadros tecnologicamente aptos é necessária para a viabilidade deste esforço. (CI:12.)

Cotejando-se essa passagem com a totalidade do documento, duas constatações podem ser feitas. Primeiramente, a atenção dada à questão do “capital humano”, embora com significativos aportes apresentados acima, é razoavelmente restrita.

Com efeito, as propostas para a questão dos recursos humanos estão praticamente restritas a uma das 40 páginas que compõem o documento. Além disso, apesar da Confederação indicar a si mesma a tarefa de “conscientizar a sociedade e o meio empresarial” da importância do investimento em todos os graus e modalidades de ensino, o que fica claro pela leitura atenta do documento é a priorização dos graus superiores de ensino (graduação e pós-graduação), principalmente no campo tecnológico (*stricto sensu*).

Já o documento *Educação básica e formação profissional: uma visão dos*

³⁷ Cf. CI. *Apresentação* de Albano Franco.

empresários (EBFP), de 1993, esmera-se em abordar os níveis fundamental e médio. Pode-se entender esse documento, portanto, na linha, definida acima, de buscar construir uma *nova cultura empresarial* favorável à questão educacional.³⁸

Um dos bens de maior valor para as indústrias

No rastro do texto *Competitividade industrial*, que aponta o capital humano como um insumo básico à competitividade da indústria brasileira, o documento *Educação básica e formação profissional* aprofunda algumas das questões postas anteriormente.

Com efeito, no primeiro documento (CI), apenas em poucas passagens é apontada uma queda gradativa da vantagem comparativa do “trabalho barato” brasileiro, frente à vaga montante da automatização da indústria dos países centrais do capitalismo.³⁹ Já o segundo documento (EBFP) apresenta uma abordagem mais radical da diminuição da vantagem relacionada ao baixo custo da força de trabalho:

Aquela visão, baseada linearmente na redução de custos de mão-de-obra, pode ainda dar resultados a curto prazo, mas é fatal para a saúde de uma organização e para a melhoria do desempenho a médio e longo prazos.

E conclui,

³⁸ Cabe esclarecer que o documento em questão tem como público-alvo os presidentes de organizações empresariais ibero-americanas, reunidos em seu então sexto encontro. O texto EBFP tem sido alvo de diversas análises do campo educacional. Grosso modo, essas análises o têm utilizado enquanto exemplo demarcatório da mudança positiva da postura empresarial para com a educação da classe trabalhadora. Cf. Deluiz (1996). Cabe também assinalar que o conteúdo desse texto foi virtualmente transposto para o documento orientador da política de formação profissional do Ministério do Trabalho (Brasil, 1995). O conteúdo e a autoria redacional - Nassim Gabriel Mehedeff - explicitam as vinculações entre os interesses burgueses e a sociedade política (Estado *stricto sensu*).

³⁹ Cf. CI:27.

É consenso entre os empresários, [...] que os ganhos marginais alcançados através da produtividade crescente, repousam, na verdade, na qualidade dos recursos humanos. (EBFP:7)

Mais uma vez, o discurso industrial proclama que o aumento da produtividade do trabalhador e o incremento da competitividade - seja via aperfeiçoamento dos recursos humanos, seja através da incorporação de mudanças tecnológicas - acabarão por resolver os problemas sociais.

A CNI entende que a competitividade constitui-se na estratégia de resolução dos “conflitos sociais”, na medida que o instrumento anteriormente utilizado encontra-se em “crise internacional” - o Estado do Bem-Estar Social. A competitividade e valorização dos recursos humanos integram-se no plano de distribuição de renda e de combate (“quebra”) às formas intervencionistas-assistencialistas implementadas naquele Estado em crise.⁴⁰

Além da crise do *Welfare State*, a CNI também sepulta - sob a cal da modernização tecnológica - a luta de classes e as concepções pedagógicas progressistas⁴¹:

O clássico embate capital/trabalho, base sobre a qual se assentou grande parte das teses educacionais, vê-se agora desafiado por novas e contestadoras posturas, motivadas pelos ventos das atuais condições de desenvolvimento das forças produtivas que [...] não podem ser ignoradas. (EBFP:8)

⁴⁰ Cf. EBFP:7-8.

⁴¹ Talvez caiba registrar alguns dos autores referenciados enquanto fonte bibliográfica para elaboração do texto em tela: Martin Baethge, Cláudio Moura Castro, Ruy de Quadros Carvalho, Benjamin Coriat, Michel Freyssenet, Gaudêncio Frigotto, Helena Hirata, Acácia Kuenzer, Iracy Picanço e Stephen Wood. Cabe ainda explicitar que não estamos atribuindo necessariamente a esses autores quaisquer das posições desenvolvidas pela CNI.

Para defender tal posição, o texto faz uma pequena digressão, apontando dois argumentos bastante interessantes. O primeiro argumento é que o

destaque das subjetividades, onde o sujeito não mais carrega unicamente a dimensão de portador das estruturas sociais, mas agente da construção do cotidiano, no qual as condições de gênero e de etnia, entre outras, também contribuem para a produção e reprodução coletiva da realidade vivida. (EBFP:8)

Em outras palavras, para a burguesia industrial, a atual produção científica no campo das ciências humano-sociais, fortemente marcada pelos conceitos de *subjetividade, gênero, e etnia*, acabou por conformar uma compreensão da realidade social radicalmente distinta daquela estabelecida pelo economia política marxista.

Ou seja, as desigualdades sociais não são expressão da cisão societária produzida, em última instância, pela exploração de uma classe fundamental (a burguesia) sobre a outra (o proletariado). As desigualdades sociais são, sim, produto da subjetividade, das relações de gênero e etnia.

Para a Confederação, o segundo argumento sepultador das velhas teses educacionais repousa nas novas tecnologias de produção, que, ao promoverem a automatização do processo de trabalho, trouxeram também modificações na organização e na gestão da produção. Por estas razões,

as sociedades industrializadas necessitam de uma força de trabalho qualificada, onde a valorização do saber dos trabalhadores, de competências polivalentes, altera a própria organização hierárquica da empresa (EBFP:8-9).

A passagem transcrita acima traz, como a anterior, considerações

igualmente interessantes para os educadores.

Para a CNI, as rápidas e profundas mudanças ocorridas no processo de trabalho capitalista⁴² acabaram por lançar por terra, de um só golpe, tanto o embate entre as classes fundamentais, quanto as análises educacionais críticas ao padrão de acumulação fordista.

Em síntese, para a burguesia industrial, as *novas tecnologias* e os *novos paradigmas* teóricos acabaram por destruir as demarcações ético-teórico-políticas postas pelo pensamento marxista, e, conseqüentemente, socavou todo o pensamento pedagógico que do materialismo histórico-dialético se reivindica.

Parece que, diante do poder transformador das novas tecnologias, não só as velhas e esquerdistas teses educacionais desabaram, mas também as concepções dos empresários sofreram mudanças:

Diante desse novo modelo de desenvolvimento industrial, as questões sobre a reforma do sistema educacional e da formação profissional incluem, em primeiro lugar, a universalização da Educação Básica, ou seja, a garantia da escolaridade para todos, no mínimo até o fim da educação secundária (EBFP:9).

A proposta de universalização da educação básica, englobando o ensino fundamental e o ensino médio (cerca de 12 anos de escolaridade),⁴³ de fato, é uma novidade no discurso industrial.

Como foi mostrado no capítulo anterior, Euvaldo Lodi não pensava da mesma forma. Em primeiro lugar, Lodi proclamava a “necessidade” de

⁴² Cf. itens anteriores desse capítulo.

⁴³ Aliás, a nova LDB garante essa compreensão sobre a educação básica. Cf. artigo 21º da Lei 9394/96.

generalização apenas do ensino primário; em segundo lugar, decretava a essa aspiração o caráter de “utopia nefasta”.⁴⁴

Além daquela novidade, o documento em foco propõe ainda a adoção - “do ponto de vista legal” e também como “valor social” - de programas de educação permanente, instrumento fundamental para que os trabalhadores possam acompanhar as frenéticas mudanças tecnológicas fabris:

Já não é possível que um indivíduo invista um grande período de tempo na educação e na formação profissional, com a intenção de adquirir um fundo de conhecimento ou de qualificação que seja suficiente para toda a sua carreira. (EBFP:10)

Continuando, o documento ainda chama a atenção para um outro ponto bastante caro aos educadores, a natureza dos conhecimentos produzidos na educação geral básica:

A educação recebida pelos jovens deve ter uma base sólida, que facilite constantes aquisições e atualização de conhecimento para o resto de sua vida produtiva. (EBFP:10)

Em outras palavras, nesse documento, os empresários industriais estão propondo uma educação capaz de produzir conhecimentos transitivos e generalizáveis, ou seja, passíveis de continuar a produzir-se, mesmo depois da saída do indivíduo do sistema formal de educação.

Enfim, os empresários industriais entronizaram o processo de modernização tecnológica como o novo demiurgo da universalização da educação básica. Na velha economia - o fordismo -, a mão-de-obra era fonte de problemas, objeto constante de

⁴⁴ Ver item II.3 *O pensamento pedagógico na aventura industrial.*

estratégias para o seu controle e sua redução numérica. Na nova economia - o padrão flexível -, a educação-formação profissional dos trabalhadores é objeto de preocupação constante por parte dos empresários.

No entanto, a nova economia não é capaz de modificar uma velha concepção sobre o trabalho humano, tal qual ele se dá sob o modo de produção capitalista - o trabalho é a única mercadoria capaz de produzir um valor maior do que o seu próprio:

Na nova economia, a busca simultânea da produtividade e de altos padrões competitivos requer que as pessoas sejam tratadas como bens a serem incrementados para que se lhes possa adicionar valor em oposição a custos que devem ser reduzidos. (EBFP:13)

Ou seja, para que essa preciosa, e problemática, mercadoria - a força de trabalho - seja capaz de agregar cada vez mais valor às outras mercadorias por ela produzidas, é necessário que as “pessoas sejam tratadas como bens”. Aliás, como sempre foram tratadas pelo capital.

Novas tecnologias, nova educação, novas qualificações

A modernização tecnológica, além de apontar a necessidade da universalização da educação básica, também demandaria uma mudança qualitativa do sistema educacional na sua relação com a formação profissional. Essa já não mais poderia substituir aquele. Com efeito,

enquanto no passado vultosos investimentos na formação específica da mão-de-obra para postos de trabalho podiam compensar, e até ignorar as deficiências do sistema educacional e

seus efeitos sobre a produção, hoje em dia o avanço tecnológico, baseado na microeletrônica e na informática, exige a ampliação dos horizontes de conhecimento do trabalhador (EBFP:13-4)

Por um lado, o documento reconhece que, durante o império do padrão de acumulação fordista, a educação formal poderia ser, no limite, ignorada no contexto da preparação profissional da força de trabalho, realizada, via de regra, rapidamente no próprio posto de trabalho.

Por outro lado, a nova educação, tanto quanto aquela praticada no padrão de acumulação fordista, também é responsável por garantir a inclusão social dos jovens e por promover a fusão de uma sociedade cindida em classes, conforme se atesta no trecho abaixo:

um bom sistema educacional deveria ser aquele colocado a serviço da redução das desigualdades sociais, incluindo portanto, a educação dos desfavorecidos, para que eles desenvolvam suas potencialidades e não sejam destinados, desde os primeiros anos de escolarização, a formar a categoria de perdedores na concorrência de um mercado voltado para a modernização, baseada no desenvolvimento de níveis cada vez maiores de conhecimento (EBFP:14)

O discurso pedagógico da Confederação se adensou e se complexificou. Expandiu o conceito de educação básica; defendeu sua universalização; encarou o homem como um bem ao qual deva ser agregado valor; propôs uma educação que desenvolva todas as potencialidades humanas - desde que essas estejam em sintonia com um mercado cada vez mais competitivo:

O que é necessário defender é um sistema educacional que forme um homem auto-realizado, com instrução tão completa e geral que

o torne capaz de se recambiar nas diversas tarefas e qualificações que a nova empresa exigirá (EBFP:15. Grifos nossos.)

Um homem auto-realizado, capaz de responder às cambiantes tarefas da empresa; um “homem criador de sua própria história”, capaz de escolher “livremente as alternativas que lhe forem apresentadas pelo mundo do trabalho”;⁴⁵ enfim, os industriais querem um homem criador de sua própria história, dentro daquelas opções dispostas pelo mundo do trabalho capitalista.

Se, para a CNI, a educação precisa sofrer profundas modificações, mais profundas precisam ser as alterações na qualificação profissional.

Primeiramente, como já foi apontado, a nova qualificação precisa necessariamente se alicerçar numa educação básica ampla e sólida. O documento alerta que as deficiências educacionais podem acabar por aprofundar o fosso que separa os incluídos dos excluídos:

Predominando os atuais objetivos do currículo escolar e os significativos níveis de repetência e evasão escolar, em especial das populações mais carentes, é real a possibilidade de que a conjugação de baixos níveis de escolaridade com a modernização da economia e a introdução de inovações tecnológicas venha a aguçar, ao invés de reduzir, como deveria ser idealmente, a segmentação do mercado de trabalho, criando novos e maiores contingentes populacionais marginalizados por sua reduzida probabilidade de manter seus empregos ou nunca chegar a alcançá-los. (EBFP:16)

O excerto acima foi integralmente transcrito pela sua riqueza heurística.

Com efeito, o documento projeta uma economia incapaz de gerar empregos

⁴⁵ Cf. EBFP:15.

para todos, uma sociedade que amplia o contingente de marginalizados, e materializa o percurso da barbárie à barbárie, sem passar pela civilização.

O tom catastrófico parece denunciar que, mais uma vez, o *télos* construído pelo discurso industrialista não será alcançado plenamente. Mais uma vez, as contradições que poderão irromper lhe são externas; no caso, serão provenientes dos (equivocados) objetivos curriculares, da evasão, da repetência, enfim, de uma escola anacrônica.

Quais seriam, então, os parâmetros curriculares capazes de pôr a educação “no compasso das mudanças tecnológicas” e no rumo da competitividade? Para o documento *Educação básica e formação profissional*, em princípio, a reforma curricular deverá ser caracterizada por três balizas:

(a) flexibilidade no saber; (b) interdisciplinaridade do conhecimento; e (c) construção, pelo indivíduo, de uma visão globalizante dos processos tecnológicos, com ênfase na abstração, na apropriação de mecanismos lógicos e na transformação da maneira de pensar e construir conceitos. (EBFP:17)

Além dessas diretrizes mais abstratas para a reformulação curricular, os industriais também indicam a necessidade de superar a “histórica dualidade dos sistemas educativos”. Ou seja, é preciso pôr fim à segregação entre o ensino geral (acadêmico), destinado às camadas privilegiadas, e o ensino técnico-profissional, voltado para as camadas populares. Para a CNI, isso concretamente significa

a universalização do sistema único de Educação Básica, alcançando 100% da população em idade escolar de 7 a 18 anos, que será complementado pela Formação Profissional durante toda a vida produtiva do trabalhador. (EBFP:17)

Estabelecida a universalização da educação básica, qual deve ser, para a burguesia industrial, o novo perfil da formação profissional?

O documento da Confederação traça grandes balizamentos para a reconceituação do perfil qualificacional. Esse novo perfil, adequado à realidade das novas formas de organização do processo de trabalho deverá conter a preocupação para com o autogerenciamento do trabalho, a capacidade de comunicação e o trabalho em equipe. Segundo a CNI, esses seriam requisitos fundamentais para uma força de trabalho inserida num processo onde os níveis hierárquicos se reduzem drasticamente.

No entanto, o documento mantém ainda a preocupação com a capacidade manipulativa do trabalhador, tão cara ao padrão fordista de produção. A essa capacidade é agregada outra, a da capacidade de abstração:

o eixo da questão se desloca para o fato de que as novas máquinas exigem menor grau de perfeição manipulativa e maior capacidade de controlar o erro da operação. (EBFP:18).

Para ser capaz de controlar e prever o erro cometido pela maquinaria,

É indispensável [...] que o trabalhador conheça sua área de trabalho em profundidade, ao mesmo tempo em que tenha compreensão de todo o processo de produção. (EBFP:18)

Cabe assinalar que os objetivos para a formação profissional, aliados às balizas para a educação geral, acima expostos, aproximam-se muito das propostas no campo da educação politécnica, tal qual foi desenvolvida na discussão brasileira

contemporânea.⁴⁶

Por fim, nesse balizamento mais geral para o novo perfil qualificacional, o documento aponta para a capacidade de transferência de conhecimento. Ou seja, o trabalhador precisa ser capaz de resolver problemas da empresa a partir do conhecimento adquirido em sua vida cotidiana. Enfim, a CNI entende que a nova forma de organização do processo de trabalho demanda do trabalhador qualidades operacionais e conceituais.⁴⁷

As balizas qualificacionais acabam por se colimar, na visão da CNI, no conceito de *polivalência*, ou seja, uma formação profissional que capacite o trabalhador a atuar em diferentes postos de trabalho, dentro de uma “família ocupacional”. Enfim,

Uma formação que articule a aquisição de habilidades e destrezas genéricas e específicas com o desenvolvimento de capacidades intelectuais e estéticas. Implica, portanto, não só a aquisição de possibilidades de pensamento teórico, abstrato, capaz de analisar, de pensar estrategicamente, de planejar e de responder criativamente às situações novas, mas também de capacidades sócio-comunicativas (EBFP:16).

Pode-se capturar, de forma condensada, a proposta dos empresários industriais para a formação do novo tipo de trabalhador na seguinte passagem:

É necessário [...] assegurar, por um lado, a universalização e a adequação qualitativa da Educação Geral, e também o caráter científico e educativo da Formação Profissional, através de uma

⁴⁶ Sobre o conceito de educação politécnica, ver nossa dissertação (Rodrigues, 1993). Abordaremos a similitude apontada no próximo capítulo dessa tese.

⁴⁷ Cf. EBFP:18.

qualificação polivalente, isto é, de uma educação de caráter geral e abrangente que garanta a unidade da teoria com a prática e do concreto com o abstrato. (EBFP:16)

Portanto, os empresários cunharam um conceito de formação humana que articula indissociavelmente dois vetores, os quais podem ser resumidos na fórmula: **educação geral + qualificação polivalente:**

Essa nova exigência de um conceito de educação e formação profissional, que deve preocupar-se com a formação da cidadania e da produtividade, necessárias para todo esforço de construção de uma sociedade democrática e competitiva, implica em que a formação profissional oferecida [...] não pode ser dissociada de uma formação básica.(EBFP:16)

Como o texto destacado identifica, a fórmula referida acima pode ser ainda reduzida simplesmente ao binômio **democracia-competitividade** Resta saber se é possível historicamente a construção de uma sociedade realmente democrática que se alicerça sobre a competição entre os indivíduos e entre os países.

De maneira bastante superficial, o documento ainda propugna um outro aporte para o conceito de polivalência - a empregabilidade:

A partir do desenvolvimento de habilidades básicas o conceito de “empregabilidade polivalente e a longo prazo” é fundamental. Trata-se de equipar os sistemas formadores de recursos humanos, em todos os níveis - dentro e fora das empresas - para atender ao trabalhador quando este necessita aprender e desenvolver, em curta ou longa duração, sua qualificação profissional específica. (EBFP:21)

Em outras palavras, a polivalência também significa preparar o trabalhador

para receber (re)treinamento, a fim de que possa ocupar um novo posto de trabalho dentro da mesma família ocupacional ou até mesmo fora dela.

Embora o documento não reconheça, pode-se intuir que a utilização da formulação “empregabilidade” relaciona-se com a nova dinâmica no processo de trabalho, na qual atividades profissionais são modificadas ou destruídas, e outras são criadas. Isto é, a polivalência seria um “seguro contra o desemprego” em caso de desatualização profissional ou até mesmo em caso de extinção da ocupação profissional, original do trabalhador.

Para dar conta das grandes tarefas da nova educação e da nova qualificação profissional, é preciso, necessariamente, pensar nos agentes de sua implementação cotidiana - os educadores.⁴⁸

Com efeito, o documento entende que o professor - atue ele na educação geral ou na formação profissional - precisa superar sua tradicional tarefa de ensinar e deve assumir a incumbência de ser o “facilitador da aprendizagem”.

Mas, para que os docentes estejam à altura desse desafio, se colocam pré-condições: a melhoria do sistema de qualificação docente e a disponibilidade de programas de atualização relacionados a um plano de cargos e salários.

Alcançadas essas pré-condições, a CNI acredita que seria superado o “desrespeito social ao professor”, que “ganha mal, é mal formado, não se atualiza”.

Concretamente, o documento propõe ainda a recuperação não só da Escola Normal - “destroçada nas décadas de 60 e 70” -, mas também dos cursos de licenciatura - “dispersos e desacreditados”. A indústria propõe ainda que seja

⁴⁸ As citações sobre a formação do educador logo abaixo encontram-se em EBFP:19.

retomada a concepção diretora do extinto Centro Nacional para a Formação Profissional (CENAFOR), para dar conta da formação de docentes e especialistas em formação profissional.

Além dos educadores, a Confederação também está atenta a uma outra categoria social que precisa ser adaptada às novas demandas da economia competitiva: os empresários e a sua cultura.⁴⁹ Com efeito, o documento entende que

uma nova postura passa a ser requerida da empresa, isto é, a disposição em aceitar a participação ativa do trabalhador em todo o processo e momentos da produção. (EBFP:18)

O documento *Educação básica e formação profissional*, assim, reconhece - a despeito das mudanças tecnológicas e organizacionais que estão de fato transformando o mundo do trabalho - a permanência de vícios do passado fordista: o despotismo fabril. A cultura empresarial ainda é uma barreira à modernização do capital.

Publicização e privatismo

A Confederação entende que a gigantesca tarefa de implementar as diretrizes educacionais traçadas acima não pode estar restrita aos governos (municipal, estadual e federal), mas deve ser objeto de todos os segmentos sociais.

Nesse contexto, o documento da CNI estabelece três linhas estratégicas para que os representantes dos empresários busquem viabilizar o pensamento pedagógico industrial.

⁴⁹ Ver item acima “Barreiras à competitividade: A cultura empresarial”, p.182.

A primeira linha propugna *a manifestação permanente de apoio a todo esforço de universalização da educação básica:*

A manifestação desse apoio se dá não só pelo financiamento direto à criação de escolas de educação básica para empregados das empresas - o que não poderia ser regra geral - mas principalmente na contribuição fiscal efetiva (EBFP:23)

Em outras palavras, o documento, por um lado, parece reconhecer algum grau de sonegação fiscal, já que propõe a contribuição “efetiva”; por outro lado, coloca à educação pública a tarefa prioritária de universalização da educação básica.

Como segunda linha estratégica, o documento propõe a luta pela *participação efetiva na gestão das instituições educacionais*. Para justificar essa linha, a CNI parte de uma preocupação democrática:

No esforço de construção permanente da democracia, a gestão compartilhada de instituições de caráter social é imperativa. (EBFP:23)

Para os industriais, a busca permanente de construção democrática de melhoria da qualidade de vida da população arranca o véu privado de todas as instituições - “nenhuma instituição deixa de ser pública”. Assim,

Essa participação deve se dar na gestão tanto administrativa-financeira das escolas como na discussão da definição de currículos, conteúdos de formação e, em especial, nos critérios de avaliação efetiva das agências formadoras. (EBFP:24. Grifos nossos.)

Finalmente, o documento *Educação geral e formação profissional* propõe a

terceira linha estratégica para a implementação de seu próprio pensamento pedagógico:

Em relação à formação profissional, seja nas instituições especializadas - que devem seguir mantidas pela contribuição empresarial, modelo de comprovado sucesso -, ou no treinamento na própria empresa deverão induzir a adoção de modelo pedagógico e de conteúdos de treinamento que estejam adequados às novas exigências de aumento da competitividade, a níveis internacionais, e melhoria da qualidade do setor produtivo. (EBFP:24)

A terceira linha estratégica preconiza, portanto, a *competitividade* como *paradigma pedagógico* para a formação profissional, aliás como já fora apontado no documento *Competitividade industrial*.

Além disso, a passagem acima traz uma consideração, quase invisível, que merece ser discutida. Ela revela a defesa intransigente do modelo privatista de gestão das instituições de formação profissional do empresariado. A Confederação Nacional da Indústria propugna, portanto, a manutenção absolutamente privada da gestão de sua *Tríade Pedagógica* (SENAI-SESI-IEL), já que é um “modelo de comprovado sucesso”.

No entanto, a segunda linha estratégica, conforme já explicitado, propõe a publicização de todas as instituições sociais, particularmente as de caráter educativo, através da bela fórmula “nenhuma instituição deixa de ser pública”.

Assim, para a CNI, “nenhuma instituição deixa de ser pública”, a não ser aquelas já completamente controladas imediatamente pela burguesia.

Em síntese, os empresários industriais avançam decididamente sobre a

gestão das instituições públicas de ensino, e simultaneamente lutam para preservar o caráter privado de seus próprios espaços pedagógicos. A fórmula *publicização* das instituições pedagógicas representa, na verdade, a redução drástica de seu caráter público, ou, ainda, a submissão do espaço educativo público aos interesses privatizantes, sempre sob a perspectiva do novo *télos* industrial - a *economia competitiva*.

A especialização flexível ou repensar 1942

Esse trabalho evitou abordar detidamente propostas e ações particulares das instituições que integram a Triade Pedagógica da CNI, a saber, o SENAI, o SESI, e o IEL. No entanto, a partir de agora será analisado o texto *SENAI, desafios e oportunidades*, de 1994.⁵⁰

Essa exceção se justifica pelo próprio caráter do documento. Com efeito, o documento foi elaborado pela Comissão de Apoio Técnico e Administrativo ao presidente do Conselho Nacional do SENAI, aliás, o próprio presidente da CNI.⁵¹

Enfim, a esse documento pode ser atribuído um elemento fundamental para a apreensão do pensamento pedagógico dos industriais brasileiros. Com efeito,

Este documento foi, depois de amplamente discutido, homologado pelo Conselho Nacional [do SENAI], que recomendou sua distribuição para ser debatido em todo o Sistema, e que sirva de norte ao debate sobre as novas estratégias e ações do SENAI nos

⁵⁰ As citações a esse texto serão identificadas por SDO.

⁵¹ Apesar da denominação, a essa Comissão não pode ser imputado um caráter meramente operacional ou técnico. A composição da mesma, em 1994, corrobora tal compreensão: a presidência da Comissão é ocupada pelo presidente do Conselho Nacional do SENAI, que, por sua vez, é o próprio presidente da CNI; os demais membros eram o vice-presidente da CNI, os presidentes das federações regionais de São Paulo, do Ceará, e do Rio Grande do Sul, além de outro diretor da CNI e do diretor-geral do SENAI nacional.

próximos anos. (Apresentação de Albano Franco, então presidente da CNI. SDO:6)

Assim, *SENAI, desafios e oportunidades*⁵² busca traçar novas diretrizes para a formação profissional desenvolvida nessa instituição a partir de uma questão básica - a oposição entre os requisitos qualificacionais demandados pela organização fordista da produção e os demandados pela nova especialização flexível:

Ficou claro, pela rápida análise histórica feita anteriormente, que o SENAI, como de resto toda a educação técnica no Brasil até hoje, e porque não dizer, todo o sistema educacional, estruturou-se, funcionou e progrediu a partir do paradigma fordista da produção em massa, ou seja, fundamentado na parcialização do próprio conceito da distribuição do saber. (SDO:27)

Ou seja, o documento assume que praticamente toda a educação e toda a formação profissional desenvolvidas até agora foram pautadas na “parcialização do saber” - característica da organização fordista do trabalho. Dentro desse paradigma, o Brasil alcançou, afirma o documento, “razoável competitividade internacional”, mesmo sem o imperativo da qualificação da força de trabalho industrial.

No entanto, de forma análoga às construções de Euvaldo Lodi,⁵³ o documento entende que, com o paulatino esgotamento do paradigma fordista, novas necessidades começam a se impor. Daí o objetivo do texto em foco “*repensar 1942*”, isto é, repensar as diretrizes fundamentais do SENAI, fundado naquele ano.⁵⁴

⁵² Apesar da riqueza do texto em tela procurar-se-á evitar, por um lado, grandes redundâncias em sua análise, frente aos documentos já abordados do período pós-1980, e, por outro lado, descer a minúcias da história e das ações do SENAI, já que em parte essas questões foram abordadas no capítulo I desse trabalho.

⁵³ Lodi entendia que a educação praticada até a década de 50 fora adequada a um período pré-industrial, mas não se coadunava com a etapa industrial da economia brasileira (ver item II.3, *A formação humana na aventura industrial*).

⁵⁴ Cf. SDO:37.

As novas necessidades do processo produtivo acabam por colocar, como “palavra de ordem”, a *polivalência* da mão-de-obra:

Isto significa a possibilidade dos trabalhadores ocuparem postos de trabalho variados, que tenham formação geral e técnica suficientemente ampla, responsabilidade direta pela qualidade, e que haja ausência de barreiras intransponíveis entre os trabalhadores, mestres e técnicos. (SDO:30-1)

O conceito de polivalência apresentado no trecho acima expande o apresentado no documento *Educação básica e formação profissional*,⁵⁵ analisado anteriormente. Aqui o conceito é definido, concretamente, enquanto a capacitação profissional numa família ocupacional, isto é, enquanto uma horizontalização da qualificação; propõe-se, portanto, a possibilidade da verticalização da capacitação profissional.

Além disso, o documento em tela entende que

Ficaria superado, portanto, falar em trabalho manual. A divisão entre concepção e execução, entre gerência e oficina passaria por um outro processo mais de relacionamento que de antagonismo. (SDO:31)

Embora se afirme a superação do trabalho manual, dada a intelectualização do trabalho, o documento é bastante cauteloso ao não apontar a dissolução da divisão concepção/execução. O documento admite a permanência da separação, transferindo o foco do problema para a tensão entre “relacionamento” e “antagonismo”. Ou seja, para a CNI, a polivalência proporcionaria uma relação

⁵⁵ Ver p.195 dessa tese.

menos antagônica, mais cooperativa, entre os gerentes e os operários.

Tendências para o mercado de trabalho e a qualificação

Remonta aos estudos de Marx a discussão sobre as tendências sobre a qualificação profissional em sua relação com a modernização tecnológica.

Com efeito, Marx elaborou um esquema trifásico, o qual consiste em identificar três momentos históricos relacionados à organização do processo de trabalho produtivo e à qualificação profissional: *o artesanato (Idade Média), a manufatura (séculos XVI ao XVIII) e a maquinofatura (a partir do século XIX).*⁵⁶

Pari passu a esse movimento, ocorreria a desqualificação progressiva do trabalho, que iria do artesão - conhecedor de todo o processo de elaboração do produto - até o operário moderno - limitado a desempenhar tarefas muito específicas e limitadas.⁵⁷

A partir das últimas décadas, ao esquema trifásico marxiano, combinam-se quatro teses em relação à terceira etapa (maquinofatura) do esquema⁵⁸:

1ª. Tese de desqualificação: o capitalismo estaria exacerbando as tendências de desqualificação. O processo de desqualificação do trabalho seria tanto absoluto quanto relativo;

2ª. Tese de requalificação: a evolução tecnológica ocorrida no processo de produção capitalista exigiria a elevação da qualificação média dos trabalhadores;

3ª. Tese de polarização das qualificações: podendo aparecer combinada com qualquer das demais teses, essa defende que o

⁵⁶ Ver Marx (1975; e 1994).

⁵⁷ Santoni Rugiu (1994) desenvolve, em sua obra *Nostalgia del maestro artesano*, uma crítica sobre a visão nostálgica que envolve o mito do artesão medieval.

⁵⁸ Cf. Paiva (1989).

capitalismo contemporâneo necessitaria por um lado, de uma grande massa de trabalhadores desqualificados, e, por outro, de um seleto grupo de profissionais altamente qualificados;

4ª. **Tese da qualificação absoluta e da desqualificação relativa:** essa tese defende que a qualificação em termos absolutos tem crescido (isto é, o trabalhador médio atual é mais qualificado que o de épocas passadas); no entanto, essa qualificação estaria decaindo, se comparada relativamente ao saber acumulado pela humanidade.

Discute-se bastante, principalmente a partir de pesquisas de base empírica, sobre qual seria o movimento atual da qualificação dos trabalhadores. Em suma, busca-se uma resposta histórica para a antecipação feita por Marx há mais de cem anos atrás.

O texto *Senai, desafios e oportunidades* aborda explicitamente essa polêmica, analisando algumas tendências; o texto agrega, ainda, à questão da qualificação o comportamento do nível de emprego. E conclui parcialmente:

A mensagem é clara quanto ao impacto de inovações sobre os níveis de emprego e qualificação de mão-de-obra. Em todas as áreas de produção, desaparece o emprego dos operários menos qualificados e cresce o emprego daqueles com formação profissional mais sofisticada. (SDO:33)

Para o documento, esse perfil do emprego indica que as novas tecnologias se difundem através da contratação de trabalhadores industriais mais qualificados. E conclui finalmente:

Tal enunciado contraria, sensivelmente, as hipótese de analistas que enfatizam a idéia de desqualificação absoluta e relativa, como também aquelas que partem do pressuposto da polarização das qualificações. (SDO:33. Grifos nossos.)

Em outras palavras, para a CNI, a tendência claramente delineada para o cenário do emprego industrial se consubstancia na *tese de requalificação*, isto é, a elevação da qualificação média dos trabalhadores.

No entanto, mais adiante, ao traçar recomendações para a definição de uma política de formação profissional, o documento afirma:

A própria tendência de exigência de maior qualificação do trabalhador vai gerar uma nova forma de polarização de mão-de-obra, ou seja, por um lado, os trabalhadores incluídos no processo de modernização da produção e, por outro, os dele excluídos. (SDO:42)

Na verdade, o texto em foco admite, por um lado, que o processo de reestruturação produtiva - principalmente naquelas empresas tecnologicamente mais ativas - vem criando limites para o crescimento do nível de emprego industrial, qualificado ou não.⁵⁹ Mas, por outro lado,

Caso se concretizem as expectativas de difusão de automação, será muito alta a demanda sobre o sistema de formação profissional, por uma mão-de-obra com um novo perfil de atributos e áreas de conhecimento. (SDO:33. Grifos nossos.)

Acima de tudo, as contradições presentes no texto parecem indicar que ainda está aberto o debate sobre as tendências para o futuro da qualificação profissional, principalmente em sua relação com o nível de emprego.⁶⁰

Sem resolver as contradições explicitadas acima, o documento entende que

⁵⁹ Cf. SDO:32.

⁶⁰ No capítulo IV abordaremos essa questão incorporando a discussão proposta por Neves (1997) sobre a constituição de um novo exército de reserva industrial.

é preciso “encarar a mão-de-obra não mais como custo, mas como um recurso importante na conformação dos planos de crescimento das empresas”. Assim,

dada a carência educacional da força de trabalho brasileira e os problemas institucionais para reverter este quadro, tornou-se necessário que as empresas investissem recursos em áreas tradicionalmente de responsabilidade do Estado. Isto é, apesar do custo, [...] as empresas líderes [...] resolveram o problema de carência de mão-de-obra. (SDO:34. Grifos nossos.)

Ou seja, “apesar do custo”, as empresas líderes conseguiram, até agora, dar conta da “carência” de força de trabalho adequadamente qualificada; contudo, o documento reitera a idéia que essa solução não poderá ser generalizada para o futuro, nem mesmo para as demais empresas.

Esse alerta presente no documento parece menos direcionado ao Estado, que teria tradicionalmente a tarefa de preparar a força de trabalho, do que para o próprio empresariado.

Com efeito, o documento mostra preocupação com as progressivas dificuldades de financiamento do Sistema SENAI. Essas dificuldades seriam produto de dois movimentos paralelos.

Por um lado, como já apontado acima, o documento registra uma queda quantitativa da força de trabalho industrial, o que acarreta a queda do recolhimento das contribuições (compulsórias) para a manutenção dos sistemas SENAI e SESI.⁶¹

Por outro lado, é apontada a questão da *cultura empresarial*, abordada em pontos anteriores. Nesta direção, na visão expressa no documento, é preciso fazer

⁶¹ Cf. SDO: 46-8. Sobre o financiamento do SENAI ver também item cap. I *O moderno príncipe industrial*.

um movimento de superação da heterogeneidade tecnológica do parque industrial brasileiro através da modernização geral do conjunto das empresas. Mas, para isso, faz-se necessário “conscientizar os empresários”:

A partir da formação do empresário, este utilizaria os serviços de formação profissional reestruturados para abastecer de mão-de-obra qualificada na nova prática produtiva e passaria a saber demandar, às agências de fomento, financiamento e apoio para a modernização. (SDO:37)

Em suma, o documento reafirma a cultura empresarial ainda como um entrave à modernização tecnológica, à educação e à formação profissional condizentes com o atual estágio da industrialização mundial.

Além disso, o texto também pretende, através dessa conscientização dos empresários, pressionar o aparelho estatal para que este invista na modernização do parque industrial e na própria estrutura do sistema formativo controlada pela burguesia industrial.

Novas relações de trabalho para uma economia competitiva

Para concluir essa arqueologia conceitual sobre o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria, no período aberto pela década de 1980, passar-se-á a analisar rapidamente o “documento-ideário” *Modernização das Relações de trabalho: Princípios e objetivos*, de 1995, elaborado na gestão de Mário Amato.⁶²

Esse documento reafirma a construção do *télos* da economia competitiva,

⁶² Doravante o texto será referenciado por MRT.

estabelecendo, a partir daí, um novo perfil para as relações trabalhistas:

O modelo de Relações de Trabalho deve contribuir para o aumento da competitividade das empresas e do sistema econômico. (MRT:8)

Para isso, os encargos e direitos sociais devem ser reduzidos e flexibilizados, o sistema de seguridade social precisa ser reformulado, o poder normativo da Justiça do Trabalho deve ser eliminado, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) deve ser extinta ou reduzida a um mínimo de regras muito gerais.

Enfim, *reduzir*, *flexibilizar* e *extinguir* são as palavras de ordem da indústria brasileira para as relações de trabalho. Com efeito,

As reformas necessárias abrangem diversos aspectos relacionados tanto a obsolescência da cultura e do sistema de relações trabalhistas, quanto com a fragilidade competitiva do sistema produtivo, a hipertrofia do Estado, o desperdício de recursos públicos, a desigualdade do progresso e do crescimento, a estagnação do crescimento, a lentidão da justiça e a comprovada ineficiência dos investimentos públicos na área social (educação-saúde-saneamento-segurança etc.). (SDO:12).

Curiosamente, apesar da sanha com a qual avança sobre toda a realidade social, particularmente sobre os direitos dos trabalhadores, o documento estabelece como princípio fundamental a formulação: “A contraposição entre Capital e Trabalho perde o sentido na sociedade moderna”.⁶³

Para justificar o fim do antagonismo histórico entre as classes fundamentais, o documento da CNI elenca aquelas que seriam as três características do capitalismo

⁶³ Cf. MRT:15.

moderno.

Primeiramente, o texto afirma que a imagem do capitalismo “estático” do século passado foi completamente superada, levando mesmo à destruição do conceito de classes sociais:

Não há dúvida que a idéia de classes sociais estáticas, delimitadas e definidas por interesses econômicos comuns, não se coaduna com a forte dinâmica interna da sociedade moderna. (MRT:15)⁶⁴

Como segundo argumento, a CNI retoma o conceito clássico schumpeteriano de cisão entre as funções de empresário e capitalista, estendendo-o ao limite da dissolução da classe burguesa, caracterizando um capitalismo sem capitalistas, já que todos seriam proprietários:

Nos países desenvolvidos são os fundos de pensão que tendem a controlar cada vez mais o suprimento e a alocação do capital, bem como a propriedade acionária da maioria das grandes empresas. O recente programa de privatização no Brasil confirma esta tendência. (MRT:16)

Finalmente, o documento elenca uma terceira característica do capitalismo contemporâneo, a qual jogaria a pá de cal no antagonismo classista - a proliferação da função de empresário, através da expansão quantitativa das micro-empresas:

É crescente, e mais uma vez o Brasil não foge à regra, o número de assalariados que deixam seus empregos para se dedicar a pequenos negócios. (MRT:16)

Na medida em que foram superados os antagonismos classistas, o

⁶⁴ Cabe assinalar a similitude dessa construção com aquela elaborada por Lodi (ver nota 53).

documento entende, conseqüentemente, que está estabelecida uma convergência entre o “sucesso das empresas” e o aumento do bem-estar social. Mais do que isso, a Confederação entende que praticamente todos os interesses humanos (individuais) se resumem e se encerram nos objetivos imediatos das empresas. Com efeito,

Nas modernas economias de mercado os verdadeiros agentes da criação de riqueza e do desenvolvimento são os indivíduos, através da inovação e da produtividade de seu trabalho, bem como do conhecimento a ele aplicado. Um grupo de indivíduos, cada qual com suas necessidades, que resolve se reunir em uma mesma sociedade de negócios, para a realização de um objetivo comum, constitui a empresa. (MRT:16-7)

Enfim,

É através da empresa que o interesse individual, o interesse coletivo e o interesse geral da sociedade aprendem a coexistir e a convergir com vistas a um objetivo comum, o da prosperidade a longo prazo. (Idem, ibidem.)

Superado o antagonismo classista e identificados os interesses de toda a sociedade aos interesses das empresas, a CNI entende que o único caminho para a “criação de benefícios efetivos para a coletividade” é o “incremento contínuo da produtividade e da qualidade”, ou seja, da competitividade. Portanto, também as relações trabalhistas devem moldar-se às necessidades de impulsionar a competitividade da economia brasileira.

Concreta e sinteticamente, o documento *Modernização das relações de trabalho* propugna, primeiramente, um tratamento fiscal diferenciado e privilegiado para as micro e pequenas empresas. Essa proposta se apóia na compreensão do

grande potencial empregador das micro e pequenas empresas.

Em segundo lugar, defende a reformulação da seguridade social, abandonando-se o atual sistema de repartição pelo regime de capitalização, o qual “permite a cada um receber em direta proporção com sua capacidade de contribuição”.⁶⁵

Em terceiro lugar, o documento da CNI propõe a ampla modificação das competências da Justiça do Trabalho, reduzindo-as à apreciação dos dissídios de natureza jurídica, inclusive no que toca ao caráter abusivo dos movimentos grevistas.

A CNI também propõe, em quarto lugar, a virtual substituição da atual CLT pela “adoção do auto-entendimento negocial”, de forma a tornar a legislação trabalhista menos “detalhada, anacrônica e protecionista”.⁶⁶

No entanto, a Confederação institui algumas demarcações para a implantação do *auto-entendimento negocial*, que deve ser pautada na descentralização e flexibilização, a fim de permitir que empresas promovam ajustes rápidos. Nessa perspectiva é preciso, segundo a entidade, evitar

a implantação de amplos contratos coletivos nacionais, que podem se tornar [...] em fator de rigidez das relações de trabalho e de seu mercado e de engessamento da competitividade das empresas.
(MRT:21)

Assim, grosso modo, os empresários industriais pretendem - em nome da

⁶⁵ O atual regime de seguridade social é fundamentado na solidariedade contributiva, pela qual os assalariados de mais alta renda deveriam custear os demais. A proposta da CNI aqui apresentada é justamente a pedra de toque da reforma previdenciária proposta pelo governo Fernando Henrique Cardoso, atualmente em tramitação no Congresso Nacional.

⁶⁶ Cf. MRT:20.

competitividade - destruir todas as garantias sociais dos trabalhadores, remetendo as negociações para o interior de cada empresa; tal ação praticamente afasta os sujeitos coletivos (sindicatos dos trabalhadores) do auto-entendimento negocial, recolocando em seu lugar o indivíduo:

A dimensão coletiva não pode reduzir a liberdade de decisão, ação e negociação de cada empresa, de grupos de empresas e de cada indivíduo. (MRT:22)

Fica clara a propugnação, em nome da *liberdade*, de um retorno ao padrão liberal de regulação das relações trabalhistas.

Finalmente, em quinto lugar, a CNI inclui na sua agenda da modernização das relações trabalhistas a questão educacional, pois entende que

O grau de flexibilidade no mercado de trabalho é função também do nível de qualificação, na medida em que facilita a transferência de trabalhadores entre ocupações, ajudando a reduzir o componente estrutural do desemprego. (MRT:33)

Concretamente, o documento propõe a valorização do papel do SESI, do SENAI e do SEBRAE, já que essas entidades, e suas congêneres, atuam decisivamente para maximizar a “educação competitiva”.

É relevante, por fim, apenas assinalar a convergência dessa formulação com aquela que trata da “empregabilidade polivalente”, apresentada mais acima; ainda em relação à dimensão educativa, cabe repetir uma questão: é possível a construção de uma sociedade realmente democrática que se alicerce sobre uma *educação para a competitividade*?

Capítulo IV

O PENSAMENTO PEDAGÓGICO INDUSTRIAL:

Do Industrialismo à Competitividade

“Cada nova classe que toma o lugar da que dominava antes dela é obrigada, para alcançar os fins a que se propõe, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade, isto é, para expressar isso mesmo em termos ideais: é obrigada a emprestar às suas idéias a forma de universalidade, a apresentá-las como sendo as únicas racionais, as únicas universalmente válidas.”

*Karl Marx & Friedrich Engels
A Ideologia Alemã*

O presente capítulo buscará construir uma urdidura do pensamento pedagógico da CNI, a partir dos fios produzidos nos capítulos anteriores, especialmente, nos itens II.3 - *O pensamento pedagógico na aventura industrial* - e III.3 - *O pensamento pedagógico na busca da competitividade*.

Assim, o capítulo IV buscará, primeiramente, dar conta do movimento mais geral do discurso industrial e, em seguida, tentará explicitar as continuidades, as discontinuidades e os paradoxos presentes no pensamento pedagógico dos empresários industriais brasileiros.¹

A metamorfose teleológica

A Confederação Nacional da Indústria tem se mostrado, ao longo de seus 60 anos de existência, e principalmente a partir da década de 1980, o mais importante aparelho de hegemonia da burguesia brasileira. Por esta razão, a entidade é aqui cognominada de *moderno príncipe industrial*.²

Essa compreensão se coaduna perfeitamente com as aspirações da CNI, plasmadas nas palavras de Euvaldo Lodi, primeiro presidente da entidade:

Com a Confederação Nacional da Indústria aglutinam-se as

¹ Os discursos e pronunciamentos, característicos do período 1938-1980, serão identificados pelo autor; por exemplo, Lodi (1952a). Já os documentos técnicos, do período pós-80, serão indicados pelas siglas utilizadas no capítulo III, a saber, CI para CNI (1988b), EBF para CNI (1993), SDO para SENAI (1994), e MRT para CNI (1995a).

² Ver capítulo I.

vontades industriais dispersas, ganham consciência de sua própria força, da sua origem comum e encontram um instrumento através do qual formulam e exprimem à comunidade e ao poder público uma interpretação autêntica do processo de industrialização. (Lodi, 1954: 10)

Em seguida, Lodi completa a explicitação da vocação hegemônica da entidade:

Cometimento de tal envergadura só pode caber a um órgão de classe que forme a cúpula de um sistema, de cujos membros possa, por autoridade legal, ser o legítimo intérprete captando, através de um processo seletivo em que se apura o interêsse mais amplo, o sentimento, o pensamento e a vontade do conjunto. (Idem, ibidem.)

Os excertos acima ilustram a construção de um discurso que aglutine, organize e conduza os interesses das classes produtoras industriais. De forma semelhante a todo discurso hegemônico, busca identificar os seus interesses particulares aos dos demais setores da sociedade; isto é, tal discurso mimetiza-se, buscando se colocar acima dos antagônicos interesses das classes em luta.

A arqueologia conceptual dos discursos, pronunciamentos e documentos técnicos produzidos no interior da Confederação³ revelou um mecanismo discursivo de recomposição da hegemonia industrial.

Esse mecanismo - aqui denominado de *metamorfose teleológica* - constitui-se na construção e reconstrução, no discurso dos industriais, de sucessivos *télos*. Assim, o elemento fundamental dessa metamorfose é a caracterização do *télos* societário. O *télos* é uma imagem construída pelo discurso hegemônico com o fito

³ Ver itens II.3, *O pensamento pedagógico na aventura industrial*, e III.3, *O pensamento pedagógico na busca da competitividade*.

de se tornar uma meta a ser perseguida incansavelmente pelo conjunto da sociedade, conduzida pela classe que o elaborou.

A existência discursiva desse *télos* acaba por justificar, no presente, todas as privações e todos os sacrifícios (coletivos e individuais) impostos pela implementação das políticas que, proclamadamente, encaminharão a sociedade ao *fim* projetado. Tal fim é definido pela negação-superação dos problemas contemporâneos.

Ao *télos*, embora este traga em si a promessa de superação da realidade social atual, não pode ser atribuído um caráter intangível; muito pelo contrário, como será explicitado a seguir, o *télos* constitui uma meta concretizável:

Quem prevê, na realidade tem um “programa” que quer ver triunfar, e a previsão é exatamente um elemento de tal triunfo. Isto não significa que a previsão deve ser sempre arbitrária e gratuita ou puramente tendenciosa. Ao contrário, pode-se dizer que só na medida em que o aspecto objetivo da previsão está ligado a um programa, esse aspecto adquire objetividade” (Gramsci, 1991a:41).

É justamente o caráter concretizável do *télos* - ou do “programa” industrial - que impõe aos agentes discursivos a necessidade de (re)construírem permanentemente o *télos* original.

Portanto, o *télos* é fundamentalmente uma construção de caráter econômico que forma o núcleo de um padrão de sociedade a ser alcançado. O seu caráter fundamentalmente econômico acaba por emprestar a todos os outros conceitos e propostas a ele subordinados também um caráter fundamentalmente econômico.

O pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria comporta

a identificação de três *télos* fundamentais: *nação industrializada*, *país desenvolvido*, e *economia competitiva*.

O discurso industrial, desde a fundação da CNI até o final da década de 60, é marcado pela imagem de uma nação industrializada. A partir de meados da década de 80, o discurso da CNI é caracterizado pelo *télos* da economia competitiva. Entre um e outro período, pode-se identificar uma zona de transição, sintetizada na busca do país desenvolvido.

Com efeito, os discursos de Euvaldo Lodi⁴ são atravessado pelo *télos* da *nação industrializada*. Lodi, como foi mostrado anteriormente,⁵ empenhou-se tenazmente em convencer a sociedade política e a sociedade civil de que todos os problemas do Brasil poderiam ser associados ao seu (então recente) passado agrário, primário-exportador:

embalado no “berço esplêndido” de falazes riquezas naturais, o Brasil descuidou-se do homem, confiado em extrair ou apanhar na terra as riquezas que o levantariam. (Lodi, 1954:28)

O “berço esplêndido” funciona como índice de um passado a ser superado, que agarra-se no presente e retarda o futuro. No discurso industrial, o Brasil rural, agrário, atrasado, com suas “classes parasitárias”, precisa ser heroicamente derrotado. O futuro a ser perseguido é plasmado na imagem *nação industrializada*:

Não há mais lugar no mundo para as nações que ficam estagnadas. A evolução econômica é um imperativo para sobreviver. E somente a inteligência aplicada ao trabalho [isto é, a indústria] oferece segurança de que necessitam os povos. (Lodi, 1954:61).

⁴ Lodi exerceu a presidência da CNI entre 1938 e 1954.

⁵ Ver Item II.3.

A imagem da nação industrializada congrega, portanto, a superação de todos os problemas brasileiros, do analfabetismo à baixa qualidade dos produtos nacionais, da precária qualificação profissional à criação de um mercado consumidor de massas, da dinamização da ciência à superação do “pauperismo”.⁶

A construção de uma nação industrializada impunha necessariamente a participação de todos os segmentos sociais, da agricultura, do comércio, dos trabalhadores, do Estado. Deste último, é exigida uma ação planejadora da economia nacional e organizadora de todos os setores da vida social:

Na solução desses problemas, temos de abandonar o mecanismo inconsciente do “laissez faire” pela técnica racional e consciente do planejamento. (Lodi, 1954:136)

Enfim, a CNI coetânea com o padrão de acumulação fordista exige um Estado condizente com o *télos* de nação industrializada, um Estado moldado à imagem e semelhança das necessidades do capital, enfim, um Estado estruturante.⁷

Mas não só o Estado foi alvo do pensamento industrial; a educação, especialmente a formação profissional, também precisavam ser remodeladas, já que são encaradas como alavancas para a industrialização.⁸

Finalmente, na década de 60, o *télos* nação industrializada foi alcançado; o Brasil praticamente completou seu processo de industrialização.⁹ O discurso do “país essencialmente agrícola” foi para o museu das idéias ultrapassadas. No entanto, a conclusão do processo de industrialização não trouxe a superação dos

⁶ Cf. Lodi (1952a), *Economia e educação*.

⁷ Ver. item II.1 *O padrão de acumulação fordista*.

⁸ Ver Lodi (1952a:4).

⁹ Ver capítulo II, especialmente *As etapas da industrialização substitutiva*.

grandes problemas sociais, como reconheceram os discursos dos presidentes da CNI à época:

A “nova política” [industrial] parte do princípio de que o homem não é instrumento, mas a própria razão de qualquer atividade. O trabalho e a produção não constituem fins a serem atingidos, mas apenas meios para se atingir o verdadeiro fim: proporcionar condições condignas de vida, compatíveis com a dignidade da pessoa humana. (Lunardi, 1960:7. Grifos nossos.)

Tendo o Brasil alcançado o *status* de nação industrializada, um novo *télos* se faz necessário à manutenção da hegemonia da burguesia industrial sobre o conjunto da sociedade; tal hegemonia é construída pela urgente necessidade de “proporcionar condições dignas de vida”.

Entre a década de 1960 e meados dos anos 80, a CNI lançou mão de um novo fim para a sociedade: o *télos país desenvolvido*. É em torno desse fim que o conjunto das proposições do empresariado industrial se articulou:

Desafogadas as tensões de curto prazo, entretanto, cumpre-nos alargar os horizontes e pensar num futuro mais distante, para o qual ambicionamos o pôsto de nação desenvolvida. (Brasil Netto, 1971:22. Grifos nossos.)

A não superação das baixas condições de vida dos trabalhadores, assim como a permanência dos desequilíbrios regionais e dos altos índices de analfabetismo, não mais podem ser atribuídas ao padrão primário-exportador da economia brasileira, socavado sob o vitorioso processo de industrialização.

A partir da constatação de ser o Brasil um país industrializado, porém subdesenvolvido, a CNI buscou identificar seus estrangulamentos, e, a partir daí,

estabelecer os parâmetros necessários para o país prosseguir em sua escalada industrial rumo ao novo *télos*. O caminho pode ser consubstanciado na fórmula “modernização industrial” ou “aprimoramento do parque industrial”:

Em matéria de estrutura industrial, devemos reconhecer que o Brasil conseguiu erguer, com extrema rapidez, seu parque manufatureiro, mas agora precisa aprimorá-lo no sentido da produtividade. (Brasil Netto, 1971:23)

O período histórico dominado pelo *télos* “país desenvolvido” coincide, grosso modo, com o Regime Militar instaurado em 1964, que termina melancolicamente lançando o Brasil em profunda estagflação, com as condições sociais agravadas, apesar do grande salto do parque produtivo.

Mas isso pouco importa para o discurso teleológico. Na verdade, é justamente essa contradição - entre a consecução do *télos* e a manutenção dos problemas sociais - que constitui a razão da construção e reconstrução permanente do *télos* industrial, ou seja, do seu processo de metamorfose.

Assim, não resta outra alternativa ao discurso industrial a não ser a entronização de um novo fim para a sociedade brasileira.

A década de 80 foi palco de importantes processos econômico-sociais que marcaram o ingresso do capitalismo em uma nova fase - o padrão de acumulação flexível.¹⁰ É nesse contexto que a CNI elege um novo *télos* para a sociedade brasileira: a *economia competitiva*.

Condizente com a lógica do *télos*, a CNI vai em busca da reformulação de

¹⁰ Ver III.1, *O padrão de acumulação flexível*.

toda a sociedade, de forma a ajustá-la à consecução do novo fim dos industriais. Um dos alvos principais dessa reformulação conceitual é o Estado.

O Estado não é apenas “um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”;¹¹ no entanto, desde antes da fase essencialmente capitalista ser atingida (o sistema de máquinas), não é outro o desejo da burguesia:

Veneza é o verdadeiro protótipo do Estado capitalista, no duplo sentido de “exemplo perfeito” e “modelo para exemplos futuros” desse tipo de Estado. Uma oligarquia mercantil capitalista detinha firmemente o poder estatal. As aquisições territoriais eram submetidas a criteriosas análises de custo-benefício e, em geral, só eram efetuadas como um meio visando à finalidade de aumentar a lucratividade do comércio da oligarquia capitalista que exercia o poder estatal. (Arrighi, 1996:37)

E o autor de *O longo século XX* ainda arremata:

Vistos por esse ângulo, os grandes Estados capitalistas de épocas futuras (as Províncias Unidas, o Reino Unido, os Estados Unidos) afiguram-se versões cada vez mais diluídas dos padrões ideais materializados por Veneza séculos antes. (Idem, ibidem.)

Assim, a CNI, através de seu discurso hegemônico construído em torno do novo *télos* industrial, vai perseguir a conformação do Estado brasileiro a sua imagem e necessidade:

O compromisso de se alcançar uma economia internacional competitiva requer a adaptação dos instrumentos das agências governamentais a este novo objetivo. (CI: 13. Grifos nossos.)

¹¹ Marx & Engels (1988:78).

É, portanto, sob o *télos* de uma economia competitiva que o atual discurso industrial se move. Integram essa nova estratégia industrial a reestruturação produtiva, a flexibilização das relações de trabalho, a integração ao mercado internacional e a redefinição do sistema educacional brasileiro. Mesmo o direito ao trabalho - o direito de ser mercadoria - foi relegado à condição de “metas a longo prazo”.

Enfim, com o objetivo de garantir a manutenção da hegemonia discursiva da burguesia industrial, a CNI permanentemente elabora e reelabora *télos* de caráter industrial.

Cabe ainda assinalar que esse movimento metamórfico vai rompendo paulatinamente seu invólucro civilizatório, ou seja, vai pondo a nu seu caráter fundamentalmente econômico, excludente.

Parafraseando Marx & Engels,¹² poder-se-ia dizer que o discurso industrial foi despojando de sua auréola as aspirações consideradas veneráveis e civilizatórias do projeto industrial. Este foi afogando as aspirações de *liberdade* humana, a serem alcançadas através do *trabalho inteligente*, em fria e egoísta *necessidade* de luta pela *competitividade*.

Em suma, primeiro foi prometido a soerguimento da *nação* através da industrialização; mais tarde, foi apontada a modernização como o caminho para a superação da condição de *país* subdesenvolvido; finalmente, é posta como inapelável a reestruturação produtiva, para que se alcance a posição de *economia competitiva*.

¹² Ver Marx & Engels (1988:78), *Manifesto do Partido Comunista*.

A adequação funcional da educação

Uma das principais características dos sucessivos *télos* industriais elaborados no interior do discurso da CNI, como foi dito um pouco mais acima, é a sua natureza eminentemente econômica. Essa característica acaba por contaminar todas as propostas e todos os conceitos subordinados ao *télos*.

Assim, para o pensamento industrial, a educação torna-se - necessariamente - uma *variável econômica*,¹³ simultaneamente determinando e determinada pelo desenvolvimento industrial. Com efeito,

A educação é ao mesmo tempo, um investimento e um consumo; no primeiro sentido, a capacitação dos homens é uma das pedras angulares do desenvolvimento econômico; no segundo, é um dos elementos importantes do bem-estar, indispensável para a fruição plena da vida, e, assim, é o resultado, um fruto do progresso.
(Lodi, 1952a:34)

Apesar de se reconhecer o caráter determinado da educação (e da formação profissional) em relação à economia, em geral, o discurso industrial elege a primeira como uma variável causal da segunda.

Daí serem profícuos, nos discursos e documentos da burguesia industrial, os ataques diretos e contundentes às práticas e às políticas educacionais em curso. Neste sentido, Lodi (1952a:5) ataca a “notória inadequação funcional entre a educação intencional que se dispensa no país e a realidade material”. O mesmo raciocínio está presente em documentos recentes:

¹³ Sobre a educação enquanto variável econômica, ver a análise crítica desenvolvida por Frigotto (1989).

O País, por conta das falhas do sistema educacional, não é capaz de maximizar a utilização de sua força de trabalho. A persistência de um elevado percentual de iletrados, assim como a formação muito rudimentar que é oferecida a parcela expressiva da população estudante impõe um limite estreito no seu aproveitamento. (CI:19. Grifos nossos.)

A essa crítica - *inadequação funcional* - associa-se, ainda, a idéia de que, no passado, a educação era, apesar de seus problemas, mais adequada àquela realidade do que a desenvolvida no período abordado. É o que afirma o presidente da CNI:

Não creio correr o risco de afirmar um paradoxo asseverando que, no sentido vital do terreno, houve mais educação, isto é, formava-se melhor o homem, ao tempo da sociedade patriarcal do que nas fases posteriores. (Lodi, 1952a:25)

Essa lógica adequacionista (da educação à economia) pode ser sintetizada na fórmula “até aqui a educação foi adequada, a partir de agora já não mais”. Documentos recentes também mantêm essa postura:

o SENAI, como de resto toda a educação técnica no Brasil até hoje, e porque não dizer, todo o sistema educacional, estruturou-se, funcionou e progrediu a partir do paradigma fordista da produção em massa, ou seja, fundamentado na parcialização do próprio conceito da distribuição do saber. (SDO: 27. Grifos nossos.)

No entanto, a antiga estruturação, que tão bem teria funcionado no passado, já não é - inquestionavelmente - adequada aos novos tempos, aos novos desafios econômicos:

É inquestionável que a superação ou modificação do paradigma

fordista também terá conseqüências na organização legal e na estrutura política dos sistemas de ensino, em especial do ensino técnico e Formação Profissional. (SDO:28)

A veemente e constante pregação da inadequação funcional da formação humana à economia sempre vem acompanhada de previsões, com traços fortemente catastróficos, sobre o futuro da economia, e conseqüentemente, da sociedade. Em outras palavras, ou a formação humana adequa-se às novas demandas da produção, da economia, ou não será jamais atingido o *télos*.

Às políticas e práticas educacionais pretéritas sempre são atribuídas, pelo pensamento industrial, um traço de improvisação, característica essa que não poderá mais ser generalizada para o futuro. Ou seja, a formação humana deve ser fruto de um (novo) plano racionalmente construído, a fim de adequar-se às demandas do *télos*:

Temos de preparar o homem para a nova paisagem física e social emergente no Brasil, que não será apenas o resultado de tendências incoercíveis, a soma dos fatos consumados, mas resultante de um propósito racional, a conseqüência de um plano inteligente. Formar homens que o Brasil necessita, eis a tarefa da educação. (Lodi, 1952a:34)

Na década de 1980, essa lógica ainda permanece. Com efeito,

Não há como superestimar a importância de uma política educacional orientada para o desenvolvimento tecnológico. Os recursos assim gerados criam a capacidade de se fazer opções. Sua escassez condena à uma letargia fatal [da economia]. (CI:12)

Enfim, pode-se afirmar que, para o pensamento industrial, a educação e a

formação profissional socialmente produzidas no passado, embora comportassem deficiências e improvisações, eram, de fato, adequadas a realidade econômico-social. No entanto, tal realidade, na medida em que entrou em colapso, precisa ser rapidamente superada. A realidade virtual-desejada pelo pensamento industrial é representada, assim, por um novo *télos* e por uma luta heróica em busca de sua consecução.

O pensamento industrial afirma ainda que a superação do passado só poderá se dar mediante a estruturação de um plano racional de preparação do novo trabalhador, ou seja, mediante a elaboração e implementação de uma política educacional de rompimento dos laços que prendem o futuro moderno ao passado arcaico. Assim, nos momentos de *crise*, a educação sempre desponta como o caminho reto e seguro que conduz ao novo *télos*. Cabe notar que, como a *crise* é uma característica inerente ao modo de produção capitalista, a educação é permanentemente campo de luta hegemônica para a definição de seus fins, seus objetivos, seus métodos e sua estrutura.¹⁴

Como ficou demonstrado ao longo desse trabalho, os empresários industriais brasileiros, através da Confederação Nacional da Indústria, desde sua fundação em 1938, sempre estiveram presentes no campo da luta hegemônico-pedagógica, buscando criar os homens à sua imagem e necessidade.

A presença da burguesia industrial no campo da luta hegemônica pode ser

¹⁴ A história da educação brasileira mostra claramente que apenas nos momentos de regimes autoritários as chamadas reformas educacionais se processaram rapidamente. Com efeito, por um lado, a LDB de 1961 (lei 4.024) tramitou durante cerca de 13 anos; da mesma forma, a LDB de 1996 (lei 9293) só foi promulgada após nove anos de debates. Por outro lado, as “Leis” Orgânicas do Ensino foram promulgadas durante o Estado Novo através de Decretos-lei, abafando todo o debate que então se abria a partir do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova; também as reformas do ensino de 1º, 2º e 3º graus do Regime Militar tiveram tramitação praticamente simbólica no Congresso Nacional. (cf. Romanelli (1989) e Saviani (1997)).

visualizada, por um lado, através da construção de seus aparelhos imediatos de formação humana - a *triade pedagógica*, SENAI, SESI e IEL¹⁵. Por outro lado, a participação dos industriais no campo educacional pode também ser capturada através da apreciação de suas falas oficiais e coletivas, construídas ao longo da história da CNI.¹⁶

Assim como é inequívoco que, por um lado, os industriais buscaram, e buscam, a *adequação funcional* da educação à economia capitalista, e que, por outro lado, sob o influxo da revolução contínua da produção, a economia está em contínua transformação, conclui-se que a educação e a formação profissional sofrem demandas específicas do “bloco histórico”¹⁷ que as integra.

Ou seja, a luta dos empresários pela adequação funcional da educação é uma constante, mas o conteúdo dessa adequação é cambiante, já que as necessidades - estruturais e superestruturais - são cambiantes.

Cabe, portanto, buscar explicitar sinteticamente *qual educação* e *qual formação profissional* enfim, *qual formação humana* vêm sendo demandadas singularmente pelos industriais organizados na CNI.

Da utopia nefasta à letargia fatal

O pensamento pedagógico da CNI produzido no período compreendido entre 1938 e a década de 80 foi marcado pelo móvel da *industrialização*. Por esta razão, tomou vulto uma concepção que se contrapõe firmemente ao passado de

¹⁵ Ver cap. I, *O moderno príncipe industrial*.

¹⁶ Ver cap. II, *CNI Industrialista*, e cap. III, *CNI Competitivista*.

¹⁷ “A estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo - contraditório e discordante - das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção.” (Gramsci, 1991b:52).

marca agrário-extrativista, baseado no trabalho escravo. Segundo o discurso da CNI tal passado acabou por inculcar, nas gerações seguintes, uma aversão ao “trabalho inteligente”, isto é, ao trabalho industrial.

Os educandos precisavam, assim, ser socializados na nascente cultura do trabalho industrial. A educação precisava contribuir para a superação da aversão ao trabalho material, às habilidades manuais e à técnica”, até então associados ao labor escravo.

O pensamento pedagógico no período industrialista, portanto, preconiza uma educação que, acima de tudo, prepare os indivíduos a reconhecerem na indústria, e na forma de trabalho a ela inerente, o único instrumento racional de viabilização da sociedade brasileira.

Na verdade, o discurso industrial se volta contra a própria educação escolar até então desenvolvida. Para o pensamento da CNI os três níveis de ensino, incluindo, portanto, até mesmo a educação primária, eram marcados por um caráter discriminatório, já que apenas “constituíam marca de distinção e prestígio”, uma “superfetação”:

Resultaria daí a falsa antinomia entre o trabalho físico e o trabalho intelectual, antinomia cujas raízes se encontram na estrutura social, definida para senhores e escravos e cujos efeitos perduram e [...] constituem ainda obstáculo à eficiência, e, pois, à industrialização, ou seja, ao desenvolvimento econômico. (Lodi, 1952: 27-8)

A escola passa a assumir um papel preponderante nessa nova socialização, já que o rompimento do padrão primário-exportador, com a conseqüente eliminação

da fazenda como célula social fundamental, destruiu a educação que se processava de forma natural ou assistemática.

A nova paisagem urbano-industrial submete os indivíduos a uma “variedade de influências, não raro antagônicas”, que acabaram por esmaecer os fortes laços de hierarquização social até então forjados nas fazendas. Daí emerge o papel de *conciliador*, de ‘solda’ social, preconizado pelos industriais para a educação escolar:

Cabe ao ambiente escolar, enquanto seleção inteligente da própria vida, coordenar essa diversidade, transformando o indivíduo numa personalidade capaz de reagir equilibradamente a essas pressões tumultuárias. (Lodi, 1952a:31)

A nova educação de tipo industrial deveria ser capaz de “inculcar nos imaturos” uma nova “tábua de valores”, tábua essa que se define pelas seguintes características: iniciativa, disciplina, diligência, ordem e *esprit de corps*.

Nessa tábua, sem dúvida, se destacam a disciplina e a ordem, características fundamentais para que o trabalhador siga, por um lado, corretamente as tarefas prescritas pela gerência científica (taylorista), e, por outro lado, adapte-se mecanicamente ao *clic-clac* das máquinas fordizadas.

Além disso, o período (entre 1945 e 1954) da industrialização brasileira, marcado pela substituição dos bens de consumo duráveis, traz novos problemas para a formação da força de trabalho, seja quanto à qualificação profissional *stricto sensu*, seja quanto à educação básica.

Para a CNI, o novo período que se abria transformava a formação profissional (*lato sensu*) num campo de “improvisação impossível”. Isto é, cabe à educação fornecer aos educandos, prioritariamente, “conhecimentos gerais

imprescindíveis à compreensão dos processos técnicos”, sem os quais não existirá “operariado satisfatório”.

Com relação à formação profissional, a CNI critica fundamentalmente a deficiência quantitativa dos quadros formados, seja nos cursos técnicos e de aprendizagem, seja nos cursos superiores. Além da superação da deficiência quantitativa, os empresários industriais propugnam que ao ensino diferenciado¹⁸ é preciso, primeiramente, “imprimir-lhe caráter eminentemente utilitário ou pragmático”. Secundariamente, o ensino de caráter profissional deve propiciar uma base comum de conhecimentos, a fim de

assegurar a flexibilidade conveniente a uma economia em que o mercado de trabalho se caracteriza ainda por grande instabilidade. (Lodi, 1952a:38-9)

Enfim, desde meados da década de 50, os industriais brasileiros defendem a posição estratégica da educação geral para a (con)formação da força de trabalho. Por um lado, a educação geral deve socializar os indivíduos na nova ordem industrial, contribuindo para a conciliação das classes e para sua formação *moral*; por outro lado, deveria fornecer a base de conhecimentos necessária à formação profissional propriamente dita. Desses objetivos, resulta a necessária universalização da educação básica, entendida como ensino primário.

No entanto, é preciso ressaltar um paradoxo fundamental. O discurso industrial, apesar de atribuir um papel estratégico à educação e, em particular, à educação básica, ressaltando a sua necessária universalização, se contradiz

¹⁸ Na linguagem durkheimiana, o ensino diferenciado corresponde à formação profissional *lato sensu*.

profundamente ao concluir que

nas condições atuais da economia brasileira, é uma utopia, e utopia nefasta, imaginar que todos possam ter a educação básica necessária (Lodi, 1952a:36. Grifos nossos.)

Embora reconhecida como fundamental para engendrar “um comportamento mais compatível com o processo acumulatório”,¹⁹ a universalização da educação básica é considerada uma *utopia nefasta*.

Pode-se considerar que essa contradição não seja, de fato, um paradoxo, mas apenas uma constatação economicista, nos marcos do custo-benefício, de que, para a formação do exército de reserva industrial, não se fazia necessária a real universalização do ensino primário.²⁰

O pensamento pedagógico da CNI no período que se abre com a década de 1980 é marcado pelo vetor da *competitividade*. O passado que precisa ser renegado não mais é o primário-exportador, mas aquele marcado pela “introversão econômica”, entendida como restrições ao comércio internacional, principalmente no tocante às importações. Essa introversão, para a CNI, acabou por impedir a reestruturação industrial, sem a qual será impossível ao país alcançar uma economia internacionalmente competitiva.

O período competitivista produz algumas modificações no discurso pedagógico dos industriais brasileiros. A modificação mais profunda diz respeito, sem dúvida, à questão da educação básica.

Em primeiro lugar, o próprio conceito de educação básica se alarga, na

¹⁹ Cf. Lodi (1952:37).

²⁰ Neves (1997) parece endossar tal hipótese.

medida em que é estendido ao ensino secundário, saltando assim de 5 para cerca de 11 anos de escolaridade:

Diante desse novo modelo de desenvolvimento industrial, as questões sobre a reforma do sistema educacional e da formação profissional incluem, em primeiro lugar, a universalização da Educação Básica, ou seja, a garantia da escolaridade para todos, no mínimo até o fim da educação secundária. (EBFP:9)

Além disso, não mais se encontram quaisquer argumentos que entrem em contradição com a possibilidade de universalização da educação básica. Assim, de fato, para o pensamento pedagógico industrial:

Não há como superestimar a importância de uma política educacional orientada para o desenvolvimento tecnológico. Os recursos assim gerados criam a capacidade de se fazer opções. Sua escassez condena à uma letargia fatal. (CI: 12. Grifos nossos.)

Em outras palavras, poder-se-ia dizer que foi aprofundada a fórmula da *improvisação impossível*, já que, o desenvolvimento atual das forças produtivas estaria elevando as necessidades gerais de conhecimentos escolares para a conformação da força de trabalho industrial:

enquanto no passado vultosos investimentos na formação específica da mão-de-obra para postos de trabalho podiam compensar, e até ignorar as deficiências do sistema educacional e seus efeitos sobre a produção, hoje em dia o avanço tecnológico, baseado na microeletrônica e na informática, exige a ampliação dos horizontes de conhecimento do trabalhador. (EBFP: 13-4)

Nesse contexto, também a “tábua de valores” da educação básica é

ampliada. Embora os discursos do período industrialista já fizessem menção à importância do “contínuo aperfeiçoamento” e do “aprender a aprender”, essas diretrizes são aprofundadas no novo discurso industrial, o “aprender a pensar”:

Aprender a pensar significa, entre outras coisas, aprender a identificar e superar alguns erros típicos do pensamento, aparentemente universais, como o apego ao juízo inicial sobre o fenômeno; parcialismo [...]; visão estreita [...]; egocentrismo [...]; arrogância [...]; polarização [...]. (EBFP:20)

Essas qualidades no ato de pensar também devem ser aplicadas na educação básica e também na formação profissional, já que as novas formas de produção e organização industrial demandariam um novo trabalhador.

Tal trabalhador precisaria combinar velhas e novas habilidades, isto é, as características do padrão fordista de organização do processo de trabalho industrial e as da emergente especialização flexível: habilidades manipulativas, para operar a maquinaria; e, simultaneamente, capacidade de abstração, a fim de prever os erros do complexo produtivo integrado e automatizado, cujo vulnerabilidade tecnológica é consideravelmente maior do que aquela presente na linha de produção fordista.

Essa capacidade de abstração, no sentido apresentado, não pode ser adquirida rapidamente no treinamento em serviço característico do fordismo; nem tampouco em dois ou quatro anos de escolaridade.

este novo tipo de trabalhador precisa, ainda, ser capaz de tornar-se um “déspota de si mesmo”, já que não é mais o eficiente *clic-clac* contínuo das máquinas que determina externamente o ritmo de trabalho. O próprio trabalhador torna-se responsável pela eficiência da produção de mais-valia relativa, sem

esquecer que no *chip* estão encerradas as informações do ritmo de produção de cada operador. O autocontrole e os pulsos binários substituem, na produção participativa, os capatazes e os *clic-clacs*.

A habilidade cognitiva de prever os erros no processo de trabalho e o autocontrole participativo só podem ser construídos lentamente, desde a educação básica, de longa duração, até a formação profissional permanente.

Formação polivalente e educação politécnica

O novo perfil do trabalhador se materializa na proposta da formação profissional polivalente, necessariamente aplicada após a educação básica de 11 ou 12 anos de escolaridade. Para os industriais,

O conceito de polivalência implica em uma formação que qualifique as pessoas para diferentes postos de trabalho dentro de uma família ocupacional, e, sobretudo, para complementar as bases gerais, científico-técnicas e sócio-econômicas da produção em seu conjunto. (EBFP:16. Grifos nossos.)

O discurso industrial também entende ser indispensável, ao novo perfil qualificacional,

que o trabalhador conheça sua área de trabalho em profundidade, ao mesmo tempo em que tenha compreensão de todo o processo de produção. (EBFP:18)

Essas demarcações qualificacionais, que seriam funcionais ao novo padrão industrial-tecnológico, acabam por apresentar similitudes com o conceito de

politecnia, tal qual foi desenvolvido no debate educacional brasileiro.²¹

Assim, as diretrizes apresentadas pelo pensamento industrial, colimadas na proposta de formação profissional polivalente, tangenciam o conceito de educação politécnica. Com efeito, a dimensão infraestrutural da politecnia também identifica o desenvolvimento científico, tecnológico e organizacional, que tem como cerne a aplicação da microeletrônica à automação industrial, como vetores fundamentais para a busca por um novo perfil para a formação humana.

Além disso, a concepção de educação politécnica também pressupõe a ampliação da educação básica, esta passando a abranger o ensino médio, assim como a sua extensão a toda a população em idade escolar.

No entanto, a dimensão utópica e a dimensão pedagógica da concepção de educação politécnica aponta para limites importantes para o pensamento pedagógico industrial: a concepção omnilateral do homem.

Uma prática educativa, e mesmo a formação profissional, que se pautem na busca da construção omnilateral do educando não pode estar restrita às limitações impostas pelas demandas dos interesses econômicos imediatos. A concepção de educação politécnica se contrapõe firmemente à instrumentalização e redução da formação humana aos desígnios do mercado. Para Antunes,

O momento da omnilateralidade humana (que tem como formas mais elevadas a arte, a ética, a filosofia, a ciência etc.) transcende evidentemente em muito a esfera do trabalho (a realização das necessidades), mas deve encontrar neste plano a sua base de

²¹ Sobre a educação politécnica, ver nosso outro trabalho (Rodrigues, 1993), no qual estão definidas mais precisamente as três dimensões (infraestrutural, utópica e pedagógica) que caracterizam essa concepção de educação. O leitor poderá ainda consultar Frigotto (1991) e Saviani (1989).

sustentação. (Antunes, 1995:84-5.)

Ou seja, a formação humana (educação e formação profissional) deve se apoiar necessariamente na base material da produção da vida - o trabalho. No entanto, o conceito de trabalho transcende, em muito, o mundo da necessidade. Na verdade, o trabalho humano encerra dimensões que o fazem penetrar definitivamente no mundo da liberdade.

Assim, a educação - sob qualquer designação ou adjetivação - não pode reduzir-se às dimensões ditadas pelo Deus Mercado, pois assim se tornaria um instrumento de unilateralização do homem e transformar-se-ia de caminho à liberdade em funcionalização dos trabalhadores-mercadorias de acordo com as novas demandas da economia capitalista.

Para o grande educador italiano Mario Manacorda, como somente o homem rompeu os vínculos da unilateralidade natural, esse deve ser o “imperativo categórico” da educação:

Apesar de o homem lhe parecer, por natureza e de fato, unilateral, eduque-o com todo empenho em qualquer parte do mundo para que se torne onilateral.

E conclui:

Tudo bem! Mas para que servem os imperativos mais ou menos categórico? Nunca mudaram a história. Mas talvez eles possam servir para nos lembrar de olhar para o alto. (Manacorda, 1989:361)

Enfim, pode-se demarcar que o horizonte da formação polivalente proposta pelo discurso industrial é o mercado, enquanto que o horizonte da educação

politécnica é o homem omnilateral, a busca da liberdade *no e do* trabalho.

O pensamento pedagógico industrial

Retomando-se o pensamento pedagógico industrial, pelo que foi exposto até aqui, pode-se notar claramente uma complexificação no discurso do período competitivista, principalmente no que toca o binômio educação-formação profissional, em comparação com o período anterior.

No primeiro período, em que pesem as palavras em contrário, o discurso admitia a possibilidade de formação de uma força de trabalho industrial que, no limite, se concretizasse a despeito de uma escolarização prévia. Hoje, o discurso industrial já não admite tal possibilidade.

Conforme dito mais acima, pode-se levantar a hipótese de que a constituição de um exército de reserva industrial de novo tipo demanda necessariamente uma base escolar mais larga e sólida.

Outro importante aprofundamento sobre a formação profissional é o seu caráter flexível. Como demonstrado anteriormente, já no primeiro período, o discurso industrial apontava para a necessária flexibilidade da formação profissional, dada a instabilidade do mercado de trabalho brasileiro.

No padrão de acumulação flexível, o pensamento industrial desloca definitivamente a *temporalidade* do caráter instável do mercado de trabalho para o terreno da *permanência*. Em outras palavras, a instabilidade do mercado de trabalho não será superada. A nova realidade tecnológico-econômica mundial repele a estabilidade em todos os setores humano-sociais. Se antes a flexibilidade

profissional era apontada como uma resposta transitória à instabilidade, hoje ela assume caráter definitivo - tudo o que era sólido se desmanchou no ar.

Sinteticamente, a proposta da CNI para a formação humana contemporânea constitui-se na

universalização dos sistema único de Educação Básica, alcançando 100% da população em idade escolar de 7 a 18 anos, que será complementada pela Formação Profissional durante toda a vida produtiva do trabalhador. (EBFP:17)

Calcada na universalização da educação geral e básica e na complementação da formação profissional polivalente orientada para a empregabilidade - conceito decorrente da instabilidade permanente do mercado de trabalho -, a CNI propõe a fórmula pedagógica *democracia & competitividade*:

Essa nova exigência de um conceito de educação e formação profissional deve preocupar-se com a formação da cidadania e da produtividade, necessárias para todo o esforço de construção de uma sociedade democrática e competitiva. (EBFP:16)

Apesar das mudanças ocorridas no discurso da CNI sobre educação e formação profissional, mostradas ao longo desse texto, podemos concluir que há uma característica invariável: para o pensamento industrial, a formação humana é tão somente uma *variável* a ser *funcionalizada* à reprodução ampliada do capital, e, por esta razão, demanda cuidadoso gerenciamento.

Desde os seus primórdios, o discurso empresarial relaciona educação, desenvolvimento e superação dos problemas sociais.

Em pleno período industrialista a CNI atacava o pensamento retrógrado,

preso ao passado extrativista e escravagista, e exigia de toda a sociedade uma educação que fosse funcional ao desenvolvimento econômico e que, particularmente, fosse indutora do processo de industrialização.

Na época de transição do período industrialista para o competitivista, o discurso industrial apontava a necessidade de se “educar para o trabalho” - único caminho seguro para o país abandonar sua condição de subdesenvolvimento.

No atual período, marcado pela busca da competitividade, o discurso pedagógico da indústria mantém essas características e ainda as aprofunda. Sem educação, a indústria mergulhará numa “letargia fatal”:

os empresários industriais, mais até do que os educadores, são precisamente os que hoje identificam tendências na relação entre as transformações pelas quais vem passando o processo produtivo. É consenso entre os industriais que a relação educação-mundo do trabalho, diante das novas tecnologias, tornou-se mais necessária, ao mesmo tempo que mais complexa, e, visto o nível de qualidade do sistema educacional, mais contraditória e mais defasada. (EBFP:14. Grifos nossos.)

No entanto, paradoxalmente, a própria Confederação reconhece que as novas formas de organização da produção, ao serem transpostas para o Brasil, acabam por esbarrar na própria “cultura empresarial”, tão poderosa, que emana do empresariado e captura a sua própria entidade máxima. Isto é, a CNI não consegue escapar da cultura que critica.

Tal cultura é avessa às atitudes participativas dos trabalhadores e deseja de subsídios (diretos e indiretos), que tiram do Estado os mecanismos de implementação de uma política educacional consistente.

É uma cultura que, encarnada no Estado, desmonta os centros produtores de ciência & tecnologia - as universidades e os centros de pesquisa públicos; que transfere os recursos da educação nacional para os programas de modernização do sistema financeiro; que define a modernização tecnológica enquanto mera absorção de tecnologia, a ser adquirida, sem impostos, no mercado internacional:

Na realidade, a política governamental para as próximas gerações da nossa massa trabalhadora direciona seus componentes curriculares à aquisição de conteúdos mínimos de natureza científico-tecnológica, que capacitem essa parcela da força de trabalho a operar com produtividade as inovações tecnológicas e organizacionais inerentes ao novo paradigma da acumulação flexível e acatar, como alternativa universalmente válida, a lógica neoliberal de organização societal. (Neves, 1997:96)

Essa cultura empresarial que, simultaneamente, valoriza e desvaloriza a educação da classe trabalhadora, revela e esconde uma contradição profunda do movimento de valorização do capital.

A ampliação inelutável da aplicação da ciência ao processo de trabalho vai dissolvendo as qualificações específicas, recolhendo os saberes e introduzindo-os nas máquinas e nos procedimentos.

Dessa forma, o processo de trabalho vai se desvencilhando de saberes específicos, demandando progressivamente saberes mais gerais e mais abstratos:

Em outros termos, o trabalho se tornou abstrato, isto é, simples e geral, porque organizado de acordo com os princípios científicos, simples e gerais, vale dizer, abstratos, elaborados pela inteligência humana. (Saviani, 1994:159)

Assim, a escola básica e a educação geral vão sendo, progressivamente, incumbidas da tarefa de preparar - a partir da socialização daqueles conhecimentos gerais e abstratos - a força de trabalho.

O pensamento pedagógico industrial - tanto no período industrialista, quanto no período competitivista -, reconhecendo esse movimento mais geral de interdependência entre o mundo do trabalho e a escola, propugna a valorização da educação enquanto mecanismo de preparação dos trabalhadores às demandas do trabalho abstrato. No entanto,

Aí está a contradição que se insere na essência do capitalismo: o trabalhador não pode ter meio de produção, não pode deter o saber, mas sem saber, ele também não pode produzir, porque para transformar a matéria precisa dominar algum tipo de saber. (Saviani, 1994:157)

Uma classe trabalhadora socializada no saber mais desenvolvido, mais geral, mais abstrato, enfim, possuidora do conhecimento científico, é uma ameaça ao poder despótico do capital.

Portanto, o discurso pedagógico da CNI busca estabelecer os limites, as características, enfim, a qualidade da educação, sempre na perspectiva de sua “adequação funcional”. Por esta razão, o discurso pedagógico empresarial é irremediavelmente acompanhado de uma “tábua de valores”, pretensamente adequada e adequada à realidade por ele mesmo idealizada.

Neste sentido, o pensamento pedagógico industrial procura, em primeiro lugar, uma ‘sintonia fina’ qualitativa dessa educação geral e abstrata, que não ultrapasse as necessidades do capital.

Em segundo lugar, tal pensamento procura o ótimo quantitativo. No período industrialista, a CNI admitia que a universalização da educação básica era uma “utopia nefasta”. Para a preparação do exército de reserva industrial adequado ao parque industrial incipiente, não se fazia necessária a universalização da escola básica a toda população brasileira. Com efeito, no final da década de 60 e na década de 70, apesar da escola básica não ter se universalizada, foi completada a industrialização do país.

A busca dessa ‘sintonia fina’ leva, atualmente, o discurso pedagógico da CNI a propugnar que é preciso universalizar a escola básica.

Por um lado, são notórios os baixos índices de escolaridade e de aproveitamento escolar da população brasileira, o que indicaria a necessidade da elevação do patamar mínimo de escolaridade da classe trabalhadora para que essa fosse potencializada na direção de operar, com alta produtividade, as inovações tecnológicas (Neves, 1997:96).

Por outro lado, a condição histórica, também notória, de exclusão de enormes parcelas da população do emprego, do consumo, da saúde, da própria educação, põe a seguinte questão: de fato, será necessária a universalização da escola básica, englobando os níveis fundamental e médio, para elevar os patamares de produtividade e qualidade do parque industrial?

Os montantes necessários à manutenção e ao desenvolvimento da educação (como (re)equipar escolas, pagar salários menos aviltantes aos educadores, além de elevar a renda familiar, a fim de que os jovens e crianças permaneçam estudando) parecem - dado o *deficit* histórico - astronômicos, embora não inalcançáveis, para a

9ª economia industrial do mundo.

Os últimos governos federais brasileiros não parecem dispostos a canalizar esforços e recursos para superação desse *deficit* social histórico.

O capitalismo praticado no Brasil, e mais recentemente implementado também em outras formações econômico-sociais, não tem caminhado na direção da inclusão social das massas à contemporaneidade. A produtividade da indústria brasileira vem subindo rapidamente, principalmente em seus setores mais dinâmicos; no entanto, os salários não têm acompanhado tal crescimento. A renda nacional vem se concentrando cada vez mais.

Dois vetores se combinam para agravar essa tendência. De um lado, a crise geral das vanguardas do proletariado - agravada com a dissolução dos regimes burocratizados do Leste Europeu - vem dificultando a organização classista dos trabalhadores. De outro lado, o crescimento econômico, pautado nas novas tecnologias, vem criando uma nova situação, na qual não é mais necessária a recessão para ampliar o exército de reserva, para impedir o aumento da renda salarial e para desorganizar os trabalhadores.

Enfim, parece improvável que o capital industrial - principalmente diante da vaga neoliberal nascida, no plano internacional, com o início da década de 80, e, no plano nacional, com a eleição de Collor e FHC - esteja disposto a abrir, de moto próprio, mão de parcela da mais-valia expropriada da classe trabalhadora, a fim de elevar os patamares sociais, em geral, e da educação, em particular. O capital pode, contudo, ser obrigado a elevar o patamar educacional de uma pequena parcela da força de trabalho, disponibilizando-a às novas demandas do mundo do trabalho.

Embora não tenha sido objeto desse trabalho perquirir o reflexo do pensamento da burguesia industrial sobre as políticas educacionais,²² não é difícil perceber as relações, às vezes muito pouco mediatizadas, entre os dois campos.

Com efeito, a criação do SENAI, do SESI e do IEL, foi promovida conjuntamente entre a CNI e o Estado²³. As recentes legislações educacionais²⁴ são, sem nenhuma dúvida, reflexos (quase diretos) do pensamento pedagógico industrial.

Assim, “democracia” - do binômio *democracia & competitividade* - torna-se, no discurso pedagógico industrial, apenas e tão somente a garantia política da manutenção do regime despótico capitalista; uma democracia mercantil que intenciona invadir ideológica e administrativamente as instituições escolares públicas, em todos os níveis e modalidades, mas que expulsa a alteridade para fora de seus próprios espaços pedagógicos - o SENAI e o SESI, sem falar no IEL - e os mantém, de fato, acima do controle público.

Esse novo regime, em nome da liberdade mercantil, contraditoriamente, retira da classe trabalhadora sua identidade fundamental - o direito ao trabalho. No lugar do emprego, o capital põe a empregabilidade - a capacidade de estar apto a se integrar, caso seja necessário, ao reduzido espaço do emprego, cada vez mais precário.

No lugar da solidariedade põe o direito à competição, ao individualismo:

Individualista, pensando mais em si próprio que em mudar o mundo. Assim é o jovem do Rio [...]. Ajudar o próximo e viver

²² Aliás, tarefa muito bem desenvolvida por outros autores como Neves (1991, 1997).

²³ Ver capítulo I.

²⁴ LDB, lei 9394/96, e o decreto 2.208/97, que regulamenta os artigos da LDB sobre educação profissional, assim como as regulamentações em curso do ensino médio, sem desconsiderar o Programa Nacional de Educação Profissional desenvolvido pelo MTb.

numa sociedade mais justa não são os ideais de hoje. A lista de sonhos da juventude é simples e objetiva: morar bem, ter carro e emprego e chegar à riqueza, como indicam os que têm de 16 a 25 anos. (Jornal do Brasil, 6 de julho de 1997, p.1)

Esse perfil do jovem do Rio de Janeiro - “consumistas, competitivos e materialistas” - traçado pela pesquisa de opinião do Instituto Gerp, significa apenas que eles “aprenderam as lições do capitalismo”.

O capitalismo tem se mostrado competente em ensinar suas lições aos jovens de todos os tempos. Mas, contraditoriamente, também acaba ensinando que a história não tem fim. Por isso, precisa continuamente oferecer um novo *télos* que convença a todos da inevitabilidade de seus próprios interesses.

O tempo que vivemos é caracterizado por profundas mudanças societárias; vivenciamos tempos de rupturas, uma época de crise, na qual o novo luta para se desvencilhar do velho. Entretanto, o novíssimo também está presente no cerne dessa luta pelo futuro. A humanidade ainda vive a sua Pré-História.

Conclusão

Na década de 1990, o debate educacional, principalmente na área trabalho-educação, tem sido marcado pela convergência de dois vetores.

O primeiro emerge do debate acerca do padrão de acumulação flexível, incipiente substituto do antigo padrão fordista. De maneira parcial, o debate educacional tem privilegiado as chamadas novas tecnologias e novas formas de gestão, características do novo padrão de acumulação.

O segundo pode ser delineado a partir do (suposto) recente ingresso do empresariado brasileiro, particularmente a burguesia industrial, no debate educacional; nesse contexto, os empresários, segundo alguns autores, estariam formulando propostas educacionais que avançariam sobre as bandeiras históricas dos educadores progressistas.

A despeito da grande resistência teórica e principalmente discursiva dos educadores brasileiros ao fenômeno político-econômico do neoliberalismo, muitos dos participantes do debate educacional têm abordado de maneira bastante a-crítica as novas tecnologias e as conseqüentes propostas pedagógicas da burguesia industrial, principalmente no que concerne à formação profissional.

Em síntese, essa tese almejou superar as limitações presentes no debate educacional, conforme acima delineado, a partir de um duplo movimento.

De um lado, buscou-se historicizar o pensamento pedagógico dos

industriais, recuando para antes da década de 1990, com o intuito de capturar a gênese, a lógica interna, as contradições, enfim, o movimento desse pensamento.

De outro lado, visou-se articular as concepções e propostas específicas da burguesia industrial para a educação, não só com os padrões tecnológicos e os perfis qualificacionais da força de trabalho, mas principalmente com os padrões de acumulação, sem esquecer as particularidades do desenvolvimento industrial brasileiro.

Diante das preocupações acima, esse trabalho almejou atingir dois objetivos fundamentais.

Em primeiro lugar, a tese buscou demonstrar que a burguesia industrial não é neófita no debate educacional: o empresariado industrial há décadas preocupa-se com a (con)formação da força de trabalho, elaborando um projeto hegemônico-pedagógico para a sociedade brasileira. Tal preocupação, inclusive, se concretizou em ações pedagógicas efetivas, empreendidas fundamentalmente pelo SENAI e pelo SESI.

Em segundo lugar, dada a atuação constante da burguesia no debate educacional, intencionou-se resgatar e analisar as concepções mesmas da burguesia industrial, ao longo dos últimos 60 anos, frente aos padrões de acumulação existentes nesse período, a saber, o padrão fordista e o incipiente padrão flexível.

O movimento analítico centrou-se em fontes documentais oriundas da Confederação Nacional da Indústria, buscando-se através dessas construir as seguintes categorias analíticas: *Estado, trabalho, industrialização, educação e formação profissional*.

Para alcançar os objetivos mencionados, essa tese foi organizada, para fins de exposição, em quatro capítulos: *O moderno príncipe industrial*; *CNI industrialista*; *CNI competitivista*; e, finalmente, *O pensamento pedagógico industrial*.

No primeiro capítulo - *O moderno príncipe industrial* - buscou-se dar um panorama histórico da constituição da Confederação Nacional da Indústria, analisando o surgimento e a evolução de sua *tríade pedagógica* (SENAI-SESI-IEL) até a constituição do *Sistema CNI*. Nesse capítulo, portanto, traçou-se, em linhas gerais, a evolução de cada elemento da tríade pedagógica, desde as suas respectivas fundações até seus estágios atuais.

O capítulo I demonstrou ainda que o Sistema CNI, erigido em meados da década de 1980 e finalizado em 1996, marcou, na história da entidade, a consolidação definitiva da auto-percepção hegemônico-pedagógica dos industriais brasileiros.

A partir desta historicização, o capítulo inicial buscou identificar a CNI ao conceito gramsciano de *moderno príncipe industrial*. Com efeito, a magnitude de sua tríade pedagógica e de suas ações junto ao Estado (*lato e stricto sensu*) e a organismos internacionais, atraindo para si os elementos dispersos dos interesses dos empresários industriais, confere inequivocamente à Confederação Nacional da Indústria o papel de mais importante fração do partido ideológico da burguesia brasileira.

Os segundo e terceiro capítulos almejavam rastrear as concepções da CNI, principalmente em torno dos conceitos de Estado, trabalho, educação e formação

profissional, dentro do quadro geral das relações capitalistas mundiais e brasileiras. Para tal, ambos os capítulos tiveram como objeto, inicialmente, os dois recentes padrões de acumulação capitalista.

Assim, o capítulo II - *CNI Industrialista* - traçou, em suas duas primeiras seções respectivamente, o panorama sócio-econômico do padrão de acumulação fordista e o processo de industrialização brasileira. A terceira parte do capítulo buscou desconstruir os discursos e pronunciamentos dos presidentes da Confederação, proferidos entre 1938 e 1980, com o fito de identificar e analisar o pensamento pedagógico industrial produzido naquele período.

Com relação à análise, podem ser destacados os seguintes aspectos.

Foi claramente identificado um vetor organizador do discurso pedagógico da burguesia industrial, a saber, a busca pela industrialização. Essa busca - uma “verdadeira aventura”, nas palavras de Euvaldo Lodi, então presidente da CNI - delimitou e condicionou as propostas dos industriais para a formação humana.

Por um lado, a luta pela industrialização combatia os preconceitos anti-industrialistas presentes na sociedade, particularmente o sentimento anti-trabalho, notadamente aquele ligado às atividades produtivas, já que essas eram marcadas pelo seu passado escravocrata.

Por outro lado, ainda no campo da luta pela industrialização, a burguesia industrial preocupou-se, fundamentalmente, com a (con)formação da força de trabalho demandada pelo incipiente parque industrial brasileiro. Tal conformação não se limita à formação técnico-profissional, mas alcança os terrenos dos valores ético-morais, da saúde e do lazer. Nesse terreno, despontam dois aparelhos

pedagógicos da CNI: o SENAI, criado em 1942, e o SESI, instituído em 1946.

Cabe ainda destacar que, apesar do pensamento industrial apontar os baixos patamares escolares, em qualidade e em quantidade, e a impossibilidade de se buscar a industrialização através da improvisação qualificacional da força de trabalho, os industriais, na verdade, definiam a universalização do ensino primário (cerca de 4 anos de escolaridade) como uma *utopia nefasta*.

Seguindo a mesma lógica de exposição do capítulo anterior, o capítulo III - *CNI Competitivista* - procurou primeiramente desenhar o quadro mais geral do padrão de acumulação flexível, que vem se constituindo no cenário mundial desde o final da década de 70. A seguir, buscou-se construir uma síntese do desenvolvimento do padrão flexível no Brasil. A terceira e última parte do capítulo visou, a partir da desconstrução dos chamados documentos técnicos da Confederação, capturar os traços essenciais do discurso pedagógico industrial no período em questão.

Com efeito, a análise dos documentos técnicos pôde identificar alguns traços característicos do discurso industrial para a educação. Dentre esses, destaca-se o busca do aumento da competitividade da indústria brasileira. Na verdade, tal busca constitui o vetor diretor do discurso pedagógico da burguesia industrial brasileira no período em questão.

Esse vetor diretor organiza o ataque dos industriais ao papel econômico do Estado brasileiro - crítica colimada no conceito de *custo Brasil* -; à qualidade dos recursos humanos; à pequena integração das universidades e dos centros de pesquisa com as metas e os métodos empresariais; e, finalmente, à própria cultura

empresarial, avessa, por exemplo, à inovação e ao aprimoramento tecnológico com vistas aos mercados externos.

Dentro da lógica persecutória da competitividade, inserida no novo padrão de acumulação flexível, a CNI, na década de 80, opera uma transmutação em sua visão sobre a educação básica.

Se três décadas antes, a educação básica, então restrita às quatro ou cinco séries escolares iniciais, era encarada como uma *utopia nefasta*, agora a CNI passa a encará-la como um elemento indispensável para a indústria competitiva, além de ampliá-la para cerca de 12 anos de escolaridade.

Para o atual discurso empresarial, uma força de trabalho desprovida de educação básica conduzirá a indústria brasileira a uma *letargia fatal*.

Enfim, o capítulo IV teve como objetivo dar conta do movimento mais geral do discurso industrial e, em seguida, explicitar as continuidades, as discontinuidades e os paradoxos presentes no pensamento pedagógico dos industriais brasileiros.

Nesse sentido, a CNI, condizente com seu papel de príncipe industrial, vem construindo um discurso metamórfico, que conduz e delimita suas propostas pedagógicas. O discurso industrial enunciou sucessivos *télos* - *nação industrializada*, *país desenvolvido* e *economia competitiva*, os quais constituíram o vetor diretor do discurso industrial.

Dessa forma, em cada específico período histórico, a CNI construiu suas propostas de formação humana e sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade, a partir da busca de cada um dos respectivos *télos*.

Assim, nos estertores da sociedade dominada pela oligarquia rural, marcada pela economia primário-exportadora, os industriais propuseram uma educação que servisse de mediação entre aquela economia e o incipiente padrão industrial de caráter fordista; uma educação que servisse de ‘solda’ social; uma formação profissional que adequasse uma força de trabalho ainda não-adaptada às novas demandas de uma sociedade urbano-industrial; enfim, uma formação humana guiada pelas necessidades de uma *nação industrializada*.

Entre meados da década de 60 e fins da década de 70, tendo o Brasil praticamente completado o seu processo de industrialização, a CNI erigiu o *télos país desenvolvido*, o qual assumiu o papel de mediação entre o modelo econômico que se esgotava e o novo que se anunciava. Do ponto de vista político, esse *télos* se articula com o Regime Militar instaurado no Brasil em 1964.

Cabe destacar que o IEL foi constituído nesse período, com o intuito de estabelecer uma ligação direta entre, de um lado, os interesses e as perspectivas das empresas e, de outro lado, as universidades públicas.

Na virada da década de 80 para a de 90, a CNI estabelece um novo *télos*. Esse *télos* se consubstancia na imagem de uma economia brasileira inserida no mercado internacional, em busca permanente de competitividade. É, portanto, esse novo *télos* - a *economia competitiva* - que vem guiando as propostas dos industriais brasileiros para a formação humana, particularmente na seguinte formulação: educação básica universal seguida de formação profissional polivalente.

A articulação entre os sucessivos *télos* e as propostas pedagógicas da CNI permite concluir que a burguesia industrial vem perseguindo a *adequação funcional*

da formação humana à economia, ou melhor, às demandas do capital.

A lógica adequacionista - da educação à economia - empreendida pela CNI acabou por produzir uma substantiva alteração das propostas sobre a educação básica e sobre o modelo de formação profissional.

Se antes era possível industrializar o país sem a universalização da educação básica e com um rápido treinamento em serviço, hoje, para a CNI, isso já não mais é possível. Logo, a educação básica, de *utopia nefasta* no padrão fordista, é transmutada numa necessidade imperiosa para a consecução do padrão flexível e para a inserção competitiva da economia brasileira nos mercados globalizados.

O último capítulo desse trabalho confronta ainda os conceitos de formação profissional polivalente, proposta pelos empresários, e de educação politécnica, articulada com as concepções marxianas e desenvolvida em recentes debates educacionais no Brasil.

Finalmente, este capítulo buscou apontar os limites histórico-políticos à consecução das propostas educacionais proclamadas pelos empresários industriais. A maior contradição do pensamento pedagógico industrial pode ser colimada na fórmula cidadania & competitividade, presente em documento da Confederação.

Dessa fórmula não pode ser extraído um elemento oculto mas fundamental: a cultura empresarial, tão poderosa, que envolve a própria CNI. Tal cultura revela um empresariado avesso à participação dos trabalhadores na gestão do processo de trabalho, à incorporação de outros segmentos sociais na gestão do SENAI, do SESI, e do IEL, e ao aumento dos salários reais.

Enfim, o pensamento pedagógico da CNI proclama democracia &

cidadania, mas implementa medidas marcadas pela exclusão social.

Concretamente, as medidas até agora adotadas, seja pelas empresas, seja pelo Estado *stricto sensu*, têm sido marcadas pela exclusão social. A estratégia empresarial mais implementada, articulada ou não com a modernização tecnológica, é o *downsizing*, eufemismo pós-fordista para a destruição maciça do emprego nesse fim de século.

A educação foi chamada a resolver as demandas da industrialização fordista; a educação está sendo agora conclamada a atender às novas demandas do padrão de acumulação flexível. Em suma, até agora, a educação vem sendo usada como *alibi* para os rejeitos de toda ordem do modo de produção capitalista.

Bibliografia Geral

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS *

ANDERSON, Perry

1995 - Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra.

ANTUNES, Ricardo

1995 - **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo/Campinas: Cortez/EdUnicamp.

ARRIGHI, Giovanni

1996 - **O longo século XX: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro / São Paulo: Contraponto / EDUNESP.

BIELSCHOWSKY, Ricardo

1996 - **Pensamento econômico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimento**. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Contraponto.

BITTENCOURT, Maria Fátima Lazzaretti

1991 - **Contribuição ao estudo da formação profissional na escola: SENAI 1975 - 1980**. Campinas: FE-UNICAMP. (Tese de doutorado).

BRASIL - Ministério do Trabalho

1995 - **Educação profissional: Um projeto para o desenvolvimento sustentado**. Brasília: SEFOR.

BRASIL NETTO, Thomás Pompeu de Souza

1971 - **Brasil e iniciativa privada**. Rio de Janeiro: APEC.

BRAVERMAN, Harry

1987 - **Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX**. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Guanabara.

* Nesse item estão relacionadas apenas as obras citadas no corpo da tese, incluindo as fontes primárias.

BRITO, Vera Lúcia Ferreira Alves

1988 - "A educação na nova Constituição". **Educação em Revista**. Belo Horizonte: FE-UFMG, nº 7, jul.

BRYAN, Newton

1983 - **Educação e processo de trabalho**: Contribuição ao estudo da formação da força de trabalho no Brasil. Campinas: FE-UNICAMP. (Dissertação de mestrado).

CANO, Wilson

1995 - **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. (4ª ed. ampl.). Campinas: EdUnicamp.

CARDOSO, Fernando Henrique

1964 - **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difel.

1973 - **O modelo político brasileiro**. São Paulo: Difel, 1973.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo

1970 - **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar.

CARVALHO, Maria Bernardete Oliveira de

1996 - **Idéias, atitudes e representações das classes produtoras**: Associação Comercial do Rio de Janeiro (1956-1961). Niterói: ICHF-UFF. (Dissertação de mestrado).

CNI - Confederação Nacional da Indústria

1988a - **CNI**: História e concretização do pensamento industrial. Rio de Janeiro: CNI.

1988b - **Competitividade industrial**: Uma visão estratégica para o Brasil. Rio de Janeiro: CNI.

1993 - **Educação básica e formação profissional**: Uma visão dos empresários. Rio de Janeiro: CNI. [Documento-proposta da CNI à VI Reunião de Presidentes de Organizações Empresariais Ibero-americanas.]

1994 - **Sistema CNI**: Um novo perfil. Rio de Janeiro: CNI.

1995a - **Modernização das relações de trabalho**: Princípios e objetivos. Rio de Janeiro: CNI.

1995b - Custo Brasil. In: **CNI Indústria & Produtividade**. Rio de Janeiro: CNI, ano 28, nº 289.

CORIAT, Benjamin

1994 - **Pensar pelo avesso: O modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro: Revan/EdUFRJ.

COUTINHO, Luciano

1992 - A terceira revolução industrial e tecnológica: As grandes tendências de mudança. **Economia e Sociedade**. Campinas: IEI-Unicamp, nº 1, ago.

CUNHA, Luís Antônio

1982 - "A política educacional e a formação da força de trabalho industrial na era de Vargas". In: **REVOLUÇÃO DE 30**. Seminário internacional. Brasília: EdUnB.

DELUIZ, Neise

1996 - **Projetos em disputa: empresários, trabalhadores e a formação profissional**. Trabalho apresentado na XIX Reunião Anual da ANPEd, Caxambu. (mimeo).

DINIZ, Eli

1997 - **Crise, reforma do Estado e governabilidade: Brasil 1985-95**. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato Raul

1978 - **Empresariado nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

FAUSTO, Bóris

1994 - **A revolução de 30**. (13ª ed.). São Paulo: Brasiliense.

1995 - **História do Brasil**. (2ª ed.). São Paulo: EdUSP/FDE.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves

1991 - **A criação do Sesi e Sesc: Do enquadramento da preguiça à produtividade do ócio**. Campinas: IFCH-UNICAMP. (Dissertação de mestrado).

FONSECA, Celso Suckow da

1986 - **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI. 5 v.

FRIGOTTO, Gaudêncio

- 1977 - **Efeitos cognitivos da escolaridade do SENAI e da escola acadêmica convencional**: Um pedagogia para cada classe social?. Rio de Janeiro: IESAE-FGV. (Dissertação de mestrado).
- 1983 - Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador: o trabalho como elemento pedagógico na formação profissional. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, nº 47, pp. 38-45, nov.
- 1989 - **A produtividade da escola improdutiva**: Um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. (3ª ed.). São Paulo: Cortez/Autores Associados.
- 1991- Trabalho-educação e tecnologia: treinamento polivalente ou formação politécnica? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Trabalho-educação e tecnologia**: Por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas.

GARRIDO, Maria do Céu Jurema; GOMES, Cândido Alberto

- 1987 - A educação na Assembléia Nacional Constituinte. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: INEP, vol. 68, nº 160, set./dez.
- 1988 - A educação na nova ordem constitucional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: INEP, vol. 69, nº 163, set./dez.

GORENDER, Jacob

- 1990 - **A burguesia brasileira**. (8ª ed.). São Paulo: Brasiliense.

GRAMSCI, Antonio

- 1989 - **Os intelectuais e a organização da cultura**. (7ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- 1991a - **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. (8ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- 1991b - **Concepção dialética da história**. (9ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HARVEY, David

- 1992 - **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola.

HERMES, Gabriel; NUNES, Osório

- 1994 - **Trajatória da Confederação Nacional da Indústria**. Rio de Janeiro: CNI.

HOBBSAWM, Eric

1995 - **Era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Cia das Letras.

IEL - Instituto Euvaldo Lodi

1984 - **O Instituto Euvaldo Lodi.** Rio de Janeiro: IEL.

KUENZER, Acácia

1986 - **Pedagogia da fábrica: As relações de produção e a educação do trabalhador.** (2ª ed.). São Paulo: Cortez / Autores Associados.

LACERDA, Rogério

1991 - **Subsídios para uma avaliação do ensino profissional do SENAC: Um ensaio.** Petrópolis: UCP. (Dissertação de mestrado).

LANDES, David

1994 - **Prometeu desacorrentado: Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

LEITE, Márcia

1994a - **O futuro do trabalho: Novas tecnologias e subjetividade operária.** São Paulo: Scritta.

1994b - Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra. In: OLIVEIRA, C.A.; MATTOSO, J.; SIQUEIRA NETO, J.F.; POCHMANN, M.A; OLIVEIRA, M.A.; (orgs.). **O mundo do trabalho: Crise e mudança no final do século.** São Paulo: Scritta.

LEME, Marisa Saenz

1978 - **A ideologia dos industriais brasileiros, 1919-1945.** Petrópolis: Vozes.

LODI, Euvaldo

1952a - **Economia e educação.** Rio de Janeiro. [Conferência pronunciada na Faculdade Nacional de Filosofia, em 15 de maio de 1952.]

1952b - **Discurso de posse do dr. Euvaldo Lodi na presidência da CNI, pronunciado em 5 de novembro de 1952.** Recife: FIEPE.

1954 - **Discursos e conferências.** Rio de Janeiro: CNI.

LÖWY, Michael

1988 - **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento.** (2ª ed.). São Paulo: Busca Vida, 1988.

LUNARDI, Lídio

1960 - **Bases de uma nova política para a indústria brasileira.** Rio de Janeiro: SESI.

LUXEMBURG, Rosa

1976 - **A acumulação do capital: Estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo.** (2ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar.

MANACORDA, Mario

1989 - **História da educação: Da antiguidade aos nossos dias.** São Paulo: Cortez/ Autores Associados.

1990 - **O princípio educativo em Gramsci.** Porto Alegre: Artes Médicas.

1991 - **Marx e a pedagogia moderna.** São Paulo: Cortez/ Autores Associados.

MANTEGA, Guido

1984 - **A economia política brasileira.** (2ª ed.). São Paulo/Petrópolis: Polis/Vozes.

MARTINS, Luciano

1967 - Formação do empresariado industrial. **Revista Civilização Brasileira.** nº 13, mai.

1968 - **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Saga.

MARX, Karl

1975 - **Capítulo Inédito D'O Capital: Resultados do processo de produção imediato.** Porto: Escorpião.

1982 - **Para a crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural.

1994 - **O capital: Crítica da economia política.** (14ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich

1987 - **A ideologia alemã.** (6ª ed.). São Paulo: Hucitec.

1988 - **Manifesto do Partido Comunista.** (7ª ed.). São Paulo: Global.

MATTOSO, Jorge

1995 - **A desordem do trabalho.** São Paulo: Scritta.

MEDEIROS, Marluce

1987 - **Expansão capitalista e ensino industrial**. Rio de Janeiro: SENAI.

NEVES, Lúcia

1991 - **A hora e a vez da escola pública**: Um estudo sobre os determinantes das políticas educacionais no Brasil hoje. Rio de Janeiro: FE-UFRJ. (Tese de doutorado).

1997 - **Brasil ano 2000**: Uma nova divisão de trabalho na educação. Rio de Janeiro: Papéis e Cópias.

NEVES, Lúcia (Coord.)

1995 - **Política educacional nos anos 90**: Determinantes e propostas. Recife: Ed. UFPE.

NOSELLA, Paolo

1992 - **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas.

OLIVEIRA, Francisco

1976 - A economia brasileira: Crítica à razão dualista. **Seleções CEBRAP**. Questionando a economia brasileira. (2ª ed.). São Paulo: Cebrap/Brasiliense.

1988 - O surgimento do antivalor: Capital, força de trabalho e fundo público. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, nº 22, out.

PAIVA, Vanilda

1989 - **Produção e qualificação para o trabalho**: Uma revisão da bibliografia internacional. Rio de Janeiro: IEI-UFRJ.

RODRIGUES, José

1993 - **A educação politécnica no Brasil**: Concepção em construção (1984-1992). Niterói: Faculdade de Educação - UFF. (Dissertação de mestrado).

ROMANELLI, Otaíza

1989 - **História da educação no Brasil**: 1930/1973. (11ª ed.). Petrópolis: Vozes.

SANTONI RUGIU, Antonio

1994 - **Nostalgia del maestro artesano**. México: UNAM.

SANTOS, Theotônio dos

1994 - **Evolução histórica do Brasil**: Da colônia à crise da Nova República. Petrópolis: Vozes.

SAVIANI, Dermeval

1989 - **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

1994 - O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: Ferreti, Celso João (et al.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: Um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes.

1995 - Os ganhos da década perdida. **Presença Pedagógica**. Belo Horizonte: Dimensão, nº6, nov./dez.

1997 - **A nova lei da educação**: Trajetórias, limites e perspectivas. Campinas: Autores Associados.

SCHAFF, Adam

1987 - **História e verdade**. (4ª ed.). São Paulo: Martins Fontes, 1987.

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

1993 - **Centros nacionais de tecnologia do SENAI**: Projeto de implantação e dinâmica de funcionamento. Rio de Janeiro: SENAI.

1994 - **SENAI, desafios e oportunidades**: Subsídios para discussão de uma nova política de formação profissional para a indústria no Brasil. Rio de Janeiro: SENAI.

SERRA, José

1982 - Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. BELLUZO, L.G. de Mello; COUTINHO, R. (orgs.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**: Ensaios sobre a crise. São Paulo: Brasiliense.

SILVA, Edmundo de Macedo Soares e

1964 - **O momento e a missão da indústria**. Rio de Janeiro: SESI. [Discurso de posse do general Silva na presidência da CNI.]

SIMONSEN, Roberto C.

1973 - **Evolução industrial do Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Nacional/EdUSP.

SUZIGAN, Wilson

1986 - **Indústria brasileira**: Origens e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense.

TAVARES, Maria da Conceição

1977 - **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: Ensaio sobre economia brasileira. (6ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar.

1986 - **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. (2ª ed.). Campinas: EdUnicamp.

VARGAS, Nilton

1985 - Gênese e difusão do taylorismo no Brasil. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: ANPOCS.

WOMACK, James; JONES, Daniel; ROOS, Daniel

1992 - **A máquina que mudou o mundo**. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Campus.

ZIBAS, Dagmar

1996 - **O reverso da medalha**: Os limites da administração industrial participativa. Trabalho apresentado na XIX Reunião Anual da ANPEd, Caxambu.

RELATÓRIOS E ESTATUTOS

Relatórios anuais da CNI.

Relatórios anuais das entidades que compõem o Sistema CNI.

Atas das Reuniões do Conselho Nacional de Representantes. [Órgão máximo de direção da CNI].

Relatório da directoria da Confederação Industrial do Brasil de 1937.

Estatutos da CNI. 1949, 1956, 1960, 1962, 1967, 1976, 1985, 1986, 1988, 1994.

PERIÓDICOS DO SISTEMA CNI

CNI - Indústria & Produtividade. Período: desde 1957. [OBS: O periódico alterou ligeiramente seu título ao longo do tempo.]

Nosso Jornal. Informativo do Sistema CNI. Período: desde 1995.

Senai Brasil. Informativo do Departamento Nacional do SENAI. Período: desde 1991.

FONTES PRIMÁRIAS *

ALMEIDA, Ignacio Alvares Pinto de

1928 - **Discurso que no faustíssimo dia 19 de outubro de 1827, em que foi instalada a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.** Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional.

AMATO, Mário

1995 - **Avanços e desafios da indústria.** Rio de Janeiro: CNI.

BOLOGNA, Ítalo

1969 - **Formação profissional na indústria: o SENAI.** Rio de Janeiro: SENAI.

BRASIL NETTO, Thomás Pompeu de Souza

1971 - **Brasil e iniciativa privada.** Rio de Janeiro: APEC.

[Coletânea de 56 discursos e outros pronunciamentos, tais como entrevistas à órgãos de imprensa, realizados entre 1967 e 1970 organizados pela editora APEC. Os discursos são grupados em seis temas: I - Aspectos da realidade econômico-financeira; II - A indústria integrada no desenvolvimento; III - Educação técnica e profissional; IV - Problemática econômico-social do nordeste; V - A realidade amazônica; e VI - Diretrizes da CNI.]

CNI - Confederação Nacional da Indústria

1945 - **Congresso brasileiro da indústria.** (Anais). São Paulo: [Gráfica Revista dos Tribunais].

1949 - **Atos normativos da CNI e das entidades de direito privado por ela organizadas e dirigidas: SENAI e SESI.** Rio de Janeiro: CNI.

1952 - **Alguns problemas econômicos da atualidade.** Rio de Janeiro: CNI.

1955 - **Carta de princípios da indústria.** Rio de Janeiro: CNI.

1957 - "III Reunião plenária da indústria: relatório geral". **Revista Desenvolvimento & Conjuntura.** out.

1959 - **Situação econômica em 1959.** Rio de Janeiro: CNI.

* Nesse item está relacionado o conjunto de fontes primárias levantadas, tenham sido ou não citadas no corpo do trabalho. Pretende-se com essa lista bibliográfica suplementar abrir caminho a outras pesquisas.

CNI (continuação)

- 1971 - **Convenção Nacional da Indústria - 1970.** (Anais). Rio de Janeiro: CNI. (4v.: Documentos básicos; Bases para uma política industrial; Investimentos em educação e mão-de-obra especializada: parecer da comissão especial; Política Salarial. Parecer da Comissão Especial.)
- 1973 - **Súmula dos pronunciamentos da CNI aos poderes executivo e legislativo, elaborados pelo GAL, sobre assuntos de interesse da indústria nacional, período de 1956 a 1972.** Rio de Janeiro: GAL-CNI.
- 1977 - **Função social da empresa.** Rio de Janeiro: CNI.
- 1977 - **Diretrizes: Programa de desenvolvimento integrado das entidades da indústria - PRODIN. Triênio administrativo 1977/80.** Rio de Janeiro: CNI.
- 1978 - **O desempenho da economia brasileira.** Rio de Janeiro: CNI.
- 1979 - **Pronunciamentos sobre proposições legislativas de interesse da indústria nacional.** GAL - CNI.
- 1983 - **Resumo dos principais estudos elaborados pelo DEC: propostas e análises - 1982/1983.** Rio de Janeiro: CNI.
- 1984 - **As representações da CNI em organismos federais e privados: sugestões para seu funcionamento.** Rio de Janeiro: CNI.
- 1985 - **Seleção de material bibliográfico: considerações gerais e sugestões para uma política a ser adotada pela CNI.** Rio de Janeiro: CNI.
- 1987 - **Proposições iniciais do empresariado industrial à Assembléia Constituinte.** Rio de Janeiro: CNI.
- 1987 - **Bases para um pacto social no Brasil.** Rio de Janeiro: CNI.
- 1988 - **CNI: história e concretização do pensamento industrial.** Rio de Janeiro: CNI.
- 1988 - **Cinqüentenário da CNI: coletânea de artigos de jornais, 1988.** Rio de Janeiro: CNI.
- 1988 - **Encontro internacional sobre o papel da empresa privada: Uma agenda para o século XXI.** Rio de Janeiro: CNI.
- 1988 - **Constituição: Os primeiros seis meses.** Brasília: CNI. 2v.
- 1988 - **Competitividade industrial: Uma visão estratégica para o Brasil.** Rio de Janeiro: CNI.
- 1989 - **Tendências do investimento industrial na economia brasileira.** Rio de Janeiro: CNI.

CNI (continuação)

- 1989 - **A indústria e o futuro governo.** Rio de Janeiro: CNI.
- 1990 - **Sistema CNI: Estrutura organizacional.** Rio de Janeiro, CNI.
- 1990 - **Seminário nacional para empregadores sobre a formação profissional.** (Anais). Rio de Janeiro: CNI.
- 1990 - **Competitividade e estratégia tecnológica: A visão de líderes brasileiros.** Rio de Janeiro: CNI.
- 1991 - **Competitividade industrial: notas e sugestões.** Rio de Janeiro: CNI.
- 1991 - **A abertura comercial e estratégia tecnológica: A visão de líderes brasileiros.**
- 1991 - **A indústria e a estratégia de estabilidade.** Rio de Janeiro: CNI.
- 1991 - **Política governamental: a importância da qualidade e da produtividade como fatores de alavancagem da competitividade nas empresas no Brasil.** Rio de Janeiro: CNI.
- 1991 - **Abertura comercial e estratégia tecnológica: A visão de líderes industriais brasileiros.** Rio de Janeiro: CNI.
- 1992 - **Rumo a estabilidade e ao crescimento.** Rio de Janeiro: CNI.
- 1992 - **Encontro nacional indústria-universidade sobre pedagogia da qualidade.** (Anais). Brasília: CNI.
- 1992 - **A CNI e o programa de qualidade e produtividade.** Rio de Janeiro: CNI.
- 1993 - **Educação básica e formação profissional: Uma visão dos empresários.** Rio de Janeiro: CNI. [Documento-proposta da CNI à VI Reunião de Presidentes de Organizações Empresariais Ibero-americanas.]
- 1993 - **CNI apóia o programa contra a fome e a miséria.** Rio de Janeiro: CNI.
- 1994 - **Rumo ao crescimento: A visão da indústria.** Rio de Janeiro: CNI.
- 1994 - **Sistema CNI: Um novo perfil.** Rio de Janeiro: CNI.
- 1995 - **Modernização das relações de trabalho: Princípios e objetivos.** Rio de Janeiro: CNI.
- 1995 - **Manual de legislação básica da arrecadação.** Rio de Janeiro: CNI.
- 1996 - **Custo Brasil: Agenda no Congresso Nacional.** Rio de Janeiro: CNI.

CNI; JORNAL DO BRASIL

- 1986 - **História da moderna indústria brasileira.** Rio de Janeiro: Jornal do Brasil.

FRANCO, Albano

- 1980 - **Empresariado e política nacional**. Brasília: CNI. [Discurso pronunciado, em Brasília, ao assumir a presidência da CNI, em outubro.]
- 1981 - **Conferência proferida na Escola de Guerra Naval**. Rio de Janeiro: SENAI, 1981.
- 1982 - **A empresa privada nacional**. Rio de Janeiro: CNI. [Conferência proferida na Escola de Guerra Naval, em 5 de julho.]
- 1983 - **Pronunciamento do presidente da Confederação Nacional da Indústria senador Albano Franco**. Rio de Janeiro: CNI.
- 1986 - **Discursos na posse da Diretoria**. (triênio 1986/89). Brasília: CNI.
- 1988 - **Estabilização já**. Rio de Janeiro: CNI.
- 1988 - **Discurso do senador Albano Franco, presidente da CNI, por ocasião da comemoração dos 50 anos da entidade**. In: **50 anos: Confederação Nacional da Indústria**. Rio de Janeiro: CNI.
- 1989 - **Compromisso com a democracia, o desenvolvimento e a justiça social**. Brasília: CNI. [Discurso pronunciado, em Brasília, no dia 14 de outubro, em pelo senador Albano Franco na solenidade de posse na presidência da CNI (1989-1992).]
- 1990 - **CNI, 1980-1989**. Rio de Janeiro, CNI.
- 1992 - **Discurso em Encontro Nacional Indústria-Universidade sobre pedagogia da qualidade**. Brasília.

IEL - Instituto Euvaldo Lodi

- 1970 - **Estratégia de ação/IEL**. Rio de Janeiro, IEL.
- 1982 - **Seminário internacional de educação e trabalho**. (Anais...). Rio de Janeiro: IEL.
- 1984 - **Sistema IEL/CNI**. Rio de Janeiro: IEL.
- 1984 - **O Instituto Euvaldo Lodi**. Rio de Janeiro: IEL.
- 1984 - **Escola e empresa/IEL**. Rio de Janeiro: IEL.
- 1984 - **Educação e desenvolvimento industrial/IEL**. Rio de Janeiro: IEL.
- 1985 - **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: IEL.
- 1985 - **Os objetivos sociais da educação**. Rio de Janeiro: IEL.
- 1985 - **A educação na Constituinte**. Rio de Janeiro: IEL.
- 1986 - **Formação profissional**. Rio de Janeiro: IEL.
- 1991 - **Sistema CNI**. Rio de Janeiro: IEL. (Cadernos IEL, vol. 1)

- 1991 - **Programa IEL de competitividade industrial (IEL-CI)**. Rio de Janeiro: IEL.
(Cadernos IEL, v. 2)
- 1992 - **A indústria e a estratégia da estabilização**. Rio de Janeiro: CNI.
- 1994 - **Uma época: 25 anos, 1969-1994, IEL**. Rio de Janeiro: IEL.

HERMES, Gabriel; NUNES, Osório

- 1994 - **Trajatória da Confederação Nacional da Indústria**. Rio de Janeiro: CNI.

LODI, Euvaldo

- 1949 - **A indústria e a economia nacional**. Rio de Janeiro: Pongetti. [Coletânea de discursos e pronunciamentos realizados entre 1948 e 1949 na condição de presidente da CNI.]
- 1952 - **Economia e educação**. Rio de Janeiro. [Conferência pronunciada na Faculdade Nacional de Filosofia, em 15 de maio de 1952.]
- 1952 - **Discurso de posse do dr. Euvaldo Lodi na presidência da CNI, pronunciado em 5 de novembro de 1952**. Recife: FIEPE.
- 1954 - **Discursos e conferências**. Rio de Janeiro: CNI. [Coletânea de discursos e pronunciamentos - abrangendo a coletânea anterior - realizados pelo autor na condição de presidente da CNI, entre 1948 e 1952:
“A escola de Minas de Ouro Preto” (1944); “Fatôres técnicos e políticos da economia nacional” (1948); “O eixo geográfico da economia nacional” (1949); “Espírito e valor da indústria” (1949); “A política tarifária e a defesa do mercado interno” (1949); “O homem e a terra no processo da economia nacional” (1949); “Perspectiva da evolução nacional” (1949); “Problemas da Economia Internacional” (1950); “Cooperação econômica internacional” (1950); “Aspectos técnicos e econômicos do desenvolvimento industrial” (1950?); “Economia e cultura profissional” (1951); “Indústria e engenharia” (1951); “A economia nacional e a teoria de Keynes” (1952); e “Política nacional de matérias primas” (1952).]

LUNARDI, Lídio

- 1960 - **Bases de uma nova política para a indústria brasileira**. Rio de Janeiro: SESI.

SANTOS, Augusto Viana Ribeiro

1954 - **A indústria no Brasil**. Rio de Janeiro. (Discurso de posse no cargo de presidente da CNI.).

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

1970 - **A formação profissional e desenvolvimento econômico**. Reunião de estudos de chefes de divisão de ensino - 1970. (Anais...) Vitória, Rio de Janeiro: SENAI-DN.

1972 - **A qualificação para o trabalho na Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus**. São Paulo, SENAI-DR.

1975 - **Articulação entre a formação e a política de 2º grau**. Rio de Janeiro: SENAI.

1977 - **Aspectos econômicos e tecnológicos do trabalho**. Belo Horizonte, SENAI.

1977 - **Aspectos da formação profissional no Brasil: a experiência do SENAI**. Belo Horizonte, SENAI.

1980 - **O SENAI e o ensino em nível de 2º grau**. Rio de Janeiro , SENAI.

1981 - **O SENAI e o ensino profissionalizante**. In: Simpósio sobre o ensino profissionalizante - 1981. (Anais...) Rio de Janeiro , SENAI.

1993 - **Centros nacionais de tecnologia do SENAI: Projeto de implantação e dinâmica de funcionamento**. Rio de Janeiro: SENAI.

1994 - **SENAI, desafios e oportunidades: Subsídios para discussão de uma nova política de formação profissional para a indústria no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI.

SILVA, Edmundo de Macedo Soares e

1964 - **O momento e a missão da indústria**. Rio de Janeiro: SESI. [Discurso de posse do general Silva na presidência da CNI.]

SILVEIRA, Domicio Velloso da

1979 - **O pensamento da indústria**. Rio de Janeiro: CNI.

Periódicos do Sistema CNI

CNI Notícias. Período de circulação: 1954 - 1965.

Síntese da indústria. Período de circulação: 1966 - 1967

CNI - Indústria & Produtividade. Período: desde 1957 . OBS: O periódico alterou ligeiramente seu título ao longo do tempo.

Nosso Jornal. Informativo do Sistema CNI. Período: desde 1995.

Senai Brasil. Informativo do Departamento Nacional do SENAI. Período: desde 1991.

Relatórios, Atas e Estatutos

Relatórios anuais da CNI. OBS.: Os documentos somente estão disponíveis a partir de 1954.

Relatórios anuais das entidades que compõem o Sistema CNI. OBS.: A publicação dos documentos é extremamente irregular.

Atas das Reuniões do Conselho Nacional de Representantes - órgão máximo de direção da CNI. Desde 1938.

Relatório da directoria da Confederação Industrial do Brasil de 1937. OBS.: Último relatório da entidade que antecedeu à CNI.

Estatutos da CNI. 1949, 1956, 1960, 1962, 1967, 1976, 1985, 1986, 1988, 1994.